

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SÉRGIO CAMPOS GONÇALVES**

**O BRASIL ENTRE A HISTÓRIA NARRATIVA E A HISTÓRIA  
ANALÍTICA (1840-1870): CIVILIZAÇÃO, PROGRESSO E  
DESENVOLVIMENTO**

**FRANCA  
2015**

**SÉRGIO CAMPOS GONÇALVES**

**O BRASIL ENTRE A HISTÓRIA NARRATIVA E A HISTÓRIA  
ANALÍTICA (1840-1870): CIVILIZAÇÃO, PROGRESSO E  
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História.

**Área de Concentração:** História e Cultura Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal

**Coorientadora:** Profa. Dra. Marília Librandi Rocha

**Agência Financiadora:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

**FRANCA  
2015**

Gonçalves, Sérgio Campos.

O Brasil entre a História Narrativa e a História Analítica (1840-1870) :  
Civilização, Progresso e Desenvolvimento / Sérgio Campos  
Gonçalves. – Franca : [s.n.], 2015.

253 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Ana Raquel M. da Cunha Martins Portugal

Coorientadora: Profa. Dra. Marília Librandi Rocha

1. Historiografia. 2. História - Metodologia. 3. Brasil -  
História - Séc. XIX. I. Título.

CDD – 981.04

**SÉRGIO CAMPOS GONÇALVES**

**O BRASIL ENTRE A HISTÓRIA NARRATIVA E A HISTÓRIA  
ANALÍTICA (1840-1870): CIVILIZAÇÃO, PROGRESSO E  
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura. Linha de Pesquisa: História e Cultura Social.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:**

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal

**1º. Examinador:**

\_\_\_\_\_

**2º. Examinador:**

\_\_\_\_\_

**3º. Examinador:**

\_\_\_\_\_

**4º. Examinador:**

\_\_\_\_\_

Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

*Para meus pais  
Teresa e Sergio,  
e para Camila e Sophie,  
minha esposa e minha filha.*

## AGRADECIMENTOS

A concepção desta obra foi favorecida pela colaboração direta e/ou indireta de pessoas e instituições às quais sou grato, a começar pela CAPES, que participou duplamente como agência de patrocínio financiando a bolsa de doutorado na modalidade de demanda social e também com a bolsa de doutorado sanduíche enquanto estive como *Visiting Researcher* na *Stanford University*.

Os estudos realizados na *Division of Literatures, Cultures, and Languages* da Universidade de Stanford forneceram recursos teórico-metodológicos que fizeram a característica incontornável da história enquanto constructo linguístico intertextual se abrir em uma série de possibilidades às quais minha trajetória intelectual até então jamais havia permitido. Ainda assim, esta obra apenas arranha a superfície de uma experiência tão determinante e ainda em assimilação. Assim, serei eternamente grato à Prof. Marília Librandi Rocha, por ter confiado no meu trabalho ao ponto de me abrir a oportunidade do estágio sob sua supervisão sem jamais termos tido previamente qualquer contato pessoal ou indicação de terceiros - tenho essa sua postura profissional como a referência definitiva de idoneidade. Sou grato também à Victoria Saramago Pádua (doutoranda no *Dept. of Iberian and Latin American Studies*) e ao Frederico Freitas (doutorando no *Dept. of History*), cuja atenção, de ambos, me acolheu desde antes da chegada e durante a estadia em Palo Alto. Agradeço também ao Prof. Hans Ulrich Gumbrecht (o "Sepp", do *Dept. of Comparative Literature*), que tornou tão prazeroso o seminário de filosofia, a despeito do enorme desafio de se ler e apresentar Heidegger equilibrando no balanço instável da ponte entre o alemão e o inglês.

Certamente, este trabalho não teria sido sequer cogitado se a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), não tivesse promovido desde 2007 o Seminário Nacional de História da Historiografia, evento que se tornou o principal fórum para estudiosos de teoria e história da historiografia do Brasil e referência internacional, inclusive para a *International Network for Theory of History* (INTH), na qual figuro como embaixador para o Brasil. Na ocasião dos seminários, tive sempre o privilégio da interlocução do

Prof. Valdei Lopes de Araújo, anfitrião cuja contribuição instigou as inquietações que redundaram em vários dos trabalhos que tenho assinado.

É enorme minha gratidão pela Profa. Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal (UNESP-Franca), que, ao se dignar a prestar o socorro do amparo enquanto outros davam às costas, com sua solidariedade, fez com que esta obra fosse possível.

Entre a fundação e o estabelecimento da Revista *História e Cultura*, a convivência profissional com os colegas de editoria Natália Ayo Schmiedecke, Felipe Ziotti Narita, Gilmara Yoshihara Franco, Helena Amália Papa e Semíramis Corsi Silva foi um privilégio. Ao dividirmos a missão de estabelecer o periódico - que por sinal segue andando muito bem com as próprias pernas - , tive o melhor ensinamento sobre o que é e como deve ser o trabalho em equipe. Notadamente, que é tanto melhor se a competência dos membros da equipe se equiparar ao calibre de vocês.

Ainda quanto a nomes unespianos, cabe também o reconhecimento à contribuição advinda das leituras e seminários de pesquisa promovidos pelos professores Jean Marcel Carvalho França e Susani Silveira Lemos França, na companhia dos apontamentos construtivos dos colegas Ana Carolina de Carvalho Viotti, Leandro Alves Teodoro e Milena da Silveira Pereira, e de outros. Este estudo se beneficiou também das críticas e sugestões da banca do exame de qualificação composta pelos professores Márcia Regina Capelari Naxara e Ricardo Alexandre Ferreira. Além disso, a trajetória que redundou neste trabalho, entre graduação, mestrado e doutorado, contou com a atenção dos funcionários Maísa Helena de Araújo, Ícaro Henrique Ramos e Sebastião Granzoti Filho (da Seção de Pós-Graduação) e de Laura Odette Dorta Jardim (da Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação). Pelo o que cabe à cada um de vocês, muito obrigado.

Andei bem acompanhado no longo e duro sacrifício - sempre financeiro, nunca intelectual - exigido para completar todas as etapas da formação acadêmica. Sempre pela minha família, felizmente para mim e infelizmente para eles. Que de agora em diante o empenho se traduza em possibilidades e oportunidades para retribuí-los e compensá-los. Porque merecem muito mais do que eu.

*O tempo, esse químico invisível, que dissolve, compõe, extrai e transforma todas as substâncias morais.*

*Machado de Assis, em Iaiá Garcia (1878)*

*Descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. Talvez não entendas o que aí fica; talvez queiras uma coisa mais concreta, um embrulho, por exemplo, um embrulho misterioso. Pois toma lá o embrulho misterioso.*

*Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881)*

GONÇALVES, Sérgio Campos. **O Brasil entre a História Narrativa e a História Analítica (1840-1870): Civilização, Progresso e Desenvolvimento**. 2015. 253f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

## RESUMO

No século XIX, a composição intelectual do Brasil deu-se, notadamente, por meio de uma narrativa histórica impregnada pelo conceito de civilização, fundamentada em uma concepção teleológica da história e amparada no projeto moderno ocidental-europeu - a esse padrão discursivo chamamos de *narrativa histórica oitocentista*. Entretanto, a partir do advento da República e das primeiras décadas do século XX, diante do deslanche da Europa e dos Estados Unidos e do fracasso do Brasil na realização de tal projeto, vários intelectuais brasileiros promoveram decomposições analíticas do Brasil com a intenção de compreender e apontar soluções para o problema do “atraso” do país – isso inaugurou um movimento intelectual que ficaria conhecido como *pensamento social brasileiro*. Assim, da *narrativa histórica oitocentista* ao *pensamento social brasileiro* há um contraste de dois padrões, de duas formas de se pensar o Brasil e de se escrever sua história. Este estudo procura compreender como se deu a mudança de um padrão ao outro no discurso historiográfico produzido entre 1840 e 1870. Para isso, busca-se entender o estatuto de verdade e as estratégias retóricas em obras de história do Brasil e de análises históricas do país por meio da descrição da estrutura lógica dos constructos historiográficos, observando as regularidades entre os enunciados, a produção de conceitos, as escolhas temáticas e as formulações teóricas. Desse modo, trata-se de um trabalho multidisciplinar que utiliza saberes dos campos da teoria e história da historiografia, da teoria da literatura e da filosofia para compreender (a) como se pensou a história sobre o Brasil no período e de qual pensamento se serviu o historiador para escrevê-la, (b) os elementos linguísticos, padrões discursivos e estruturas narrativas da escrita de história do Brasil e (c) a construção lógica do sentido do Brasil por meio da escrita de sua história, procurando apresentar uma experiência estética de dimensões do passado capturadas nos textos de época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da História. História da Historiografia. Teoria da Literatura. História do Brasil - Século XIX. Memória Social.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **Brazil between Narrative History and Analytical History (1840-1870): Civilization, Progress and Development.** 2015. 253f. Thesis (PhD in History) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

## ABSTRACT

In the Nineteenth Century, the intellectual composition of Brazil took place notably through a historical narrative permeated by the concept of civilization, based on a teleological concept of history and on the Western-European modern design - a discursive pattern that we call *nineteenth-century historical narrative*. However, from the advent of the Republic and the first decades of the Twentieth Century, before the boom in Europe and the United States and the Brazil's failure in carrying out such project, several Brazilian intellectuals promoted analytical breakdowns of Brazil with the intention of understanding and point out solutions to the problem of "backwardness" of the country - this inaugurated an intellectual movement that became known as the *Brazilian social thought*. Thus, there is a contrast of two patterns from the *nineteenth-century historical narrative* to the *Brazilian social thought*, and two ways of thinking Brazil and of writing its history. This study seeks to understand how the change from a pattern to another took place in the historiographical discourse produced between 1840 and 1870. In order to do that, we seek to understand the establishment of truth and the rhetorical strategies in works of history of Brazil and in historical analysis of the country through the description of the logical structure of historiographical constructs, observing the regularities between the statements, the concepts production, the thematic choices and the theoretical formulations. Therefore, this is a multidisciplinary work that uses knowledge of the fields of theory of history, historiography, theory of literature and philosophy to apprehend (a) how the story about Brazil was thought in the period and which ideas served the historians who wrote it, (b) the linguistic elements, discursive patterns and narrative structures of the writing of the history of Brazil and (c) the logical construction of sense of Brazil through the writing of its history, seeking to present an aesthetic experience of past dimension captured in the historical texts.

**KEYWORDS:** Theory of History. History of Historiography. Theory of Literature. History of Brazil - Nineteenth Century. Social Memory.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **El Brasil entre la Historia Narrativa y la Historia Analítica (1840-1870): Civilización, Progreso y Desarrollo**. 2015. 254f. Tesis (Doctorado en História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

## RESUMEN

En el siglo XIX, la composición intelectual de Brasil se llevó a cabo, en particular a través de una narrativa histórica imbuido del concepto de civilización, basada en una concepción teleológica de la historia y apoyó el diseño de hoy en Europa occidental - este patrón discursivo que llamamos *narrativa histórica del siglo XIX*. Sin embargo, desde el advenimiento de la República y las primeras décadas del siglo XX, antes del auge en Europa y de los Estados Unidos y del fracaso de Brasil en la realización de un proyecto de este tipo, varios intelectuales brasileños celebraron desgloses analíticos de Brasil con la intención de comprender y indicar soluciones al problema del "atraso" del país - con ese se inauguró un movimiento intelectual que se conoció como el *pensamiento social brasileño*. Por lo tanto, desde la *narrativa histórica del siglo XIX* hasta el *pensamiento social brasileño* hay un contraste de dos modelos, dos formas de pensar el Brasil e de escribir su historia. Este estudio busca entender cómo fue el cambio de un estándar a otro en el discurso historiográfico producido entre 1840 y 1870. Para ello, buscamos entender lo estatuto de verdad y las estrategias retóricas en obras de historia de Brasil y en el análisis histórico del país a través de la descripción de la estructura lógica de las construcciones historiográficas, la observación de las regularidades entre las enunciaciones, los conceptos de producción, las opciones temáticas y las formulaciones teóricas. Consiguientemente, esta es una obra multidisciplinar que utiliza el conocimiento de los campos de la teoría de la historia, de la historiografía, de la teoría literaria y de la filosofía para comprender (a), ya que se pensaba que la historia de Brasil en el período y qué pensamiento se sirve el historiador escribirlo, (b) los elementos lingüísticos, patrones discursivos y estructuras narrativas de la escritura de la historia de Brasil y (c) la construcción lógica del sentido de Brasil a través de la escritura de su historia, tratando de presentar una experiencia estética de las dimensiones des pasado capturados en el texto.

**PALABRAS-CLAVE:** Teoría de la Historia. Historia de la Historiografía. Teoría de la Literatura. Historia del Brasil - Siglo XIX. Memoria Social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
A ideia de civilização e sua assimilação no Brasil	
Composição narrativa e decomposição analítica do Brasil entre os séculos XIX e XX	
A questão deste trabalho	
Antecedentes	
A construção desta obra	
<b>PARTE I .....</b>	<b>27</b>
<b>HISTÓRIA NARRATIVA</b>	
<b>I .....</b>	<b>29</b>
<b>Constituição narrativa do Brasil na historiografia do IHGB</b>	
1.1 Conceção de temporalidade e ideia de civilização	
1.2 Fases da história, rede de causalidade e julgamentos de valor	
1.3 Construção da narrativa do Brasil	
<b>II .....</b>	<b>65</b>
<b>Direção e sentido, elogio e crítica na história do Brasil de Varnhagen</b>	
2.1 Prefácios e post editum	
2.2 Civilização como critério para narrativa e julgamentos de valor	
2.3 Episódios da história rumo à autonomia	
<b>III .....</b>	<b>98</b>
<b>Conceito de civilização, estrutura narrativa e análise crítica em outras histórias do Brasil</b>	
3.1 Civilização, progresso e desenvolvimento na concepção de história de Joaquim Norberto de Souza e Silva	
3.2 O sentido do Brasil no compêndio de Abreu e Lima	
3.3 A cronologia do progresso e da civilização do Brasil, em Caetano Lopes de Moura	
3.4 O retrato dos potenciais e dos entraves para a civilização do Brasil, por Xavier Pinheiro	
3.5 O trânsito entre a narrativa e a análise do Brasil, em Perdigão Malheiro	

<b>PARTE II</b> .....	<b>128</b>
<b>HISTÓRIA ANALÍTICA</b>	
<b>IV</b> .....	<b>130</b>
<b>Exame e diagnóstico na história do Brasil de Pereira da Silva</b>	
4.1 Atribuição de papéis e divisão de períodos da história	
4.2 Crítica e análise históricas de vícios e desvios morais	
4.3 Narrativa do governo nacional e autóctone	
<b>V</b> .....	<b>151</b>
<b>Problematizações e análises de história do Brasil</b>	
5.1 Crítica à crítica de estrangeiros na historiografia do Brasil, em Justiniano José da Rocha e em Mello de Moraes	
5.2 Constatação dos problemas do Brasil pela história, em Mello de Moraes	
5.3 Narrativa e análise do Brasil nas lições de história de Joaquim Manoel de Macedo	
5.4 Ideia de civilização como fundante da análise histórica de Macedo sobre o Brasil	
<b>VI</b> .....	<b>186</b>
<b>Ideal civilizatório e concepção analítica da história na crítica de Tavares Bastos ao Brasil</b>	
6.1 Os males do presente e as esperanças do futuro determinados pelo passado	
6.2 Imigração como atalho para a civilização	
6.3 Exclusividade do voto aos agentes do progresso e da civilização	
6.4 Aprender com a história para acelerar a obra da civilização	
6.5 Concepções compartilhadas da história e de questões do Brasil	
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>217</b>
<b>O elo entre a narrativa histórica oitocentista e o pensamento social brasileiro</b>	
<b>FONTES</b> .....	<b>220</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>229</b>

## INTRODUÇÃO

Em sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) iminente à derrubada da monarquia, contando ainda com a presença de D. Pedro II como imperador do Brasil, foi registrado em ata o discurso de recepção do "illustrado bispo da mais vasta dioceze do imperio", D. Antonio de Macedo Costa, que falou em agradecimento aos anfitriões da instituição por terem-lhe conferido o título de sócio-correspondente, utilizando em sua linguagem as noções de civilização, progresso e desenvolvimento para atribuir valoração positiva à instituição que representava e para enobrecer a si próprio. Dizia o clérigo:

Em todo o cazo minha prezença aqui servirá para alguma couza, Senhores; servirá para attestar a sollicitude que em todos os seculos tem tido a igreja pela diffusão das luzes, pela propagação das sciencias; o interesse, o empenho, o esforço constante com que ella acompanha e anima as explorações do espirito humano em todas as provincias do saber.

Vós conheceis melhor do que eu, que si uma ponte nos liga ao mundo litterario e scientifico da antiguidade, á igreja catholica a devemos; que foi no interior dos claustros que se manteve acezo no seio da geral escuridão o lume sagrado, que devia depois irradiar-se com tanto esplendor no meio das nações modernas. Foi a igreja, arroteando campos, abrindo estradas, lançando pontes, multiplicando escolas, erguendo por toda a parte liceos e universidades, [...] quem preparou e desenvolveu o grande movimento da civilização christan na Europa e no mundo.

O que está fazendo n'este momento o sabio Leão XIII para fomentar e desenvolver o gosto dos estudos historicos, franqueando a commissões de sabios escolhidos por elle entre varias nação, archivos preciozos, até aqui quazi inacessiveis, é obra colossal de eficiencia immensa sobre o progresso da mentalidade humana, e que dá testemunho ainda uma vez da fidelidade com que se conserva na igreja a tradição do amor á sciencia, sobretudo ás sciencias historicas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Actas das Sessões em 1889. 18<sup>a</sup>. Sessão Ordinaria em 11 de Outubro de 1889, Honrada com a Prezença de S. M. o Imperador, Prezidencia do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 52, v. 79, I-IX, 1889, p. 487.

Observa-se que a fala revela uma concepção de temporalidade segundo a qual o movimento da história é natural e inevitavelmente unidirecional e cuja trajetória vai da barbárie à civilização, do estado de atraso ao progresso, do estado de primitivo ao desenvolvimento. Observa-se também, axiologicamente, que há uma atribuição de valor positivo às ações compreendidas como sendo na mesma direção e sentido de tal movimento da história e de tal trajetória da civilização, do progresso e do desenvolvimento.

Por sua vez, na ata da sessão ordinária imediatamente após à derrubada da Monarquia e à proclamação da República, redigida e assinada pelo sócio e secretario José Alexandre Teixeira de Mello, consta o discurso de Joaquim Norberto de Souza e Silva, então presidente do IHGB, o qual reverenciava o ex-imperador D. Pedro II em agradecimento por sua participação assídua e porque, em suas palavras, "durante quarenta annos desempenhou verdadeiramente o titulo de protector" da agremiação, "elevando-a á face das nações cultas". A mesma fala do presidente, no entanto, mais do que meramente expressar condolência pelo imperador deposto, proclama anuência acerca da queda da monarquia sob a justificativa que "a politica tem as suas necessidades intransigentes", e afirmando que a tradição monárquica do IHGB não se antepunha "de modo algum á ordem das novas couzas estabelecidas e a que nos curvamos", dizia, "certos de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra á qual Deos outorgou por simbolo a cruz da sua redempção, e a quem imploramos que a republica seja tão livre como o foi o imperio de D. Pedro II".<sup>2</sup> Muito provavelmente, a construção desta fala vai além de expressar compreensão e aceitação sobre a transição da monarquia para a república como um efenômeno do destino histórico do homem no tempo em direção ao progresso, à liberdade, à civilização, etc. No entanto, considerando que até então o IHGB tinha existido sob os auspícios da bolsa do imperador deposto, certamente também se tratava de clamar por suporte ante as mudanças no tabuleiro do poder em que se situava o IHGB. Dai, naquela ocasião, o presidente ter dito:

---

<sup>2</sup> Actas das Sessões em 1889. 21<sup>a</sup>. Sessão Ordinaria, Celebrada em 29 de Novembro de 1889, Presidencia do Sr. Commendador Joaquim Norberto de Souza Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 52, v. 79, I-IX, 1889, p. 534.

Amparemos com redobrados e novos esforços uma das mais bellas associações de nossa patria. Deixal-a perecer seria para nós mais do que um erro, - seria um opprobrio. Quando os nossos antepassados, seos fundadores, a crearam, se dirigiram ao Eterno, supplicando com psalmos de Izaías a sua protecção. Façamos hoje o mesmo, para que no meio da indifferença da patria se não esboroe o archivo de nossas tradições e se não despedace o crizol de nossa historia.<sup>3</sup>

Entretanto, de acordo com o registro em ata, o sócio João Severiano da Fonseca levantou-se em reacção à fala de Joaquim Norberto de Souza e Silva e, "extremamente commovido", pronunciou o seguinte discurso:

O advento da Republica Brasileira trouxe-nos uma perda immensa e um immenso prezar: o afastamento do nosso augusto e venerando imperador. Sahio - , mas o Instituto sabe que sua retirada não foi um castigo; foi uma consequencia imperioza, imprescindivel, fatal, da nova ordem de couzas; foi uma necessidade inevitavel; foi a garantia, não só para a estabilidade da nação, como para a individualidade do imperador. [...] Sahio porque não podia ficar.<sup>4</sup>

Em seguida, o sócio Fonseca propôs, em homenagem ao imperador destronado e exilado, que sua cadeira no Instituto se conservasse "inoccupada e coberta por um véo", e que fosse inserida na ata a seguinte moção: "o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, submetendo-se ao novo estado de couzas, no sentido altamente patriotico de não prejudicar os interesses da nação, envidará todos os seos esforços em beneficio da patria adorada".<sup>5</sup>

Nos excertos, nota-se a aparente concepção segundo a qual a transição da monarquia para a república seguia o rumo inexorável da história, naturalmente percorrendo o caminho do progresso, como na fala do clérigo que enaltecia a Igreja Católica, que teria preparado e desenvolvido "o grande movimento da civilização christan na Europa e no mundo", e como na fala do sócio do IHGB que compartilhou a interpretação que a queda da monarquia e a proclamação da república teriam sido "uma consequencia imperioza, imprescindivel, fatal, da nova ordem de couzas" e uma "necessidade inevitavel".<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Ibidem., 1889, p. 534-535.

<sup>4</sup> Ibidem., 1889, p. 537.

<sup>5</sup> Ibidem., 1889, p. 538.

<sup>6</sup> Ibidem., 1889, p. 487 e p. 537.

Essa concepção acerca do sentido da mudança do homem e das sociedades no tempo é um fenômeno do pensamento historiográfico que constitui o fio condutor para o objeto sob exame neste estudo, o qual, por sua vez, leva à investigação das concepções de história do Brasil circulantes no ambiente cultural e da linguagem no período de 1840 a 1870. Cabe então a pergunta: qual é a questão que este estudo quer responder? Como pré-requisito, a resposta exige uma reflexão acerca do conceito de civilização, de sua assimilação no Brasil e de sua implicação para a escrita da história do país:

### **A ideia de civilização e sua assimilação no Brasil**

De acordo com Jean Starobinski, a palavra *civilização* entrou para o dicionário no século XVIII com o sentido de *resultado de um processo de aperfeiçoamento da humanidade com o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos humanos*, cujo parâmetro seria a Europa ocidental.<sup>7</sup> Já Norbert Elias observa que *civilização* está etimologicamente associada ao conceito de *civilité*, o qual forjou seu significado no contexto em que a Europa empenhava-se nas guerras de expansão e de colonização em nome da cruz e, mais tarde, da civilização. Por conseguinte, o conceito de civilização carrega o julgamento de valor baseado em um etnocentrismo ocidental e europeu.<sup>8</sup> Dessa maneira, essa vocação eurocêntrica do conceito faz com que *civilização* não signifique apenas um estado, mas um processo, visto que se constitui através da contraposição e do afastamento

---

<sup>7</sup> STAROBINSKI, Jean. **As Máscaras da Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 13-20.

Do latim, *civilitas* significa sociabilidade e cortesia, enquanto que o verbo civilizar, homólogo, provém de *civis*, que significa cidadão, o que implica que a ideia de civilização está etimologicamente ligada a um modelo de comportamento e ao pertencimento à determinada coletividade. O dicionário Houaiss explica a formação do substantivo feminino *civilização* pela adição do sufixo *-ção* ao verbo *civilizar*, produzindo no francês *civilisation*, o que veio a registrar significados de "o que torna os indivíduos sociáveis" (1757), de "processo histórico de evolução social e cultural" (1760), de "estado ideal de evolução material, social e cultural para o qual tende a humanidade" (1767). Cf. CIVILIZAÇÃO. **Houaiss da Língua Portuguesa**. Dicionário Eletrônico. Editora Objetiva Ltda. Versão 2.0a - Abril de 2007.

<sup>8</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma história dos costumes** (vol.1). – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a, p. 62-67; Cf. MANDALIOS, John. Civilizational complexes and processes: Elias, Nelson and Eisenstald. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (ed.). **Handbook of Historical Sociology**. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2003, p. 65-79.

gradativo do estágio social de barbárie.<sup>9</sup> Conforme Norbert Elias entende, os processos de colonização protagonizados pelos países da Europa ocidental representaram a difusão do processo civilizador para além dos limites europeus.<sup>10</sup> Darcy Ribeiro observa que “o pioneirismo europeu coloriu de conteúdo ideológico os processos de difusão da tecnologia deflagrados pela Revolução Industrial”, assim, tanto o desenvolvimento mercantil e capitalista quanto o imperialismo industrial teriam se revestido de uma aura européia ocidental e cristã, “como se os atributos da modernidade e do progresso fossem provas do conteúdo fundamental da superioridade inata do homem branco”.<sup>11</sup>

De fato, o capítulo da história das ideias acerca do conceito de *civilização* revela que, até o século XIX, a ideia da supremacia do paradigma civilizatório ocidental moldou a visão de mundo dos europeus e exerceu grande influência sobre os povos ligados à matriz filosófica européia, como o Brasil, onde os valores civilizatórios que legitimaram o expansionismo europeu se enraizaram profundamente. Tal concepção viria a entrar em crise na primeira metade do século XX, a partir das duas grandes guerras mundiais, da grande depressão nos EUA e do holocausto. Esses eventos colocaram em xeque a fundamentação do modelo ocidental-europeu enquanto referência para alcançar a civilização, o progresso e o desenvolvimento.<sup>12</sup> Como resultado, a crise de

---

<sup>9</sup> “Le terme de «civilisation» est né dans un rapport de concurrence dans les couches supérieures et moyennes de la société de l'Europe occidentale moderne. H s'agissait d'une notion ouvertement ethnocentrique; à la fin du XIXe siècle et au début du XXe, cette notion a clairement désigné un certain sentiment de supériorité entretenu par les membres des sociétés occidentales en général. Elias a travaillé à «déconstruire» la notion de civilisation et a suggéré d'employer plutôt le concept de «processus de civilisation» (GOUDSBLOM, Johan. Les processus de civilisation et l'histoire humaine. In: CHEVALIER, Sophie et PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'Anthropologie**: <<Nous sommes tous si étranges...>>. Paris, CNRS Editions, 2004, p. 98). Cf. MAZLISH, B. **Civilization and its Contents**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004, p. 73-90.

<sup>10</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Formação do Estado e da Civilização** (vol.2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 212. O estudo mais aprofundado da obra de Elias resultou em uma síntese do funcionamento de sua teoria do processo civilizador: GONÇALVES, S. C. *Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma Teoria Interpretativa através da Sociologia, da História e da Psicologia*. **Opsis**, v. 13, p. 200-221, 2013.

<sup>11</sup> RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972, p. 214-215.

<sup>12</sup> Sobre a concepção da supremacia do paradigma civilizatório ocidental, ver também FLUTHY, H. Colonization and the Making of Mankind. **The Journal of Economic History**, Vol. 21, No. 4 (Dec., 1961), p. 483-495.; IGGERS, G. The Idea of Progress: A Critical Reassessment. **The American Historical Review**, Vol. 71, No. 1 (Oct., 1965), pp. 1-17.; ALLARDYCE, G. The Rise and Fall of the Western Civilization Course. **The American Historical Review**, Vol. 87, No. 3 (Jun., 1982), pp. 695-725.; NISBET, R. **História da Ideia de Progresso**. Brasília: Ed. UNB,

autoconfiança do modelo civilizatório ocidental teve um impacto importante na ciência. No rastro do declínio do paradigma europeu, antropólogos, sociólogos e historiadores passaram a evitar o conceito de civilização. No instrumental de suas análises, substituíram-no pelo ponto de referência fornecido pelo conceito de cultura. De acordo com Brett Bowden, esse cenário intelectual começou a mudar somente com o final da Guerra Fria, a partir da qual o conceito de civilização teria sido “ressuscitado” para descrever e explicar eventos e problemas sociais.<sup>13</sup>

Enquanto o expansionismo europeu fundamentava-se em uma concepção de história cuja lógica da compreensão da experiência do homem no tempo pressupunha uma teleologia, uma da evolução progressiva do estágio de barbárie para o de civilização, notadamente a partir do Iluminismo, *civilização* tornou-se o processo fundamental da história do Ocidente e a base de diversas teorias e filosofias da história. Com isso, produzia-se uma ideia de história universal cujo sentido teleológico do tempo explicava a hegemonia da Europa no mundo e legitimava a expansão imperialista dos povos europeus. Ou seja, a história teve um papel primordial ao forjar um sentido do tempo em que o projeto racional moderno se explicava como a representação da “civilização”.<sup>14</sup>

Nesse contexto, a ciência buscou compreender o processo da humanidade no tempo por meio de grandes narrativas que foram emblemáticas na historiografia do século XIX. A cultura científica do período estabeleceu o norte para o projeto moderno europeu de conquista da história universal e de controle do sentido histórico.<sup>15</sup> Com isso, compreendia-se a ciência histórica enquanto manifestação da autoconsciência da humanidade em marcha, na qual a Europa se apresentava como o centro e a vanguarda da história universal:

---

1985.; SHWEDER, R. A. On the Return of the 'Civilizing Project'. *Daedalus*, Vol. 131, No. 3, On Education (Summer, 2002), p.117-121.

<sup>13</sup> BOWDEN, B. (ed.). **Civilization - critical concepts in political science**. New York, NY; London, UK: Routledge, 2009a.

<sup>14</sup> Sobre a relação entre ideia de civilização e filosofia da história, ver RUSE, M. The philosophy of evolutionary theory. In: TUCKER, A. (ed.). **A Companion to the Philosophy of History and Historiography**. West Sussex: Blackwell Publications, 2009, p. 307-317.; MAYR, E. The Idea of Teleology. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 53, No. 1 (Jan. - Mar., 1992), pp. 117-135. e FINLEY, M. "Progress" in Historiography. *Daedalus*, Vol. 106, No. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, Volume I (Summer, 1977), pp. 125-142.

<sup>15</sup> Ver LIMA, Luiz Costa. **O Controle do Imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

nessa perspectiva, as nações européias seriam protagonistas das determinações do progresso, da liberdade e da civilização. Nas palavras de José Carlos Reis, “o Ocidente, no século XIX, estava cientificamente convencido de que era o portador da verdade histórica”, e de que, portanto, conhecia o sentido da dinâmica da vida humana.<sup>16</sup>

Essa noção de civilização aportou no Brasil em seu período colonial, sobretudo quando a família real portuguesa se exilou no Rio de Janeiro com sua corte. Juntamente com todos os instrumentos burocráticos, administrativos e de ordenamento jurídico de Estado, a família real de D. João VI migrou para o Brasil trazendo na mala sua concepção de mundo e seu aparato institucional de poder simbólico.<sup>17</sup> Como decorrência disso, a política cultural joanina serviu-se fartamente dos ícones de civilização, para legitimar-se e para buscar aproximar o Brasil com o padrão civilizatório europeu.<sup>18</sup> Não por acaso, o período joanino marca o desenrolar de um processo de transformações sócio-culturais sustentadas por uma atitude mental civilizadora, a qual perdurou no século XIX e, em razão da sua intensidade, teve ecos até no início do XX. De acordo com Jean Marcel Carvalho França, “data desse período o desencadeamento de um processo que, sem nenhum exagero, poderia ser denominado *cruzada civilizatória*”. Essa metáfora da “cruzada” trata de um “afã civilizatório-patriótico que perpassou a sociedade carioca oitocentista”, sobretudo depois da

---

<sup>16</sup> REIS, José Carlos. **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 36-41. Cf. STEARNS, P. N. **Western Civilization in World History**. New York, NY; London, UK: Routledge, 2003.

<sup>17</sup> Uma bibliografia básica sobre a construção do Estado e da nação no Brasil no século XIX compõe-se de BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.; CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 7ª ed. – São Paulo: Nacional, 1985.; CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem; Teatro de Sombras**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.; GRAHAM, Richard. Construindo uma nação do Brasil no século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.; HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. T. II. Declínio e queda do Império. São Paulo, Difel, 1974.; JANCSÓ, István. (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.; PENA, E. S. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.; RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil. A historiografia nacional**. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.; SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª ed. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

<sup>18</sup> Ver MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.126 e SCHWARCZ, L. M. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 256-332.

independência do Brasil em 1822, cuja intenção foi modelar a construção de uma população e cultura nacionais pelo padrão ocidental europeu.<sup>19</sup>

Por conseguinte, a tensão com a herança colonial que se queria apagar pela marcha europeizante fez do ideário civilizacional uma política da Coroa. Com isso, a política cultural assinada pelo Estado monárquico e pela elite cortesã ilustrada admitia que havia um povo rústico e iletrado a civilizar através do “banho” das luzes da cultura ocidental-européia. A busca pela integração do Brasil na cultura “científica e universal” se efetivou nesse contexto em que a ciência se caracterizou pela sua função de disciplinar as gentes e materializar as ideias do Iluminismo e da civilização ocidental por meio da produção do saber, do Estado e de um saber de Estado, afinal, concebia-se que o sucesso do projeto civilizatório no Brasil dependia invariavelmente da conquista do saber, cuja institucionalização se materializou ao longo do século XIX e se tornou cada vez mais nítida com a fundação de academias e instituições educacionais e científicas, como o IHGB, em 1838.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> “Essa cruzada foi longa, difícil e contou com agentes diversos. Num primeiro momento, a política de costumes, representada pela Intendência-Geral, foi sua grande protagonista. Cedo, contudo, outros agentes vieram juntar-se a esse grupo pioneiro: os médicos, os pedagogos, os juristas e, sobretudo, os praticantes das letras” (FRANÇA, J. M. C. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p.10).

<sup>20</sup> Sobre a institucionalização do saber e o projeto civilizatório de Estado, ver DIEHL, Astor A. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: UPF Editora, 1998, p. 51; NAXARA, Márcia R. C. Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.; SCHWARCZ, Lília M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.141.; SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. e WASSERMAN, Claudia. A historiografia latino-americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. In: MALERBA, J.; ROJAS, C. A. (orgs.). **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p.259-285.

## Composição narrativa e decomposição analítica do Brasil entre os séculos XIX e XX<sup>21</sup>

No século XIX, a composição intelectual do Brasil se deu, notadamente de sua independência até o Segundo Reinado, por meio de uma narrativa histórica fundamentada na concepção teleológica da história alinhada com o projeto moderno ocidental-europeu. Sob os auspícios do Estado imperial que se consolidava e na pena dos membros do IHGB, produziu-se uma leitura do Brasil amparada no conceito de civilização e impregnada por promessas de progresso e desenvolvimento, versão que legitimava a Monarquia e seus quadros sociais.<sup>22</sup> A esse padrão do discurso historiográfico chamamos, por convenção, de *narrativa histórica oitocentista*.

Entretanto, na virada do século XIX para o XX, outra leitura do Brasil passou a ser elaborada, diante do deslanche de Europa e Estados Unidos e do fracasso brasileiro na realização do projeto de civilização, progresso e desenvolvimento, a despeito inclusive do advento da República. Em um cenário de dificuldade para a República se consolidar, marcado pela predominância de oligarquias no poder federal e de coronelismos locais, que incluía enfrentamentos de insurgências monarquistas e esforços para substituir o braço da mão-de-obra recém alforriada pelo do imigrante branco, vários intelectuais brasileiros promoveram revisões analíticas e críticas que dissecaram a versão do Brasil construída pela *narrativa histórica oitocentista*, com a intenção de compreender e apontar soluções para o problema do “atraso” do país – o que depois ficou conhecido como *pensamento social brasileiro*. Este acabou por estabelecer um padrão de se pensar o Brasil cuja herança atravessou o século XX, de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior ao “dependentismo cepalino”.

---

<sup>21</sup> Empristo esse raciocínio da composição e decomposição intelectuais do Brasil de MALERBA, J. Heranças brasileiras: construção e desconstrução do Brasil (séculos XIX e XX). In: Passador, C.; Passador, J. (orgs.). **Gestão Pública e Desenvolvimento no Século XXI**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 79-106.

<sup>22</sup> Isto foi examinado em outro lugar: GONÇALVES, S. C. Poder e civilização no Brasil Imperial: a Monarquia na perspectiva da História das Ideias. **Diálogos Latinoamericanos** (Latin American Center, University of Aarhus), v. 20, p. 48-71, 2013. Ver também GONÇALVES, S. C. **Pensamento Civilizador e Escrita da História: Origens da Historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2009b, 200f.

## A questão deste trabalho

Da *narrativa histórica oitocentista ao pensamento social brasileiro*, há um contraste de duas formas de se pensar o Brasil e duas formas de se escrever sua história. Uma vez estabelecida tal premissa, a questão que este estudo quer responder é: como se operou a mudança da *narrativa histórica oitocentista ao pensamento social brasileiro*? Para isso, esta obra estuda a transição entre esses padrões discursivos na historiografia do Brasil por meio de uma série de obras de história do Brasil e de obras que o analisaram historicamente, compondo uma pequena brasiliana publicada no período de 1840 a 1870. Não se trata de um estudo de caso ou de esquadrihar cada uma das obras e cada um dos autores abordados, menos ainda de considerar suas trajetórias individuais e pertencimentos políticos prosopograficamente, mas se trata de uma investigação no nível da linguagem para captar tendências e regularidades no interior de uma prática discursiva.<sup>23</sup>

Trata-se, ao fim e ao cabo, de obra multidisciplinar. Este é um estudo de história da historiografia e de teoria da história que investiga como se escreveu a história sobre o Brasil no passado e de qual pensamento se serviu o historiador para escrevê-la.<sup>24</sup> Também é um estudo de teoria da literatura que investiga elementos linguísticos, padrões discursivos e estruturas narrativas da escrita de história do Brasil.<sup>25</sup> E este é um estudo de filosofia que investiga a construção lógica do sentido do Brasil por meio da escrita de sua história, com uma coerência epistemológica em certa medida inspirada na axiologia e no pragmatismo, e que procura se traduzir em uma experiência estética de dimensões do passado capturadas nos textos de época.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

<sup>24</sup> Quem estabeleceu essa distinção entre, respectivamente, os objetos da historiografia e da teoria da história foi Josep Fontana. Cf. FONTANA i LAZARO, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p. 9.

<sup>25</sup> Cf. BAL, M. (ed.). **Narrative Theory: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies**. Vol. I: Major Issues in Narrative Theory. London; New York: Routledge: 2004.; CALLINICOS, A. **Theories and Narratives: Reflections on the Philosophy of History**. Durham: North Carolina; Polity Press: Cambridge, UK, 1995.

<sup>26</sup> Cf. SCHROEDER, M., "Value Theory", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/value-theory/>> Acesso em 14/01/2013.; GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Making Sense in Life and Literature**. (Theory and History of

## Antecedentes

No que tange a estudos análogos a este, ou em que o campo da teoria da história e história da historiografia relaciona a busca pela modernidade com formas de análise do passado, destacam-se, pelo menos, dois conjuntos de trabalhos entre as publicações relativamente recentes mais conhecidas: o estudo sobre a “cultura historiográfica brasileira”, de Astor Antônio Diehl, e as obras sobre as “identidades do Brasil”, de José Carlos Reis.

As obras de Astor Diehl pintam o seguinte quadro geral da teoria e história da historiografia brasileira: no século XIX, as duas fases constituídas pela formação e ascensão do Império e pela sua posterior decadência teriam sido marcadas pela temática da *civilização*, pela fixação nos modelos políticos, estéticos e discursivos característicos do conceito de civilização; na transição do século XIX para o XX, a cultura historiográfica produzida entre os escombros do Império e o início da República teria sido caracterizada pela categoria *progresso*, com a qual o *cientificismo* e o *positivismo* miraram no projeto moderno; enquanto que, na primeira metade do século XX, teria prevalecido a temática do *desenvolvimento*, tanto na busca da explicação para o fracasso do projeto moderno no Brasil, diagnosticando um “atraso” do presente, quanto nas análises do passado e projetos de futuro que visavam colocar o Brasil na mesma trilha dos países desenvolvidos.<sup>27</sup>

Já as obras de José Carlos Reis procuraram reconstruir paradigmas do pensamento histórico brasileiro que estabeleceram as matizes da identidade nacional.<sup>28</sup> Sua fonte para análise foi a historiografia, pois, segundo Reis, ela teria o poder de revelar os paradigmas teórico-metodológicos e as teses mais racionais que permitem discutir as identidades do Brasil.<sup>29</sup> A partir disso, Reis traça o percurso das mutações intelectuais que construíram a trajetória histórica

Literature, Volume 79). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.; GUMBRECHT, Hans Ulrich. **The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship**. Urbana, Chicago and Springfield: University of Illinois Press, 2003.; RORTY, Richard. **Verdade e Progresso**. [1998]. Barueri, SP: Manole, 2005.

<sup>27</sup> DIEHL, A. A. Op. cit., 1998.; DIEHL, A. A. **A Cultura Historiográfica Brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

<sup>28</sup> REIS, J. C. **As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.; REIS, J. C. **As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>29</sup> REIS, J. C., 2006, p. 20-21.

da ideia de nação brasileira nos séculos XIX e XX. No primeiro volume, percorre a linhagem inaugurada na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, e concluída na teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, enquanto, no segundo volume, examina as obras intituladas *História da civilização brasileira* (1933), de Pedro Calmon, *Conceito de civilização brasileira* (1936), de Affonso Arinos, *Evolução do povo brasileiro* (1923), de Oliveira Viana, e *O Brasil nação: realidade e soberania brasileira* (1931), de Manoel Bomfim.<sup>30</sup>

O primeiro conjunto de trabalhos, de Diehl, traz uma análise geral e interpretativa da história como ciência no Brasil, uma análise atenta sobretudo à relação entre a construção da identidade nacional e a mobilização pela modernização. O segundo conjunto, de Reis, evidencia a pluralidade das discussões sobre o problema da identidade enquanto busca captar o debate da época analisando uma seleção de obras reconhecidas como “clássicas”. Em que pese o fato dos eixos das investigações de Diehl e de Reis serem distintas do que este estudo propõe, há uma similaridade na abordagem ao objeto: ambos evidenciam que o trinômio *civilização, progresso e desenvolvimento* configura um aspecto teórico fundamental da historiografia que interpretou o Brasil entre os séculos XIX e XX.

Evidentemente, há outros trabalhos que trataram de obras que interpretaram o Brasil. Todavia, o objeto de tais trabalhos em geral é bastante distinto do que este propõe. É o caso do livro *Um Enigma Chamado Brasil*, organizado por André Botelho e Lilia Schwarcz, em que reúnem 29 ensaios sobre vários dos intérpretes do país. Apesar de seus organizadores reconhecerem que, se o livro “significa um balanço do *pensamento social brasileiro*, é também um indício de que existe ‘uma comunidade (mais alargada) de imaginação’”, remetendo-se ao conceito de comunidade imaginada de Benedict Anderson, a obra, entretanto, apresenta análises sobre cada autor, fragmentadas, sem buscar uma compreensão do conjunto.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Ver também CÔRTEZ, Norma. Do Brasil, S.O.S. ao Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VI, n. 66, Novembro, 2006. Disponível em <[http://www.espacoacademico.com.br/066/66res\\_cortes.htm](http://www.espacoacademico.com.br/066/66res_cortes.htm)> Acesso em 25/06/2008.

<sup>31</sup> BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). **Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Cf. ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Divisão do Nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Uma obra que de fato apresenta uma compreensão de conjunto é o livro póstumo *Pensamento Social no Brasil*, de Octávio Ianni, que reúne ensaios do autor sobre a trajetória de formas de se pensar o Brasil, desde a Independência até o Populismo e o Militarismo no século XX, passando pelo dilema sobre a modernidade nacional no final do Império e início da República. A obra de Ianni fornece uma compreensão sociológica valiosa do processo histórico da intelectualidade brasileira que pensou o Brasil e seus problemas. No entanto, há uma diferença importante entre este estudo e o trabalho de Ianni, a saber: a relação com o objeto. Na esteira de seu mestre, Florestan Fernandes, Ianni reflete sobre seu objeto envolvendo-se com ele, isto é, ao tratar da trajetória intelectual do Brasil, emite pareceres, avaliando se o caminho do Brasil foi correto, se as proposições de seus intelectuais foram acertadas, aparentemente julgando-as a partir de uma concepção de história quase teológica e evolutiva, a qual se revela em diversos momentos do seu texto, como ao dizer que, “em 1822, o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história” (p.15), ou ao concordar que “as figuras de Mauá, de Alves Branco e Tavares Bastos [...] expressaram as inquietações de um país atrasado na corrente da história, anacrônico do seu tempo” (p.16), ou ao afirmar que, “em 1888-1889, o Brasil tentou entrar no ritmo da história” (p.20). Assim como os autores catalogados no *pensamento social brasileiro*, Octávio Ianni parece assumir a preocupação de superar os dilemas da modernidade local cara ao objeto de estudo, e, com isso, acaba por produzir uma obra sobre a trajetória do pensamento social que freqüentemente se confunde com uma história republicana e pela modernização do Brasil.<sup>32</sup>

### **A construção desta obra**

Este estudo, no entanto, pressupõe uma relação “arqueológica” com o objeto sob exame e não se envolve no debate sobre se aquilo que as narrativas e análises históricas do Brasil afirmam é verdade ou não ou se suas proposições são plausíveis. Este estudo busca, antes de tudo, descrever a estrutura lógica dos atos de fala nos constructos historiográficos, observando as

---

<sup>32</sup> IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

regularidades entre os enunciados, a produção de conceitos, as escolhas temáticas e as formulações teóricas.<sup>33</sup>

Desse modo, este estudo se reserva à compreender o estatuto de verdade e as estratégias retóricas aos quais os textos de época permitiram acesso. Para isso, contudo, além de se servir de recursos teórico-metodológicos que tradicionalmente cumprem os protocolos acadêmicos, a construção do texto desta obra utilizou largamente o recurso literário da intertextualidade, inclusive preservando integralmente a grafia original dos documentos históricos nas citações diretas e indiretas. Em que pese a possibilidade de reproduzir um ou outro erro tipográfico ou gramatical, o risco é assumido com o propósito de tentar alargar as possibilidades das práticas interpretativas usuais, que em geral se circunscrevem à explicação, à análise e à descrição com dados cruzados, buscando fundir história e estética em uma mesma experiência.<sup>34</sup> Com isso, pelo estabelecimento de um regime intertextual, procura-se em alguma medida fruir do contato com disposições psicológicas e dimensões indescritíveis e inexplicáveis capturadas do *clima* e da *atmosfera* da época em que as obras historiográficas sob exame foram produzidas. Afinal, como no caso de um instrumento musical, a explicação e a descrição acerca de seu tom particular não substitui a experiência de ouvi-lo. Trata-se, assim, da experiência de se deixar afetar pelo texto tocado pela ressonância de uma realidade histórica complexa.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Este procedimento de pesquisa foi objeto de outro estudo: GONÇALVES, S. C. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-História**. Campinas/SP: NEE-UNICAMP, 4 de fevereiro, p. 1-21, 2009a. ISSN 1807-1783. Disponível em <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=158>> Acesso em 15/02/2011.

<sup>34</sup> "Because the literary work of art is a thing in the world and not a dumb object before a subjective chatterbox, its exteriority, the whole social, cultural, and historical *milieu* of its conception blends into its substance especially (but not necessarily) through aesthetical mediation: prosody, word choices, tone, technical *faux pas*, and minute inflections of any sort" (BRITO, Matheus de. *Stimmungen* or "In the Mood for Differentiability". **Materialities of Literature**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 185-189, nov. 2014, p. 187. ISSN 2182-8830. Disponível em: <<http://iduc.uc.pt/index.php/matlit/article/view/1791>>. Acesso em: 26 Jan. 2015).

<sup>35</sup> "As the tuning of an instrument suggests, specific moods and atmospheres are experienced on a continuum, like musical scales. They present themselves to us as nuances that challenge our powers of discernment and description, as well as the potential of language to capture them" (GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosphere, Mood, Stimmung: On a Hidden Potential of Literature**. Stanford: Stanford University Press, 2012. Kindle App, Documento/Localização 84).

## **PARTE I**

### **HISTÓRIA NARRATIVA**

Os capítulos reunidos na primeira parte mapeiam a ideia de Brasil que foi se constituindo em formulações historiográficas registradas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicadas em obras de história do Brasil publicadas no período entre cerca de 1840 e cerca de 1870, e descrevem como, nesse processo, uma série se construiu no período com a recorrência das noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento.

Trata-se também de observar indícios que, no conjunto das formulações historiográficas sob exame, insinuam uma tendência de trânsito de uma estrutura textual majoritariamente narrativa para uma estrutura textual predominantemente analítica.

## I

**Constituição narrativa do Brasil na historiografia do IHGB**

*A civilização porém não é uma e idêntica; varia segundo os lugares, segundo os tempos, segundo os povos, e depende principalmente da religião. Genericamente chamamos civilizado o povo, que com hábitos sociais tem religião, governo e indústria.*

Gonçalves Dias<sup>1</sup>

Em 1854, quando Francisco Adolpho Varnhagen publicou o primeiro volume de sua *Historia Geral do Brazil*, a primeira obra de história geral do país propriamente dita que surgiu pelas mãos de um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), já haviam se passado dezesseis anos desde sua fundação.<sup>2</sup> Contudo, ainda que grande parte das atividades do Instituto fossem eventos sociais ligados à vida social cortesã, as atas de reuniões entre sua fundação em 1838 e meados da década de 1850 e em estudos históricos publicados em sua Revista até cerca de 1870 evidenciam a existência de uma preocupação duradoura com a estruturação de um projeto historiográfico para o Brasil. A respeito disso, uma extensa bibliografia, em que se inclui, entre outros, Arno Wehling, Astor Diehl, José Murilo de Carvalho, Lúcia Paschoal Guimarães, Manoel Salgado Guimarães e Temístocles Cezar, e na qual, via de regra, prevalece certo consenso sobre o envolvimento de figuras do alto escalão da Corte e da estrutura administrativa do Estado monárquico com as atividades do

---

<sup>1</sup> DIAS, Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 30(35):5-192,257-396, 1867, p. 257.

\* Para escritos publicados na Revista do IHGB, adota-se o padrão de referência à citação do próprio Instituto Histórico, que melhor permite consultar seu próprio acervo. Trata-se de uma exceção à padronização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

<sup>2</sup> Para um perfil dos fundadores do IHGB, ver GONÇALVES, S. C. O intelectual cortesão e a civilização: um perfil dos fundadores do IHGB e de sua Revista. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes de; OLIVEIRA, Maria da Glória de (Orgs.). **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

IHGB.<sup>3</sup> Cabe descrever aqui, contudo, descrever os parâmetros mais recorrentes para o projeto historiográfico oficial, de Estado, que o Instituto Histórico deixou registrado ao longo das páginas de sua Revista. Assim, este capítulo mapeia a ideia de Brasil que foi se constituindo por meio das páginas da Revista do IHGB e descreve a recorrência das noções de progresso, de desenvolvimento e de civilização no projeto historiográfico oficial que redundou na elaboração da escrita de uma História do Brasil.

### 1.1 Concepção de temporalidade e ideia de civilização

As primeiras atas de suas reuniões dão conta que o IHGB recém-fundado procurou fiscalizar e fomentar a organização do passado do Brasil e da composição de sua história como país independente.<sup>4</sup> Sua primeira sessão, de 1

---

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996; CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007; CARVALHO, José Murilo de; BETHELL, Leslie. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, L. (org.) **História da América Latina: da independência até 1870.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, volume 3, 2001; CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos* (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004; COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000, p.217-231; DIEHL, Astor A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo: Edipuf, 1998; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O tribunal da posteridade”. In: PRADO, Emilia Prado. (Org.). **O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838-1889. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 156(388), jul./set. 1995; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. Estudos Históricos* (caminhos da historiografia). Rio de Janeiro, n. 1, 1988; WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

<sup>4</sup> Manoel Guimarães observa que “à idéia de transformar o IHGB em centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil, articulam-se inúmeras medidas tomadas no interior da instituição, tais como a sugestão feita em reunião realizada em 1842 de transformar sua biblioteca em depósito central obrigatório das obras publicadas no Brasil; o pedido aos presidentes de província do envio de seus relatórios anuais, interferindo assim na esfera da competência do Arquivo Nacional, criado no mesmo ano de 1838; ou ainda o plano de Januário da Cunha Barbosa de transformar o IHGB numa central de dados de natureza estatística, levantados nas diferentes províncias. Concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos” (GUIMARÃES, M. L. S. Op. cit., 1988, p. 16).

de dezembro de 1838, além de sugerir que o Imperador aceitasse o título de protetor do Instituto, o que foi prontamente atendido, pedia a organização de um mecanismo para que o Instituto pudesse receber notícias históricas e geográficas acerca do Brasil através de seus correspondentes. Conforme a ata da sessão de 20 de abril de 1839, formou-se uma comissão encarregada de “colligir e escrever tudo aquilo que possa esclarecer ao historiador sobre a gloriosa época da nossa independência”.<sup>5</sup> Nesta mesma sessão, propunha-se também uma discussão a fim de determinar “as verdadeiras épocas da historia do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga, moderna, ou quaes devem ser suas divisões”. Esse tema foi a ordem do dia na sessão seguinte, em 15 de dezembro de 1838, marcada pela leitura de trabalhos sobre este objeto e pelo pedido, requerido pela fala do membro Rocha Cabral, para que o Instituto “empregasse todos os seus esforços para mandar vir de Portugal importantes manuscriptos, que lá devem existir, sobre o Brazil”.<sup>6</sup>

A edificação da história nacional era largamente compreendida como inevitável e essencial, pois se considerava a história como um dos fatores determinantes para o sucesso da política e da administração pública. Tal ideia é constantemente repetida ao longo das páginas da Revista do IHGB, seja em atas de reunião, em apreciações de obras enviadas por sócios correspondentes ou no conteúdo de artigos publicados.<sup>7</sup> Essa compreensão está registrada na fala do “Secretário Perpétuo” apresentada na sessão 27 de novembro de 1840. Dizia Januário da Cunha Matos que “da ignorancia dos povos vem

---

<sup>5</sup> EXTRACTO das actas das sessões dos mezes de Abril, Maio e Junho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:111-117, 1839, p. 112.

<sup>6</sup> EXTRACTO das actas das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro nos mezes de Dezembro de 1838, e Janeiro, Fevereiro e Março de 1839. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:45-53, 1839, p. 45.

<sup>7</sup> Alguns dos mais representativos: PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:547-557, 1841; supl. 33-43; 2.ed. 547-557; 3.ed. 451-458; COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Discurso d’abertura recitado pelo Vice-Presidente o Exm. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, no dia 27 de Novembro de 1840. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1840, tomo 2 (suplemento): 574-582; CASTILHO, José Feliciano de. Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 11:259-266, 1848; 2.ed. 259-266; PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Illustração, que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 1, p. 65-85, 1839; 2.ed., p. 77-97; 3.ed., p. 61-76.

commummente a facilidade com que se deixão embair”, e que, por isso, “até o mesmo homem de genio necessita do fio da Historia para se guiar com segurança no obscuro dedalo da política”, pois, segundo o secretário, a história possui a faculdade de tornar presente a experiência dos séculos passados e de ministrar conselhos “tão seguros como desinteressados, que lhe aclarão os caminhos que deve seguir, as escolhas que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sabia manobra póde felizmente fazer chegar a nau do Estado”.<sup>8</sup>

Tal função pedagógica da história é professada muito frequentemente através de construções de narrativas nas quais as noções de patriotismo, progresso, desenvolvimento e prosperidade são fatores equacionados em conjunto com as palavras “história”, “passado”, “ciência”, “literatura”, “Estado” e “civilização”. Lida orgulhosamente em sessão, a carta do secretário do *Institut Historique* francês, Eugenio de Monglave, dirigida ao Januário da Cunha Barbosa, dá indícios de um padrão valorativo que compactuava com o projeto historiográfico que o IHGB estabelecia:

A fundação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro é uma grande feliz Idea; e não podéis dar um maior testemunho de vosso patriotismo e zelo pela gloria e prosperidade do Brazil; é um acto que a Historia da sciencia não olvidará commemorar, e que há de transmittir vosso nome á posteridade, tornando-o charo a todos os que se interessam pelos progressos do espirito humano. Todos os nossos membros tem ouvido com bastante satisfação a noticia d’esse estabelecimento scientifico, e o relatorio circunstanciado impresso no *Bulletin* d’esse Instituto lhe tem dado grande nomeada, tanto em França, como nos paizes estrangeiros. Vê-se por isso que o Brazil começa a sentir toda a sua importância, e deseja ter parte no grande movimento, que impelle a humanidade a um brilhante futuro, querendo occupar o lugar, que lhe convém, em meio das grandes nações. E de certo pertencia ao único paiz, que tem na America sua litteratura nacional, principiar a explorar outras partes do immenso campo, que se tem aberto á intelligencia do homem. Começar pela geographia, e pela historia é começar bem, é lançar uma vista sobre o passado, para obter esclarecimentos, que sirvam de illuminar todos os momentos do tempo presente; é unir o estudo das cousas positivas ao estudo d’quelas que lhe dão vidas.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1840, tomo 2 (suplemento): 582-603, passim.

<sup>9</sup> EXTRACTO das actas das sessões dos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:277-295, 1839, p. 281. Grifo meu.

Os valores implicados nas palavras grifadas no elogio que o Instituto recebeu e fez questão de promover foram reverberados inúmeras vezes nas páginas da Revista durante o século XIX, evidenciando que a circunscrição às noções de civilização, de progresso e desenvolvimento plausivelmente figurou como um lugar-comum no projeto historiográfico oficial. A respeito disto não faltam exemplos:

Em uma de suas principais falas como primeiro presidente do instituto, José Feliciano Fernandes asseverou que o IHGB “é o representante das idéas de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente”.<sup>10</sup> A ideia foi reiterada e complementada em outras oportunidades, como ao defender, sob os mesmos princípios, que a ciência é o motor do desenvolvimento e da civilização, e que, assim, é preciso a difusão das luzes para a nação colher os frutos da civilização.<sup>11</sup> Nesse cenário, o papel da história seria protagonista e, assim sendo, o Instituto teria a função de, em suas palavras,

rastejar vestígios de povos civilizados, que por ventura hajam habitado esta bella região; salvar da voracidade dos tempos monumentos e escriptos fidedignos para a Historia e a Geographia do paiz; propagar pelas classes menos illustradas o brilhante lume que os primeiros fostes em accender n'este continente, outr'ora oppresso e obscurecido pelo regimen colonial: consagrar altares à virtude, sem a qual a mais vasta e bem cuidada erudição torna-se supérflua e até perigosa (a nação prescinde de archotes que a fascinam e cegam; necessita de pharões que a enderecem e guiem), são o dever principalíssimo das sociedades scientificas, e n'isso emprega o Instituto seus assíduos desvelos.<sup>12</sup>

Patenteia-se, com isso, uma concepção acerca da passagem do tempo e da função da história. Conforme expressão registrada em um discurso de Manuel de Araújo Porto Alegre, o tempo seria marcado pela “marcha do espírito humano”, manifesta através de um “desenvolvimento oscillatorio, e transições”

<sup>10</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Op. cit., 1839. Cf. KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* histórico. **Revista de História Regional**. 10(2): 47-70, Inverno, 2005.

<sup>11</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso do presidente o exmo. sr. Visconde de São Leopoldo [na terceira sessão pública aniversária]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 3, 2.ed., p. 517-521, p. 521.

<sup>12</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso do presidente na quarta sessão pública aniversária do IHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 4, p. 1-4, 1842. Suplemento, p. 3-4.

que “nos apresenta um resultado lisonjeiro para a civilização”, conforme seria comprovado pela análise comparativa dos séculos.<sup>13</sup> A linha progressiva da humanidade seria um “laboratorio perpetuo de idéas” repleto de “tempestades intellectuaes” cujos elementos se debateriam até que produzissem o embrião de novas ideias, capazes de produzir uma revolução, capaz de regenerar o povo, fazendo-lhe abrir “as portas de um futuro brilhante”. Nesse processo, a passagem do tempo registraria a marca do humano, ou melhor, da transição do espírito humano, o que seria notável, inclusive, na arte:

No theatro das producções do gênero humano, as bellas artes, que começam sempre com a religião, são as últimas que vem sentar-se nos seus bancos a par das sciencias; ellas apparecem ataviadas de toda a sua pompa, e impregnadas das idéas dominantes, como a ultima expressão da mente contemporanea. São mais um thermometro sensível para o philosofo, porque marcam o pensamento de época, e o contacto mais ou menos intimo com a civilização d’esta ou d’aquella nação.<sup>14</sup>

Enquanto o movimento do tempo seria “o hynno solemne, progressivo e universal da história”, um registro da “intelligencia humana” que exprime “o que há no homem de sublime, de immortal e de divido”, para Porto-Alegre, a história teria a função de ser o “manancial que fertilisa o entusiasmo, que prepara e fortalece para apparecer no meio dos homens trajado com as vetes do heroísmo e das outras virtudes”. Dito de outro modo, a função da história, em sua compreensão, seria fornecer a narrativa completa e heróica do homem em sua passagem pela “estrada da civilização”, a qual parece fornecer um atestado de contiguidade das eras passadas e de seus respectivos grandes nomes com a época contemporânea:

A reunião de todos os actos da humanidade é a grande epopeia da civilização: Homero, Thucydides e Eschylo, Lycurgo, Demosthenes e Phidias, Numa, Cesar e Cicero, Agrippa, Virgilio e Tacito, Carlos Raphael e Vico, Camões, Descartes e Newton, Leibnitz, Lavoisier e Napoleão, Neucomen, Laplace e Cuvier, David e Alexandre Soumet, são as estrophes variadas e magníficas d’esta narração pomposa, d’este canto sublime e progressivo que narra as victorias do

---

<sup>13</sup> PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Op. cit., 1841, p. 547.

<sup>14</sup> PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Op. cit., 1841, p. 548.

entendimento, e faz da humanidade o herôe de tantas e tão variadas conquistas.<sup>15</sup>

Tal registro das grandes eras e dos fatos heróicos dos grandes nomes seria edificado pelo monumento das letras. Dizia Porto-Alegre que “o alfabeto é o lema da civilização” e que “o termometro que marca o seu desenvolvimento é graduado com templos, túmulos e livros”.<sup>16</sup> Recorrente, é possível encontrar essa concepção acerca da importância da literatura e da escrita enquanto índice e instrumento de civilização também no *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brazil* (1847) que Francisco Adolpho Varnhagen escreveu para anteceder seu *Florilegio da poesia brasileira* (1850).<sup>17</sup> Nessa equação, outro fator juntava-se à concepção universal do tempo e à ideia da função de narrativa heróica da história: o nacionalismo cortesão. Ao passo que as páginas da Revista do Instituto Histórico buscavam responder aos anseios de um Estado monárquico que buscava um passado heróico para se justificar, o rei D. Pedro II foi frequentador assíduo das reuniões e carregava o título de protetor do IHGB, o que lhe rendeu incontáveis cortejos, os quais, na maioria das vezes, expressavam-se, como de costume, circunscritos às noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento.<sup>18</sup> Em suas palavras, dizia Porto-Alegre:

Felizmente para a época actual e para o futuro, hoje, n'esta casa sagrada, n'este recinto radiante das luzes e da magestade do Príncipe Americano, vimos collocar na concha da balança opposta do egoísmo mais um contrapeso civilizador, mais uma medalha diamantina, que diminua o peso do espírito da actualidade, d'esse espírito devastados, que avassallaria todo o Império, se uma porção de homens de fé e de crença inabalável não se levantasse, e não viesse buscar um seguro asylo junto ao throno imperial, gozar do munificente amparo de sua alta liberalidade, de sua proteção paternal. Aqui estamos seguros: temos em face um homem que vale uma nação, e uma intelligencia que abraça todas as verdades da philosophia da história: este homem nação, esta vasta intelligencia é o nosso Protector.[...]

---

<sup>15</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Discurso official do orador do Instituto o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. Sessão pública no dia 6 de abril de 1848 para inauguração dos bustos do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 11:215-288, 1848, p. 221-222.

<sup>16</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Op. cit., 1848, p. 231.

<sup>17</sup> Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil**. 1847; VARNHAGEN, F. A. de. **Florilégio da poesia brasileira**. [1850]. 3 vols. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946.

<sup>18</sup> Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit., 1988.

Príncipe da juventude, vós sois o Messias immortal da nossa salvação: a Providência pôz em vossas mãos uma das mais bellas missões que se possa desejar; uma palavra vossa é a vara mágica que póde transformar a Terra de Santa Cruz n'um paraíso, os Brasileiros n'um povo civilisado, a nossa época n'uma época orgânica, e o vosso reinado n'um exemplo luminoso para o futuro, n'um facto que convença toda a America que a monarchia é a mais sólida base da grandesa e felicidade das nações.<sup>19</sup>

A mesma lógica é compartilhada em outras falas publicadas na Revista do IHGB. Ao refletir sobre a relação entre civilização e espírito humano, letras e saber, Januário da Cunha Barbosa observa que “o espírito humano marcha; e com elle as lettras se adiantam; e uma fome de saber presente-se na geração actual, que nos faz esperar resultados gloriosos á nossa crescente civilisação”.<sup>20</sup> A importância atribuída às letras e a função que o IHGB buscava desempenhar pela civilização da pátria são bastantes claras no balanço que o secretário faz dos cinco primeiros anos de vida do grêmio:

Com este fim appareceu há cinco annos o Instituto Histórico e Geographico do Brasil, animado pela approvação geral dos bons brasileiros, e resolutos a desembaraçar das trevas de passados tempos a historia da pátria, que só se deve escrever dignamente depois de reunidos e collocados em seus verdadeiros logares e tempos os documentos necessários a tão útil empreza. As academias e sociedades respeitáveis do velho mundo o tem saudado como estabelecimento, que honra o gênio das lettras brasileiras, e promove a gloria da patria. Vós mesmos, senhores, sempre possuídos do mais ardente patriotismo, lhe tendes consagrado animadora veneração. O Governo Imperial, amigo das lettras, porque as lettras illustram os Estados, não cessa de coadjuvar as fadigas dos que assim procuraram fazer conhecida a honra da pátria; e quando outros resultados não tivéssemos já colhido d'este recente litterario estabelecimento, bastára a certeza de que por elle as lettras brasileiras se fraternisam com as do velho mundo, adiantando-se em sua marcha pelas conrrespondencias e escriptos scientificos de tantos sábios, que já nos honram considerando-nos patrioticamente empenhados no progresso das sciencias, em um paiz quase novo, abundante de objectos mal conhecidos, e arrebatando pela influencia da civilisação do nosso século, que sobrepuja as maiores dificuldades para chegar a seus gloriosos fins.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Op. cit., 1848, p. 221-234, passim.

<sup>20</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 4, p. 4-27, 1842. Suplemento, p. 5.

<sup>21</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório lido no acto de solemnizar-se o 5º Anniversario do Instituto Historico e Gepgraphico Brasileiro, no dia 10 de Dezembro de 1843. **Revista do**

O *Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil* (1848), de José Feliciano de Castilho, é também bastante ilustrativo para apontar a expectativa de progresso e civilização atribuída ao uso das letras pelo IHGB em benefício do governo imperial – por meio de uma compreensão do tempo que aloca o Estado monárquico em uma contiguidade imaginada com a Antiguidade clássica. Castilho chama o fardo historiográfico dos homens de letras de “cruzada literária”:

D’essa protecção illustrada são opulentos herdeiros os povos que os protegidos honraram com suas obras: a immortalidade de um povo resulta da immortalidade dos seus gênios. As gerações passam, mas ficam os monumentos de pedra, do livro, do nome; esses transcendem gloriosos os seculos, e servem não raro de escudo a nacionalidades.<sup>22</sup> Quem não tem apreciado a omnipotencia das grandes recordações historicas? Inda hontem, quando o feroz e fanático alfange dos Turcos ceifava a Grecia moderna, não houve, por toda a Europa, senão um grito unisono entre todos os homens de letras; nem um faltou á chamada n’essa cruzada litteraria, em que todos salvavam uma como pátria. Todos esses magestosos vultos da antiguidade pareciam ter-se levantado para invocar-nos, em socorro de sua posteridade. Eram os Themistocles, os Aristides e os Alexandres que sollicitavam os guerreiros do occidente. [...] Assim foi a fria política forçada, no seu ultimo reducto, tanto a Europa litteraria e sabia, quanto o occidente livre se mostraram ardentes no pagamento da antiga e nobre divida.<sup>23</sup> [...] Sem receio podem dizer-se estas verdades no venerando grêmio onde soa a minha humilde voz. Sem receio, porque os conselhos de futuro são aqui a historia do passado. As duas grandes condições sociaes realizou-as no Brazil. A protecção desvelada e constante ás sciencias e ás letras symbolisa-se n’aquelle sceptro. O culto dos grandes pela sciencia symboliza-se n’esta magestosa solemnidade. São solidas as escoras: é sobre ellas que sem por uso assentar a immortalidade de um povo.<sup>24</sup>

Em tais excertos se apreende uma lógica da passagem do tempo e da trajetória do homem na qual se verifica uma noção de humanidade cuja linhagem se inicia em uma imagem heróica da Antiguidade clássica, perpassando o Império Romano, que, após resistir bravamente às trevas da Idade Média, retoma o

---

**Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 5:4-30, 1843. suplemento; 3.ed 4-31, p. 5-6. No original, a grafia oscila entre o S e o Z, “brasileiros” e “brazileiras”.

<sup>22</sup> CASTILHO, José Feliciano de. Op. cit., 1848, p. 264-265.

<sup>23</sup> CASTILHO, José Feliciano de. Op. cit., 1848, p. 265.

<sup>24</sup> CASTILHO, José Feliciano de. Op. cit., 1848, p. 266.

desenvolvimento civilizatório e, progressivamente, encontra seu ápice na época então contemporânea, através, sobretudo, das letras e das ciências nacionais.<sup>25</sup>

É nessa trajetória em que teria emergido o Brasil, como o produto de uma linhagem de progresso e civilização. De acordo com a interpretação contida nas *Breves reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brazil* (1856), de Caetano Filgueiras, a civilização teria percorrido seu caminho das arábias ao Ocidente, sempre amparada na Verdade e na liberdade - sua condição *sine qua non* -, até chegar a Portugal, a partir de onde a humanidade teria sido guiada por Deus até chegar ao Brasil. Segundo Filgueiras, já que Portugal não procurava erguer um “partenon” em Sua glória, pois lá todos se ocupariam do comércio - a filosofia primitiva da época, em sua concepção -, Deus teria tratado de intervir para que o Portugal navegador e explorador da costa da África percebesse que “as balisas do caminho da opulência, do progresso e do renome” escondiam-se “por trás de um oceano e não por de trás de um cabo”. Assim, dizia:

So a Providencia podia condôer-se d'aquella desordenada ambição de ouro, de especiarias e de conquistas, e conduzir um Portuguez ás praias do Brazil para dizer-lhe: << Quereis ouro, especiarias e conquistas... fartai-vos... mas fundae aqui uma civilisação e levantae uma cruz!... >>

Assim foi: -- a Providencia, -- ou como se diz em linguagem do mar: a força maior, um temporal forçou o Portuguez Alvares Cabral a atravessar o Atlantico e a baptizar os Elysios de Homero, a Thule de Seneca, a Atlantida com o simples nome de – Terra da Vera Cruz!<sup>26</sup>

Desse modo, o Brasil vai se constituindo, historiograficamente, nessa concepção de trajetória no tempo, como resultante do progresso inevitável da humanidade e como benfeitoria fundada pelo europeu, na qual o processo de mudança no tempo é compreendido como uma transição de fases de civilização.

<sup>25</sup> As *Breves reflexões* de Joaquim Pinheiro são um registro dessa interpretação da humanidade e, também, celebram o cristianismo como um dos braços da expansão da civilização para além do continente europeu. No caso do Brasil, o elogio recai sobre a tutela civilizadora que fora exercida pela catequese no período colonial. Cf. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 19:379-397, 1856; 2.ed. 379-397.

<sup>26</sup> FILGUEIRAS, Caetano. *Breves reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brazil em Geral e sobre a instituição das capitánias em particular*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 19:398-424, 1856, p. 406.

## 1.2 Fases da história, rede de causalidade e julgamentos de valor

Essa compreensão está registrada em várias páginas da Revista do Instituto Histórico, mas é sobretudo exemplar e eloquente na fala de Joaquim Manoel de Macedo. Ao apresentar seu relatório em sessão pública aniversária de 15 de dezembro de 1853, na condição de primeiro secretário, dizia Macedo aos presentes: “commemoramos hoje o decimo quinto anniversario do Instituto”, “uma festa de letras; [...] seguimos o rito que nos prescreve a sciencia e o progresso; expomos os fructos do nosso trabalho, e nada mais”. Macedo refletia também sobre o processo de mudança no tempo, associando-o, como era então o costume, à noção de civilização: primeiro, reconhece que “a terra não tem sido sempre occupada pela mesma sociedade, nem os homens sempre dirigidos pelo mesmo gráo e natureza de civilização”; depois, sua palestra observa que o processo de mudança acompanha “as phases por que foi passando a sociedade que progrediu, e a civilização que se apurou”.<sup>27</sup>

Mas Macedo vai muito além. No prosseguimento de sua fala na sessão aniversária do ano seguinte, verifica-se o registro de uma construção historiográfica do Brasil que se consolidaria como um padrão interpretativo do pensamento histórico da época acerca da trajetória e da formação do país. Estabelecendo um paralelo entre as fases de desenvolvimento do homem e as fases políticas do país, Macedo compreende que a idade do Brasil começa com a chegada dos portugueses no continente americano, inaugurando sua infância, um período de três séculos, equiparando a fase do alcance da maturidade com a época da conquista da independência política de Portugal.

Em sua fala, Macedo frequentemente faz um paralelo da capacidade de escrever a história com o desenvolvimento do país. A explicação histórica compreende que as etapas da narrativa do Brasil são paralelas às fases da historiografia, cuja última etapa explica o próprio IHGB. Trata-se, em outras palavras, de uma explicação retrospectiva do Brasil independente e de uma narrativa histórica do Estado monárquico na qual a fundação do IHGB, no final

---

<sup>27</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do primeiro secretário. Sessão pública aniversária... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 17:563-600, 1853. Supl., p. 563.

do período regencial, é apresentada como um ato heróico de patriotismo e como um sinal de que o país vivia no ápice de uma era de progresso e de civilização.

Ao observar que “os tres primeiros seculos, que se arrastaram depois da descoberta do venturoso Cabral, pertencem á infancia e á servidão do Brazil<sup>28</sup>”, Macedo explica que nesses trezentos anos teria havido uma sucessão de gerações com marcas distintas:

As primeiras gerações compor-se-iam pelos primeiros aventureiros europeus e pelos habitantes locais. Dizia Macedo que geração de tais aventureiros possuía a história de uma outra terra e que não apresentava ligação e compromisso com o Brasil, enquanto que a geração dos índios que habitavam originalmente a região do país teria sido ainda mais problemática, considerando que “tão pouco se occupava do dia de amanhã, como facilmente se olvidava do dia de hontem, e que fugindo espavorida ao troar dos canhões conquistadores, abandonava um solo”. A geração dos índios teria sido responsável pelo sepultamento das “recordações do passado nos antros da selvatiqueza”. Assim, nem se desenvolvia o Brasil e nem se edificava sua história. Em que pese o fato de os colonos estabelecidos no país terem gradativamente trazido “a língua, as leis, a religião, os costumes, e mais do que tudo a saudade da terra, d’onde tinham vindo”, conclui Macedo que esses europeus teriam pisado no Brasil sem o comprometimento com tais empreitadas, enquanto que os índios da terra seriam naturalmente impedidos pela incompetência que lhes era própria.<sup>29</sup>

Ao tratar da dependência e submissão do Brasil em relação a Portugal, Macedo afirma que “quando o período descuidoso da infancia, em que não podia haver poesia nacional, e portanto muito menos historia, passou emfim para o brazil, elle sentiu-se abatido sob o peso de uma compressão systematica: a política egoística da metrópole”. Além das características dos nativos e do desinteresse dos aventureiros europeus, Macedo apresenta também a opressão metropolitana como fator da rede de causalidade para a trajetória histórica nas primeiras três décadas: “o Brazil começava a ufanar-se

---

<sup>28</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do primeiro secretario. SESSÃO pública aniversária do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no dia 15 de dezembro de 1854. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 17:3-51, 1854. Supl, p. 4.

<sup>29</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 4.

das aspirações e do gênio de seus filhos; mas as aspirações do patriotismo esvaíam-se ainda em inúteis esforços, os cantos do gênio eram ainda acompanhados pelo tinir das cadêas”. Novamente, a própria composição da história do Brasil é condicionada ao desenvolvimento do país: “e os Brasileiros que tinham direito de querer ser um povo irmão, e que so formavam um povo escravo, deviam antes de pensar na história, cuidar da liberdade”.<sup>30</sup>

De acordo com a concepção compartilhada por Macedo, a chegada da corte imperial ao Brasil em 1808 é o ponto de inflexão dessa trajetória. Se, nessa explicação histórica, os primeiros três séculos de Brasil foram marcados pela inércia dos indígenas, pelo descuido aventureiro dos colonos e pela subjugação e opressão da metrópole, a transferência do trono teria desencadeado uma virada do jogo colonial antes mesmo da emancipação oficial, provocando uma “revolução” que colocou o Brasil sob os trilhos do desenvolvimento, do progresso e da civilização. Assim explicava Macedo:

Em 1808 o Brazil arranca-se ao abatimento de tres seculos e saúda com entusiasmo a vespera da emancipação. A familia real da monarchia lusitana transponto a vastidão do oceano bem assentar o throno de Affonso Henriques na plaga de Cabral... [...] Nossas seguras enseadas, nossos admiraveis golphos abrem-se dadivosos ao commercio de todas as nações, e a civilização e o progresso demandam a terra de Sancta Cruz, apegando-se ás azas brancas dos navios da culta Europa [...]. O primeiro passo para uma revolução estava dado: o Brazil havia ja [...] trocado os papeis entre a colonia e a metrópole; e a colonia que se tornará reino, não consentiria mais em humilhar-se de novo: a sabedoria do rei o previu, e quanto novos e extraordinários acontecimentos o forçaram a voltar para Portugal, o sr. dom Pedro, que havia de ser o primeiro imperador do Brazil, ouviu nas ultimas despedidas de seu real pais a propheta da nossa independência. A época ja era portanto gloriosa; mas ainda não a mais propria para a inauguração do templo da historia: nas próximas lutas patrióticas, que se auguravam, antevia-se a possibilidade de renhidas batalhas: os Xenophontes deviam combater antes de escrever; preparavam pois as espadas e ainda não se lembravam das pennas.<sup>31</sup>

Além da reiterada referência a uma humanidade imaginada que se inicia na Grécia antiga e que termina em sua época, posicionando o Brasil independente, nessa trajetória, como resultado do progresso, a própria edificação da história é incluída na crônica épica do país. Na explicação de

---

<sup>30</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 5.

<sup>31</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 5.

Macedo, quando a composição da história não foi possível, o motivo são os empecilhos ao desenvolvimento, ao progresso e à civilização, sejam porque os índios são incapazes, porque os colonos são aventureiros ou porque a metrópole asfixia a inteligência local. Contudo, quando os impedimentos deixaram de existir com a chegada da independência, a elaboração da história, explicava, precisou esperar devido a motivos que Macedo considerava nobres e plenamente justificáveis; que os homens heróicos, para consolidar a independência, não puderam ocupar-se da escrita da história do novo país, pois carregavam o fardo de confeccionar as leis fundamentais do seu governo: “os Tacitos estavam pois no senado e não podiam ainda escrever a historia”.<sup>32</sup> A própria instabilidade que se seguiu imediatamente ao rompimento com Portugal, no raciocínio de Macedo, teria sido um agravante para fazer a história esperar. As convulsões políticas que surgiram durante o período regencial teriam exigido tempo e atenção dos homens que estavam à frente da consolidação do Brasil como país independente:

Não era portanto n'esses dias de provação, de calamidades e de angustias, nesses tempos em que a estabilidade das mais vitas instituições era sempre um problema a resolver-se no dia seguinte, que o instituto historico e geographico do Brazil poderia ser fundado sem expor uma Idea grandiosa a uma desfeita, que não partiria do espírito da nação, mas que seria imposta pelas circumstancias da situação.<sup>33</sup>

Nessa perspectiva, o momento do IHGB surge com a chegada de D. Pedro II à maioria. Nas palavras de Macedo, dado que a declaração da maioria “se antevia já inevitável como o destino, bella, dadivosa como a esperança, e segura como a fé na alma do povo brasileiro”, os fundadores beneméritos do IHGB “compreenderam, que era finalmente chegada a razão propicia, em que a sua idéa tam querida germinaria e reverdesceria no solo da pátria”.<sup>34</sup>

Anos depois, o episódio da maioria seria descrito por Manuel Duarte Moreira de Azevedo como o momento em que a nação quebrou os últimos anéis

---

<sup>32</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 6.

<sup>33</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 7.

<sup>34</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 7.

da corrente que parecia ainda prender o Brasil ao reino europeu: “a monarchia nacionalisou-se, os estadistas brasileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negocios do novo Imperio; despertou-se o interesse publico, a nação entrou em nova phase de organização...”. Enquanto o imperador ainda dormia em berço dourado, esse momento teria sido marcado, de acordo com Azevedo, pelo desenvolvimento do patriotismo, que teria inspirado “medidas salutaes” que engrandeceram as virtudes cívicas.<sup>35</sup>

Na explicação da trajetória do Brasil elaborada por Macedo, a Maioridade teria sido determinante tanto para apaziguar a instabilidade que se seguiu à saída de D. Pedro I quanto para o estabelecimento do próprio Instituto Histórico:

Lançou se a primeira pedra do monumento: escreveu-se logo no livro do passado, e tambem logo se preparou o livro de ouro, em que se devia e se devem registrar os feitos de um reinado glorioso. [...] Está com effeito passada a época sinão vacillante ao menos affadigosa do nosso noviciado: [...] o instituto historico e geographico do Brazil é ja uma realidade: o governo imperial o protege com a paternal solitudine, o corpo legislativo o aprecia e acoroçõa, e o mundo civilisado conceituando-o devidamente o classifica entre as mais famosas associações scientificas.<sup>36</sup>

Dirigindo-se aos membros do IHGB, Macedo voltava a fazer referência à maioria de Pedro II também no final de seu discurso:

Sim! Não é uma illusão: é immensa a grandeza do futuro, que nos espera, e nem podia ser de outra sorte, porque elle será a obra magestosa do sr. dom Pedro II.

Com a declaração da maioria de s. magestade o imperador uma época nova se abriu para o Brazil: [...] nossa bella patria abatida pelas lutas civis durante dez annos, ergueu-se enthusiasmada para saudar a hora solemne, em que s. magestade imperial assumiu o governo do estado. O dia da maioria marcou a regeneração das letras e das artes, deu impulso ao commercio, e desatou as azas á industria.

O sr. dom Pedro II é a civilisação, é a riqueza, é a gloria da nossa patria: ao impulso de seu genio começou o progresso moral, e material do Brazil, que cada dia mais se desenvolve, e mais rapido caminha: o que ha dez annos com difficuldade se fazia, hoje com promptidão se executa, e dentro em pouco de improvisado se fará: é que a causa actual! é que o genio vela! é que o imperador inspira!<sup>37</sup>

<sup>35</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Declaração da Maioridade do Imperador em 1840. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 42(58):5-37, 1879, p. 5.

<sup>36</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 8.

<sup>37</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 50.

Assim como na fala de Macedo, a manifestação da importância e do orgulho pelo Instituto muito frequentemente se expressa a partir de uma fórmula argumentativa que a associa a ideia de patriotismo e de ciência a uma noção de pertencimento à contiguidade temporal da humanidade. Nesse cenário, e segundo essa concepção, o serviço heróico prestado pelos homens de letras membros da academia faria o Brasil progredir. Tal ideia se apresenta como um lugar-comum nas páginas da revista do IHGB, e é evidente nas palavras de Macedo quando afirma que “as instituições litterarias e scientificas [...] contribuem todas conjunetamente para a grande obra do progresso, da civilização e da possível perfeição da humanidade”. Além disso, expressa também uma preocupação sobre a posição do Brasil no mundo, sobretudo, diante de sua referência maior, a Europa, buscando alçar o país a uma posição de prestígio no concerto das nações civilizadas: “o instituto historico e geographico do Brazil”, dizia Macedo, “tem-se esmerado em retribuir dignamente as manifestações do alto conceito, que lhe exhibem suas irmãs do novo e do velho mundo, e não se descuida de estreitar cada vez mais os laços que o ligam a ellas”.<sup>38</sup>

Uma regularidade na crônica do Brasil da época, dessa vez é a explicação histórica do próprio Instituto Histórico que se dá por meio de uma orgulhosa associação com grandes nomes da mitologia da humanidade ocidental, apresentados como tipos de herói-civilizador, aos quais, em um passado épico, se atribui o pioneirismo ou aperfeiçoamento de artes, técnicas, saberes ou instituições determinantes para o progresso e o desenvolvimento civilizatórios. A retrospectiva de Macedo exalta a obra heróica da criação do IHGB na trajetória do Brasil como um “espectaculo de um grupo de gênios, todos contemporâneos, todos primando em uma mesma sciencia ou no mesmo gênero de arte raras vezes se encontra na história da humanidade”. Macedo louva o encontro dos “gênios” que fundaram o IHGB no Brasil, pois acontecimentos desse porte seriam episódios raros, considerando que a natureza, observa, “precisa descançar um ou alguns seculos para renovar um tal prodígio”:

---

<sup>38</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 14.

Quando na Italia e na época de Leão X ofereceu aos olhos e a admiração do mundo Miguel Angelo e Raphael, ainda como satélites d'este ultimo planeta André Del Sarto, Carasage, e Julio Romain, a natureza deixou de correr cem annos, para no fim d'elles e no reinado de Luiz XIV reunir em França esse admiravel congresso de poetas, e de sabios, que se chamaram Corneille, Racine, Molière, La Fontaine, Boileau e Fenelon.<sup>39</sup>

Haveria, também, duas condições para o florescimento dos “gênios” da humanidade, que, segundo Macedo, precisam ser plenamente satisfeitas. A primeira condição é que o país deve “ter sido ja por lonto tempo proveitosamente cultivado pela civilisação”, e a segunda é que “deve o chefe do estado ardendo no amor da gloria, e no entusiasmo pelo bello, ser o amigo, o protector, e o inspirador dos gênios”. Tais condições fariam os “gênios” do IHGB serem ainda mais dignos de reconhecimento e reverência, pois, conforme avalia, “o Brazil operou um milagre, privado de ambas as condições”.<sup>40</sup>

Após tratar da construção do Brasil no passado, é o presente sobre o qual Macedo passa a se debruçar. Nesse *continuum*, os grandes feitos da história devem também ser celebrados no tempo do agora. O IHGB, por meio do discurso de Macedo, se propõe a trabalhar pela perpetuação da memória dos feitos gloriosos, para expor aos olhos do povo os “troféus da vitória”, isto é, os triunfos do Brasil diante da expectativa de progresso, desenvolvimento e civilização. É em função de tal propósito que nesse período o Instituto Histórico, de acordo com Macedo, designou um de seus membros para acompanhar a solenidade da inauguração da estrada de ferro construída por Mauá, com a missão de solicitar ao barão e futuro visconde o acesso aos trabalhos da ferrovia “a fim de serem depositados no museu do instituto esses instrumentos, a que por certo se ligarão no futuro a respeitosa e veneranda recordação do comêço de uma época toda de progresso, prosperidade e civilização para o imperio diamantino”.<sup>41</sup> Tal relato de Macedo diz o seguinte:

No dia 30 de Abril próximo passado teve logar no porto de Mauá a inauguração da primeira estrada de ferro no Brazil: este acontecimento

<sup>39</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 26.

<sup>40</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 26.

<sup>41</sup> “A resposta do digno sr. Barão de Mauá foi a única que se poderia esperar d'elle. Esses eloqüentes instrumentos pertencem hoje ao nosso instituto” (MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 46).

saudado com entusiasmo por todos os Brasileiros não podia passar despercebido pelo instituto histórico: a estrada de ferro de Mauá estende-se apenas por um breve espaço; mas o espírito publico advinhou, que Ella era como o primeiro verso de um poema sublime, como a primeira pedra de um monumento magestoso, como o primeiro ensaio de uma obra colossal: era sobretudo um grande principio civilizador, um apertado laço de união política, um prodigioso manancial de riqueza, que se estabelecia no Brazil. A instituição das estradas de ferro ficou desde esse dia plantada na terra de Sancta Cruz, e nas novas e mais extensas linhas férreas, que nos prepara o futuro, saúda-se antecipadamente a colonização europèa povoando as terras incultas, a agricultura salvando-se da crise que a ameaça, a industria vai abrindo vôos com suas asas de ouro, a civilização polindo os reconcavos, a justiça prevenindo os crimes, a cidade surgindo no meio dos desertos, o espaço desapparecendo ao impulso do vapor, e cada hora elevando-se ao valor de um dia.<sup>42</sup>

O discurso de Macedo busca mostrar que, naquele momento, o Brasil cada vez mais se estabelecia dentro da evolução da humanidade, na mesma direção e sentido do vetor do progresso:

A obra se adianta..... vede o quadro que ja o Brazil apresenta hoje a nossos olhos: a corte ja tem na luz do gaz um sol para as noites, e no fluido electrico o mensageiro de encantada rapidez; o Amazonas saúda os vapores que o sulcão, e suas margens se preparam para pagar com abundancia os esforços das industrias e da civilização; a breve estrada de ferro de Mauá accendeu a esperança do Valle do Parahyba, que espera uma extensa linha férrea, e o orgulho nos valles do Rio de S. Francisco, que exige não menos de duas; de Nictheroy a Campos se projecta ainda uma outra promissoda de brilhantes resultados; ao norte e ao sul criam-se colônias, estendem-se estradas, cavam-se canaes; os desertos das províncias do Espirito Sancto e de Minas vão entornar suas riquezas pela veia do Mucury, e ao mesmo tempo a statistica estabelece uma academia; Colombo vê honrada sua memoria, aos cegos prepara-se uma luz artificial, o cinzel do estatuario dá vida ao marmore bruto, um grande poeta deixando a formosa Parthenope vem como Camões, trazendo um poema de presente á patria através do oceano, e um outro poeta não menos grande descansa a Penna com que cantava o descubridor do mono mundo, sómente para votar-se á regeneração das artes.

Sim! O Brazil progride, o futuro não póde desmentir nossas esperanças, a obra irá avante; porque a causa actual! o genio vela, o imperador inspira!<sup>43</sup>

Ao elaborar uma justificativa para a empreitada do Instituto de cobrir *in loco* o evento da inauguração da estrada de ferro de Mauá, o argumento de Macedo equaciona como fatores diretamente proporcionais “a posição do Brasil na

<sup>42</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 45-46.

<sup>43</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 50-51.

trajetória da humanidade” e “o progresso, o desenvolvimento e a civilização”. A matemática dessa equação revela um padrão, uma marca do pensamento historiográfico registrada nas páginas da revista do IHGB:

Todas as nações se esforçam para perpetuar a memoria de seus feitos gloriosos: não se contentam de ve-los registrados nas paginas da historia, que os conserva e os transmite á posteridade: querem tambem que elles fallem aos olhos do povo palpitando nos tropheos de victoria, que se recolhem, ou escriptos na face dos monumentos que se levantam. Roma, a grande conquistadora, exaltava os seus generaes vencedores com as honras de um triumpho deslumbrador, e eternisava a victoria erigindo arcos triumphaes. Napoleão fazia erguer a columna da praça Vendome com o bronze, que nos campos de batalha arrancava aos inimigos. Não somos conquistadores: ja temos porém não poucas acções brilhantes nos fastos do nosso passado: nunca é cedo demais, quando se trata da gloria da patria; intendeu pois o instituto historico e geographico do Brazil que era chegado o tempo de principiarmos a colligir alguns trophéos, e a formar padrões de nossa gloria, que tanto podem servir para tornar objectiva a historia de nossos feitos d’armas, como para estimular os brios nacionaes.<sup>44</sup>

A menção a elementos compreendidos como emblemáticos para a evolução da humanidade também está presente na fala de Macedo, o qual, ao comentar uma proposta de Joaquim Norberto de Souza Silva, requisitava que o IHGB, “como zeloso conservador das glorias nacionaes, representasse á assembléa geral legislativa sobre a conveniencia e necessidade de levar-se a effeito a conclusão do momumento à independencia nacional no campo do Ypiranga”. Além “de erigir-se na capital do imperio uma estatua equestre ao fundador da monarchia brazileira”, a proposta também visava “erguer-se em Porto Seguro uma cruz colossal e monumental, que restaurasse a que Cabral plantara em o dia 1.º de Maio de 1500 em memoria do descobrimento do Brazil”.<sup>45</sup> Argumentando em favor dessa proposta, Macedo bradava:

Um monumento é um poema: diz Fortoul<sup>46</sup>; quando os povos civilisados querem escrever as paginas gloriosas de sua historia, preferem a pedra à palavra do homem: as epopeas da civilisação moderna cobrem o sólo da Europa.

<sup>44</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 47-48.

<sup>45</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 48-49.

<sup>46</sup> A referência se deve provavelmente ao político, historiador e literato francês Hippolyte Nicolas Honoré Fortoul (1811-1856).

Ja era tempo de se pagar esta immensa divida á memoria do inclito príncipe que primeiro fez ouvir o grito – Independencia ou morte – nas margens do Ypiranga.

Os Romanos davam uma corôa cívica, e o direito de sentar-se nas reuniões publicas juncto dos senadores a aquelle que salvava a vida de um cidadão: com dobrada razão devemos erigir uma estatua equestre a aquelle que salvou a liberdade de um povo inteiro. [...]

O povo que não exalta seus heróes é indigno de os possuir: uma estatua eqüestre ao sr. dom Pedro I é um pedaço de marmore por um prodigio de gloria.<sup>47</sup>

Diante dessa demanda monumental, comentava Macedo que a missão do Instituto Histórico se tornava cada vez mais importante, notadamente, porque, em sua compreensão, a história possuía o poder de esclarecer o futuro à medida que vai revolvendo o passado, e a capacidade de determinar que no futuro o Brasil se constituísse como “um mundo novo creado pela civilisação e pelo progresso”.<sup>48</sup>

Em seu discurso comemorativo, Macedo entusiasmou-se com a expectativa de o IHGB ter seu maior propósito realizado, finalmente, através da publicação de uma obra de história do Brasil, em razão do sócio Francisco Adolpho Varnhagen, naquela ocasião, ter oferecido ao Instituto a leitura do índice de sua história geral ainda em preparação, fazendo despertar a “viva esperança de ser em breve consummada uma obra que fará honra ao Brazil”.<sup>49</sup>

Nesse diapasão da construção de monumentos históricos, Varnhagen também ofereceu ao Instituto Histórico uma dissertação acerca do Caramuru, o náufrago português Diogo Álvares Correia que teria passado grande parte da vida entre os indígenas Tupinambás. Aparentemente, seu objetivo fora fornecer uma mitologia para o Brasil, algo que faltava ao passado do país de então e que poderia equipará-lo aos notáveis povos da humanidade: “quase todas as nações offerecem exemplos, nos primeiros tempos da historia da sua civilisação, de contos maravilhosos que as acalentaram no berço, e depois entretiveram a fantasia de seus povos, em quanto estes não tinham de si muito que dizer”.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 49.

<sup>48</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 50.

<sup>49</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1854, p. 44.

<sup>50</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. O Caramuru perante a Historia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 10:129-152, 1848, p. 129.

Haveria, para Varnhagen, “quase sempre um fundo verdadeiro” nos contos maravilhosos sobre o passado distante do início da história. Mesmo com ausência do historiador nesses tempos imemoriáveis, o conto maravilhoso, “formado assim um verdadeiro *mytho heroico*, propaga-se tomando corpo de geração em geração”, pois, argumenta, “o povo não está á espera de que apareçam chronistas e historiadores com esta cathegoria para publicar um facto que lhe aguça a curiosidade”. O historiador apareceria apenas mais tarde, “quando o povo se tem constituido e adiantado em civilização”. Ainda assim, contudo, os fatos sobre os quais o povo se interessou, segundo Varnhagen, ficam registrados em um arquivo da história muito mais popular “e não menos duradouro que os documentos escriptos em pergaminha: é o da tradição”. Argumentava o sorocabano que, do mesmo modo que “o rei Arthur, Carlos Magno e seus doze pares, o Cid campeador e até o rei D. Sebastião vivem para a historia differentemente do que para a poesia e crença popular”. Dessa maneira, a importância de se tratar do Caramuru seria justamente a de lidar com a tradição para edificar a “epopéa brasileira”. Afinal, malgrado a carência de fontes materiais, defende Varnhagen que isto “succede como na Mythologia: todos sabemos que ha n’esta uma parte histórica e outra imaginativa”.<sup>51</sup>

As noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento também estão presentes nos “juízos” estampados na revista do IHGB, quando o instituto buscava desempenhar uma espécie de policiamento historiográfico acerca do país.<sup>52</sup> Assumidamente, a função de “tribunal da posteridade” está evidente no estudo de Joaquim Caetano Fernandez Pinheiro sobre o “Brasil holandês”, no qual justifica ao leitor seu método do seguinte modo:

---

<sup>51</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Op. cit., 1848, p. 129-130. Ver TASCA, Michelle Fernanda. História e imaginação histórica: a “Crônica do Descobrimento do Brasil” de Varnhagen e as narrativas de Alexandre Herculano. In: BAREL, Ana B. D.; GONÇALVES, Sérgio C. **História e Cultura**, Dossiê História e Literatura no Século XIX, Franca-SP, v.3, n.1, p.217-231, 2014. ISSN: 2238-6270. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1195>> Acesso em: 25/06/2014.

<sup>52</sup> De acordo com Lúcia Guimarães, o IHGB professava uma militância intelectual homogênea em que a maior marca era fidelidade ao imperador e, como resultado, o controle sobre a produção do discurso historiográfico tinha como objetivo o estabelecimento da memória do Império e a sustentação do projeto político da Monarquia (GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. cit., 1995, p. 599).

Afastado das occurencias por um lapso de duzentos e cinco annos pensamos poder assentar o nosso juízo com imparcialidade: portuguezes, hollandezes e colonos serão por nós citados perante o tribunal da historia, ouviremos seus depoimentos, asseguramos a todos o direito de defesa, e só promulgaremos a sentença quando firmada estiver nossa convicção.<sup>53</sup>

Entre os “Juízos” a obras produzidas externamente ao Instituto Histórico, são emblemáticos os pareceres assinados por Bento da Silva Lisboa e José Domingues de Ataíde Moncorvo. Ao avaliar a *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*, de Horace Say, os pareceristas acusam o autor de ter sido injusto com os personagens históricos, sob a justificativa de sua narrativa não ter dado relevo à importância que tais personagens históricos, segundo compreendem os censores, desempenharam para o desenvolvimento do Brasil:

A commissão não póde tambem deixar de declarar que o Sr. Horacio Say, além de ser summamente injusto na idéa que fórma do character do Sr. D. João VI, e do Imperador D. Pedro I, parece contradictorio, quando louva ao primeiro pela abertura dos portos do Brazil a todas as nações pela carta regia de 28 de Janeiro de 1808, que justamente chama decreto simples, mas que por si só continha uma revolução, por acabar com o systema colonial, e fazer a independencia do Brazil; e ao segundo, por se ter identificado com Brasileiros, pondo-se á testa da sua independencia, e prestando-lhe mui relevantes serviços.<sup>54</sup>

Por outro lado, ao tratar da *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'em 1831 inclusivement*, de Jean-Baptiste Debret, os mesmos pareceristas celebraram a observação, feita pelo autor sob julgamento, que a escola de artes do país progredia, repetindo o lema “civilização, progresso e desenvolvimento” na construção de sua fala:

A Commissão viu com muita satisfação o elogio que o auctor faz aos seus discipulos brasileiros, que fizeram taes progressos em seis annos, que muitos d'elles foram empregados como professores nas escolas de pintura, e contribuindo por isso para que elle podesse voltar apara a França, a fim de cuidar da impressão da 1.<sup>a</sup> parte da sua obra. Igual satisfação experimenta a Comissão, quando o auctor diz que o Brasil vae desenvolvendo progressivamente uma civilização

<sup>53</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. O Brasil Hollandezz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 23:67-111, 1860, p. 68.

<sup>54</sup> LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de Ataíde. Juizo sobre a obra intitulada "Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil", par Horace Say. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:308-315, 1839; 3.ed. 250-255, p. 252.

que honra muito ao povo que o habita, o qual é dotado das qualidades as mais preciosas.<sup>55</sup>

O recurso a essa fórmula da linguagem está presente também na avaliação do *Compendio da Historia do Brazil*, de José de Abreu e Lima, na qual Varnhagen, o autor do parecer, proclama que “não ha nada n’este mundo mais nobre, nem mais civilizador do que a fé no futuro e na immortalidade”. Antes mesmo de propor um veredito à obra, Varnhagen oferece ao leitor de seu parecer um aviso, alertando-o que “as linhas que vamos escrever apenas têm a mira de se aproveitarem da garantia civilizadora, que mais devem ás sciencias os seus progressos, isto é, da liberdade da discussão, unica que termina por aclarar a verdade”.<sup>56</sup>

Para além das obras apreciadas pelo IHGB, o mesmo padrão prevalece quando o tribunal da posteridade coloca os personagens históricos em julgamento. Os critérios são praticamente invariantes, conforme se observa no tratado de Manuel Duarte Moreira de Azevedo acerca da *Origem de desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*. Ao avaliar os méritos da Academia dos Felizes, fundada em 1736, e da Academia dos Selectos, inaugurada no palácio do conde de Bobadella em 1752, Azevedo afirma que

---

<sup>55</sup> LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de Ataíde. Parecer sobre o 1º e o 2º volume da obra intitulada *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’à 1831 inclusivement*, par J. B. Debret. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:95-99, 1841, p. 96.

<sup>56</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Primeiro juízo...acerca do "Compendio da Historia do Brazil" pelo Sr. Jose de Abreu e Lima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 6:60-83, 1844; 2.ed.60-83, p. 65-66.

Para outros “juízos”, ver VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a "Historia do Brazil" publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:91-6, 1839; 3.ed. 81-85; PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguiar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a obra intitulada "Compendio das eras da provincia do Pará" por Antonio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:235-251, 1840; 3.ed. 242-258; PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguiar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre os "Annaes da provincia de São Pedro" publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:315-322, 1839; 3.ed. 255-260; REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juízo sobre a obra intitulada "Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau continent" par Alexandre Humboldt, membro honorario do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:105-108, 1840; 2.ed. 105-108; 3.ed. 105-108; REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juízo sobre a obra intitulada "Noticia descritiva da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul" por Nicolau Droys. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:99-105, 1840; 2.ed. 99-105; 3.ed. 99-105.

se foi, pois, por desejar respirar os perfumes da glória que o conde de Bobadella estabeleceu a Academia dos Felizes, e depois a Academia dos Selectos, todavia concorreu elle d'esse modo para o progresso e civilização de uma cidade que vivia occulta sob o véo da ignorancia.<sup>57</sup>

A mesma lógica é evidente no *Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, de Joaquim José de Ataíde, no qual é dito que as sociedades literárias e academias são agências que atuam pelo progresso e que, portanto, são instituições de reconhecida utilidade ao desenvolvimento da humanidade.<sup>58</sup> Ou seja, o mérito, o valor positivo, o que é digno de elogio, todos estão em função das noções de “civilização, progresso e desenvolvimento”, um trinômio que se apresenta como uma regularidade indisfarçável constituída com inúmeras evidências presentes na revista do IHGB, sobretudo em escritos cujo objeto é o Brasil, sua história e seus protagonistas.

### 1.3 Construção da narrativa do Brasil

O projeto oficial, imperial, da historiografia construído por meio do Instituto Histórico e registrado em sua Revista buscou fazer com que a história do Brasil narrasse a constituição do país no que tange à atuação do Estado monárquico, iluminado, esclarecido e civilizador, fazendo da Monarquia imperial o marco fundamental, o ponto de chegada e e uma referência no eixo de historicização da narrativa.<sup>59</sup> Nesse cenário, compreendia-se largamente que

---

<sup>57</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 28(31):169-224, 1865, p. 170.

<sup>58</sup> ATAÍDE, Joaquim José de. Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, celebrando a mesma o seu aniversario em memoria do Sr. Rei D. Jozé I, o restaurador das letras em Portugal, a 6 de Junho de 1787. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(64):69-76, 1882.

Ver também SOUZA e SILVA, Joaquim Norberto de. O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo. Resposta a um injusto reparo dos criticos da historia da Conjuração mineira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 44(62):131-186, 1881; ACTAS das sessões em 1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 52, v. 79, i-ix, 1889; PEIXOTO, José Maria Pinto. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independencia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 56(88):5-33, 1893.

<sup>59</sup> De acordo com Valdei Araújo, o processo de historicização que se deu, sobretudo, a partir de 1830, foi caracterizado por um movimento de ideias no qual a noção de nacionalidade foi ganhando consistência histórica e cultural, e que “nenhum outro conceito exemplificaria melhor essas transformações do que o de civilização” (ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do**

não só as letras em geral possuíam uma importância inquestionável, mas que especificamente a história era determinante. São bastante comuns na Revista do IHGB elocuições que patenteavam o papel da história para alcançar o progresso, falas as quais frequentemente sustentam que o avanço civilizatório dependia da história, conforme se nota na fala de Januário da Cunha Barbosa:

A política, e a civilização em geral, exigem que nos applicemos a salvar da voracidade dos séculos os factos, que nos conduzirão ao estado presente da nossa moralidade, e que sirvão nos tempos futuros de comparação com os nossos progressos, depois de constituídos em nação independente. Testemunha dos tempos, luz da verdade, ella [a História] abunda de elementos necessarios á nossa civilização, e á prosperidade do Estado; mestra da vida, offerece exemplares de heroicos feitos aos que prezão a honra de servir a Patria, e de viver além da sepultura pela recordação de gloriosas acções.<sup>60</sup>

Não surpreende, portanto, que o Instituto Histórico tenha procurado normatizar a composição da história nacional através de uma trajetória social, econômica e política do Brasil que estabelecesse o país como parte da epopéia da civilização, isto é, estabelecendo uma interpretação na qual o Brasil independente se situava na mesma trilha histórica dos países ícones da civilização da Europa ocidental. Tratava-se de compreender o Brasil como parte da obra intelectual da humanidade, tratava-se de registrar a trajetória do Brasil como um desdobramento linear da epopéia da civilização.<sup>61</sup>

---

**tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845).** São Paulo: Editora Hucitec; Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 104).

<sup>60</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Op. cit., 1840, p. 587. Ver também BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Primeira Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 1, p. 253-255, 1839; 2.ed., p. 265-267.

<sup>61</sup> Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, a formulação da tarefa civilizadora da escrita da história está presente nos “discursos fundadores” do IHGB, o *Discurso no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, do primeiro secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa, a *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, assinada por Raimundo da Cunha Matos e o texto de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?*, os quais, de acordo com Guimarães, “reatualizam as demandas de uma história universal como história da civilização” (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit., 2007, p. 118-119). Cf. BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:9-18, 1839; MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 26(26-27):121-143, 1863; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:149-157, 1841; 2.ed.149-57; 3.ed.121-7.

É com base nisso que a narrativa do país deveria ser edificada, conforme os primeiros debates publicados no *Programma Historico*, uma seção da Revista do Instituto Histórico cujo texto inaugural, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, afirmava que “o Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente”. Além de demarcar a posição do instituto como representante da Ilustração, o primeiro presidente do grêmio defendia que, no Brasil, a civilização possuía antecedentes desde o tempo da colônia, pois, afirmava, estando o país localizado “no ponto geographico o mais vantajoso para o commercio do Universo”, a então colônia de Portugal estava fadada a se desenvolver: “a agricultura e a industria em emulação, attrahirão a concurso as nações cultas e polidas, que a par dos lucros do commercio nos trarão civilisação”.<sup>62</sup> Ao mesmo tempo em que se apresentava como paladino dos ideais da civilização, o IHGB, através da fala de Pinheiro, atribui ao Brasil uma ligação genealógica com a Europa via colonização, alocando o país na tradição filosófica da civilização ocidental.

---

Acerca do “discurso fundador”, Mériti Souza observa que “a versão da história oficial, para manter o sentido único e verdadeiro dos acontecimentos presentes no cenário nacional, necessita recorrer ao discurso fundador que sustenta o pressuposto de que determinados fatos e acontecimentos inauguram a cena histórica. Assim, o país é marcado por alguns episódios e algumas interpretações destes guindadas à condição de chaves interpretativas da constituição subjetiva dos brasileiros” (SOUZA, Mériti. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-67, dez. 2002, p. 58).

<sup>62</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Op. cit., 1839, p. 61-76.

De acordo com Lúcia Guimarães, “resquícios das academias setecentistas, os ‘programas’, hoje em dia, seriam uma espécie de seminário interno. Na verdade, aqueles temas ou proposições para dissertação, formulados pelos próprios sócios efetivos, guardavam grande semelhança com as questões apresentadas e desenvolvidas na ‘Sociedade Brasílica dos Renascidos’, núcleo de letrados que funcionava no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do marquês do Lavradio. Nos primeiros anos de funcionamento do Instituto Histórico, o ‘programa’ era sorteado ao final de cada sessão, devendo o sócio encarregado de desenvolvê-lo apresentar-se na reunião seguinte. Mais tarde [...] foram abolidos os sorteios. E as proposições ou temas passaram a ser distribuídos entre os associados presentes, pelo próprio imperador. Essa prática, que teve um grande incremento nos anos 50, dinamizando as sessões, ao final da década seguinte se extinguiu. No seu conjunto, os ‘programas históricos’, apesar de sua denominação, abordavam temáticas bastante diversificadas. [...] A grande maioria dos ‘programas históricos’, apresentados no correr das sessões do IHGB, não chegou, entretanto, às páginas da *Revista*” (GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. cit., 1995, p. 568).

Para Erivan Karvat, “se o *Programma* busca vincular-se às idéias de Ilustração, corporificadas nas academias setecentistas, convém recordar que o próprio Instituto estabeleceu um panteão de heróis e figuras notórias, motivando o estabelecimento de um cânone dos notórios e illustres da Pátria” (KARVAT, Erivan Cassiano. Op. cit., 2005, p. 61).

O discurso inaugural do primeiro secretário do instituto, Januário da Cunha Barbosa, é um indício importante de que a historicização pelo eixo da ideia de civilização foi determinante para a periodização da narrativa do Brasil independente. De acordo com Barbosa, “a nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em varios ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sabios investigadores da marcha da nossa civilisação”. O secretário propunha que o início da cronologia da narrativa do Brasil poderia ser demarcada

pela conquista de intrepidos missionarios, que tantos povos attrahiram à adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulchro do sol; ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedade e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patricios como o solo abençoado que habitam.<sup>63</sup>

Todas essas sugestões sobre o marco inicial da narrativa do país, em seus termos, teriam a função de “organizar um monumento de gloria nacional”, para que “o conhecimento das cousas da patria mais facilmente chegue á intelligencia de todos os Brasileiros”, pois, de acordo com Barbosa, este fardo seria “tão necessário á civilisação do povos”.<sup>64</sup>

Tal como para Januário da Cunha Barbosa, também para Raymundo da Cunha Mattos a independência representava o marco a partir do qual se deveria organizar a cronologia da história do Brasil. A memória *Quais são as verdadeiras épocas da história do Brasil?*, publicada postumamente em 1863, permite notar que, no raciocínio do marechal, o presente é inaugurado pela independência nacional e pelo Estado monárquico:

Sejam tres as epochas da nossa historia: na 1.<sup>a</sup> trate-se dos aborigenes ou autochthones; em a 2.<sup>a</sup> comprehendam-se as éras do descobrimento pelos portuguezes, e da administração colonial; e a 3.<sup>a</sup> abranjam-se todos os acontecimentos nacionaes desde o dia em que o

---

<sup>63</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Op. cit., 1839. Cf. CEZAR, Temístocles. Op. cit., 2004, p. 17.

<sup>64</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Op. cit., 1839.

povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditario, constitucional e representativo.<sup>65</sup>

Além da prescrição para a periodização da narrativa, Cunha Mattos recomendava que a escrita da “historia geral da terra de Santa Cruz” contivesse um preâmbulo que tratasse da “historia da população do novo mundo, anterior ao seu descobrimento pelos povos do norte da Europa, e conquista dos portuguezes e castelhanos”. O marechal acreditava que a “archeologia e a ethnographia” poderiam fornecer provas “da mais alta antiguidade das terras que habitamos”, as quais testemunhariam que o Brasil teria abrigado fases primitivas de ocupação antes mesmo da chegada dos Europeus:

A primeira é a da primitiva occupação do paiz pelos individuos a que podemos denominar autochthones, filhos da natureza ou da sociedade selvagem. A segunda é a da civilização primitiva introduzida por homens industriosos que o acaso, as adversidades ou as conveniencias da vida, obrigaram a abandonar os paizes dos seus nascimentos, e a estabe'ecerem-se em lugares por elles descobertos. A terceira é a da entreados dos taltecos, dos chichimecos, dos nahualtecos, dos acolhues e dos astecos, os quaes destruíram em parte, a aliaram-se emfim com esses povos agora desconhecidos, e de origem apenas suspeitada, que levantaram os admiráveis edificios cujas ruínas magestosas hoje se estudam, e se assemelham as do antigo Egypto, e as de differentes povos do Indostão e da Asia Occidental.<sup>66</sup>

Aparentemente, Cunha Mattos sustentava uma expectativa indisfarçável de que a possibilidade da ancestralidade da civilização no Brasil, antes mesmo da colonização europeia, poderia conferir um enorme prestígio ao país: “Quem não se enche de entusiasmo vendo em o novo mundo monumentos assombrosos da mais antiga e polida civilização?”<sup>67</sup>

O interesse pela busca da civilização primeira para a construção da narrativa do Brasil está presente também na reflexão de outro sócio-fundador do IHGB, José Silvestre Rebelo, o qual observava, em um estudo etimológico, que o uso da palavra Brasil era anterior à descoberta da América. De acordo com Rebelo, levando-se em conta que a Ásia é a origem do pau-brasil, e

<sup>65</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. Op. cit., 1863, p. 129.

<sup>66</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. Op. cit., 1863, p. 139-140.

<sup>67</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. Op. cit., 1863, p. 140.

considerando que teria sido “provavelmente [...] desta palavra que se formou a palavra Brasil, o nome do nosso Imperio”, o destino histórico do país estaria umbilicalmente ligado ao berço da humanidade, portanto incluído na trajetória da civilização: “a Azia tem sido a civilisadora do mundo [...] da Azia Menor veio a Religião do Filho de Deus, que tem elevado a Europa a um grau de civilisação, que a põe em estado de dar leis, e de felicitar o resto do globo [...] tem a Azia pois sido a mãe e o berço da civilisação humana”.<sup>68</sup> No entendimento de Rebelo, haveria uma ligação genética entre o Brasil e o berço da humanidade, e o prestígio daí decorrente acarretaria uma missão civilizatória para o destino do país:

Sendo pois a palavra Brasil Aziatica, e sendo daquella parte do mundo que aos homens vierão os principios da religião e de civilisação, é claro que a nós Brasileiros trouxe a palavra obrigações, que devemos cuidadosamente preencher, isto é, devemos habilitar-nos para concorrer na civilisação do genero humano.<sup>69</sup>

De acordo com Rebelo, “nós, os Brasileiros Aziaticos pelo nome”, deveríamos cumprir com a missão de “civilisar a Leste a Africa quasi toda por ora selvagem; ao Sul os Patagões no mesmo misero estado; ao Oeste innumeraveis ilhas habitadas por homens ainda embrutecidos”. Para além da periodização da narrativa tratada por Januário da Cunha Barbosa e por Raymundo da Cunha Mattos, o assunto da história desdobra-se em José Silvestre Rebelo como uma incontornável responsabilidade que recaía sobre o Brasil, ou seja, o dever de levar adiante a obra da civilização:

Resta-nos campo aberto a fim um dia concorrermos para a civilisação de milhares de creaturas, ensinando-lhes a firme crença em um só Deus, como nol-o revelou o Redemptor; e o methodo de lhe dirigir graças e supplicas com aquelle aparato, brilhantismo, e a magnificencia que a razão ensina. Com a civilisação levaremos ao mundo as nossas riquezas naturaes; ellas superabundão, e só nos falta mais industria e trabalho baseados em estudos practicos e sciencias theoricas. Estudemos pois, e cumpriremos com o andar dos

---

<sup>68</sup> REBELO, José Silvestre. Discurso sobre a palavra Brasil – para servir de suplemento á Memoria lida na primeira sessão publica anniversaria pelo sócio effetivo José Silvestre Rebelo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:66-71, 1840. Supl.; 3.ed. 636-641, p. 640-641.

<sup>69</sup> REBELO, José Silvestre. Op. cit., Supl.; 3.ed., 1840, p. 640.

tempos a obrigação que da Azia trouxe ao nosso Imperio a palavra Brasil...<sup>70</sup>

Potencialmente em uma tentativa de definir os parâmetros em torno dos quais a narrativa do Brasil deveria ser construída, Januário da Cunha Barbosa criou um concurso para estabelecer o melhor “plano de se escrever a Historia antiga e moderna do Brasil, organisada com tal systema que n’ella se comprehendam as suas partes politica, civil, ecclesiastica, e litteraria”, cujo vencedor foi o bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius.<sup>71</sup>

Concorreu à premiação a *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, de Henrique Júlio Wallenstein, a qual sugeria que a narrativa do Brasil deveria encadear cronologicamente os acontecimentos por década, sobretudo os acontecimentos dos sucessos políticos do país, e que a história civil, eclesiástica e literária apenas deveria constar separada em um apêndice.<sup>72</sup> Por sua vez, a cartilha vencedora do concurso, elaborada por Martius e intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, ia além de uma proposta meramente cronológica e sugeria uma narrativa “pragmática” para o Brasil, colocando, por princípio, a história em função das demandas do país.<sup>73</sup> Composta por Francisco Freira Alemão, Joaquim da Silveira e Thomas Gomes dos Santos, o único senão que a comissão julgadora do concurso apontou à proposta de Martius foi dizer elogiosamente que “uma historia escripta segundo ahi se prescreve talvez seja inexequível na actualidade, o que vem a dizer que elle é bom demais”, e que,

<sup>70</sup> REBELO, José Silvestre. Op. cit., Supl.; 3.ed., 1840, p. 641.

<sup>71</sup> Premios Propostos pelo Instituto na Segunda Sessão Publica Anniversaria. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1840, tomo 2 (suplemento): p. 642.

<sup>72</sup> WALLENSTEIN, Henrique Júlio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(64):159-160, 1882.

Segundo Manoel Guimarães, a proposta de Wallenstein retomava uma concepção de escrita da história que naquele momento já se encontrava ultrapassada. Havia uma “clara assintonia com as demandas contemporâneas para um trabalho de escrita da história”, dado que “a exigência de uma história filosófica descartava do horizonte de possibilidades os anais, as crônicas como legítimas formas do gênero histórico agora em processo de redefinição”. Mais do que simplesmente narrar os fatos localizando-os temporalmente, seria necessário que o historiador oferecesse uma “proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora a um trabalho de seleção e enredamento específicos” (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit., 2007, p. 100-101).

<sup>73</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 6:381-403, 1844; 2.ed.389-411.

“quando a cousa for realisavel”, a proposta de Martius seria o modelo a ser seguido: “sua utilidade se manifestará desde já na direcção que devem tomar as investigações históricas”.<sup>74</sup>

De acordo com a proposta de Martius, a narrativa histórica deveria refletir a “posição do historiador do Brazil para com a sua patria”, pois sob sua responsabilidade estaria a elaboração de uma “instrucção judiciousa” que convencesse as regiões do país “da necessidade de uma Monarchia em um paiz onde ha um tão grande numero de escravos”, fazendo-as “sentir-se como um Todo Unido”. Ao escrever a história, desse modo, o historiador deveria

provar que o Brazil, paiz tão vasto e rico em fontes variadissimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favoravel desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarchia, a estabelecer, por uma sabia organização entre todas as Provincias, relações recíprocas.<sup>75</sup>

Em suas palavras, “tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso”, defendia Martius que “uma historia popular vem muito a propósito”, dado que o objetivo de contribuir para a unidade do país passaria por uma história acessível, que necessariamente satisfizesse “não menos ao coração que a intelligencia”.<sup>76</sup>

Entretanto, a proposta historiográfica de Martius em grande medida se dedicou a pensar a categoria *população* no desenvolvimento do Brasil. A escrita da História do país, advertia, jamais poderia “perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem”<sup>77</sup>, o qual teria ocorrido a partir da convergência de três raças, “a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica”.<sup>78</sup> Na

<sup>74</sup> Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 9: 265-293, 1847, p. 287.

<sup>75</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 381.

<sup>76</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 402-403.

<sup>77</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 401-402.

Ver também REBELO, José Silvestre. Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(65):327-340, 1882.

<sup>78</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 382.

Na concepção de Martius, conforme Manoel Guimarães entende, esta identidade estaria assegurada desde que o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: “realizar a idéia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a

concepção de Martius, a cada uma das raças humanas competiria um movimento histórico particular que variava de acordo com “sua índole innata” e com as “circunstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve”. Como consequência, a história do Brasil precisaria reger-se “segundo uma lei particular das forças diagonaes”, cuja somatória explicaria o nascimento e o desenvolvimento de um “povo novo”, resultante “da união e contacto de tão differentes raças humanas”. Assim sendo, a narrativa do país deveria necessariamente incluir os três grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira em um passado comum, considerando o papel de cada raça:

Cada uma das particularidades phisicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento commum, quanto maior for a energia, o numero e dignidade da sociedade de cada uma d’essas raças. D’isso necessariamente se segue que o Portuguez, que, como descobridor, conquistador e Senhor, poderosamente influiu n’aquelle desenvolvimento; o Portuguez, que deu as condições e garantias Moraes e phisicas para um reino independente; que o Portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para com todos os principios da Historiographia-pragmatica, se se desprezassem as forças dos indigenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento phisico, moral e civil da totalidade da população.

Tanto os indigenas, como os negros, reagiram sobre a raça branca predominante.<sup>79</sup>

O homem branco, o português europeu, teria tido o papel de protagonista no desenvolvimento do Brasil e na criação do “povo” brasileiro. Diante dos coadjuvantes negros e indígenas, o europeu teria sido o agente de maior peso na formação do Brasil e na composição de sua identidade racial.

Seguindo essa linha de raciocínio, dizia Martius que o “ponto capital para o historiador reflexivo” era mostrar “no desenvolvimento successivo do Brazil” como se achavam estabelecidas “as condições para o aperfeiçoamento de tres raças humanas, que n’esse paiz são collocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se

---

construção do nosso mito da democracia racial” (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit., 1988, p. 16).

<sup>79</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 382.

mutuamente de meio e fim”.<sup>80</sup> No palco em que se encena a narrativa da formação do Brasil, o espetáculo dirigido por Martius dividia os papéis em “raça branca predominante” e “raças inferiores”:

Jamais nos sera permitido duvidar que a vontade da Providencia predestinou o Brazil a esta mescla. O sangue Portuguez em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluents das raças India e Ethiopica. Em a classe baixa tem logar esta mescla, e como em todos os paízes se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d’ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população Brasileira esta mescla de raças, que d’ahi a seculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquella actividade histórica para a qual o Imperio do Brazil é chamado.<sup>81</sup>

Enquanto o elemento branco se destacaria por seu protagonismo, o qual, observava Martius, deveria ser heroicamente lembrado pela tarefa desbravadora e civilizatória dos bandeirantes e das ordens religiosas, o elemento indígena deveria ser observado em função de seu potencial de contribuir para a produção de mitos da nacionalidade, a exemplo dos mitos sobre os cavaleiros medievais no espaço europeu.<sup>82</sup>

A importância desigual dos elementos étnicos na composição da história do Brasil fica ainda mais evidente quando observados alguns dos termos da fala de Martius: os portugueses teriam “sua parte na História do Brasil”<sup>83</sup>, enquanto os índios, os “boçaes filhos da terra”, teriam “sua historia como parte da Historia do Brazil”<sup>84</sup>, e enquanto a “raça Africana” teria “relações com a historia do Brazil”<sup>85</sup>. Desse modo, no entendimento compartilhado por Martius, o predomínio do homem branco guiaria não apenas a formação da população mas

<sup>80</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 384.

<sup>81</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 383.

<sup>82</sup> Manoel Guimarães compreende que a pouca atenção que Martius dispensa ao negro é um “reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção nacional: a visão do elemento negro como fator de impedimento do processo de civilização” (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit., 1988, p. 17).

<sup>83</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 389.

<sup>84</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 384. “Só depois de haver estabelecido um juízo certo sobre a *natureza primitiva* dos autochthonos Brasileiros, poder-se-a continuar a mostrar, como se formou o seu estado moral e physico por suas relações com os emigrantes; em que estes influíram por leis de commercio, e communicação, sobre os Indios; e qual a parte que toca aos boçaes filhos da terra no desenvolvimento das relações sociaes dos Portuguezes emigrados” (Ibid., p. 385).

<sup>85</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 397.

também operaria como a referência principal da própria composição da história, imprimindo no personagem português-europeu o timbre de elemento étnico principal e, ao mesmo tempo, de agente histórico fundamental. Posto que admitisse que, para a história “aspirar a ser completa e merecer o nome de uma historia pragmatica, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Ethiopica e India”, Martius afirmava que “nos pontos principaes a historia do Brazil será sempre a historia de um ramo de Portuguezes”.<sup>86</sup>

Além disso, o artigo de Martius condecorado pelo IHGB afirma que os europeus teriam atuado como os “motores de civilização” do Brasil. Privados do direito à proteção do Rei que possuíam em Portugal, os colonos portugueses teriam feito o uso da força no Brasil para o estabelecimento e a interiorização da civilização, ou seja, segundo Martius, os portugueses teriam sido obrigados a adotar uma “posição guerreira” para se estabelecer no litoral, “onde a princípio se estabeleceu a civilisação Europea mais e mais para o interior, aonde ninguém reconheciam acima de si, venciam os Indios á força d’armas, ou introduziam-os com astucia para servil-os”.<sup>87</sup> Segundo sua perspectiva, a outra frente colonizatória teria sido composta pelas ordens religiosas, sobretudo de jesuítas, que em vários episódios teriam sido “os unicos motores de civilisação e instrucção para um povo inquieto e turbulento”. Por esse motivo, tratava-se então, em suas palavras, de “uma tarefa de summo interesse para o historiador pragmatico do Brazil mostrar como ahi se estabeleceram e desenvolveram as sciencias e artes como *reflexo* da vida Européa”.<sup>88</sup>

Após a contribuição de Martius traçar um caminho a seguir, a obra que finalmente materializou o projeto historiográfico arquitetado ao redor do IHGB foi a *Historia Geral do Brazil* dedicada em 1854 ao imperador D. Pedro II por Francisco Adolpho Varnhagen, segundo o qual a obra se tratava de uma “carta de recommendação para aquelles que imaginem de menos interesse o estudo da nossa história, nos tempos coloniaes, sob regimen differente do que adoptou o império independente e liberal”.<sup>89</sup> No *Prefácio*, Varnhagen explica que o

---

<sup>86</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 398-399.

<sup>87</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 390.

<sup>88</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit., 1.ed., 1844, p. 394.

<sup>89</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil, antes da sua separação e independencia de Portugal**. 2ª. ed. [1854]. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877, p. V.

esforço para a edificação da história nacional representava um monumento à independência do Brasil:

saiba-se que desde que nos propoemos a consagrar ao Brazil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de fôrma e com a dos principios que professamos, uma conscienciosa historia geral da civilisação do nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilisadas só ao cabo de seculos de independencia chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo...<sup>90</sup>

Tal monumento representaria também a inclusão do Brasil no mesmo caminho da humanidade trilhado pelos países europeus que, em sua visão, seriam ícones e referência do nível de civilização que o país deveria alcançar. Daí Varnhagen dizer que, com sua *Historia Geral*, “a integridade do Brazil, ja representada magestosamente no Estado e no Universo pela monarchia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as historias das nações por uma historia nacional”.<sup>91</sup> Além disso, Varnhagen reconhecia abertamente que sua obra era tributária do Instituto Histórico, o qual teria sido a base e um ponto de partida para sua obra:

A fundação do Instituto veio pois a dar-nos grande valor para a empresa, principalmente desde que o augusto Chefe do Estado resolveu collocar-se de facto á frente delle, apreciando altamente os trabalhos acerca da historia pátria, pelos auxilios que podem prestar (independemente dos que proporcionam á erudição e á litteratura) ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao administrador, ao diplomata, ao estratégico, ao naturalista, ao financeiro e aos vários artistas; e talvez também prevendo que com serviço nenhum melhor do que os que tivessem relação com a historia e geographia (e aqui cabem todos os productos naturaes), poderiam os seus subditos ser úteis ao saber humano em geral, entrando na grande communhão scientifico - litteraria europea, de que por outro lado tantos auxilios recebemos, por meio da offerta de novos dados, que inclusivamente venham a ser ahi debatidos, em proveito da illustração do paiz. E todo o Instituto confessa, cheio de reconhecimento, que sem a protecção valiosa do SENHOR D. PEDRO II, elle teria deixado de existir: e por sua parte, este minimo sócio declara que, sem a correspondente quota que dessa protecção lhe coube o Brazil não teria hoje esta obra.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XX-XXI.

<sup>91</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XXI.

<sup>92</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XXI-XXII.

A atenta observação à revista do Instituto Histórico e à obra de Varnhagen não sugere um desvio quanto aos valores e ao eixo de historicização para a narrativa do Brasil. Ao contrário, do mesmo modo que a maioria das falas presentes na Revista do IHGB dedicadas a pensar a elaboração da história do Brasil, a composição da *Historia Geral* de Varnhagen igualmente orbitou as noções de progresso, de desenvolvimento e de civilização. Acerca disto, é eloquente o *Prólogo* à segunda edição, em que Varnhagen, ao dar satisfação ao leitor sobre o método de seleção dos assuntos que compuseram sua narrativa, afirmava que “longe de nos limitarmos á narração dos successos politicos, [...] procurámos occupar-nos principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilisação da paiz”, com o propósito de, com isso, dizia, não deixar cair no esquecimento “os modestos obreiros que prestaram algum serviço nas lettras ou na indústriã”.<sup>93</sup> Adiante, o capítulo segundo se dedica integralmente a oferecer um exame mais profundo da *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen.

\*\*\*

A julgar pelo exame das amostras do discurso historiográfico do período realizado até aqui, pode-se inferir que a pena dos literatos agremiados nos arredores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constituiu historiograficamente o Brasil por meio de uma narrativa fundamentada em uma concepção de temporalidade na qual o processo de mudança é concebido como uma transição de fases de civilização. Nessa acepção, o Brasil é compreendido como entidade ou benfeitoria fundada pelo europeu cuja trajetória no tempo decorria do progresso inevitável da humanidade. Tal lógica narrativa variou duplamente sob influência da noção de civilização: o conceito de civilização operou como parâmetro para mensurar o ritmo e o compasso da passagem do tempo, orientando o pensamento histórico que interpreta o Brasil em suas fases, personagens e valores; e o conceito de civilização também operou como meta, ponto de chegada ou promessa de um projeto que quer o Brasil sincronizado a um idealizado nível de progresso e desenvolvimento.

---

<sup>93</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XI-XII.

## II

**Direção e sentido, elogio e crítica  
na história do Brasil de Varnhagen**

*Na historia da civilização das nações em particular, como na da humanidade em geral, ha sempre grandes caracteres ou grandes intelligencias que são como os precursores ou verdadeiros creadores do pensamento de novas eras; e ao historiador cumpre o descortinal-os.*  
Francisco Adolpho Varnhagen<sup>1</sup>

Este capítulo examina a composição da narrativa na *Historia Geral do Brazil* de Francisco Adolpho Varnhagen, descrevendo seus fundamentos axiológicos.

### **2.1 Préfacios e post editum**

Com o primeiro volume publicado em 1854, a *História Geral* de Varnhagen revela evidências de que sua construção narrativa do Brasil vinculou-se às noções de civilização, progresso e desenvolvimento. A obra trata, como diz o subtítulo, de uma história “do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado”, a qual não teria, conforme adverte o autor, o propósito de entreter “quem nas historias dos povos só busca o deleite, ou as emoções, digamos assim, dramáticas”, isto é, não se trataria de uma obra voltada ao “grande número de leitores” interessado em “discórdias entre principes, nem tremendas vingancas, nem horriveis crimes”; assim avisa: “pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade”. O objetivo da história geral manifesto por Varnhagen no

---

<sup>1</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado**. 1<sup>a</sup>. ed. Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1857, p. 4.

*Prefácio* seria, em suas palavras, atingir a “verdade” até onde teria permitido a apuração dos documentos conhecidos de então; dizia que “Ella[a verdade], e só Ella, pode offerecer harmonia eterna entre os factos”.<sup>2</sup> Em primeira pessoa, Varnhagen esclarece como a obra foi elaborada:

Narraremos os successos segundo nol-os hajam apresentado, em vista dos documentos, a reflexão e o estudo; e alguma que outra vez, sem abusar, tomaremos a nosso cargo fazer aquellas ponderações a que formos levados por intimas convicções; pois triste do historiador que as não tem relativamente ao seu paiz, ou que tendo-as, não ousa apresental-as, quando os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniências do futuro.<sup>3</sup>

Complementar ao prefácio, o “post editum” da primeira edição aponta para uma preocupação central na construção da sua história geral ao observar que um dos maiores empenhos teria sido a tentativa de abarcar os “factos capitães” que aconteceram nas províncias de modo conciso, para que as partes não compromettessem “o desenvolvimento do todo”, ou seja, a narrativa deveria se concentrar no estabelecimento da unidade do Brasil, “o que não se poderia conseguir parando de quando em quando demasiado n’um ponto, [...] reduzindo a narração a uma enfiada de pequenas narrações”. Tal “systema” fragmentado teria sido mais cômodo, admite Varnhagen, pois teria bastado reduzir o trabalho a uma compilação documentos e relatos manuscritos e impressos, ao invés de ter se esforçado em ser conciso sem pecar pela omissão.<sup>4</sup> O propósito que o texto assume é o de produzir uma narrativa da formação de uma unidade, em favor da qual Varnhagen argumenta do seguinte modo:

Uma coisa é a Historia Geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as actas das suas cidades e villas; os annaes e fastos das suas províncias; as chronicas dos seus governantes; as vidas e biografias de seus cidadãos benemeritos. Aquella não impede que nestas se trabalhe, e em cada qual tem a narração proporções convenientes. Procurámos guardar na composição do todo a maior harmonia que nos foi possível; porem não duvidamos de que em uma nova edição, se a chegarmos a preparar, teremos de dar a alguns pontos maior desenvolvimento: e se a preparar outro, talvez que lhe

---

<sup>2</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado**. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854, p. 11.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 12.

<sup>4</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 478.

sejam de não pequeno auxilio, sem ir mais longe, as notas no fim de cada pagina.<sup>5</sup>

Em nome da concisão da narrativa histórica que, embora “geral”, deveria se apresentar como uma unidade de sentido da conformação do Brasil, Varnhagen afirma ter minimizado o caráter da historiografia enquanto relato heróico dos feitos de grandes homens, a despeito de esta concepção de história em grande medida figurar como paradigma à época, priorizando o protagonismo do estabelecimento e da consolidação da autonomia do Brasil. Dai Varnhagen explicar ao seu leitor, conforme mencionado no primeiro capítulo, que, ao invés de limitar a *Historia Geral do Brazil* “á narração dos successos politicos”, procurou ocupá-la “principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilização da paiz”.<sup>6</sup> Por isso, avisa Varnhagen que o leitor do segundo volume encontrará um catálogo cronológico de nomes de governadores, capitães generais, bispos, Reis de Portugal e dos papas, do descobrimento até 1833, pois, explica, era preciso “separar do texto da Historia Geral do desenvolvimento e civilização do paiz [...] esses aranzeis de nomes a que ás vezes nenhuma idéa ligamos; podendo aproveitar unicamente delles como auxilios chronologicos”.<sup>7</sup>

Uma vez esclarecido o critério de seleção dos assuntos e fatos que compuseram a narrativa, Varnhagen também tratou de avisar ao leitor sobre o “methodo” que orientou a divisão interna de sua obra: “bem que preferimos agrupar os assumptos por determinadas épocas, esmerando-nos por que fossem as transições fáceis, julgámos podermonos dispensar de adoptar no texto as divisões pedantes e escolasticas, em grandes períodos e em livros”. Para “guardar na obra toda a maior harmonia”, assim, Varnhagen se contenta com uma simples divisão em seções: “não sendo em umas partes mais minuciosos, somente por que dellas tínhamos á mão mais documentos; mas sim por que assim o reclamava a maior importância do assumpto; isto afim de que o princípio e fim da obra correspondam ao seu meio”.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 478.

<sup>6</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil**, antes da sua separação e independencia de Portugal. 2ª. ed. [1854]. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877, p. XI-XII.

<sup>7</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 479.

<sup>8</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XIII-XIV.

## 2.2 Civilização como critério para narrativa e julgamentos de valor

A *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen buscou costurar retalhos provincianos em um único tecido narrativo, cujas peças foram selecionadas de episódios regionais que potencialmente poderiam contribuir para compor uma única história da trajetória e do sucesso da formação do Brasil e de sua governança que se tornou independente da metrópole. O resultado foi uma história assumidamente totalizante da unidade país, “geral”, e que significou uma notável contribuição para a elaboração intelectual de uma ideia de Brasil. Assim, o Brasil, sua formação e independência, estabeleceram o eixo de historicização, a direção e o sentido de uma narrativa de tom épico, com focalização onisciente, ambientada física (território natural) e socialmente (colonos, índios e jesuítas), temporalmente situado no “Brazil antes de ser Principado”, a Colônia, cujas ações da trama, em grande medida, se circunscreveram a uma luta pelo estabelecimento do Brasil, uma luta da civilização contra a selvageria e a barbárie:

Passavam-se nesses tempos primitivos, na colonias brasileiras nascentes, scenas analogas ás que haverão tido lugar em todos os paizes mais atrasados, que começam a ceder o passo á nacionalidade que nelle se introduz com a superioridade e encantos da civilisação sobre a barbarie.<sup>9</sup>

Como na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), examinada no primeiro capítulo, a noção de que a história é um tribunal da posteridade também está presente na *Historia Geral* de Varnhagen: “a história é um ramo da crítica, e não da eloquência; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz”, cuja obrigação seria “sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça”.<sup>10</sup> O critério para o julgamento perante o tribunal da posteridade afiliava-se às noções de progresso, de desenvolvimento e de civilização, afinal, como dizia Varnhagen, era essencial que a História do Brasil partisse “de apreciações justas e imparciaes para justa e imparcialmente poder

<sup>9</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 173.

<sup>10</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XII. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O tribunal da posteridade”. In: PRADO, Emilia Prado. (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

caminhar de frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brazil”. Exigia-se, observa, uma “verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonisadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente d’Africa, e do de selvageria dos povos [...] que occupavam em geral o territorio que hoje chamamos Brazil”, para que fosse possível sentenciar “imparcialmente aos delinquentes” e premiar “o merito, sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se d’Africa, se da Europa, ou se do cruzamento de sangue”.<sup>11</sup> Configura-se, em Varnhagen, uma espécie de método de julgamento cujo critério “no tratar dos colonisadores Portuguezes, dos bárbaros Africanos, e dos selvagens Indios” é a capacidade de realizar o desenvolvimento, de contribuir para o progresso e de fomentar a civilização.<sup>12</sup>

É sobre essa base que o colonizador português aparecia na rede de causalidade da *Historia Geral* de Varnhagen, como personagem portador da noção de civilização e responsável por assegurar a unidade nacional. Varnhagen advertia que se a escrita da história negligenciasse o que era “lógico” e “justo”, fazendo a “historia actual da nação” como uma história exclusiva da povoação de “indígenas selvagens” ou de africanos importados, “a historia *geral da civilização* do Brazil deixaria de ser logica com o seu próprio titulo, desde que aberrasse de sympathisar mais com o elemento principalmente civilizador”. Em seu argumento, ter o colono branco europeu como agente histórico fundamental era essencial para uma narrativa digna e justa do Brasil, conforme declarava O *Discurso preliminar* da primeira edição:

Claro está que, se o elemento europeo é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento christão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glorias da patria, e por conseguinte a historia *nacional*.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XXIV.

<sup>12</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XXIV.

<sup>13</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. XXV. Grifos do original.

Tratava-se, em sua concepção, de um dever para com a justiça valorizar o predomínio do elemento português na escrita da História do Brasil, em detrimento de negros e indígenas<sup>14</sup>:

E ainda admitindo que muitas vezes abusavam os superiores dos inferiores, os senhores dos escravos, e uns e outros dos índios, como é certo, não é também certo que, á custa das lágrimas do exílio, nos legaram elles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas, — a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilisação,... a pátria em fim?<sup>15</sup>

Com isto, a lógica do progresso, do desenvolvimento e da civilização atribuída à história permite compreender um importante motivo para Varnhagen, no prólogo à segunda edição, ter-se dito lisonjeado “de poder com esta obra [...] corresponder aos bons officios prestados pelo governo da metrópole, tanto a nós pessoalmente, como em geral a todos os Brasileiros”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Daí José Honório Rodrigues ter notado que são “inumeráveis as passagens de louvor e de compreensão até para com os erros da colonização portuguesa”, pois, na narrativa de Varnhagen; Portugal teria sido o tutor do Brasil, o tutor que lhe teria encaminhado os passos na infância de sua civilização e “aquele nunca se esquecera dos socorros que lhe ministrou seu rico pupilo” (RODRIGUES, José Honório. Varnhagen. O Primeiro Mestre da historiografia brasileira (1816-1878). **Revista de História da América**. No. 88 (Jul. - Dec., 1979), pp. 93-122, p. 117).

<sup>15</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. IX.

<sup>16</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1877, p. XI.

Tal assunto rendeu variadas interpretações. A sincronicidade da História com uma progressiva civilização do Brasil fundamenta-se em Varnhagen, infere Arno Wehling, numa visão patriótica na qual o “fato histórico” é compreendido como um produto essencialmente estatal. Como resultado, as leis, a escrita e o Estado seriam os principais indicadores da cultura superior de uma sociedade civilizada (WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 130).

Já na compreensão de José Carlos Reis, o sentido histórico construído na obra de Varnhagen compreendia que a identidade nacional se assentava em uma ruptura apenas política com a ex-metrópole, pois os portugueses eram “os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo”, e o Brasil, por sua vez, queria prosseguir na defesa desses valores: “o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico”; isto é, “a colonização portuguesa era vista como bem-sucedida, trouxera a civilização européia, a religião cristã e tornara produtiva uma região abandonada e desconhecida” (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 31-32).

Outra hipótese é a de que, em Varnhagen, a nação surgia não somente em razão da ex-colônia resultar do ciclo das grandes navegações, mas, essencialmente, porque a formação da colônia resultava de um confronto de civilizações dentro de um processo contínuo de conquista, reconquista e expansão sobre a terra descoberta; segundo Astor A. Diehl, “esse processo legitimava a posse e dava aos conquistadores, o português, o poder e o direito de montarem com suas instituições a nova sociedade”; em consequência, o passado colonial teria sido interpretado na *História Geral do Brasil* em função de “cartografar claramente a superioridade de uma etnia, de uma cultura, de uma civilização, de uma religião, de um modo de vida e de pensamento, a do branco vencedor”, a qual se impunha às outras formas de representação, isto é, “à dos índios,

Protagonista na *Historia Geral* de Varnhagen, a luta para o estabelecimento do país em grande medida apresentava-se como uma luta contra a natureza e contra os índios, o que se configura na fala de Varnhagen explicitamente como uma luta da civilização contra a barbárie e contra a selvageria. Por exemplo, dizia acerca da exuberância selvagem aparentemente indomável da natureza que a indústria humana a tudo domaria e que cumpriria à

civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau”, afinal, argumenta, “tempos houve, em que n’algumas das terras, hoje e cultivadas ou povoadas de cidades da Europa, o urso se fazia temer... [...] Para em tudo o paiz ser de contrastes no estado selvagem achava-se ele, com toda a riqueza do seu solo, e a magnificencia de suas scenas naturaes, e a bondade dos seus portos, tão prestantes ao commercio.<sup>17</sup>

Acerca dos nativos, tidos como bárbaros e selvagens, dizia que na extensão do território não havia “povoações fixas e que descobrissem em seus habitantes visos de civilização permanente; nem ainda nas serras do sertão, onde se encontrou mais alguma cultura; sendo as cazas de terra, como as dos Africanos menos civilizados, e os moradores dellas idolatras”.<sup>18</sup>

Varnhagen julga que o nomadismo dos nativos contribuía para a sua falta de civilização e para a estagnação do desenvolvimento do território por eles ocupado, pois, a despeito de a colonização organizar o espaço em povoações e cidades, “que ha tres seculos progride a cultura da terra, com milhões de braços vindos d’Africa”, os índios nativos deixariam “desertas muitas terras do interior” porque se hostilizavam uns aos outros: “conhecido é o axioma de estatística que em qualquer paiz a povoação só toma o devido

---

inicialmente, e a dos negros, posteriormente, sempre identificadas como formas *bárbaras* de culturas”. Para Diehl, a opção pela nação branca européia em Varnhagen não era arbitrária, mas surgia naturalmente de um processo histórico de confrontação; afinal, “a vitória final do branco não era um ato histórico casuístico”, mas representava a concepção concretizada de uma forma superior de civilização, ao mesmo tempo em que indicava o caminho a ser seguido pela nova nação: “nessa ótica, a civilização européia era superior porque trazia a lei, a ordem, a religião e a autoridade – elementos básicos para a constituição de uma nação”. Na concepção de Varnhagen, de acordo com Diehl, uma vez consumada a *vitória* do branco, apenas restaria o índio e o negro se integrarem ao projeto da nação “pela única porta que se lhes deixava aberta: a assimilação racial e cultural” (DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 48).

<sup>17</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 96.

<sup>18</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 97.

desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem á cultura da terra com habitações fixas”.<sup>19</sup>

Para além de apontar o nomadismo enquanto mera característica etnográfica, acusava Varnhagen que os nativos frequentemente teriam representado um impedimento para o país se estabelecer com sucesso, notadamente ao argumentar que “as guerras de extermínio que mantinham entre si” eram a causa de as tribos “se debilitassem cada veze mais em número, em vez de crescerem”, o que redundava, na sua visão, em agremiações mantidas por “laços sociaes frouxos que tendiam a fraccionar-se cada vez mais e a guerrear-se, ficando inimidos acerrimos os que antes combitiam junctos”. Com passar do tempo, a rixa transmitida às gerações subseqüentes resultariam em almas nas quais predominariam instintos de vingança e nenhum sentimento de abnegação em favor do interesse comum e da posteridade, e, com isso, sentenciava que “nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos de patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra”, mas, ao contrário, seria “como um sentimento elevado que nos impelle a sacrificar o bem estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da patria, com a só idéa de que a posteridade será grata á nossa memória, e a Ella adjudicará neste mundo a immortalidade”:

Essas gentes vagabundas, que guerreando sempre povoaram o terreno que hoje é do Brazil, era segundo parece verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem commum, e falavam todas dialectos da mesma língua, que os colonos do Brazil chamaram *geral*, e era a mais espalhada das principaes da America Meridional.<sup>20</sup>

Acusando-os de desagregadores, Varnhagen afirma que os nativos não conheciam “as delicias do amor da patria porque, nômade, patria não tinham”, e que o horizonte de suas “idéas de nacionalidade” não passavam do “alcance do tiro de seus arcos”, tornando evidente que a satisfação compatriota e o sentimento gregário, de pertencimento coletivo, não poderia “ser apreciada senão pelos povos que ja chegaram a certo grão de civilização”.<sup>21</sup> Na

---

<sup>19</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 97-98.

<sup>20</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 98-99.

<sup>21</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 103.

interpretação do historiador sorocabano, as rixas desagregadoras entre os nativos indígenas e seu estado - que “não podemos dizer de civilização, mas de barbarie e atrazo” - teriam se perpetuado “neste abençoado solo a anarchia salvagem, ou viriam a deixal-o sem população”, caso a Providência Divina não tivesse acudido e provocado uma “mudança occasionada no paiz pelo influxo do christianismo e da civilização”. Por isso, para Varnhagen, os nativos não só foram antagonistas como também indignos de figurar na história do Brasil como agentes protagonistas, ao ponto de afirmar que “de taes povos na infancia não ha historia: ha só ethnographia<sup>22</sup>”, e que “nem se quer mereciam o nome de barbaros: eram *selvagens*<sup>23</sup>”.

O posicionamento veemente de Varnhagen contra os indígenas nativos redundou em conflitos com aqueles que posteriormente ficaram conhecidos como indianistas românticos.<sup>24</sup> Ante o “patriotismo caboclo” professado por partidários do nativismo indigenista, Varnhagen perguntava retoricamente: “quereis saber o que é a nação brasileira?”, e respondia: “olhae para o proprio brazão d’armas que a symbolisa. Nelle vereis que a esfera armillar, significando a origem da dynastia e a do estado, e nelle vereis tambem a cruz da ordem de Christo, que representa por si só a historia da civilização do paiz”. Contra a insistência em destacar os elementos da povoação incivilizada “índia ou africana” na formação histórica do Brasil, fazendo do país uma “nação cabocla”, como era o caso dos indianistas que adotavam simbolicamente sobrenomes indígenas, Varnhagen argumentava que, apesar das mudanças superficiais de “appellidos”, “ficavam-nos a religião e o governo, a lingua, as leis,... todas as heranças da civilização de mais de tres seculos”.<sup>25</sup> Contra a proposição de que os índios seriam representantes legítimos, no passado, da nacionalidade

---

<sup>22</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 107-108.

<sup>23</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. XVII. Grifo do original.

<sup>24</sup> Ver WEHLING, Arno. As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ano 161, n. 407, p. 9-24, abr./jun. 2000, p. 15-16.

José Carlos Reis observa que o pensamento de Varnhagen “era ao mesmo tempo ligado ao pensamento do IHGB e diverso. Nele, as tendências nativistas do IHGB não eram tão fortes. A exaltação do indígena, ela a considerava injusta para com os colonizadores. No IHGB ele era visto com reservas. Mas, apesar de seus defeitos, ele teria sido o maior expoente do próprio instituto” (REIS, José Carlos. Op. cit., 2001, p. 29).

<sup>25</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. XXV.

brasileira, Varnhagen argumentava que “os Índios não eram donos do Brasil, nem lhes é applicavel como selvagens o nome de *Brazileiros*”, pois eles jamais teriam sido capazes de “civilisar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha”, e que, sendo assim, “de modo algum podem elles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade”.<sup>26</sup>

Na *Historia Geral* de Varnhagen, o uso da violência para com os indígenas se justifica como um recurso pedagógico em nome da civilização e em favor de integrá-los como força de trabalho – trabalho forçado, mas exaltado como dignificante.<sup>27</sup> Há um excerto que, além de sintetizar essa compreensão de maneira espetacular, traz uma construção de linguagem que expõe como a noção de civilização está ancorada em uma interpretação ocidental da trajetória da humanidade:

A escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações”: disse, com admirável philosophia e coragem, o virtuoso e sabio bispo brasileiro Azeredo Coutinho. Esta verdade foi reconhecida pelos antigos, de modo que só por ella se explica a humilhação dos Parias na Asia, a escravidão dos Ilotas e outros barbaros na Grecia; a clientella ou o feudalismo da Roma liberal e da idade media. E tanto a reconhecemos nós mesmos que só por ella podemos explicar o mantermos a escravidão dos nossos Africanos (alias com demasiado severas condições não essenciais). [...] Assim longe de condemnarmos que se fizesse uso da coacção pela força para civilisar os nossos Índios, estamos persuadidos que não era possivel haver empregado outro meio; e que delle havemos de que lançar mão nos mesmos, em proveito do paiz, que augmentará seus braços uteis em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até em benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem á condição em que se acham nossos Africanos, viviriam nellas mais tranquilos e livres do que vivem, sempre horrorisados na sua medonha liberdade dos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus visinhos. Sim: acudamos, em quanto é tempo, a esses infelizes, que se estão exterminando e devorando mutuamente, e que todos soa nossos parentes por Adão: procuremos-lhes o bem, apezar delles, que não sabem o que fazem. Esqueçamos que são Índios, e lembremo-nos que são homens como nós; [...] E depois de os sujeitar e avassalar, não os soltemos outra vez para irem para os matos com maior rancor, nem os aldeemos junto dos mesmos matos segregados da civilização. Pelo contrário: ponhamol-os com ella no mais immediato contacto,

<sup>26</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. XXVIII.

<sup>27</sup> Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os Índios Bravos e o Sr. Visconde**: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000.

distribuindo-os [...] pelas casas dos cidadãos honestos das grandes povoações. E se vos repugna esta distribuição, ao menos transferi (como fazia Portugal com os Mouros) as aldeãs para as portas ou subúrbios das vossas povoações mais civilizadas [...]. Essencial em todo caso seria entreter-lhes activamente o espírito, para que não entristescessem no meio das scenas de monotonia, quando apenas saídos dos contínuos sobresaltos dos perigos dos bosques. E sem nos envolver aqui nas debatidas questões de se a guerra é ou não animadora, se suavisa o coração dos guerreiros, em vez de os endurecer, se é ou não de influxo divino, temos por sem duvida que em geral ella foi entre os homens um grande meio civilizador.<sup>28</sup>

Isto provocou reacção. Através de artigo publicado na Revista do IHGB, Domingos Gonçalves de Magalhães procurou rebater Varnhagen. Para reabilitar a imagem do indígena na história, Magalhães acusava que as crônicas dos conquistadores europeus, nas quais Varnhagen se baseava, apresentavam um ponto de vista parcial que distorcia a verdade contra os índios:

O Sr. Varnhagen, incansavel pesquisador de antigos documentos, e que quase sempre viveo longe da patria em serviço d'ella, transportando-se com a imaginação aos tempos coloniaes, constituiu-se o mais completo historiador da conquista do Brasil pelos portuguezes, e o panegyrista da civilisação, mesmo a ferro e fogo, pelo captiveiro dos povos brasileiros, com quem são sympathisa, talvez por não conhecel-os; e a quem ás vezes tudo nega, até o titulo de indigenas, chmando-lhes *vindiços alienigenas* como para não dever-lhes caridade alguma.<sup>29</sup>

Na defesa indigenista de Magalhães, contudo, é indisfarçável a presença do princípio evolutivo da marcha do progresso, o mesmo princípio contido no ideal civilizatório que é evidente em Varnhagen e em tantas outras falas publicadas dentro e fora da Revista do IHGB:

O elemento europeu que constitue huma parte da população do Brasil, e ao qual devemos o incremento da nossa civilisação, tem por si a historia gloriosa dos seus antepassados, desde que herdeiros dos remanecentes da civilisação grega e romana que combateram, deixaram por esse mesmo combate o estado selvagem em que viviam.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. XXI-XXII.

<sup>29</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 23:3-66, 1860, p. 9.

<sup>30</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 23:3-66, 1860, p. 9.

Magalhães argumentava que Varnhagen, “no seu excessivo amor á civilização, quer a esta attribuir todos os bens”, esquecia-se momentaneamente que “a civilização mesma é o resultado da boa natureza humana, que tende sempre a aperfeiçoar-se”, pois, ainda que o indígena fosse “selvagem”, ele não deixava “de ser um ente racional e moral; [...] e si lhe falta nesse estado o desenvolvimento da intelligencia nas sciencias e nas artes, e algumas grandes virtudes, raros dotes de bem poucos entre os povos civilizados”.<sup>31</sup> Para Magalhães, seria impossível aceitar que os índios vivessem na mais completa ausência de civilização, na selvageria completa, pois não haveria como o humano livrar-se do princípio evolutivo da marcha do progresso: “a selvageria completa é uma ficção, ou uma decadência e aberração temporária do estado normal do homem, que della tende sempre a sahir voluntaria e instinctivamente, como de um estado de enfermidade”.<sup>32</sup>

Em Gonçalves de Magalhães, esse não foi um momento isolado. Em seu *Discurso sobre a Historia da Litteratura do Brasil*, de 1836, afirmava que a literatura é representante moral da civilização, juntamente com todas as ciências e artes, e que ela é o indicador da marcha do desenvolvimento

---

<sup>31</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 23:3-66, 1860, p. 29.

<sup>32</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 23:3-66, 1860, p. 37.

Para os diferentes posicionamentos sobre o indígena na historiografia publicana pela Revista do IHGB, ver: VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:53-63, 1841; 2.ed. 353-63,1841; 3.ed. 42-50; SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. Dissertação historica, ethnographica e politica sobre as tribos aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ao tempo em que o Brazil foi conquistado; ... sobre as suas matas, madeiras e animais que a povoavam, etc. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 12:143-257,1849; SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. Dissertação historica, ethnographica e politica sobre as tribos aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ao tempo em que o Brazil foi conquistado; ... sobre as suas matas, madeiras e animais que a povoavam, etc. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 12:143-257,1849; PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 19:379-397,1856; 2.ed. 379-397; VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Ethnographia indigena. Linguas, Emigrações e Archeologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 12:366-376, 1849; 2.ed. 366-376; 21:431-441,1858; DIAS, Gonçalves. Brasil e Oceania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 30(35):5-192,257-396, 1867; MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de anthropologia. Região e raças selvagens. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 36(47):359-516,1873; REBELO, José Silvestre. Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(65):327-340, 1882.

intelectual(p.135). Ao tratar da história, Magalhães lamenta que a metrópole portuguesa tenha, durante três séculos, oprimido e entorpecido “o progresso da civilização e da indústria”(p.138-139). Diante desse cenário, seria uma obrigação restaurar as ruínas e reparar os erros passados, pois, observava, “cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma Nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização”(p.144). Nesse contexto, o Brasil, “no meio geral do movimento”, não deveria ficar “imovel e tranquillo como o colono sem ambição e sem esperanças”, porque “o gérmen da civilização depositado em teu seio pela Europa não tem dado ainda todos os frutos que deveria dar; vícios radicaes tem tolhido seu desenvolvimento”(p.145-146). Apesar disso, Magalhães reconhecia que “se comparamos o actual estado de civilização do Brasil com o das anteriores epochas, tão notavel differença encontramos”(p.149), pois a superação da fase da dominação colonial e a conquista da liberdade e da independência foram uma “consequencia necessária do seu estado de civilização”: “necessário era a Independencia; todos a desejavam, impossivel era sufocar o grito unanime dos corações Brasileiros ávidos de Liberdade, e de progresso”(p.150).<sup>33</sup>

Na narrativa da luta pelo Brasil contra a natureza selvagem e contra o índio bárbaro escrita por Varnhagen há um elogio ao papel dos Jesuítas, cuja ação catequizante teria colaborado para a unidade do território e a assimilação dos gentios. Dizia Varnhagen que no cenário colonial do Brasil que se firmava “tudo mostrava a necessidade de acudir com prompto remedio á religião, poderosissimo agente de civilização e de moral”. O reconhecimento elogioso dos Jesuítas é estendido também aos imigrantes europeus instalados no Brasil, os quais, pela superioridade cultural e pela convivência, teriam tido o poder de inculcar nos indígenas a mudança civilizatória: “a gente de origem europea posta em contacto com a da terra não a exterminou, absorveu-a: - amalgamou-se com ella. Tal é a verdadeira razão porque de nossas províncias desapareceu quase absolutamente o typo índio”.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil. Estudo Preliminar. In: **Nitheroy, Revista Brasileira. Ciencias, Letras, e Artes**. Tomo I. N. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836, passim.

<sup>34</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 204-205.

A outra face da moeda, entretanto, seria a acusação de que “a filantropia dos Jesuítas no Brazil não passa á Africa”<sup>35</sup> e que seu protecionismo aos indígenas em alguma medida responderia pela implementação do tráfico de escravos africanos no Brasil:

As exaggeradas pseudo-philantropias em favor dos índios serviram a fomentar o trafico africano; assim a pretexto de se aliviarem sevicias [...] contra as gentes de um paiz que se pretendia civilizar, começaram os particulares a enviar navios além do Atlantico a inquietar povos alheios, de igual barbaridade, e a prendel-os e a trazel-os em cadêas, e a fazer que muitos fallecessem nos navios, e a que importassem com males de lepra, em nosso paiz, a lepra ainda maior da escravidão hereditaria.<sup>36</sup>

Pejorativo, o surgimento da escravidão de africanos negros no Brasil aparece na narrativa elaborada pela *Historia Geral* como uma infeliz consequência do desinteresse por parte dos Jesuítas em relação ao continente africano: “os jesuítas a tudo se oppunham; pela simples razão, segundo seus inimigos, que a d’Africa não pretendiam elles o dominio: não lhes agradava o clima”. Lamenta Varnhagen que o Brasil poderia ter usufruído, temporariamente e sem efeitos colaterais nocivos, de uma “servidão provisoria, necessaria, experimentada em muitos outros paizes, admittida pelos publicistas mais liberaes”, porém, “se perpetuou no Brazil outra servidão [...] e que já agora não poderemos dispensar, por algumas gerações mais, - sem grandes males para o paiz”.<sup>37</sup>

Na *Historia Geral do Brazil*, quando Varnhagen trata do período colonial, a menção ao papel dos africanos escravizados soa proporcionalmente sumária, comparando ao de brancos e índios. Em tom de justificativa, a obra sustenta que, a despeito de compulsória, a vinda das raças negras africanas ao Brasil em grande medida teria representado uma melhora de sorte para os cativos, considerando que suas nações na África frequentemente estavam em guerras e nas quais “a liberdade individual não estava assegurada”, porque, quando em guerra, os vencedores vendiam os inimigos vencidos ao invés de os matarem, e quando em paz, “os mais fortes vendiam os mais fracos, os pais os filhos”, e que assim, “passando taes gentes ao Brazil, com as condições da escravidão

---

<sup>35</sup> Ver VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 266-271.

<sup>36</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 261.

<sup>37</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 266.

romana; isto é, de serem coisa venal ou bem móvel, melhoravam ellas de sorte”. Apesar de Varnhagen reconhecer que o “acto de os escravizar era injusto, principalmente por não ser empreendido por idéa alguma philantropica, e pelo contrario dar em resultado um insulto á humanidade”, notadamente por representar um ataque ao individuo, à família e ao estado de onde os escravizados eram arrancados, no entanto, relativiza a escravidão observando que “a fecundidade dessas raças em seus paizes era tal que permitiria até povoar o orbe todo de negreria”. Além disso, reconhecia nos escravizados também as qualidades da força e da resistência, que os distinguia pela facilidade com que teriam suportado o trabalho no litoral do Brasil, “facilidade proveniente de sua fôrça physica, da semelhança dos climas, e não menos de seu genio alegre, talvez o maior dom com que a Providencia os dotou para supportar a sorte que os esperava”.<sup>38</sup>

A narrativa do Brasil de Varnhagen explica também o legado da escravidão de negros africanos no país: “da Africa não recebemos só colonos africanos captivos”. Nos portos, os navios negreiros também teriam desembarcado plantas, temperos, alimentos e bebidas que, de procedência africana, teriam se aclimatado no uso cotidiano do Brasil e até na Europa. Tal reconhecimento de uma contribuição para a formação dos hábitos locais, contudo, não parecia a Varnhagen ser algo para comemorar, pois, conforme observava, “se os colonos escravos africanos concorriam a augmentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus habitos menos decorosos, seu pouco pudor e sua tenaz audácia”:

A escravidão, como Ella foi admittida entre nós, alheia á ternura da familia, endurece o coração dos escravos, os quaes não querem ganhar inclinações que de um a outro momento lhes sejam contradiadas, nem podem interessar-se tanto pela prosperidade de seu proprio senhor; visto que d’ella nada lhes cabe em sorte, desde o dia em que passam a outro dono. Apesar disso, é certo que o melhor amigo que tem o bom escravo é geralmente o seu amo e senhor. Não só por um lado a opinião e a religião o obrigam a não ser despotico e cruel, como o aconselha a isso o individual interesse; - o instinctivo amor da propriedade.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 183-184.

<sup>39</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 185-186.

Outros assuntos que figuram na narrativa da *Historia Geral* também revelam indícios de que as noções de civilização, progresso e desenvolvimento nortearam os procedimentos e valores para a construção narrativa do Brasil. A esse respeito são bastante eloquentes os juízos emitidos por Varnhagen quando narra o episódio da ocupação da região nordeste do país pela *West-Indische Compagnie* no século XVII, que a historiografia brasileira nomeou como “Invasões Holandesas”. Frequentemente simpático aos colonizadores portugueses, Varnhagen admitia que a administração holandesa, notadamente na pessoa de Maurício de Nassau, havia trazido avanços ao desenvolvimento local, reconhecendo, por exemplo, que “por todo o Brazil não houvera anteriormente obras tão consideraveis e tão habilmente executadas”, e que, além da qualidade técnica da engenharia, as obras públicas empreendidas “levavam em si mesmas o cunho da boa administração”<sup>40</sup>:

O Principe de Nassau dilatou em seu governo as raias do territorio batavo-braziliense; regulou o augmento das rendas públicas; concorreu por todos meios para o desenvolvimento material do paiz que governava; promoveu a vinda dos colonos, e por sua recta justiça soube captivar a affeição dos proprios vencidos. [...] A colonia deveu a elle a liberdade de commercio; isto é o poderem com ella commerciar todos os negociantes hollandezes, ainda que não pertencessem á Companhia, que veio a conservar para si unicamente o monopólio da importação dos escravos, e o das provisões de guerra, e a exportação do páo-brazil. Os proprios Brasileiros da colonia tinham direito de enviar seus productos aos portos da Hollanda por sua conta. [...] Fiel ás tradições da Europa, em que tinham tomado tanta parte seus antepassados, deu o Principe brazões d’armas a todas as provincias dependentes do seu governo, como antes practicára a Hespanha com todas as capitánias e provincias da America, que colonisára. [...] Estas concessões, cujo alcance não pode ser por ventura apreciado pelo vulgo, tinham origem em pensamentos mui elevados, de representar tambem o paiz na arte heraldica, a qual para sermos coherentes devemos admittir da Europa, com as outras instituições que herdamos de sua civilisação e que nos garantem paz, justiça e dignidade nacional.<sup>41</sup>

Para Varnhagen, o desenvolvimento resultante da ciência aplicada e da administração competente holandesas em Pernambuco registrava-se nas

---

<sup>40</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 383-384.

<sup>41</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 401-403.

“paginas do livro da civilização” do Brasil, cujas realizações, porém, seriam “todas em abono do Príncipe holandez”.<sup>42</sup>

“Foi porém a invazão holandesa proveitosa ao Brazil?”, perguntou-se Varnhagen no segundo volume da *Historia Geral*. O historiador admitia reconhecer que a resposta a tal questão envolvia uma grande responsabilidade, considerando que “os lamentos de tantas victimas, chorando a perda dos seus parentes, dos seus bens, e até algumas da sua propria honra” acompanhavam o pensamento sobre o que entendia ser o maior conflito político-militar do Brasil Colônia. Mas confessa Varnhagen que, apesar de o primeiro impulso do coração mandar “deixar a penna e chorar”, entretanto, estava conformado por compreender que o sofrimento da guerra seria uma dor de crescimento intrínseca ao desenvolvimento da civilização, para o qual os holandeses teriam notavelmente colaborado:

Infelizmente porém a civilização humana semelha-se em tudo ao homem: nasce chorando, e chorando e sofrendo passa grande parte da sua infancia, até que se educa e se robustece. – Se pois nos conformarmos com esta lei indeclinavel, reconheceremos que o Brazil pagava então grande parte do seu tributo... E não ha duvida que, passados esses choros e esses sofrimentos, se apresentou mais crescido e mais respeitavel.<sup>43</sup>

Desse modo, o balanço final do conflito seria positivo, pois, além do legado econômico e material, cultural e arquitetônico, as guerras causadas pela disputa do território no Nordeste teriam trazido para o país “grandes e continuados reforços de colonos activos e vigorosos” que vieram da Europa, “cujos indivíduos pela maior parte ficaram no Brazil, e no que prefez um numero superior aos dos mortos nos campos de batalha”.<sup>44</sup> O balanço de Varnhagen leva em conta um ganho numérico de pessoas, mas é positivo sobretudo pelo legado civilizatório deixado no Brasil.

Ao narrar outro episódio, de décadas depois, e julgar as responsabilidades por uma crise econômica e de abastecimento pela qual o

---

<sup>42</sup> “E não só a architectura foi protegida por Nassau, como tambem a pintura; e de seu tempo são talvez os primeiros quadros a oleo, que do natural se fizeram ácerca de assumptos do Brazil, e talvez da America” (VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1854, p. 383-384).

<sup>43</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 44.

<sup>44</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 44.

Brasil sofreu entre o final do século XVII e início do XVIII, Varnhagen condena a “insuficiência e ignorância do governo da metrópole”, que teria causado a perseguição inquisitorial afligida à colônia, resultando em retrocesso. Naquele período de crise, dizia Varnhagen, nem “peste, fome e desordens” teriam representado maior calamidade que as “perseguições que o santo tribunal da inquisição fazia aos lavradores abastados, sempre que lhes podia buscar algum próximo ou afastado parente judeu, o que se chamava ter parte de *christão novo*”. Varnhagen lamenta que tal “fanatismo do Governo” teria sido uma causa para a miséria e que, ao perseguir os residentes “abastados”, comprometeu o desenvolvimento, redundando em atraso e opressão na indústria.<sup>45</sup> No entanto, a intervenção regressista da metrópole no Brasil colônia, ou nas suas palavras, “em meio de tão atrozes perseguições, e o ruído das transmigrações para as minas e dos toques de caixas appellidando gente para a guerra da Colonia”, não teriam impedido definitivamente o progresso: “as lettras não deixavam de ser cultivadas no abençoado solo do Brazil”, conforme testemunharia o estabelecimento da Academia Brazilica dos Esquecidos, na Bahia, em 1724.<sup>46</sup>

A recorrente preocupação com o desenvolvimento e com progresso está evidente também na *Historia Geral* quando Varnhagen versa sobre a proveniência da indústria, da riqueza e das produções do país. Segundo Varnhagen, o aumento da riqueza do Brazil na primeira metade do século XVIII se devia principalmente ao “desenvolvimento da agricultura e da indústria mineira, e se reconhecia não só pelo crescimento das rendas públicas, como também pelo bem estar de muitos particulares e augmento do luxo em geral”. Por sua vez, além do desenvolvimento econômico e progresso material, o aumento da riqueza permitia que muitos jovens brasileiros fossem mandados à Europa para prosseguir seus estudos, geralmente em Coimbra, “alguns dos quaes haviam já figurado, ou figuravam ainda nas lettras, tanto no Brazil, como na Europa”.<sup>47</sup> O tom de celebração por Varnhagen se deve ao fato de ele compreender que a riqueza elevava a civilização no país por meio das letras e das artes: “a pintura, que mais que as suas bellas companheiras serve a

---

<sup>45</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 92-94.

<sup>46</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 183-184.

<sup>47</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 138.

comprovar o grão de civilização das nações, já no Brasil se começava a apreciar, ao menos nos templos”.<sup>48</sup>

Com aparente orgulho, Varnhagen dizia suspeitar que “a crescente prosperidade” do Brasil no período colonial teria gerado ciúme nos vizinhos argentinos e uruguaios que passavam “sobre o nosso littoral” e até na Espanha, pois, comparado à antiga Colônia de Sacramento, hoje no Uruguai, “Montevideo era ainda tão insignificante povoação, e Buenos Ayres não medrava; pois que os navios preferiam descarregar no nosso porto, donde os generosos tinham mais proxima e facil saída para o interior”. Compreende Varnhagen que a Colônia de Sacramento, embora fundada com fins políticos, tornou-se especialmente importante para o Brasil como entreposto comercial e, como resultado, “os visinhos deviam chegar a reconhecer a superioridade do nosso porto [...] como empório do commercio” e, inclusive, “até (pelo muito que o commercio civilisa) como centro civilizador”. Por esse “nosso engrandecimento pelo sul”, dizia, a “Hespanha tinha ciumes e apreensões” e, com isso, “não viu com melhores olhos os progressos dos nossos ousados sertanejos” que por terra e água foram “alargando as rais que mais tarde havia de ter o actual Imperio austro-americano”.<sup>49</sup>

A narrativa da *Historia Geral* contém apreciações sobre o reinado de D. José I e o ministério de Pombal cujos critérios também medem as implicações para a civilização, o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Varnhagen dedicou uma seção inteira de sua obra para, nas suas palavras, fazer “uma pequena parada, e contemplar de relance, mas com reconhecimento, os muitos serviços que prestou ao Brazil o reinado de 26 annos de D. José I, com a administração do seu habil e poderoso ministro Sebastião José de Carvalho, conde de Oeiras e marquez de Pombal”. Acreditava Varnhagen que todo brasileiro que fosse a Lisboa veria “com gosto a *memoria*” de D. José e “o busto do sabio ministro restituído ao seu pedestal, por justo decreto do primeiro imperador do Brazil”, porque o Brasil ainda estaria “disfructando dos benefícios que nos legou a sciencia desse grande estadista”, dizia, “apezar que algumas leis teve elle mesmo que reformar ou revogar; e apezar da reacção imprudente

---

<sup>48</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 139.

<sup>49</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 154-155.

que distinguiu o reinado seguinte, e das tendências tão excessivamente inovadoras deste século”. O mérito de Pombal de executar com eficiência os decretos de D. José se deveria ao perfil planejador do marquês, que, como “bom agricultor que sabe de antemão adubar a terra”, garantia o sucesso da implementação de leis por antecipadamente “haver preparado o seu recebimento no paiz” – o que seria necessário porque, acusava, “com magistrados e fiscaes das leis corruptos ou covardes, não ha leis que valham, nem povo que se melhore”. Assim, no reinado de José I e graças ao toque do “dedo giganteo de Pombal”, teriam sido muitas as “providencias beneficicas e caritativas” que fizeram o Brasil experimentar “beneficios legitimos” na instrução pública, no comercio, lavoura e indústria, na navegação, na arrecadação da Fazenda e na “governação” do estado, na organização militar, e em úteis reformas judiciais.<sup>50</sup> Em tal listagem abrangente, Varnhagen comentava, por exemplo, que o comércio durante o reinado de D. José teria se desenvolvido e progredido em direção à civilização:

a instituição, em 1755, da companhia do Grão Pará e Maranhão, com o fundo e capital de um milhão e duzentos mil cruzados, fez surgir essas duas capitánias do definhamento em que jaziam. O Maranhão principalmente, cujos productos antes se achavam empatados, e que parecia condemnado a volver outra vez á barbarie, levantou a cabeça, e começou a rivalisar com as provincias mais opulentas.<sup>51</sup>

O currículo invejável de Pombal fazia com que, segundo Varnhagen, todos os estudiosos de governo e de administração tivessem admiração pelo marquês. Pois, mesmo reconhecendo que por parte “da metropole e mais ainda dos agentes della” teria havido “muitas vezes despotismo, injustiças, incoherencias, ignorancis”, Pombal teria atuado como um “animador da colonisação européa de que tanto carecemos”, inclusive ao repreender e castigar os governadores locais “menos observantes das leis”. Quando sob a administração do marquês de Pombal, Portugal teria sido mais do que apenas a metrópole do Brasil, teria sido “o tutor europeu que lhe encaminhou os passos na infancia da sua civilisação”.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 232-234.

<sup>51</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 239.

<sup>52</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 246-247.

Outros nomes também receberam elogio durante a narrativa da *Historia Geral do Brazil*. Observa Varnhagen que se tratava de, durante a “narração”, distinguir “na immensidade dos factos os que mais influiram na marcha da civilisação geral do nosso paiz; pois, como diz Gibbon, não é na multidão dos factos que está o valor da história, mas sim na crítica que a dirige, e no moralismo que propaga”<sup>53</sup>:

Assim, na pena de Varnhagen, o primeiro conde de Linhares, o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi descrito como um grande “projectista político” que teria manifestado um “influxo benefico” ao Brasil, seja por suas próprias ações, seja por delegar tarefas, como ao confiar a direção de uma tipografia ao “illustre botanico brasileiro” Fr. José Marianno da Conceição Vellozo: “este religioso mostrou-se incançavel, compondo e traduzindo obras para fomentar o progresso, principalmente da industria agrícola no Brazil”. Além disso, o conselho do ministro ao regente D. João teria influenciado o príncipe em favor do desenvolvimento brasileiro: “nem que inspirado pelo anjo tutelar do Brazil, abriu ao imperio um futuro de mais immediato esplendor e civilisação”.<sup>54</sup>

Segundo Varnhagen, Rodrigo de Souza Coutinho ainda teria contado com a contribuição de “talentosos Brasileiros” nas “principaes providencias governativas”: José da Silva Lisboa (“o primeiro defensor perpetuo do Brazil”), o bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho (“grande advogado do desenvolvimento da industria e commercio do Brazil”) e Hypolyto José da Costa (“o primeiro defensor mais ousado da permanencia da côrte no Brazil, e por conseguinte da emancipação deste paiz”), os quais teriam inspirado “não só a D. Rodrigo, como a outros ministros do príncipe”, e que, portanto, teriam sido “os verdadeiros mestres dos que ao depois denominamos patriarchas da independencia”. Esses personagens, por não terem estado em posições oficiais e “vestido os uniformes de ministros ou conselheiros”, segundo Varnhagen, não teriam recebido a devida homenagem. Dizia o historiador sorocabano então fazê-lo “com mais satisfação”, dado que se tratavam de indivíduos “que tiveram a abnegação de escrever e publicar seus pensamentos em proveito de outros”. Desse modo, esperava que “a justiça imparcial da posteridade” os arrancasse

---

<sup>53</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 283.

<sup>54</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 282-283.

“da situação humilde em que ás vezes foram deixados”. Afinal, segundo Varnhagen, a despeito de não terem chegado “a desempenhar cargos deslumbradores”, tais nomes teriam sido “sempre respeitadores dos prestígios sociaes como meios civilisantes, e do throno como a fonte donde elles podem brotar”. Contudo, lamenta Varnhagen que a inveja e a “ignorancia publica” teriam tratado os escritores “mais favorecidos dessas fecundas inspirações súbitas que chamamos genio” com a pecha “de visionarios e até de loucos”, mas os enaltecia como quase-divindades ao argumentar que, se “o proprio Redemptor passou por visionário, e o audaz Colombo por louco, esses epítetos devem ser honrosos”. Ao historiador, essa honra imporia um dever profissional e moral de reconhecê-los e celebrá-los, colocando-os em destaque como agentes do estabelecimento, da formação e da autonomia do Brasil: “exercendo imparcialmente o mister de historiador, cumpre-nos reivindicar, pelo menos em favor dos tres, o alto logar que na historia da civilisação do paiz deve caber a taes grandes patriotas pensadores”.<sup>55</sup>

Desse modo, para bem ou para mal, os julgamentos mostram com clareza que, durante a narrativa da *Historia Geral*, o critério para o elogio e também para a crítica orbitou uma preocupação e uma vontade centrada nas noções de civilização, progresso e desenvolvimento.

### **2.3 Episódios da história rumo à autonomia**

Os valores do trinômio civilização-progresso-desenvolvimento mostraram-se presentes também nos episódios principais da trajetória narrativa em direção à Independência. Até este ponto de chegada, o itinerário da *Historia Geral* fez paradas em episódios que ficaram registrados na historiografia como a Inconfidência Mineira de 1789, a transferência da corte imperial de Portugal para o Brasil em 1808 e a regência de D. Pedro seguida de sua proclamação como imperador do Brasil independente em 1822:

O capítulo da narrativa do episódio da Inconfidência Mineira, de 1789, apresenta-a heroicamente como uma conjuração pioneira em favor da autonomia do Brasil. Para Varnhagen, apesar de o martírio do alferes Joaquim

---

<sup>55</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 284-285.

José da Silva Xavier, o Tiradentes, ter lhe atribuído “a gloria da primeira tentativa pela independencia do Brazil”, essa heróica empreitada teria sido “obra de muitos patricios illustres e de varios individuos de lettras e de sciencias”.<sup>56</sup> Além disso, tal evento do Brasil estaria relacionado à revolução de independência das colônias americanas, pois o exemplo da América do Norte teria entusiasmado e estimulado a ideia de proclamar a nacionalidade e a emancipação do Brasil. Os “sentimentos” que teriam repercutido “em paragens mui distantes” na forma de “ecos d’uma grande revolução”, segundo Varnhagen, alimentaram a vontade de emancipação política do Brasil em relação à sua metrópole, notadamente porque corriam em paralelo ao “augmento da facilidade das communicações, que acompanha o desenvolvimento da civilização”.<sup>57</sup>

A narrativa da *Historia Geral* relata que a transferência de fato da corte imperial de Portugal para o Brasil, entre o final de novembro de 1807 e início de 1808, foi antecedida pela chegada do futuro D. Pedro II ao Brasil, em 2 de outubro de 1807. Descreve Varnhagen que, logo que a “côrte portugueza reconheceu que só no aquem-mar podia buscar refugio contra os perigos” iminentes do expansionismo de Napoleão, “o Regente, de accordo com os seus ministros e conselheiros d’Estado, deliberou primeiro salvar a dynastia e o Brazil, enviando a este paiz o principe D. Pedro, seu augusto herdeiro, que então apenas contava nove annos incompletos”. O príncipe recém-chegado ao Brasil teria cumprido a tarefa de proclamar uma comunicação de seu pai, o regente D. João, aos “fieis vassallos habitantes do Brazil”, na qual, além de explicar a “critica conjuntura” das vicissitudes políticas da Europa, estabelecia, em suas palavras, que o “principe, meu primogênito”, seria um elo entre o interesse da corte pela manutenção da monarquia portuguesa e o interesse dos brasileiros pelo desenvolvimento do Brasil: “vós o deveis reconhecer com o novo titulo de Condestavel do Brazil, que houve por bem crer, e conferir-lhe, afim de alliar melhor os interesses da Corôa com os vossos próprios, contribuindo deste modo para a prosperidade geral dessa vasta e preciosa região”. Varnhagen anuncia que isto teria aberto uma nova era para o Brasil: “em vez de colonia ou de principado honorario, vai ser o verdadeiro centro da

---

<sup>56</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 280.

<sup>57</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 269.

monarchia regida pela caza de Bragança; e para nós daqui começa a epocha do reinado, embora o decreto de elevação a reino só veiu a ser lavrado em fins de 1815”.<sup>58</sup>

Varnhagen narra a posterior chegada do príncipe regente D. João no Rio de Janeiro com uma indisfarçável atenção ao impacto para o desenvolvimento e autonomia do Brasil. O tom é elogioso quando observa que D. João, “seguindo a insinuação de José da Silva Lisboa Cayrú), franqueou os seus portos ao commercio directo com todas as nações amigas, e com isso o emancipou de uma vez da condição de colonia, e o constituiu nação independente de Portugal, que estava alias então sujeito á França”, e que portanto o príncipe teria sido, “senão o primeiro imperador, pelo menos o ‘verdadeiro fundador do imperio’”. O elogio ao príncipe se deve também à “intenção do regente de occupar-se principalmente do Brazil” para “querer mais conhecer o passado para corrigil-o e melhoral-o”. Isto testemunharia em favor da utilidade dos estudos sobre o passado do país, segundo Varnhagen, na medida em que “o conhecimento das vicissitudes por que passou o paiz, quer como colonia dependente, quer como estado sujeito, quer finalmente como nação livre, é essencial ao estadista que pretende governar com prudência e emprehender reformas de boa fé”.<sup>59</sup>

Entretanto, a importância do desenvolvimento e autonomia do Brasil se revela como critério também quando o tom não é de elogio. Isto se evidencia quando Varnhagen narra as “providencias tomadas mais particularmente em favor do melhoramento da capital” que não obtiveram o sucesso almejado. Por exemplo, ao narrar os feitos da administração do marquês de Aguiar - que nada teria “de grande pensador original para ser o estadista da fundação do novo império”. Varnhagen o censura por ações desproporcionais, “como se o Brazil fosse do tamanho de Portugal”. As ações da administração do marquês teriam sido insuficientes para progredir e desenvolver o Brasil à altura da expectativa do historiador sorocabano, como se pode observar em seu comentário sobre a criação da “Meza do Dezembargo e da Consciencia e Ordens”, do “Conselho da Fazenda”, da “Junta do Commercio” e da “Intendencia geral da Policia”:

---

<sup>58</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 296-298.

<sup>59</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 312-316.

Longe de nós o pensamento de que essas instituições não prestaram utilidade ao Brazil: censuramos só o comodo plagiato e copia de tudo quanto havia na Europa feito, pelos que para legislarem para a America, por conhecel-a melhor, receberam e acceitaram a missão de autores e architectos: censuramos que, em um paiz onde faltava absolutamente o ensino superior, não se instituisse logo uma universidade [...]: censuramos que onde tanta riqueza jazia, em terras por dar, com tantos pleitos nas sesmarias dadas, não se organisasse um ministério de terras publicas e sesmarias, ao qual se podia annexar a instrucção publica, com escolas de engenheiros civis e de minas: censuramos tambem que não se cirasse outro ministério de obras publicas, minas e matas, reduzindo-se outros; pois os de marinha e guerra ganhariam com estar juntos, da mesma forma que os de justiça e administração interior e graças”.<sup>60</sup>

Varnhagen observa ainda que seu julgamento sobre os feitos da administração do Rio de Janeiro “nesta epoca de renascimento” é “extensivo ás outras cidades do Brazil”. Tantas “observações sobre projectos que não se levaram á execução, e de censuras sobre o que se devia fazer e se não fez”, no entanto, estão acompanhadas de uma cortesã e atenuante confissão de Varnhagen: “em abono da verdade, que não foi tão pouco o que o Rio principalmente deveu, não só ao governo do principe, como a elle em particular”.<sup>61</sup> Nesse ponto de menção aos feitos positivos que com os quais a transferência da família real e sua corte agraciaram ao Brasil, há um destaque para os “escriptores, viajantes e imprensa periódica do reinado”, entre outros, ao *Correio Braziliense* de Hypolito José da Costa, pois este teria tido “sempre desde 1808 o mesmo pensamento político; de promover a prosperidade e augmentos do Brazil”.<sup>62</sup>

O itinerário da narrativa de Varnhagen passa ainda pela apreciação “dos grandes progressos da mineração de ferro no Brazil durante o reinado”. Trata-se de assunto que despertava orgulho ao historiador, porque a mineração do ferro formaria uma era “de gloria e prosperidade para o Brazil”, mas também porque este capítulo se apóia na narrativa dos feitos de seu pai, o engenheiro militar alemão naturalizado brasileiro Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, que chegou ao Brasil em 1809 sob contrato para construir os fornos da Real Fábrica de Ferro: “os factos singelamente documentados iráo provando, a nosso ver sufficientemente, que a gloria de ser o executor dos projectos do Sr. D. João

<sup>60</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 317-317.

<sup>61</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 323-324.

<sup>62</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 341-356.

estava reservada ao mesmo official engenheiro Varnhagen". O filho historiador justifica a menção orgulhosa ao pai dizendo que "não é culpa do quem escreve, e sim para elle muita honra, que essa gloria indisputavel reverta em favor próprio", afinal, defende-se, "tributar justiça devida á memória de quem tão bem serviu é dever do historiador, e mal delle se os receios de passar por immodesto superam em tal momento aos nobres sentimentos de piedade filial!". A importância dos feitos de seu pai residiria no fato de que a chegada de D. João e a do engenheiro alemão sob ofício no país teriam feito avançar "a industria civilisadora das minas de ferro no Brazil", a qual, argumenta, se encontrava estagnada desde 1803. Além disso, a atividade da mineração do ferro funciona como um emblema na construção narrativa de Varnhagen - nas suas palavras, uma "marca na historia dos homens uma idade de maior civilisação" - , dado que a fabricação do metal - "o saber converter, principalmente em ponto grande, em massa maleavel e cortante uns pedaços de pedra apanhados do morro" - seria um exclusivo artigo de luxo "concedido aos povos ja bastante adiantados na industria".<sup>63</sup>

Antes da última parada, a narrativa de Varnhagen passa também pelo insucesso dos sediciosos pernambucanos contra o império em 1817. Crítico da revolução, Varnhagen convida "ao sensato leitor brasileiro que tenha reflectido no estado próspero do Brazil" para que avalie conscientemente por si se "haveria motivos para que, em alguma extensão maior do Brazil, se intentasse uma revolução contra o benefico Sr. D. João e contra a integridade do seu predileto reino de novo creado". Acerca da revolução que proclamou em Pernambuco uma república independente da corte do Rio de Janeiro, Varnhagen admite que era um "assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico", o qual teria sido deixado de fora "do quadro que nos propozemos traçar" caso fosse "permittido passar sobre elle um veo". Entretanto, enquanto historiador, Varnhagen se dizia forçado a dedicar algumas linhas ao tema. Assim, considera que os elementos para a revolução teriam sido uma mera "rivalidade natural" do país contra europeus, "nas opiniões ultra-liberaes e encyclopedistas de alguns Brasileiros", e boatos "fáceis de exagerar, dos abusos e roubos comettidos" na capital do império, o Rio de Janeiro: "vieram

---

<sup>63</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 357-372.

estes elementos dispersos a convergir para que uma insurreição militar triunfante se convertesse, como tantas vezes succede, em revolução política”.<sup>64</sup>

Varnhagen desaprova o que aparentemente descreve ser a criação, em Pernambuco, de uma memória local positiva, heróica e triunfante do evento, distinta da versão oficial da capital que o condenava e reprimiu:

Sabemos que está de moda adular os annaes pernambucanos com a proeza dessa revolução. Que esteja: havemos sempre dizer a verdade, segundo nol-a dictar a consciência; e embora isso nos possa custar alguns dissabores, nunca serão elles tão grandes como seriam os do espírito, capitulando covardemente, contra as próprias convicções. – Vão decorridos ja quarenta annos depois desta insurreição, e os successos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mytho heróico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum. A verdade é só uma, e há de triunfar, em vista dos documentos que vão aparecendo e dos protestos dos homens compromettidos, mais probos e illustrados; e mais prudente é não elevar tantos altares, para depois se derrubarem e profanarem. A missão do historiador não é lisongear, nem adular ninguém, e menos aos vivos no paiz, ou antes neste a meia dúzia de gritadores apaixonados e parciaes. [...] O historiador que esquadrinha os factos, e que depois de os combinar e meditar sobre elles, os ajuiza com boa critica e narra sem temor, nem prevenção, não faz mais do que revelar ao vulgo verdades que elle naturalmente acabaria por avaliar do mesmo modo, sem os esforços do historiador.<sup>65</sup>

Nem cremos que o Brazil perde em glorias, deixando de catalogar como taes as da insurreição de Pernambuco em 1817, nós que fazemos votos pela integridade do império, e que vimos no Sr. D. João VI outro imperador. E menos ainda lamentamos que não se conte desde 1817 a madureza da independência, nós que a fazemos proceder da carta regia sobre o franqueo dos portos, e por conseguinte ao mez de janeiro de 1808; e por tanto com mais gloria para o Brazil, que dest’arte remonta a sua emancipação colonial da Europa a uma época anterior á de todas as republicas continentaes hispano-americanas.<sup>66</sup>

Desse modo, parece plausível inferir que, para condenar a versão heróica da sedição de 1817 em Pernambuco, Varnhagen recorre a uma compreensão de que a verdade seria nacional, imperial, emanada da corte e da monarquia, não provincial, nem republicana, de apenas uma parte a despeito do todo.<sup>67</sup> Recorre

<sup>64</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 373-374.

<sup>65</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 374-375.

<sup>66</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 375.

<sup>67</sup> “Ao provincialismo associam-se apenas idéas de *interesses* provinciaes, quando principalmente as de gloria andam annexas ao patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoismo, levando-o a expôr a propria vida pela patria, ou pelo

também ao argumento segundo o qual, desde que fundamentado em documentos, o historiador estaria autorizado a ser autor de uma narrativa reveladora da verdade pelo exame, interpretação e crítica dos fatos; minimiza o evento da insurreição, quase como um simples epifenômeno da história do estabelecimento e autonomia do Brasil; e lamenta que a transferência da corte e da família real ao país não estivesse oficialmente catalogada como marco da independência, a qual, no entanto, teria sido de fato libertadora da condição colonial, e anterior em relação às ex-colônias espanholas. Todos esses argumentos, dizia Varnhagen, ganharam o reforço do *Correio Braziliense*, que condenou a insurreição pernambucana, em suas palavras, “como imprudente e como atrasadora do proprio desenvolvimento politico do Brazil”.<sup>68</sup> A conclusão de Varnhagen sobre o evento da insurreição pernambucana é que, “d’esta vez (e não foi a última) o braço da Providência” teria amparado o Brazil e, mesmo com o custo de “lamentaveis victimas e sacrificios”, sua atuação se deu “em favor da sua integridade”.<sup>69</sup>

Segundo Varnhagen, a “Providência” também teria intervido pelo Brasil e por sua independência, assunto abordado nos dois últimos capítulos de sua *Historia Geral*. Por meio do então príncipe D. Pedro, a definitiva emancipação política do Brasil se daria graças ao grito de independência à beira do Ipiranga em 1822. Com o regresso de D. João VI com sua corte para Portugal em 1821, ficou no país o príncipe D. Pedro encarregado do governo provisório, para o qual teria sido regente com “reconhecida virtude”, a despeito de contar apenas com vinte e três anos, na visão de Varnhagen, conforme revelariam suas ações à frente do Brasil:

Conta Varnhagen que as subsequentes pressões das cortes portuguesas para a “recolonização do Brazil” tiveram efeito contrário: “o Brazil devia ser retalhado e viria a ficar sem um chefe no poder executivo, e o principe era chamado á Europa, onde viajaria *para aprimorar sua educação*”, enquanto que o “Rio de Janeiro ficaria governado por uma junta”. Concomitantemente, no entanto, surgiam pasquins na capital “convocando o povo a proclamar a

---

soberano que personifica o seu lustre e a sua gloria” (VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 392).

<sup>68</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 384

<sup>69</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 392.

independencia e a aclamar o príncipe imperador do Brazil”. Tal evento seria comprobatório da virtude do príncipe regente, pois, apesar da oportunidade de tomar o poder, “não deu mostras de comover-se pela ambição”, e, pelo contrário, “transmittiu a notícia a elrei seu pai, assegurando-o de sua fidelidade, e prestando della juramento com algumas palavras que declarava escrever na carta com o seu proprio sangue”. Na narrativa de Varnhagen, porém, o destino do Brasil estava traçado: “estas providencias inócuas contra o Brazil, até então obediente e inoffensivo, produziram effeito inteiramente contrario ao que se propunham obter os que as decretavam”<sup>70</sup>:

O príncipe, que, ainda em uma proclamação [...] taxára como delirios os intentos dos Fluminenses, recommendando-lhes quietação e protestando fidelidade á constituição e a elrei, a inteirar-se, principalmente ao ler as representações de S. Paulo e do Rio, da nova phase que apresentava o paiz, julgou opportuno annuir a deixa-se ficar no Brazil, e assim o declarou manifestando que o fazia na persuasão de que “era para o bem de todos”. Este primeiro acto de resistência ás *soberanas* ordens das côrtes de Lisboa se ficou denominado o Fico.<sup>71</sup>

Diante das acusações das cortes lusitanas de que D. Pedro teria sido desobediente, desleal e traiçoeiro ao optar por ficar no Brasil, para reabilitar sua imagem, Varnhagen defende que o regente teria em verdade sido prudente, considerando que a agitação no país poderia ter sido maior com a saída do príncipe; e que, além do mais, ser prudente teria sido uma “recommendação de seu proprio pai antes de partir para a Europa”. Além de avaliar o que de fato teria ocorrido, Varnhagen julga também o que hipoteticamente poderia ter acontecido: teria sido “um crime ante a humanidade” se o príncipe regente tivesse optado por “abandonar nesta conjunctura, aos furores das tempestades políticas, a terra que o hospedára e a seu pai, no momento de perigo”, e assim deixá-la “entregue aos horrores da anarchia a patria dos seus filhos”. Varnhagen entende que o príncipe regente D. Pedro, ao ficar no Brasil, “seguiu o partido que devia seguir”, porém, tal atitude representou um primeiro ato de rebeldia aos decretos das cortes portuguesas. Isto teria sido a causa de tudo o mais que se seguiu rumo à independência, como uma “conseqüência logica”, ainda que

<sup>70</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 416-418. Grifo do original.

<sup>71</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 426. Grifo do original.

nem sempre óbvia e evidente.<sup>72</sup> Toda a aparente contradição das ações e dos fatos narrados nesse episódio estaria, contudo, prevista no plano traçado pelo destino:

Toda a philosophia se abisma e calla ante os factos tão contradictorios e como sobrenaturaes, e o historiador confuso ao buscar a explicação das causas e dos efeitos, se prosterna ante a sábia Providencia que nos havia destinado o principe D. Pedro para personificar no acto da separação a integridade do Brazil.<sup>73</sup>

Descreve ainda Varnhagen que a decisão do príncipe de ficar no Brasil fora “applaudida pelos sinceros realistas e pelos Brasileiros mais entusiastas”.<sup>74</sup> Além disso, o regente teria mantido seu pai informado “submissamente em cartas particulares”, nas quais D. Pedro “declarava-lhe com verdade que não fizera mais do que ir com as circumstancias”, e alertava que “sem igualdade de direitos concedidos aos povos do Brazil seria impossível manter a união” com Portugal.<sup>75</sup>

O episódio final da *Historia Geral* é a separação política que inaugurou a autonomia definitiva do Brasil em relação a sua antiga metrópole. Para que isso viesse a acontecer, segundo Varnhagen, um dos “factos mais notáveis que succediam no Brazil” teria sido a chegada aos ouvidos do príncipe da informação de que “alguns indivíduos da provincia de S. Paulo vacilavam entre o reconhecer de preferencia a sua autoridade ou a das côrtes de Lisboa”, o que teria motivado o regente a viajar para São Paulo. Narra Varnhagen que, pelo que observou durante esta jornada, teria ocorrido a D. Pedro que “estava chegado a tempo ou de perder-se de todo o Brazil, ou de S.A.R. o salvar da ruína, constituindo-se socio em seus destinos, que já não podiam ser os da nação portuguesa”. Além disso, ainda em viagem, conta Varnhagen que D. Pedro recebia despachos que continham notícias de vários atos das cortes portuguesas em relação ao Brasil e aos seus deputados, “dos quaes deprehendeu claramente que havia perdido a confiança na maioria das mesmas côrtes”, e que teriam levado o regente a compreender “a impossibilidade de

---

<sup>72</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 426-427.

<sup>73</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 427.

<sup>74</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 428.

<sup>75</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 432-433.

seguir a união, que elle e alguns de seus ministros até então defendiam e julgavam possível”. Na narrativa de Varnhagen, a conjuntura das circunstâncias impôs o único caminho viável para o Brasil: “este tinha forçosamente que declarar-se independente, e bem independente”. A importância de D. Pedro nesse contexto é que o príncipe teria salvado o país da fragmentação e de desviá-lo da ordem: “levado como sempre providencialmente pelos acontecimentos”, D. Pedro teria tido a “inspiração de se collocar á frente do Brazil, certo seguramente de que, se assim não procedesse, elle se separa, por si só se retalha, e se perde na anarchia”. Assim, com a independência declarada de uma vez por todas, em 7 de setembro de 1822, o Brasil seria contato em “uma nova era”, nas palavras de Varnhagen, “porque delle proveiu principalmente a mais segura esperança de que o Brazil constituiria *uma* só nação, salva pela monarchia de tempestades anarchico-socialistas”<sup>76</sup>:

O Brazil conta ainda hoje, e contará eternamente, o dia de 7 de setembro, como o primeiro do anno no kalendario das festividades nacionaes. E com fundamento. Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipára elrei D. João VI, o principado que creára D. João IV, o estado que fundára D. João III. – Tambem por todas estas razões devêra Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não podéra regosijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu commercio e marinha mercante, este seu filho, descançando á sombra do solio brigantino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados.<sup>77</sup>

Entretanto, a despeito de afirmar reconhecer a importância do marco de 7 de setembro, Varnhagen considerava que o progresso da história do Brasil em direção à independência já havia sido determinado antes, dado que a emancipação do país “consummada estava desde 1808 e era impossivel retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com a Inglaterra”. Para Varnhagen, o mérito de D. Pedro - “o enviado da providencia para salvar o Brazil”, bem como da monarquia - “que foi symbolo de ordem no interior e de confiança no exterior”, consistiria na manutenção da integridade do país.<sup>78</sup>

<sup>76</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 437-438.

<sup>77</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 438-439.

<sup>78</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 439.

Em apêndice, Varnhagen explica ao seu leitor o porquê de a narrativa da *Historia Geral* não prosseguir além da independência de 7 de setembro de 1822. Essa continuação, que teria sido uma “história geral dos primeiros anos do império”, não poderia então ser escrita “tão conscienciosamente”, tanto por conta do acesso limitado aos documentos e correspondências dos estadistas que figuraram naquela época, como “porque as contemplações e resguardos que se devem aos vivos pediriam uma redacção que não ataria bem com a imparcialidade” a qual Varnhagen dizia guardar pelo passado: “de trinta e três anos é a vida de uma geração; e por conseguinte, em quanto não passem outros trinta e três, a historia daquelles primeiros é historia *contemporanea*, que por si propria se extrema da historia geral da civilisação do paiz”.<sup>79</sup>

\*\*\*

A marca maior que prevalece na *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen é a construção narrativa, de uma narrativa cujo enredo edifica o sentido da nação e que, flertando com a epopéia heróica, conta feitos políticos, administrativos, econômicos, educacionais, todos equacionados em função do processo de constituição do país e do estabelecimento de sua autonomia.<sup>80</sup> Entre o ponto de início e o ponto de chegada, esse processo é a trajetória da estaca zero ao progresso, do estado natural bruto ao desenvolvimento, da barbárie à civilização. Contudo, a estrutura narrativa predominante contém momentos pontuais de construção textual analítica, os quais, via de regra, estabelecem julgamentos de valor cujos critérios, assim como os procedimentos para a construção narrativa, estão evidentemente vinculados às noções de civilização, progresso e desenvolvimento. Isto é, na *Historia Geral*, os ideais de civilização, progresso e desenvolvimento, para a narrativa, definem a direção e o sentido, demarcam início, meio e fim, enquanto que, para os julgamentos de valor, tais

---

<sup>79</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Op. cit., 1857, p. 442.

<sup>80</sup> Cf. RÜSEN, Jörn. A constituição da narrativa do sentido histórico. In: \_\_\_\_\_. **Razão Histórica : teoria da história: fundamentos da ciência histórica** / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ideais estabelecem protagonistas e antagonistas, distinguem o elogio da crítica.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Tal constatação acrescenta algo importante a uma observação de Arno Wehling, segundo o qual a formação do Brasil era interpretada na história de Varnhagen notadamente enquanto a constituição do seu território e de sua etnia, e que todos esses fatores figuravam equacionados em função do Estado. O que aqui se observa, contudo, é que a aparente onipresença do Estado na história de Varnhagen, identificada por Wehling, está de fato em função da noção de civilização. Isto é, nessa equação, não é o Estado que determina o eixo da compreensão da história do Brasil de Varnhagen, mas o que determina o eixo de historicização é uma concepção mais abrangente de história enquanto narrativa do estabelecimento da civilização, na qual figura como fator o Estado, bem como a constituição do território e de sua etnia. Isto é, para definir pesos e medidas, não é a civilização que está contida em uma história em função do Estado, mas uma história em função da civilização na qual está contido o Estado. Cf. WEHLING, Arno. Op. cit., 1999, p. 130-186.

### III

#### **Conceito de civilização, estrutura narrativa e análise crítica em outras histórias do Brasil**

*Estes meus trabalhos são apenas um protesto que do fundo do meu gabinete e na minha obscuridade desejo fazer a bem de nossa civilização atual, das idéias e sentimentos do povo Brasileiro. A liberdade dos índios é desde 1831 garantida pelas leis de um modo permanente e inconcuso; foi a vitória das idéias liberais, da civilização e humanidade. Resta somente a dos Africanos e seus descendentes, que ainda gemem nos grilhões do cativo.*

*Agostinho Perdigão Malheiro<sup>1</sup>*

Com base em um *corpus documental* constituído por obras de história do Brasil ou que fundamentam suas reflexões acerca do país em uma análise histórica, este capítulo examina a estrutura narrativa sobre a qual se sustentam concepções de história do Brasil e oferece um mapeamento de valores e conceitos, sobretudo daqueles ecoados desde o projeto historiográfico edificado nos arredores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e materializados na *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen.

#### **3.1 Civilização, progresso e desenvolvimento na concepção de história de Joaquim Norberto de Souza e Silva**

No “Bosquejo da Historia da Poesia Brasileira”, que Joaquim Norberto de Souza e Silva escreveu para suas *Modulações Poéticas* dedicadas ao Januário da Cunha Barbosa, há um esboço de fases ou épocas da história da poesia e

---

<sup>1</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social. Parte 2<sup>a</sup>. (Índios)**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 10.

literatura brasileiras.<sup>2</sup> Animado de um patriotismo sem modéstias, Souza e Silva explicou o estabelecimento da poesia nacional fundamentado no processo de uma história que contrapunha, de um lado, protagonistas brasileiros - que constituiriam o povo “mais digno da veneração dos estrangeiros” entre os povos americanos, e de outro, os antagonistas portugueses enquanto tiranos opressores.<sup>3</sup>

O tempo da narrativa de Joaquim Norberto Souza e Silva acerca do surgimento da literatura local organiza-se em uma periodização de seis fases. Sua primeira época vai do descobrimento até fins do século XVII: durante a “infância” do Brasil, dizia, evocando “a bella expressão do historiographo brasileiro Rochapitta”, que os colonizadores heroicamente teriam conquistado, dizia, palmo a palmo as terras dos indígenas possuidores do país, enquanto que os jesuítas, “com o estandarte da civilização e emblema da Redenção do mundo, chamaram ao grêmio da Religião Christan tantos milhares de Brasileiros que [...] viviam nas trevas da ignorância e do paganismo”.<sup>4</sup> A segunda época marcaria um amadurecimento ainda tímido das letras entre o início e meados do século XVIII, porém, observa que nessa fase “o Brasil viu a sua historia narrada por um filho de suas mattas”, por meio de genealogias e necrologias de fidalgos e descrições de festividades produzidas na Academia Brasílica dos Esquecidos.<sup>5</sup> Demarcada pela segunda metade do século XVIII, sua terceira época teria sido o período em que “tudo progrediu sobre a influencia do magnanimo marquez de Pombal”, quando o Brasil, “já mais adiantado na carreira da civilisacao”, foi agraciado com fundação de várias associações literárias, como a Arcádia Ultramarina: “epocha foi esta de esplendor e gloria para uma colonia, cujos filhos celebraram os esforços de seus compatriotas,

---

<sup>2</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Bosquejo da Historia da Poesia Brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Modulações Poéticas**. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1841, p. 10.

Na linhagem da poesia, há também os dois tomos do poema épico em que Antonio Gonsalves Teixeira de Souza conta, em doze cantos, a sua história da independência do Brasil para exaltar a monarquia e sua família real pelo feito heróico da emancipação política do país em busca da riqueza, progresso e civilização. Ver SOUZA, Antonio Gonsalves Teixeira de. **A Independencia do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1847; SOUZA, Antonio Gonsalves Teixeira de. **A Independencia do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1855, p. 340.

<sup>3</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 15-16.

<sup>4</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 21.

<sup>5</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 25-26.

suas acções de heroísmo ao som da braga do captiveiro”, época que terminou com a morte de D. José I e a consequente queda de Pombal, pois, com a saída do ministro, narra, “os litteratos brasileiros foram perseguidos e suas associações aniquiladas”.<sup>6</sup> Além disso, Joaquim Norberto Souza e Silva destaca orgulhosamente que, também nesse terceiro período, se formou uma sociedade política na então Villa Rica contra a tirania e em prol da independência nacional. A quarta época é demarcada entre o início do século XIX até a proclamação da independência, quando “grandes poetas apareceram” e conseguiram vislumbrar “o facho de nossa liberdade, independência e gloria” através da “treva da tyrania”.<sup>7</sup> A quinta época inaugura-se com a proclamação da independência e vai até o que Joaquim Norberto chamou de “reforma da poesia”, a qual, segundo ele, diz respeito a “uma nova epocha de gloria, esplendor e prosperidade” trazida pela independência e que teria causado uma abertura para o campo da “patria litteratura”:

Com a luz que derrama o pharol de nossa liberdade La se esvaeem as trevas da torva ignorância; diffundem-se per todos os ângulos do nascente império as sciencias, as artes e as lettras; e em tempos de tanto entusiasmo, - passados tempos, que não mais veremos! – a poesia se elevou para celebrar os feitos gloriosos dos defensores da patria e cantar a independencia da nação, proclamada nos saudaveis campos do Ypiranga per um príncipe magnânimo, que trocara o solio dos Affonsos pelo throno americano.<sup>8</sup>

Ainda em paralelo ao eixo de historicização da constituição do país, de sua independência política e civilização, a sexta época histórica da literatura, segundo Joaquim Norberto, seria o presente no qual a “reforma da poesia” estaria em incontestável vigor, um período caracterizado pela busca por uma inspiração mais nacional e menos europeia e no qual os protagonistas seriam destacadamente “o mestre” Domingos José Gonçalves de Magalhães e “o gênio” Manuel de Araújo Porto-Alegre. Conclui Joaquim Norberto de Souza e Silva que as épocas do passado e do presente da história do Brasil e de sua poesia apontam para um futuro glorioso: “O porvir! – Eis a esperança do Brasil!

---

<sup>6</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 29-30.

<sup>7</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 35.

<sup>8</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 41.

– Eis a epocha que vislumbra com brilho e magestade atravez de seu veo! – Que esse porvir se converta em esplendido presente!”<sup>9</sup>

Nesse “bosquejo” de Joaquim Norberto Souza e Silva, a relação entre os períodos da história da poesia brasileira e da história do Brasil vai além de uma mera sincronia do tempo narrativo e revela uma única rede causal para os acontecimentos que demarcam e conduzem a historicização do Brasil e de sua literatura. Como resultado, a história do Brasil e a história da poesia brasileira foram estabelecidas por meio de uma mesma estrutura narrativa, considerando que se trata de uma mesma prática discursiva de construção historiográfica do Brasil.

Ademais, pode-se dizer que a compreensão de história do Brasil compartilhada por Joaquim Norberto de Souza e Silva largamente se estrutura ao redor da noção de civilização. Em *Brasileiras Celebres*, obra de 1862 que reúne biografias laudatórias de mulheres - justificava-a, dizia, "pelas suas provas de amor da patria, pelos seus rasgos de desinteresse, pelos seus exemplos de virtude, pelos seus actos de piedade e religião, pelas suas producções artisticas literarias ou scientificas"<sup>10</sup> - , há uma "Introdução Historica" em que é possível observar uma concepção de história enquanto uma narrativa épica do Brasil que enumera na passagem do tempo feitos que teriam encaminhado o país em direção à autonomia enquanto estado e civilização de molde europeu:

Nação de hontem, o Brasil ja escreve a sua historia, ja tem os seus heroes, que enumerão gloriosas batalhas, que apontão os logares de suas victorias; ja possui a sua litteratura, ao principio pallida cópia, depois elegante imitação, e por fim donosa originalidade; ja conta seis artistas, de não pequena nomeada; ja mostra seus homens scientificos com sua reputação européa; já apresenta uma triplice pleade de oradores que honrão o pulpito, que ennobrecem a tribuna parlamentar, abrilhantão a cadeira judiciaria; ja se honra de seus estadistas; ja se gloria de ver as suas princezas adornando o solio das côrtes da velha Europa; ja aponta para seus edificios monumentaes, dignos das primeiras capitaes de reinos seculares, e em breve terá seus monumentos historicos como as estatuas equestres de seus imperadores, como a columna gigantesca de sua independencia, como a cruz collossal de seu descobrimento, como os bustos marmoreos de

<sup>9</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Op. cit., 1841, p. 55-56.

<sup>10</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. **Brasileiras Celebres**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. 62.

suas celebridades, e pois não serão menos condignas de memoria as Brasileiras que se tem distinguido ou se tem tornado celebres.<sup>11</sup>

Além de conceber a história enquanto narrativa épica, a fala de Souza e Silva regularmente recorre à noção de civilização para dar conta da transição do Brasil entre as fases de colônia, de reino e de império. Isto está evidente, entre outros possíveis exemplos, quando Souza e Silva comemora que, no Brasil, a "fertilidade do solo juncta-se a riqueza mineral", e que as "arriscadas e celebres pesquisas para a descoberta do ouro e dos diamantes" do passado juntavam-se no presente às "tentativas das explorações do ferro e do carvão de pedra", atividades das quais, dizia, "espera o imperio tantos progressos na senda da civilização e dos melhoramentos materiais".<sup>12</sup> Isto é dito no início da "Introdução" como uma expectativa a ser realizada, como uma projeção do que é almejado, mas, no entanto, isto também é posteriormente reiterado no texto de Souza e Silva como obra parcialmente já realizada e concluída ao tratar da ocupação da terra pela empresa colonizadora portuguesa na época da Maria I: "o Brasil havia avançado na senda do progresso, graças á fertilidade de seu solo e ás riquezas de suas minas auríferas e diamantinas", e como resultado, explicava, impôs-se a necessidade da armada portuguesa "proteger o seu commercio, acompanhando as suas frotas alem do Atlantico, e as alfandegas estrangeiras recebem as produções brasileiras".<sup>13</sup> O contexto desta fala de Souza e Silva é que, em sua concepção, tratava-se de fazer justiça com os agentes da civilização e do progresso do Brasil e lhes pagar tributo com uma menção honrosa na história do país.

Assim, a "Introdução Historica" de Souza e Silva faz da noção de civilização o fiel da balança para selecionar e narrar quais teriam sido os feitos épicos de uma história do Brasil, cuja direção e trajetória alinham-se ao processo da conquista da autonomia do país e cujos passos são contados enquanto avanços da civilização, do progresso e do desenvolvimento. Entre tais feitos se destacariam, em seus termos, aqueles pertencentes ao "nosso grande

---

<sup>11</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Introdução Historica. A Colonia - O Reino - O Imperio* In:\_\_\_\_. Op. cit., 1862, p. 1-2.

<sup>12</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Introdução Historica. A Colonia - O Reino - O Imperio* In:\_\_\_\_. Op. cit., 1862, p. 9.

<sup>13</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Introdução Historica. A Colonia - O Reino - O Imperio* In:\_\_\_\_. Op. cit., 1862, p. 33-34.

seculo tão cheio de extraordinarios acontecimentos", o século XIX. Souza e Silva conta que "o governo do principe regente D. João VI abriu ao Brasil uma nova era de prosperidade, de riqueza e de liberdade", e que suas iniciativas no país, como a da abertura dos portos, teriam começado "a independencia da patria, que dava o seu primeiro passo na senda da civilização e do progresso".<sup>14</sup>

Souza e Silva também compreende que "a proclamação da maioria de S.M.I. o Senhor D. Pedro II trouxe a paz ao imperio", porque atuou como agente civilizador ao conciliar partidos em disputa e criando um consenso dedicado ao Brasil, "ao seus melhoramento e progresso material e moral". De fato, as falas de elogio à D. Pedro II regularmente lhe atribuem a figura de agente civilizador, como no enunciado que diz que o "throno constitucional do esclarecido monarcha" promoveu um incremento "á colonização, que vae abrindo novos nucleos de povoações, novas cidades, novas provincias, e a catechese pacifica dos Indios" e isto, por sua vez, estabeleceu a "civilização e prosperidade d'esta bella e bem fadada parte do novo mundo". Em suas palavras, a "proclamação da maioria do Senhor D. Pedro II" fez o país avançar rumo ao progresso e ao desenvolvimento:

Ainda ha pouco os politicos e publicistas dizião do alto da tribuna parlamentar, ou nas paginas da imprensa com os olhos fitos no futuro: "Tudo no Brasil está ainda por fazer-se!" e ja hoje o engrandecimento do paiz repelle essa proposição, ou condemna-a por vaga: os melhoramentos pullulão; o vapor rompe a corrente de soberbos rios oceanicos e leva a navegação aos confins do imperio; o vagão penetra a sombra das florestas e vara a noute dos tunneis, arrastado pelo cavallo dynamico, e o fio electrico transmite a palavra da civilização através das aldeias dos barbaros Indianos.<sup>15</sup>

Souza e Silva dizia ainda que o estabelecimento de cidades faz com que a "luz da instrucção" fosse derramada sobre "a cabeça bella e intelligente da juventude" do país, "esse gigante do porvir, como a chama o poeta nacional".<sup>16</sup>

A recorrência das noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento é observável também na *Historia da Conjuração Mineira*, de

<sup>14</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Introdução Historica. A Colonia - O Reino - O Imperio In:\_\_\_\_. Op. cit., 1862, p. 36-38.

<sup>15</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Introdução Historica. A Colonia - O Reino - O Imperio In:\_\_\_\_. Op. cit., 1862, p. 49-51.

<sup>16</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Introdução Historica. A Colonia - O Reino - O Imperio In:\_\_\_\_. Op. cit., 1862, p. 51.

1873, na qual Souza e Silva dizia, por exemplo, - para ilustrar o contato de brasileiros setecentistas em busca da independência com Thomas Jefferson - que "a mocidade brasileira" ambicionava "uma existencia mais activa, mais sua, mais nacional", e que por isso "via com dôr o retardamento do progresso da patria" e, ao retornar da Europa para a colônia, "suspirava pela liberdade, pelas dilicias da civilização".<sup>17</sup>

Dessa maneira, a julgar pelas regularidades identificadas em seus enunciados, a concepção de história do Brasil compartilhada por Souza e Silva se fundamenta em uma narrativa épica de feitos memoráveis que estabeleceram no passado e que ainda estabeleciam no presente de seu tempo a civilização, o progresso e o desenvolvimento, além de projetá-los também enquanto obra para o futuro do país.

### 3.2 O sentido do Brasil no compêndio da história de Abreu e Lima

Tal regularidade também se apresenta como um padrão do *Compêndio da História do Brasil*, obra do general José Inácio de Abreu e Lima cujo eixo de historicização diz respeito ao processo de constituição do país, sua independência política e civilização, ao redor do qual gravita uma explicação histórica da formação do país no período entre o descobrimento em 1500 até a coroação de D. Pedro II como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil em 18 de julho de 1841.<sup>18</sup>

Abreu e Lima oferece uma história do Brasil atenta à instalação da administração colonial e da dominação política de Portugal contada por um narrador onisciente cujo ponto de vista indisfarçavelmente celebra a monarquia e sua dinastia – o que é evidente tanto na inclusão detalhada de acontecimentos da vida de membros da família real em seu *Indice Chronologico* quanto na configuração da rede causal de uma narrativa repleta de adjetivação

---

<sup>17</sup> SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. **Historia da Conjuração Mineira. Estudos sobre as Primeiras Tentativas para a Independencia Nacional**. Rio de Janeiro: Garnier, 1873, p. 35-52. Ver também sua versão romancada da Conjuração Mineira: SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. **O Martyrio do Tiradentes, ou Frei José do Desterro: Lenda Brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

<sup>18</sup> LIMA, José Inácio de Abreu e. **Compêndio da Historia do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

positiva e elogiosa, na qual se lê, por exemplo, o “entusiasmo geral” com a transferência da corte imperial para o Brasil colônia, ou na defesa do caráter de D. Pedro I ao versar sobre “o libertador” na emancipação que livrou o Brasil de Portugal. Esses dois episódios, entre outros, são determinantes na história do Brasil de Abreu e Lima, pois em sua narrativa o trono da monarquia salvou o país da anarquia, já que o povo, em sua visão, seria ignorante demais para se autogovernar em uma república. Por isso, a monarquia teria sido mais apropriada à introdução da civilização, sistema de governo compreendido pelo general como uma etapa incontornável para que o desenvolvimento viesse a permitir que o Brasil, no futuro, se constituísse sob uma democracia:

Bem que tivessi sido inefficaz e errônea em muitos pontos a administração do Ex-Imperador, a sua elevação ao Throno foi mui provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarchia ainda mais fatal do que a que tem assolado as outr’ora colonias hespanholas. Qualquer tentativa prematura para um governo democratico teria sido seguida de uma guera sanguinolenta e duradoura, na qual a parte ínfima da população haveria pegado em armas, e a desordem e a destruição teriam assolado a mais bella por’~ao da America Meridional. Ainda mesmo conseguindo-se a expulsão dos Portuguezes, a ignorância do povo e as commoções políticas teriam sido mais fataes do que a guerra estrangeira. O regimen a que o povo estava acostumado era monarchico, e esse foi o instrumento mais proprio para introduzir a civilisação que faltava, e para se adoptarem os aperfeiçoamentos sociaes, que formam uma parte inherente e essencial do systema representativo.

D. Pedro não era tyranno; ninguem, a não ser algum calumniador, o designou como tal. Seus erros foram grandes, porém as suas intenções eram sempre as mais puras em benefício do paiz; desgraçadamente achou-se quase sempre só ou mal aconselhado. Abraçando de boa fé a causa da Independencia e do Governo representativo, ninguem lhe levou a palma em sustentar a primeira ou em respeitar o segundo. Dotado de grande talento e valor, mas sem experiencia, entusiasta pela liberdade, mas sem prudencia, estava melhor calculado para libertar o Brasil, do que para dirigir a subsequente marcha do seu Governo. Apesar de todos os seus erros e dos de seus Ministros, o Brasil, durante os dez annos de sua administração, fez certamente mais progressos em intelligencia e civilisação, do que nos tres seculos decorridos desde a sua descoberta até a partida d’El-Rei para Portugal em 1821.<sup>19</sup>

A história do Brasil de Abreu e Lima termina com a coroação e sagração de D. Pedro II, acontecimento de 1841 que, segundo o general, “assim como dez annos antes tinha marcado a Providência um *decennio* para nosso purgatório”,

<sup>19</sup> LIMA, José Inácio de Abreu e. Op. cit., 1843, p. 263-264.

teria inaugurado uma nova era para o país: “Quaes serão os futuros do Brasil? Se máu fado nos não persegue mais, como até aqui, podem anunciar-se como muito lisongeiros debaixo do reinado do Segundo Pedro”.<sup>20</sup>

Em Abreu e Lima, é possível observar que tal narrativa histórica constrói um sentido para o Brasil teleologicamente estabelecido em direção ao progresso, ao desenvolvimento e à civilização, como um caminho pré-estabelecido a ser percorrido. Isto está evidente na fala de Abreu e Lima desde a passagem dos navegadores portugueses pelo Cabo da Boa Esperança, a qual foi sucedida por expedições que “romperam os obstaculos que se oppunham aos progressos da navegação, da industria e da civilisação”. Nas palavras do general-historiador, enquanto que os descobrimentos de Colombo e de Vasco da Gama mudaram o comércio do mundo e tiveram uma influência decisiva sobre os destinos da espécie humana, os portugueses se depararam com “o domino de uma das mais vastas regioes do hemispherio Occidental, o BRASIL, que [...] devia ser um dia, segundo a ordem eterna dos acontecimentos, o refugio da monarchia portugueza, a sede do seu poder e um dos mais bellos imperios da America”.<sup>21</sup>

### 3.3 A cronologia do progresso e da civilização do Brasil, em Caetano Lopes de Moura

A centralidade da noção de civilização também é evidente no *Epitome Chronologico da Historia do Brasil*, publicado em 1860 pelo baiano Caetano Lopes de Moura. Trata-se de uma espécie de resumo da história do Brasil que organiza fatos cronologicamente e que oferece uma narrativa na forma de um catálogo de eventos datados no interim entre 1500 e 1840, atenta, sobretudo, àqueles que “concorrerão para o progresso da civilização”.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> LIMA, José Inácio de Abreu e. Op. cit., 1843, p. 303-304. Grifo do original.

<sup>21</sup> LIMA, José Inácio de Abreu e. Introdução. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. VI-VII. Grifo do original.

<sup>22</sup> MOURA, Caetano Lopes de. **Epitome Chronologico da Historia do Brasil, para o uso da Mocidade Brasileira**. Paris: Aillaud, Monlon, 1860, p. 1.

Essa mesma estrutura de catálogo factual em organização cronológica foi utilizada por Joaquim Manoel de Macedo, porém com a diferença de sua cronologia organizar-se por dias e meses ao invés de anos. Cf. MACEDO, Joaquim Manoel de. **Ephemerida Historica do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Globo, 1877.

Moura enumera sobretudo os feitos da colonização pela civilização, como, por exemplo, ao enaltecer que a administração de Mem de Sá, que ocupou o posto de governador geral do Brasil em 1558, "deu o maior impulso á colonização do Brasil e á conversão e civilização dos Brasís, seus brutos e selvaticos aborigenes, ajudado dos padres da companhia de Jesus". Sua fala acerca do período colonial frequentemente trata de medir "progressos" das capitanias, conforme demonstrado por sua preocupação com o "estado de prosperidade e pujança" de Olinda, ao observar que "a capitania de São-Vicente tinha também feito grandes progressos", e ao celebrar que "a capitania do Espirito-Santo, desafrentada dos temiveis Aimores, começava a florescer, graças ao estabelecimento de um collegio de jesuitas, que fizerão um semnumero de néophitos". Para Moura, o veredito é que Portugal havia feito bem para a civilização do Brasil, porém dentro dos limites em que lhe era permitido pelas circunstancias, mas, ainda assim, julgava, os colonizadores portugueses teriam sido capazes de fundar, "n'uma região delles tão remota, uma colonia tão adiantada em civilização, população e riqueza". Nesse compasso, dizia, "ia progredindo a colonização do Brasil".<sup>23</sup>

A cronologia de Moura trata com especial atenção as invasões de holandeses no Brasil durante o período colonial. Indagava, por exemplo, sobre o impacto para o desenvolvimento da colônia: "Que capital immenso, incalculado, se achava assim apartado e distrahido do emprego [...]! E como era possivel que progredisse a agricultura e com ela a civilização dos indigenas?"; para Moura, a investida da "ocupação hollandeza foi uma das maiores pancadas que teve o Brasil quando colonia".<sup>24</sup> Contudo, Moura compreende que, apesar do impacto das invasões holandesas, a civilização persistia no Brasil:

Apezar das desgraçadas circunstancias em que se achava a metropoli, e da impossibilidade em que se via, incerta do seu proprio porvir, de entender no augmento e prosperidade das diversas capitanias do Brasil, aquellas dentre ellas que tiverão a felicidade de não serem alcançadas hos hollandezes não deixarão de progredir, se bem que com lenteza e vagar [...]. Donde se conclue que, apezar das guerras [...], não deixou de ir em augmento no Brasil a população e a colonização.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 31-45.

<sup>24</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 86-87.

<sup>25</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 112-114.

A história da colonização concebida por Moura também se preocupou com o papel dos nativos indígenas em relação à civilização do Brasil. Para Moura, enquanto "ao homem civilizado pouca terra abasta", os indígenas viviam dos recursos "que a terra espontaneamente lhe dá" e mudavam "de pouso logo que esta lhe não acode com o costumado pasto e novidade", e, como consequência, os nativos opunham resistência "a tudo quanto lher coarctava a liberdade e sultura com que vivião". Por conseguinte, concluía, os nativos acabavam por "necessariamente retardar o progresso da começada colonização". Além disso, observava Moura que "a injustiça manifesta com que os colonos Portuguezes, a despeito das leis e ordens de seu proprio Soberano", sujeitavam os indígenas criou uma indisposição de ânimos e "lhes tornou odiosa a civilização".<sup>26</sup>

De acordo com sua narrativa da trajetória do Brasil, a colônia ganhou importância no ministério de Pombal, durante o qual, segundo Moura, "não deixou de progredir a colonização" porque o ministro instituiu o diretório dos índios.<sup>27</sup> Elaborado em 1755 e publicado em 1757, o documento dispõe sobre aldeamentos indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão e é composto por 95 artigos dedicados à "civilização e conversão dos Brasís", dos quais Moura cita 56 "quasi por inteiro" porque, justificava, "encerra elle maximas e conselhos de que ainda nos podemos aproveitar no concernente á civilização de nossos Brasís"<sup>28</sup>; isto é, devido à utilidade reconhecida no passado e que ainda seria útil no presente "para civilisar seus rudes e desconversaveis habitantes".<sup>29</sup>

O século XIX, segundo Moura, é a "época marcada pela providência para a emancipação do Brasil", cuja importância teria sido inaugurada em 1807 com a chegada de D. João VI ao Brasil.<sup>30</sup> Nesse período, teria ocorrido toda

---

A *Ephemerida* de Joaquim Manoel de Macedo também destaca, ao tratar da importância da liberdade de imprensa para o progresso do país, que o domínio holandês trouxe desenvolvimento para o Brasil: "em Pernambuco, no Recife, capital do Brazil hollandez, o principe Mauricio de Nassau tinha contado entre os consideraveis elementos de progresso e de civilização, que illustraram o seu sabio governo, uma typographia, cujas publicações não eram por certo amesquinhasdas pela coacção da censura prévia" (MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1877, p. 11-12).

<sup>26</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 114-115.

<sup>27</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 154.

<sup>28</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 154-158.

<sup>29</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 218.

<sup>30</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 230.

uma ordem de "providencias, que se derão para o engrandecimento, civilização e augmento progressivo da população" no país, entre as quais:

instituiu-se uma junta chamada da conquista e civilização do Indios e navegação do Rio-Doce [...]; vulgarizou-se a pratica da vaccina, a qual só por si foi uma das causas efficientes do augmento da população [...]. Deo-se principio á criação duma Academia de bellas artes, criação que, se ao principio encontrou não poucas difficuldades por se não acharem bastantes sujeitos versados nas disciplinas que ás artes liberaes dizem respeito, não deixou de progredir com o volver dos annos de progredir.<sup>31</sup>

Do retorno de D. João VI para Portugal até a abdicação de D. Pedro I ao trono em 1831, e de 1831 até 1840, a cronologia do Brasil elaborada por Moura lista a criação de vilas e destaca o desenvolvimento das províncias. Desse modo, a narrativa de Moura configura uma história preponderantemente política do Brasil cuja reunião de fatos que parece integrar o mesmo processo de civilização, progresso e desenvolvimento iniciado com a colonização.<sup>32</sup>

Na obra de Caetano Lopes de Moura, observa-se a composição de uma história da autonomia do Brasil, de colônia a país independente, cuja narrativa percorre o trajeto da chegada dos portugueses, passando pela colonização, até a abdicação de D. Pedro I. O enredo narra, notadamente, o empenho civilizatório de Portugal, de colonos e de jesuítas, frequentemente contra a natureza e os nativos, pelo estabelecimento de populações em vilas, cidades, etc. Dai, diante da exposição de tamanho empreendimento, Moura chegar a dizer que "a colonização do Brasil, do flurescente imperio sud-americano", iniciada "pouco mais ha de trezentos annos", era uma "verdade historica tão palpavel e evidente que ella só basta em sendo enunciada para mostrar com quanta injustiça levantão os estrangeiros que somos, só e aqueles de quem descendemos, desleixados, inertes e preguiçosos".<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 239-243.

<sup>32</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 327-349.

<sup>33</sup> MOURA, Caetano Lopes de. Op. cit., 1860, p. 25.

### **3.4 O retrato dos potenciais e dos entraves para a civilização do Brasil, por Xavier Pinheiro**

Publicada originalmente em 1854, a *Epítome da Historia do Brasil*, de José Pedro Xavier Pinheiro, compartilhou uma sinopse de fatos do país datados entre o 1500 e 1857, no formato de uma espécie de catálogo histórico baseado em uma adaptação da *History of Brazil* de Robert Southey para uso em aulas públicas do ensino primário. Os fatos catalogados na obra compõem um mostruário da ocupação e do estabelecimento colonial portuguesa contra a natureza, os índios e os invasores, até o século XVIII, e, a partir do século XIX, da trajetória rumo à autonomia e à formação do Estado.

Em "Ao Leitor", acréscimo presente na terceira edição de 1864, Xavier Pinheiro justifica sua obra por meio da seguinte linha de raciocínio: compreende que a curiosidade da juventude, se "bem encaminhada e regulada", formaria "os sábios que assinalam os séculos e as nações" e também teria o poder conduzir os descobrimentos "que sublimam a esfera da humanidade e ampliam os domínios da civilização". Além disso, para Xavier Pinheiro, o desenvolvimento da "educação intelectual" promovia a "dilatação das luzes pelas várias classes dos povos civilizados" e, também, a "irradiação, cada vez mais intensa, da ciência para os pontos mais distantes"; por isso, dizia, "é lícito esperar que, ao cabo de poucos séculos", seria possível alcançar a "incommensurável conquista" que é "o progresso da humanidade". Não por acaso, argumentava, a instrução pública seria uma "regra admirável praticada pelas nações civilizadas". Nesse contexto, observava, o lugar do ensino da história deveria buscar satisfazer "um dos primeiros desejos do homem ao encetar o exercício de sua razão" que seria "conhecer a sociedade em que vive, o país onde nasceu, a história d'essa sociedade e d'esse país". Em sua compreensão, a história surgia resposta a tal necessidade: "então chega à descrição da terra que é seu berço, alcança a narrativa dos factos e tradições de que se compõe a sua história, aprende quaes são os alicerces em que se estriba o poder social". Assim, afirmava Xavier Pinheiro, seria obrigação da sociedade, por meio da história ensinada, "facilitar a aquisição d'essas ideias, conjunctamente com as outras que são indispensáveis ao homem desde os

seus primeiros passos", explicava, "para que se realizem as promessas da civilização e sejam providas as necessidades inseparáveis de sua existência". À importância da instrução do conhecimento da história para a civilização, para o progresso e para o desenvolvimento do Brasil, Xavier Pinheiro inclui também que é de "interesse do Estado que a mocidade conheça" os acontecimentos e as mudanças "que sofreu a sua organização social" nos séculos passados, e que, desse modo, possa compreender "como a civilização começou a ser n'elle um facto visível, como cresceu e se acrescentou, que lugar occupa no mappa das nações, que forças possui para considerar-se membro activo e proveitoso do genero humano".<sup>34</sup>

Na Introdução da obra, Xavier Pinheiro dá a entender que o núcleo ao redor do qual gravitam os fatos da epítome, em seus próprios termos, é o "Imperio do Brasil, cujos principaes acontecimentos vamos em summa historiar".<sup>35</sup> Tal Introdução compõe um retrato analítico do Brasil atento ao seu potencial de desenvolvimento e, também aos seus limites. Isto está evidente quando Xavier Pinheiro enaltece a natureza rica e exuberante do Brasil, descrevendo-o como país detedor de uma fertilidade "assombrosa" e no qual "abundam n'elle as produções mais apreciadas dos paizes intertropicaes", dotes que em sua concepção assegurariam ao Brasil um "esplendido futuro entre as nações mais poderosas".<sup>36</sup>

Entretanto, ao enumerar potencialidades para o futuro, Xavier Pinheiro também reflete sobre os problemas responsáveis por causar atrasos ao Brasil, a começar pela dificuldade de mensurar sua população com números confiáveis. A esse respeito, explicava Xavier Pinheiro que "não se tem conseguido até o presente formar a estadística do Imperio, por isso a sua população so aproximadamente se pode calcular", fazendo com que o governo não saiba qual deve ser a medida de suas ações administrativas para surtir efeito: "orçam-a alguns em dez milhões de habitantes, o que parece de mais, outros em seis, o que se julga pouco, outros em oito, o que é mais razoavel".<sup>37</sup> Adicionalmente, ao

---

<sup>34</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. **Epítome da Historia do Brasil**. [1a. ed. 1854]. 3a. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864, p. 5-11.

<sup>35</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 25.

<sup>36</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 27.

<sup>37</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 33-34.

analisar o Brasil de meados do século XIX, Xavier Pinheiro admitia que ainda eram muito recentes "o desenvolvimento de diversas industrias" e "os melhoramentos materiaes", como "estradas, a canalisação de rios, as pontes", e que, como agravante geral, "muitas causas tem influido para o atrazo em que até então jazia o Brasil", como seria o caso do "estado de agitação a que conduziram largos annos de discordia civil".<sup>38</sup> Porém, apesar de atento a barreiras e entraves, Xavier Pinheiro olhava com otimismo para o presente e projetava no futuro a realização do desenvolvimento do Brasil:

De 1848 a esta data as cousas apresentam differente aspecto e esperançam progressos rapidos, á vista das grandes vantagens alcançadas em curto espaço. Não está remoto o dia em que varias estradas de ferro sulquem o interior do nosso territorio, e se generalise nos principaes rios do Imperio a navegação a vapor, que em todas as provincias, particularmente na da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, já dilata seus beneficios.<sup>39</sup>

A perspectiva de progresso sustentada por Xavier Pinheiro se valia da possibilidade do fim do trabalho escravo, que então lhe parecia iminente graças à Lei Eusébio de Queirós. Seu argumento é que devido à "cessação do deshumano trafego de Africanos", a agricultura do Brasil inicialmente "se antoalhava moribunda aos que so de braços escravos confiam o trabalho", mas que a lavoura finalmente via "raiar o dia de sua prosperidade".<sup>40</sup> Xavier Pinheiro via na formalização da extinção do comércio transatlântico de escravos a chance de a agricultura se despedir da "usança de seculos" e do "lidar sem intelligencia dos escravos", entraves que deveriam dar lugar a "novos methodos, novos instrumentos, novas machinas, novos operarios" os quais trariam ao Brasil "o accrescentamento esperado".<sup>41</sup> A expectativa de Xavier Pinheiro com o progressivo fim da mão-de-obra escrava era que houvesse um deslanche técnico da agricultura sustentado pela mão-de-obra de imigrantes, que viessem ao Brasil voluntariamente como mão-de-obra assalariada:

A colonisação, que deparava no commercio de carne humana um dos maiores obstaculos, e outro no descredito em que havia na Europa

<sup>38</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 34.

<sup>39</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 34.

<sup>40</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 34-35.

<sup>41</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 35.

cahido a nossa administração interna, promette encaminhar para este formoso paiz numerosas legiões de immigrantes.<sup>42</sup>

A preocupação com o progresso e a civilização do Brasil observados até aqui consta claramente também entre os fatos que cronologicamente compõem a epítome de Xavier Pinheiro. Isto é evidente ao tratar dos primeiros "Governadores Geraes" entre 1500 e 1578, quando avalia que houve um "augmento da colonia" graças a expedições que trouxeram "socorros á colonia" e órfãos de Portugal para o Brasil: "assim foi rapidamente prosperando a colonia".<sup>43</sup> Isto é evidente também quando Xavier Pinheiro se pergunta sobre os "incalculaveis resultados para o futuro do Brasil" caso tivesse sido aceita uma proposta do rei espanhol Filipe II, entre 1578 e 1580 - em tentativa para suceder ao trono de Portugal, quando "offereceu ao cardeal-rei D. Henrique, como compensação á casa de Bragança, em absoluta soberania, todas as colonias que possuia aquelle reino"; como a proposta não fora aceita, a questão era a seguinte: "o assenso do cardeal-rei quantas consequencias relevantes á civilisação não teria produzido?".<sup>44</sup> Isto está evidente ainda ao observar que, entre 1578 e 1624, "apresentava ja a Bahia muitos elementos de prosperidades".<sup>45</sup> Ou, pelo contrário, ao observar que entre 1654 e 1699 houve atraso no desenvolvimento no Maranhão e no Pará, que "apresentavam face menos avantajada que nas mais capitancias" e cujo "estado até certo ponto inspirava serios cuidados", porque, conforme diagnosticava Xavier Pinheiro, "nascia o mal em parte da indole da população, em parte das pessoas a quem era commettida a governança".<sup>46</sup> Além disso, a menção à civilização é patente na preocupação com a reputação do Brasil na crítica de Xavier Pinheiro ao "espírito demagogico" dos revoltados de Pernambuco na Confederação do Equador, de 1824, em que dizia: "ja as paixões politicas eivavam os espiritos e aparelhavam essa tremenda serie de males que por espaço de tantos annos lastimaram o Brasil e o abateram no conceito das nações civilisadas".<sup>47</sup>

---

<sup>42</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 35.

<sup>43</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 64.

<sup>44</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p.87-88.

<sup>45</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 89.

<sup>46</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 195-196.

<sup>47</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 326.

Igualmente, é patente também na menção da "data digna de especial" de 30 de Abril de 1854, dia em que no Brasil se inaugurou a primeira estrada de ferro: "a iniciativa e execução dessa importante empresa", explicava Xavier Pinheiro, era uma realização do "distinto Rio-Grandense Irenêo Evangelista de Souza, a quem por essa ocasião se fez mercê do título de barão de Mauá, nome que recorda muitos e relevantes serviços á civilização e accrescentamento industrial do Brasil".<sup>48</sup>

Observa-se, assim, que o *Epítome* de Xavier Pinheiro fundamentou-se em uma concepção predominantemente narrativa da história do Brasil cuja seleção de fatos largamente utilizou como critério a ideia de civilização. Observa-se, também, que a obra pintou um retrato analítico do Brasil, considerando os potenciais e entraves para a civilização do país, mensurando quais fatos e acontecimentos teriam representado um avanço civilizatório e quais, por outro lado, teriam sido um retrocesso - nestes casos, a responsabilidade frequentemente foi atribuída à indolência da população brasileira.

### **3.5 O trânsito entre a narrativa e a análise do Brasil, em Perdigão Malheiro**

Publicado em 1850, o *Indice Chronologico dos Factos Mais Notaveis da Historia do Brasil*, de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, diz procurar oferecer ao seu leitor uma "noticia do estado do Brazil em diferentes épocas, para assim ir o leitor seguindo a marcha progressiva ou regressiva do paiz nos diferentes tempos". Dizia Perdigão Malheiro que, para "indagar a razão da existencia do facto, suas causas, sua ligação com os que o precederam, bem como suas consequencias; mas tambem classifical-o competentemente em relação ao tempo e ao lugar", teria recorrido ao indispensável auxílio de "duas irmãs gêmeas e inseparaveis da Historia", a Geografia e a Cronologia, sem as quais o conhecimento abstrato dos fatos históricos, afirmava, teria sido inútil e

---

<sup>48</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Op. cit., 1864, p. 432-433.

pouco seguro para caminhar na investigação das verdades históricas.<sup>49</sup> Perdigão Malheiro explica que seu “methodo” de organização do livro divide as etapas da trajetória em séculos, nas quais os “fatos notáveis”, quase sempre “notáveis” por critérios políticos, são destacados de dentro de reinados e regências que governaram o Brasil. A exceção é o século XIX, pois, segundo Perdigão Malheiro, o número de fatos notáveis contidos nesse período exigiu uma divisão mais complexa, em “épocas historicas”, que são explicadas do seguinte modo:

Compreendendo os quatro ultimos mappas a historia desde 1800 a 1848, o 1.º começa em 1800 e termina em meados de 1822; o 2.º começa em 7 de Setembro de 1822 (época gloriosa da proclamação da Independencia, em virtude da qual o Brasil se constituiu Imperio livre sob o governo de seu magnanimo fundador o Senhor D. Pedro I), e termina em 7 de Abril de 1831 (época em que teve lugar a abdicação, findando d'este modo o governo do primeiro Imperador); o 3.º começa no mesmo dia 7 de Abril (época em que pela abdicação ficou o Brasil sob o governo de uma regencia em nome do segundo Imperador), e termina em 23 de Julho de 1840 (época em que pela proclamação da maioria do mesmo Senhor cessou a Regencia); o 4.º, finalmente, começa em 23 de Julho de 1840 (época em que começou o governo do segundo Imperador o Senhor D. Pedro II), e termina em 31 de Dezembro de 1848.<sup>50</sup>

Por se tratar estruturalmente de um índice cronológico de fatos, essa obra de Perdigão Malheiro não estabelece a construção de uma narrativa histórica sustentada na concatenação lógico-temporal-causal de acontecimentos. Entretanto, ela oferece os acontecimentos/fatos em relação ao tempo/cronologia. Com isso, os “fatos notáveis”, além de denunciarem um mecanismo de seleção do que é historicamente relevante, frequentemente aparecem acompanhados de comentários de Perdigão Malheiro que permitem um acesso à dimensão axiológica da compreensão histórica presente na obra, por meio de uma fala adjetivada, reveladora de julgamentos e valores estruturantes para o pensar historicamente à época de Malheiro. Isto é observado, por exemplo, quando a obra assinala que o Marques de Pombal, “para fazer todo o bem possível ao Brasil”, cria escolas regulares nas diversas

---

<sup>49</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Indice Chronologico dos Factos Mais Notaveis da Historia do Brasil desde seu Descobrimto em 1500 até 1849**. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1850, p. II-IV.

<sup>50</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. II.

capitanias em 1774, “attendendo ao ponto essencial da civilização e moralização dos povos, a ilustração”<sup>51</sup>; ou em 1822, quando os campos do *Ypiranga* em São Paulo ouviram o grito de independência do então príncipe D. Pedro que inaugurou a existência política do Brasil como nação livre e emancipada, a qual “em pouco mais de 20 annos tem caminhado com passos gigantescos na estrada da civilização, apesar das graves commoções intestinas que constantemente o perseguem retardando o seu progresso estupendo”.<sup>52</sup>

Para além da mera cronologia, a compreensão histórica sobre o Brasil compartilhada na obra de Perdigão Malheiro também oferece ao leitor, no apêndice, um “Succinto Esboço do Estado do Brasil ao Findar o Anno de 1849”, organizado na forma de pareceres sobre variados aspectos que seu autor considerou importantes sobre o país, a saber: Situação, posição astronômica e extensão; Limites; Linha divisória, Riqueza Natural; População; Religião; Divisão administrativa; Divisão eclesiástica; Organização política; Organização do Poder Judicial; Tranquilidade pública; Moral; Instrução pública; Ilustração; Indústria; Relações externas e Necessidades do país.<sup>53</sup> Os pareceres que compõem o “esboço” sobre o Brasil, além de concentrarem 19 das 24 ocorrências no livro dos conceitos civilização, progresso e desenvolvimento, e de suas variantes como civilizado, progredir, desenvolvido, etc., apresentam indícios de um discurso historiográfico sobre o país que transita entre a narrativa e a análise.

Não é aleatório que, nesse contexto, ao refletir sobre a população do Brasil, Perdigão Malheiro lamente a falta de uma estatística sobre a população do Império. Estima, contudo, que o país à época deveria ter aproximadamente de 7 a 8 milhões de habitantes, dos quais 3 milhões escravos: “Eis em nossa organização social hum elemento retrogrado na civilização, assim como de discordia e desordens”.<sup>54</sup> Ele alerta que a instituição da escravidão inegavelmente exercia uma influência nefasta sobre a educação dos povos, pois, conforme entende, o poder quase absoluto do senhor sobre o escravo cria o hábito de costumes senhoriais que se revelariam de modo indigno nas

---

<sup>51</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 65.

<sup>52</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 87-88.

<sup>53</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 143-176.

<sup>54</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 147.

relações familiares e sociais, e o martírio afligido pelo senhor ao escravo “faz-lhe perder ou pelo menos muito arrefecer os sentimentos nobres e generosos, a compaixão do proximo, e até o principio do justo e injusto: barbariza-o”.<sup>55</sup> Além disso, o episódio do Haiti é evocado para introduzir o que, para ele, se apresenta como outro problema determinante, a diversidade de raças:

A historia de todos os povos e de todos os tempos ahi está para o demonstrar: basta lêr huma pagina da historia do hoje Imperio do Haiti. Si a escravidão em hum paiz he elemento opposto á civilisação; o he tambem de discordia e desordens temiveis. He a mina sempre prompta a fazer horrivel explosão e tudo despedaçar, logo que se offereça occasião favoravel. Mas não pára aqui. Hum outro elemento de discordia ainda existe entre nós. É a diversidade de raças. A nossa população compõe-se de brancos, negros, indios, mestiços e mulatos. E quem ignora a odiosidade que tem todos á raça branca, por se acharem em posição inferior na ordem social, por força dos prejuizos e preconceitos da sociedade?<sup>56</sup>

A diversidade racial da população resultante da escravidão, assim, seria um catalisador para a explosão da discórdia e da desordem. Em sua visão analítica respaldada em um pensamento histórico, a causa do problema presente e ameaçador para o futuro estaria no passado, na colonização, no erro dos colonos antepassados que introduziram a mão-de-obra compulsória de africanos ao invés de ter civilizado os indígenas que ocupavam o território:

Ah! si não fôra o erro fatal dos nossos antepassados, primeiros colonisadores do Brazil, hoje teriamos muito maior população, toda composta de gente valente, laboriosa e livre. Si acariciassem os Indigenas, si lhes fossem ensinando a lingua e chamando-os paulatinamente á vida civilisada e ao gremio da nossa Religião e sociedade, elles não se terião exterminado nem fugido. [...] Cumpre agora remediar de algum modo os passados erros, empregando todos os meios de colonisar o paiz com braços laboriosos e livres, preparando-lhe assim um futuro risonho e prospero.<sup>57</sup>

Lamentava também Perdigão Malheiro que a perturbação da tranquilidade pública impunha barreiras ao progresso e à prosperidade do Brasil. Quanto a isto, mirava no exemplo da guerra civil que então ocorria em

<sup>55</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 147-148.

<sup>56</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 148.

<sup>57</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 148-149.

Pernambuco, o que ficou registrado na historiografia como o episódio da Insurreição (e também Revolta e/ou Revolução) Praieira:

tem o Brazil sido victima destas desastrosas commoções, que não fazem senão retardar o seu progresso, e enfraquecel-o cada vez mais. Tal he o triste e misero estado a que se acha reduzida nossa bella patria, digna de melhor sorte, e com todos os elementos e condições de hum porvir grandioso e brilhante!<sup>58</sup>

Tratar-se-ia de um erro fatal cuja causa seria uma falsa ideia de opposição; Perdigão Malheiro afirma que a “oposição he boa e até indispensavel” porque suscita a discussão e o debate que obrigam exames mais profundos que resultam em uma chegada mais segura ao conhecimento da verdade, condição indispensável para o progresso do Brasil:

A opposição he a legal discussão dos principios e medidas governativas; he a analyse justa e razoavel desses principios e medidas para se chegar ao conhecimento de que são ou não são capazes de conseguirem o seu fim, qual he a felicidade e prosperidade do paiz. [...] A historia de todos os povos, e mesmo a nossa, ahi está para confirmar e provar o que deixamos dito.<sup>59</sup>

Perdigão Malheiro levanta ainda outros fatores que considera determinantes para o Brasil:

Compreende que a “instrucção publica, ou antes a educação de hum povo he a solida base de sua felicidade e prosperidade”, e por isso se preocupa com seus “gravissimos defeitos”, entre os quais, a qualificação dos professores: “que educação póde receber hum menino ou hum mancebo que tem por professor hum estúpido, ignorante, ou hum bebado, immoral, vicioso, incivil?”. Para ser um agente da instrucção pública, dizia, desde as primeiras letras até os estudos superiores para a civilização, o progresso e o desenvolvimento, exige-se do professor “muitas qualidades reunidas, que nem todos possuem: não he bastante ter grande instrucção, he preciso ter bons sentimentos moraes e religiosos; saber exprimir-se com methodo e clareza; não basta ter talento, he preciso não ter preguiça de estudar para ir sempre acompanhando o progresso da sciencia”. Assim, “tal he o misero estado da instrucção publica entre nós,

<sup>58</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 154.

<sup>59</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 155-157.

estado que exige radical reforma”, recomenda que deveria haver em todas as Províncias do Império

hum collegio de bellas-lettras, aonde a par de huma instrucção litteraria e scientifica proporcionada ás necessidades e ao tempo, a par de huma moral sã, de hum verdadeiro e santo temor de Deos, o desenvolvimento do corpo por todos os jogos gymnasticos completasse a educação. Finalmente huma unica Universidade onde se viesse estudar o direito, a medicina, a theologia, a arte da guerra, a navegação...<sup>60</sup>

Além de criticar o estado das coisas, Perdigão Malheiro sentenciar elogiosamente que os pontos positivos da inteligência do país herdados do passado colonial devem-se aos jesuítas, pois, em sua compreensão, teriam sido eles “os primeiros que fundarão escolas, onde se ia beber a illustração e a sciencia” e que “verdadeiramente cuidarão nas letras e em illuminar o povo dando-lhe a devida instrucção”. Enquanto que os colonos estiveram inevitavelmente ocupados com repetidas invasões estrangeiras e com guerras com os indígenas, dizia, “os Padres da Companhia não cessavão de andar em missões civilisadoras ensinando as letras, e prégando a Religião e Moral de Christo”. Por isso, atesta, “a Historia não deixará de tecer elogios a Nobrega, Anchieta, Antonio Vieira e tantos outros que com perigo imminente da propria vida se abalançarão a tão ardua empreza”. No entanto, estaria localizado no passado mais recente o momento mais importante da história do Brasil: “a época porém de que data o progresso realmente maravilhoso do Brazil neste ponto he a da Independencia”, a qual é interpretada como o aparecimento da “luz brilhante e [d]os astros que ornão hoje o horizonte e céu politico, scientifico, litterario e artistico do Imperio”, a qual, exclamava, “em pouco mais de 20 annos de existencia que progresso estupendo tem feito as letras Brasileiras!”. Malheiro acredita conhecer a fórmula para o sucesso do país, cujo ingredientes seriam: “além do amor nato dos Brasileiros ás sciencias, letras e artes”, o meio para avançar a este “fim tão maravilhoso”, conforme entende, “se descobrem introduzidos pela moderna civilisação”; em suas palavras, o meio para o sucesso é “a liberdade de pensamento, a abolição da censura, a liberdade de imprensa, o estabelecimento de typographias em todas as Províncias

---

<sup>60</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 159-163.

concorrendo dest'arte para propagar os conhecimentos e excitar a cultivar o espírito”, e também “a illustração que recebemos dos paizes civilizados com a leitura das suas melhores obras e lições dos grandes mestres”:

Accresce que, não satisfeitos os Brasileiros com o estudo e trabalho isolado, sempre reconhecerão que o concurso de muitos he o verdadeiro meio de prosperar: assim fundarão-se sociedades scientificas e litterarias não só no tempo do Marquez de Lavradio no Rio de Janeiro, como muito antes na Bahia. E hoje que numero prodigioso existe! Associações para o estudo da Historia e Geographia, para o da Philosophia, para o do Direito, para o da Medicina, etc., etc., existem por toda a parte: e bem assim muitos periodicos litterarios e scientificos, que demonstrão o desejo de estudar e de propagar o mais possivel no paiz os conhecimentos humanos em todos os ramos.<sup>61</sup>

Quanto ao estado da indústria no Brasil, Malheiro afirma ter havido algum progresso em todos os seus ramos, o agrícola, o fabril e o comercial. Todavia, reconhece que “longe está ainda do auge a que desejamos que se eleve”<sup>62</sup>:

Na perspectiva de Perdigão Malheiro, o desenvolvimento da lavoura, “essa alma de nossa existencia” que “foi sempre a predilecta”, porém, correria risco de morte devido ao dilema da mão-de-obra: “Si he hum mal para o paiz e huma offensa á humanidade e aos direitos e dignidade do homem a escravidão, e si a nossa lavoura não pode progredir nem mesmo existir sem braços affeitos aos rudes trabalhos que ella importa, como substituir os braços escravos por braços livres?”.<sup>63</sup> Para desfazer tais amarras que impediriam o progresso e o desenvolvimento do Brasil, Malheiros sugere uma reforma social a ser preparada por três meios: “1.º, ir destruindo a pouco e pouco a escravidão no

---

<sup>61</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 163-167.

<sup>62</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 167.

<sup>63</sup> O foco do dilema aqui não é, entretanto, a dignidade dos escravos africanos ou sua inclusão no mercado com o fim então hipotético da escravidão, mas as condições ideais para que imigrantes possam suprir a demanda de mão-de-obra. Por isso, Malheiro alerta que o estrangeiro que chega ao Brasil “acha mil modos de vida mais commodos do que os asperos e rudes trabalhos de nossa lavoura” e que prefere, “mesmo quando se entregue á agricultura, viver sobre si, independente, ainda que pobre”, além do fato que “o elemento da escravidão obsta a que trabalhadores brancos livres, sobretudo estrangeiros, se sujeitem a trabalhar a par de escravos”, afinal, os estrangeiros imigrados no Brasil “julgão descer da dignidade de homem hombreando no serviço com tal gente”. Assim, conclui que “á vista destes obstaculos por ora quasi invenciveis, julgamos que tempo virá em que seja possivel a tão desejada substituição; mas que não será em tão breves annos” (MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 168).

paiz; 2.º, promover quanto antes em grande escala a colonisação, sobretudo de povos que se entreguem de preferencia á lavoura”.<sup>64</sup>

Segundo Malheiro, a indústria fabril “tambem tem-se desenvolvido grandemente”, notadamente graças ao emprego de máquinas e do vapor, que seriam, dizia, “huma vantagem incalculavel no progresso industrial, sobretudo em hum paiz mesquinho de braços como o nosso”. Em 1849, o diagnóstico de Malheiro, embora encontrasse algum desenvolvimento no comércio, apontava, contudo, que a infra-estrutura de transporte interno seria uma desvantagem para este setor:

A industria *commercial* tambem tem progredido maravilhosamente, sobretudo depois que se abrirão os portos a todas as Nações do mundo. O estrangeiro traz-nos tudo quanto necessitamos, desde generos alimentares, tecidos de lã, seda e algodão até objectos de luxo; e leva-nos o algodão em rama, o assucar, a aguardente, fumo, café, madeiras, plantas medicinaes e outros objectos. Mas he de lastimar que o commercio externo ainda seja feito absolutamente por vasos estrangeiros, e que o nosso pavilhão não tremule nos portos das outras Nações, conduzindo nós mesmos os proprios generos. O commercio de cabotagem, porém, he feito exclusivamente por barcos brasileiros; e tem florecido, sobretudo com a introdução dos barcos de vapor. O mesmo não diremos do commercio terrestre, porque as enormes difficuldades a vencer, a falta de boas estradas, as longas viagens e perigos que correm os generos retardão o seu desenvolvimento.<sup>65</sup>

A despeito de apontar sem constrangimento para problemas que estariam limitando a civilização, o progresso e o desenvolvimento do Brasil, no balanço final, Malheiro mantém uma alta expectativa para o futuro do país, pois acredita que a Providência fará cessar “todos os motivos e elementos que ora retardão seu progresso estupendo” e irá promovê-lo a um “futuro grandioso e brilhante”.<sup>66</sup>

Até aqui parece coerente inferir que, além de fazer um levantamento de elementos para a composição de uma narrativa histórica, o “índice cronológico de fatos notáveis da história do Brasil” de Perdigão Malheiro estrutura também

---

<sup>64</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 167-169.

<sup>65</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 169-170.

<sup>66</sup> “Feliz a geração que vir o Brazil povoado de centenas de milhões de homens, porém livres todos; semeiado de ricas e populosas cidades; florecente pelo commercio, agricultura, industria, sciencias, letras e artes; com bellas estradas de ferro que transportem de huns a outros pontos com a rapidez do raio os immensos thesouros ainda pouco conhecidos e apreciados de nossas Provincias” (MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1850, p. 175-176).

uma abordagem analítica da história do Brasil, evidente sobretudo no “esboço do estado do país”, cuja propósito é diagnosticar entraves ao deslanche da civilização no país.

Dezesseis anos após publicado seu índice cronológico, tal linha de raciocínio persiste indisfarçável nos volumes da obra que Malheiro publicou em 1866 e 1867: *A Escravidão no Brasil, Ensaio Histórico-Jurídico-Social*. O primeiro volume “jurídico” possui uma inusitada dedicatória, na qual Malheiro diz ao Brasil que o país tem “o direito de exigir de seus filhos todo o concurso que cada um possa dar para o melhoramento, progresso e felicidade da Nação”. O resultado da análise de Malheiro é que a escravidão é um peso que necessariamente deve ser superado. Parte importante do argumento de seu “ensaio histórico-jurídico-social” é que a escravidão é nociva à civilização, ao progresso e ao desenvolvimento. Por exemplo, argumenta que o Direito e a Jurisprudência comumente decidem pela liberdade, o que considera sensato, mas que inoportunamente existem também “subtilezas” na lei do direito à propriedade ofensivas à humanidade, “contrária às idéas christãs, da civilização moderna”, e que, assim sendo, o “bem publico emfim que aconselha e exige que as manimissões se facilitem e multipliquem em ordem e vista de se ir extinguindo o gravissimo e barbaro mal da escravidão”.<sup>67</sup>

O segundo volume é dedicado a historiar a escravidão dos índios, um assunto necessário porque, justifica Malheiro, a “catechese e civilização” dos indígenas “se prendia e se prende imediatamente á colonização e civilização do Brasil”, e, portanto, mantinha relação com os temas “da povoação, desenvolvimento e progresso do paiz”.<sup>68</sup> Para isso, explicava Malheiro que o segundo volume teria sido organizado do seguinte modo: contém uma “historia dos Jesuitas”, que seria “intimamente ligada, identificada com a dos Indios”, e também “uma parte *social*”, na qual “são aventadas algumas idéas sobre a

---

<sup>67</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social. Parte 1ª. (Jurídica)**. Direito sobre os Escravos e Libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 80.

<sup>68</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Introdução. In: \_\_. A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social. Parte 2ª. (Índios)**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

catechese e civilização dos indígenas”.<sup>69</sup> Em primeira pessoa, assim justifica a obra:

Estes meus trabalhos são apenas um protesto que do fundo do meu gabinete e na minha obscuridade desejo fazer a bem de nossa civilização actual, das idéas e sentimentos do povo Brasileiro. A liberdade dos Indios é desde 1831 garantida pelas leis de um modo permanente e inconcusso; foi a victória das idéas liberaes, da civilização e humanidade. Resta sómente a dos Africanos e seus descendentes, que ainda gemem nos grilhões do cativeiro. Mas tudo se dispõe para esse outro grande triumpho, porque está na consciencia de todos a justiça, a conveniencia, a necessidade da sua abolição; apenas se diverge quanto ao *modo e tempo*.<sup>70</sup>

Ao considerar o papel civilizatório dos Jesuítas, Malheiro recorre à história para afirmar que a aptidão à domesticação dos índios possui registros. Argumenta que, conforme poderia ser observado nos relatos dos primeiros descobridores e povoadores, bem como por meio “dos historiographos mais antigos das cousas do Brasil, dos Jesuitas e outros”, justificava, “em maxima parte confirmadas pelos estudos posteriores e até contemporaneos, assim como por illustrados viajantes que tem percorrido diversas partes do Imperio”, dizia, “alguma coisa se póde dar como exacto em relação aos usos e costumes da generalidade dessas tribus, seu estado social, sua industria, suas habitações”. Contempladas em fontes seguras, para Malheiro, essas características confirmavam nos indígenas a “disposição para a civilização europea”.<sup>71</sup> Malheiro resume as questões do segundo volume dedicado aos índios nas seguintes questões: “Que destino tiverão? Por que revoluções passarão depois da descoberta? Acaso aproveitarão elles da civilização européa? Qual o seu estado presente? Qual o seu futuro ante a civilização?”.<sup>72</sup> Ao longo do livro, as tentativas de responder a tais questões frequentemente estão acompanhadas de elogios aos Jesuítas pelo papel civilizador que teriam desempenhado no Brasil, sobretudo quando a metrópole absteve-se de gerir a colônia: “os Directores cuidão principalmente em tirar dos Indios o maior proveito possível, não em bem dos mesmos Indios, das aldèias e do paiz, mas seu próprio; pouco ou nada se importão com o bem

<sup>69</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Introdução. In: \_\_\_\_. Op. cit., 1867. Grifo do original.

<sup>70</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Introdução. In: \_\_\_\_. Op. cit., 1867. Grifo do original.

<sup>71</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 3-4.

<sup>72</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 9.

estar desses infelizes, seu desenvolvimento, civilização e progresso”.<sup>73</sup> Estando, em sua visão, ciente das causas do atraso, Malheiro propõe então que os índios sejam integrados pela convivência com “gente civilizada”, para que, com o tempo, viessem a ser confundidos “na massa geral da população como os demais cidadãos”, ao invés de ficarem como que “constituindo nação a parte”, segregados da sociedade sob tutela forçada quase perpetuamente.<sup>74</sup> Na fala de Malheiro, são criticados os dois pólos pelos quais oscilava o debate à época, tanto o “devaneio” poético dos indigenistas quanto o uso da força contra os índios, conforme revelam os excertos:

A imaginação dos nossos romancistas e poetas também tem achado na historia dos indigenas assunto digno não só da literatura ligeira ou amena, mas da classica; desde o romance modesto e simples até a epopéa, ahi tem elles bebido factos que a imaginação desenvolve, e reveste das galas do belo e do maravilhoso; Fr. José de Santa Rita Durão, Basílio José da Gama, D. J. Gonçalves de Magalhães, A. Gonçalves Dias, e outros talentos dessa ordem não se dedignarão de o fazer.<sup>75</sup>

Mas, descendo dessas regiões, que a alguns tem por tal fórma transviado a pretenderem nos Indios uma civilização e habilitações que não tinham nem tem, apesar de capazes de adquiril-as se bem dirigidos, porém de facto mui distantes do homem civilizado superior pela instrucção e educação, não somos também da outra opinião extrema, sustentada ainda por um bello e laborioso talento, que pretende que só a força póde domar o Indio, e fazel-o entrar na sociedade, que só por ella e pela servidão ou sujeição forçada poderá conseguir-se a sua reducção.<sup>76</sup>

Entre perseguir os Indios, dar-lhes caça como a animaes ferozes ou damnhinhos, destruil-os, exterminal-os ou afugental-os, - e deixal-os livres divagar pelos sertões na sua vida errante como nos primitivos tempos, não ha que hesitar; se não quizerem pelos meios brandos e suasorios abraçar a vida civilizada, não devem ser a isto constringidos pela força, pelo cativeiro ou servidão, e menos ainda perseguidos e destruidos; o homem civilizado, por isso que o é, não se deve mostrar bárbaro como o selvagem, ou mais barbaro do que elle.<sup>77</sup>

<sup>73</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 151.

<sup>74</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 156.

<sup>75</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 158.

<sup>76</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 159.

\* Em referência ao "bello e laborioso talento", há uma nota no original que remete à *História Geral do Brazil*, de Varnhagen.

<sup>77</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 159-160.

Além disso, para Malheiro, o processo de civilização do índio iniciado com os Jesuítas não deveria ser abandonado e deveria continuar, porém, por meios civilizados, sem força ou pressa, já que o caminho do progresso seria incontornável. Argumenta que, caso nada pudesse ser feito pela civilização dos índios, seria melhor “deixal-os em paz no seu estado selvagem” e evitar o terror, a perseguição e o cativo, pois “o tempo e a Providencia farião o que o homem não pudesse”. Além de professar tal concepção teleológica e perfectível do tempo, Malheiro demonstrava também confiar que a integração do índio à civilização ocorreria à medida que o Estado crescesse em população, ampliasse as comunicações por terra e por água, e à medida que o sertão fosse descortinado e território ganhando mais povoados:

O facho da civilização abrirá caminho, espancando as trevas da selvageria, e ou elles se hão de necessariamente acolher nos braços do homem civilisado e confundir-se assim na massa geral da população, ou serão forçados a ceder o campo nessa luta desigual, em que a victoria, conquanto incerta na época, é certa e infallível, por ser o decreto de Deus Omnipotente na ordem providencial das Nações, manifestada pela Historia do Mundo.<sup>78</sup>

Enquanto o segundo volume trata do problema no passado, o terceiro volume trata diretamente do problema que se apresentava no presente: a escravidão dos africanos. Debruçado sobre a história, Malheiro acusa o atraso do Brasil em relação a outros países, além de lamentar a letargia da sua população e de seus administradores: “no Brasil, mais do que em qualquer outra parte do mundo antigo e moderno, a indiferença, o esquecimento, a ingratidão do povo e do Governo seguem de perto os melhores e mais relevantes serviços prestados á causa publica”.<sup>79</sup> O argumento contra a mão-de-obra cativa mantém-se apoiado em manifestações de apego a valores do “cristianismo”, da “humanidade” e pela “felicidade do país”.<sup>80</sup>

Ao longo do livro, a escravidão é tratada por meio de uma abordagem histórica cujo objetivo é compreender e dominar o problema que se quer

---

<sup>78</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 160.

<sup>79</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social**. Parte 3ª. (Africanos). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. V-VIII.

<sup>80</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. X.

sanar.<sup>81</sup> Sua conclusão é que o labirinto da escravidão é um problema tanto para o Estado quanto para Deus, mas que para sair dele a *Liberdade* seria o caminho inevitável. Malheiro reitera o que havia afirmado anos antes no “índice cronológico”, que a escravidão exerce influência negativa sobre as relações sociais, afetando “toda a organização da primitiva sociedade – a família - , e da grande sociedade – o Estado - , que para restabelecê-las encontra a dificuldade de novas relações criadas pela escravidão”. Na sua compreensão, conforme ensinaria a história, a reforma para a reconstrução da sociedade livre seria um empreendimento gigantesco, desde a antiguidade aos tempos modernos, que estaria sendo obra de séculos. Provavelmente sentindo-se presente nesse *continuum*, Malheiro sustenta a expectativa de que “o estandarte da civilização Christã está hoje plantado e fluctua triunfante sobre as ruínas da escravidão, e nelle se lê em letras d’ouro – *Liberdade*”.<sup>82</sup> Para Malheiro, tal era o problema representado pela escravidão para o desenvolvimento do Brasil que o futuro e inevitável dia da abolição deveria ser proclamado como dia santo ou feriado em nível de importância equivalente ao Natal, pois inauguraria uma nova era:

Esse dia deveria ser solemne, e beatificado por algum facto religioso de elevada importancia, qual o do Nascimento de Christo: assim como trouxe elle a reforma religiosa e moral, a libertade, o progresso, a civilisação, assim tambem o seu anniversario, festivo e risonho em toda a Christandade, traga a liberdade dos escravos.<sup>83</sup>

Entretanto, apesar de se poder encontrar muitas elocuições de Malheiro contra a escravidão, conforme evidenciam as publicações de 1850 a 1867 aqui examinadas, sua trajetória política viria a fazê-lo assumir publicamente outro posicionamento. Em 1869, a despeito de proclamar-se abolicionista, Malheiro foi eleito deputado por Minas Geral sob a condição de interditar o projeto que, uma vez aprovado, se tornaria a Lei Rio Branco ou, como ficou conhecida, do Ventre Livre. Constrangido pelas inevitáveis acusações de incoerência que sofreu,

---

<sup>81</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, passim.

<sup>82</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 204.

<sup>83</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. cit., 1867, p. 230.

Malheiro elaborou um discurso parlamentar que foi impresso e publicado em 1871.<sup>84</sup>

De qualquer modo, o trânsito entre a construção narrativa e a construção analítica para a edificação de uma história do Brasil evidente na obra de Perdigão Malheiro permite inferir que seu eixo de historicização não se apresenta meramente orientado por um fato ou um acontecimento dentro de uma periodização, como "o descobrimento" ou "a independência", mas é também por uma ideia, ou talvez mais precisamente, por um conjunto de valores que orientam tanto o critério de seleção de fatos que importam para a história quanto o julgamento sobre as ações das personagens da história. Desse modo, o trinômio civilização-progresso-desenvolvimento está presente na concepção de uma história do Brasil estruturada por meio de uma narrativa histórica da formação de seu povo, território e Estado, mas também está presente em análises pontuais acerca dos problemas do país, as quais, por sua vez, sustentam-se em uma narrativa histórica que estabelece a rede de causas e consequências para as questões do país, projetando inclusive soluções.

\*\*\*

Nas amostras do discurso historiográfico sob exame, a estrutura narrativa em que se fundamentam as concepções de história do Brasil revelou-se como uma série circunscrita a valores caros às noções de civilização, progresso e desenvolvimento. Apresentando-se como denominador comum, a ideia de civilização operou como o fator determinante para a compreensão da passagem do tempo, estabelecendo a referência de sincronia e assincronia para interpretar, respectivamente, o que seria avanço e o que seria atraso, e com isso definindo, no que tange à composição analítica do argumento, o critério de julgamento para o elogio e para a crítica.

---

<sup>84</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Discurso proferido na Sessão da Camara Temporaria de 12 de Julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do estado servil.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C, 1871.

## **PARTE II**

### **HISTÓRIA ANALÍTICA**

Na série de formulações históricas que os capítulos da primeira parte desta obra descreveram e examinaram, observa-se que o eixo de historicização da construção narrativa do Brasil está muito frequentemente em função da ideia de civilização, de progresso e de desenvolvimento, a qual revela uma consistência e uma regularidade que permitem compreendê-las como um padrão.

Nesse padrão, a construção da história do Brasil se deu, frequentemente, por meio de uma narrativa em que as etapas da trajetória do país dizem respeito a fases da conquista de sua autonomia política e administrativa, da prosperidade material e do desenvolvimento econômico, do progresso cultural, dos hábitos e do refinamento e sofisticação de sua população. Tal narrativa culmina na formação do Estado imperial e cumpre uma dupla função; uma função pedagógica, ao verificar as lições dos sucessos do passado, e uma função heroica, ao fazer justiça com personagens históricas entendidas como agentes da civilização, do progresso e do desenvolvimento.

Os capítulos da segunda parte permanecem atentos ao padrão revelado pela série até aqui examinada, contudo, buscam também mostrar que, no período de cerca de 1840 a cerca de 1870, pode-se observar a existência de uma tendência do discurso historiográfico no qual a concepção de história do Brasil transitou de uma estrutura predominantemente narrativa para uma estrutura predominantemente analítica, em um processo de transição que, embora gradativo, possui fluxo complexo, às vezes difuso, e não linear.

## IV

### Exame e diagnóstico na história do Brasil de Pereira da Silva

*Tive sempre gosto pela historia. Não a quero, porém, para saber datas, estudar vidas de principes e personagens illustres, e aprender o numero das guerras e combates que se pelejão. Prefiro a que examina a fundo a sociedade inteira [...]. Agrada-me mais a que desenha os traços da administração publica, no mais largo sentido d'esta palavra, social, politica, civil e economica. Assim comprehende a de face, no corpo, nalma e no espirito. Afigura-se-me então a historia como o mais moralizado, instructivo, agradavel e sublime dos ramos litterarios.*

João Manuel Pereira da Silva<sup>1</sup>

Este capítulo estuda os fundamentos que estruturam a concepção de história do Brasil de João Manuel Pereira da Silva a partir de uma investigação de suas obras publicadas entre 1843 e 1878 atenta, sobretudo, aos valores subsumidos nas noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento.

#### 4.1 Atribuição de papéis e divisão de períodos da história

Na concepção de história do Brasil compartilhada por Pereira da Silva, o critério para o elogio e para a crítica frequentemente orbita o ideal de civilização, como observado em Varnhagen:

Em sua obra, o português é caracterizado como personagem determinante para a civilização na história do Brasil, conforme é evidente na "Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira" que precede o primeiro volume de *Parnaso Brasileiro*, de 1843, texto no qual afirma ser o colonizador português "o povo mais heroico e cavalheiresco da Europa",

---

<sup>1</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia da Fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo I. Rio de Janeiro: Garnier, 1864, p. 7.

responsável pela fundação de "cidades nas melhores enseadas e costas", que "prosperaram e cresceram" à medida em que "se foram entranhando pelo interior", formando "estabelecimentos, arraiaes e povoações, que, com o andar dos tempos, prosperaram e cresceram".<sup>2</sup> O elogio ao colonizador presente nos escritos de Varnhagen também é indisfarçável em Pereira da Silva, conforme se observa em *Os Varões Ilustres do Brazil*, de 1858: "constituíam os Portuguezes o povo menos numeroso e o mais heroico e aventureiro da epocha". Essa obra evidencia que, na compreensão de Pereira da Silva, o português é a base para a "historia geral do paiz" em uma trama cujo enredo percorre "o descobrimento, a posse, a colonisação, as instituições, e a civilisação, que introduzio o povo conquistador na terra da qual se apossára".<sup>3</sup>

Em contraste, afirmava Pereira da Silva que os nativos indígenas "nenhuma civilisação possuíam, nenhuma litteratura poderiam ter" e que estariam os indígenas "compostos de muitas e diversas tribus" sem "ideias litterarias", dado que eram "passageiros e nomades, que nasciam e viviam, cuidando sómente em pescar ou caçar para se nutrir"<sup>4</sup>. Nessa ótica, tal flagrante atraso seria mensurável notadamente pelas artes:

Si reunidos á sombra de alguma arvore, alguns sabiam tanger seus instrumentos selvagens, então sem duvida que sua voz, compassando sons para acompanhar a agreste melodia d'elles, procurava um rhythmo qualquer, uma cadencia harmoniosa de palavras, que exprimissem o sentimento e a paixão; eis a que poderíamos reduzir a civilisação, e litteratura dos originarios habitantes do Brazil.<sup>5</sup>

Pereira da Silva enxerga nos nativos uma existência errante, distante dos padrões e valores civilizatórios ocidentais europeus: "é poetica de certo a

---

<sup>2</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Parnaso Brasileiro**. ou Seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 9-10. Ver também PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Parnaso Brasileiro**. ou Seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1848.

<sup>3</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Os Varões Ilustres do Brazil durante os Tempos Coloniães**. T.I. Paris: Livraria de A. Franck; Livraria de Guillaumin et C., 1858, p. 14-16.

<sup>4</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 8.

<sup>5</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 8-9.

existencia nomade d'esses desgraçados, que nasciam, viviam, e morriam, de tudo descuidados; dormindo ao balanço da rede que penduravam da primeira arvore que lhes deparava o acaso". Essa existência dos nativos considerada, talvez ironicamente, como poética consistiria em perambular "comendo o que a sorte da caça lhes offerecia em caminho; usando de burlescas solemnidades para, no meio de festins e dansas, devorar os prisioneiros que logravam nos combates ou emboscadas", e cuja vida social consistiria na participação em eventos sociais primitivos que se resumiriam a reuniões "á sombra da palmeira, ao murmurio da cascata, ao sibillar do vento pelas folhas das arvores, para ouvir o ruido dos chocalhos, que formava agreste concerto com os canticos tradicionaes que echoavam os seus anciões". Por isso, por tal existência considerada errante e sem sentido, Pereira da Silva se dizia com todas as letras contra o indianismo: "não somos dominados pelo espirito dos que tomam as dôres pelos gentios e a defesa de sua causa contra os Portuguezes". Pelo contrário, Pereira da Silva celebra a colonização europeia sobre o território e os nativos ao avaliar que "lucraram os gentios que se cathequisáram e se civilisáram: é nossa sympathia antes pelo povo colonizador, do qual principalmente descendem os Brasileiros, do que pelas tribus selvagens que habitavam o paiz na epocha do seu descobrimento".<sup>6</sup>

Na história do Brasil de Pereira da Silva é notável também um destaque aos jesuítas. Embora os avalie com pesos e medidas distintos de Varnhagen, ele também baseia sua consideração de mérito em valores relacionados à ideia de civilização. A esse respeito, observa-se que, segundo a narrativa do Brasil colonial de Pereira da Silva, os jesuítas teriam tido um papel de sábios conselheiros e de conciliadores tanto para os nativos quanto para os colonizadores europeus: "Indígenas e Portuguezes, todos deviam favores e serviços aos Jesuítas; todos os adoravam", pois, com "a brandura, a eloquencia dos religiosos, a sanctidade de vida que professavam, os conselhos que sabiam dar", dizia, "chamavam ao grêmio os selvagens, conciliavam-os com os Portuguezes, faziam-os desamparar a adoração do Sol, dos rios e das florestas, para abraçarem o Christianismo".<sup>7</sup> Dessa maneira, os jesuítas teriam

---

<sup>6</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 15.

<sup>7</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 13.

contribuído para a conformação do país, dado que, em suas palavras, "o começo da civilização no Brasil, a instrução que principiou o povo da colônia a receber, as luzes que se foram derramando, os primeiros estímulos de litteratura, tudo é devido aos cuidados dos missionários Jesuítas". Influenciando nativos e colonizadores, os missionários jesuítas teriam ajudado o Brasil a desviar da selvageria e da barbárie e a seguir rumo do cristianismo e da civilização:

Tão generosos sacerdotes, tão zelosos padres, dignos da nossa gratidão e respeito, verdadeiros interpretes do seu divino mestre, pobres e miseráveis, não tinham receio de se expôr por entre os selvagens, a fim de os catequizar e instruir; sacrificavam-se para desenvolver sua intelligência, para melhorar sua sorte, para fazer-lhes abraçar a verdadeira religião, de que eram missionarios, e para propagar a civilização e as luzes.<sup>8</sup>

Pouco a pouco, graças a esses missionarios, foi-se rasgando o véo da escuridão, foram desaparecendo as trevas da barbaria. O Christianismo chamou a si os selvagens e os colonos, serviu a uns e a outros, illustrou a uns e a outros, foi conciliando uns com os outros. Os missionarios eram o centro, a potestade, para quem todos recorriam.<sup>9</sup>

O elogio de Pereira da Silva ao papel histórico dos jesuítas fundamenta-se na crença segundo a qual os missionários teriam semeado a ilustração e a civilização no Brasil ao fomentar a literatura entre nativos e colonos, iniciando tal empenho notadamente pela poesia, compreendida como a "melodia da alma e do coração" e a "primeira voz do homem". Dizia Pereira da Silva que "a poesia é a alma do universo, e que existe entre os povos civilizados, e tambem no meio das tribus nomades, e desamparadas, a poesia foi o primeiro ramo da literatura, que cultivaram os povos do Brazil".<sup>10</sup>

Tal concepção, aliás, está em consonância com o que Pereira da Silva escrevera para a revista *Nitheroy* em 1836, em "Estudos Sobre Litteratura", na qual afirmava que a "litteratura é sempre a expressão da civilização; ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade, e do individuo". Isto é, segundo a compreensão partilhada por

<sup>8</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 14-15.

<sup>9</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1843, p. 17.

<sup>10</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 17-18.

Pereira da Silva, a civilização é tangível e quantificada pelo desenvolvimento dos homens, nos níveis coletivo e individual, e sua realização marca registros na literatura. Esta, por sua vez, é compreendida em uma acepção geral que abarca toda a expressão do humano na linguagem. Dizia Pereira da Silva que "a litteratura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o imperio, em que exerce a intelligencia humana seu poderio"; assim, a literatura seria "o resumo dos habitos e grandeza dos povos, e a historia progressiva e circunstanciada do espirito humano com as suas superstiçãoens, crenças e caracter proprio". Nessa ampla concepção, a literatura seria ainda "a apreciação da influencia dos elementos uns sobre os outros no espirito das differentes epochas, é a Philosophia, a Historia, a eloquencia e a Poesia".<sup>11</sup>

Não por acaso, em Pereira da Silva, a periodização da história do Brasil mensura a cadência do tempo em um paralelo da literatura com a civilização, o progresso e o desenvolvimento, pois, dizia, "a litteratura é o desenvolvimento das forças intellectuaes todas de um povo: é o complexo de suas luzes e civilisação: é a expressão do gráu de sciencias que elle possui; é a reunião de tudo quanto exprimem a imaginação e o raciocinio pela linguagem e pelos escriptos". Enquanto o século XVI - que segundo Pereira da Silva teria registrado uma literatura brasileira nascente, porém ainda insípida - seria o período marcado sobretudo pela "lucta dos Portuguezes com os Selvagens, e a cathequização d'estes pelos esforços dos religiosos missionarios", o século XVII teria sido "o primeiro litterario d'este povo".<sup>12</sup>

Para Pereira da Silva, o Brasil colônia do século XVII teria superado o "abandono" de Portugal, flagrante no século XVI, e começado a "rehabilitar-se e a progredir" depois que a Casa de Bragança se apossou da coroa e do trono: "foi de então em diante que as armas, as lettras e as sciencias ganháram terreno no Brazil". Nessa fala acerca da periodização da narrativa do Brasil, o movimento de sua história, sua direção e sentido, estão em sintonia com valores civilizatórios. Da mesma maneira, há uma reflexão analítica sobre a história do

---

<sup>11</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Estudos Sobre Litteratura. **Nitheroy, Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras, e Artes**. Tomo I. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, p. 214-215.

<sup>12</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 18-22.

Brasil no raciocínio de Pereira da Silva cujo critério também varia conforme valores civilizatórios. Isto está evidente na mesma fala em que Pereira da Silva critica a metrópole portuguesa quando esta, em sua compreensão, atuou como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil: "verdade é que por vézes estremecia o governo da metropole ao espectáculo que espontaneamente de desenvolvia na sua conquista, e oppunha aos seus progressos medidas impolíticas".<sup>13</sup> Segundo Pereira da Silva, no século XVII, embora o desenvolvimento e o progresso do Brasil terem esbarrado na metrópole, a colônia de então possuía considerável potencial, mensurável por uma vultosa produção de "homens notáveis" sem paralelo em "nem-uma colonia europea". Em suas palavras, "os annaes portuguezes do século XVII" apresentam "nomes de prégadores, guerreiros, poetas, litteratos, e políticos [...] e tantos outros homens de estado, navegantes, militares, jurisconsultos, e poetas, que não têm inveja a nem-uma nação do mundo mais populosa e ainda mais civilisada".<sup>14</sup>

Pereira da Silva admite, contudo, que a literatura produzida no Brasil entre os séculos XVII e XVIII nada tinha de original. Em geral, dizia, os poetas "eram meros copistas e imitadores dos vates Luzitanos" que pouco se ativeram às "bellezas naturaes do Brazil, com sua grandeza e magestade". Os escritos produzidos no Brasil nesse período teriam celebrado "os amores cavalherescos dos galhardos Portuguezes, seus combates e suas lidas de guerra", os quais "tanto enthusiasmavam então os filhos do Brazil", e que, entretanto, "não eram de sua historia nacional; eram cousas apenas d'elles conhecidas pelas tradições e contos: e esqueciam os combates pittorescos das tribus dos gentios".<sup>15</sup> Porém, mesmo considerando que "a Litteratura Brasileira do seculo 18.º foi sim uma copia e imitação da portugueza"<sup>16</sup>, que ela "nada tem de nacional, sinão o nome de seus escriptores, e o acaso de haverem no Brazil nascido", para

---

<sup>13</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 28.

<sup>14</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 28-29.

<sup>15</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 18-19.

<sup>16</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 34.

Pereira da Silva, entretanto, "o Brasil começava então a desenvolver-se, e a engrandecer-se".<sup>17</sup>

Quanto ao século XVIII, dizia Pereira da Silva que "foi toda brilhante essa epocha, que decorreo de 1700 a 1800".<sup>18</sup> Em sua compreensão, o século XVIII teria sido o período "que deu maior desenvolvimento á civilisação do mundo, pelos conhecimentos encyclopedicos e o derramamento de instrucção, que praticou em todas as classes da sociedade: da França partia todo o movimento para o resto da Europa, e para as demais nações do mundo".<sup>19</sup> Incluído nesse processo temporal e espacialmente, o Brasil teria usufruído de um avanço da civilização, o que seria notável no país sobretudo pelo incremento da obra de literatos:

Voltaire, Rousseau, Montesquieu, eram os astros brilhantes em torno dos quães resplandeciam, como seus satellites, Hume, Robertson, Gibbon, Lessing, Wieland, d'Alambert, e Beccaria. Acompanhava Portugal a marcha com Antonio Diniz da Cruz e Silva, Pedro Antonio Correia Garção, Domingos dos Reis Guita, nascidos no seu solo, e Antonio José da Silva, José de Santa Rita Durão, José Basilio da Gama, Claudio Manuel da Costa, Antonio Pereira de Sousa Caldas, e outros homens notaveis, originarios do Brazil.<sup>20</sup>

Na periodização da história do Brasil elaborada por Pereira da Silva, o século XIX é otimista, progressista, orgulhosamente patriótico, vitrine de civilização e promessa de desenvolvimento. Tratar-se-ia de uma época que criou na colônia uma "instinctiva tendencia para a emancipação" e que "por vêzes se manifestou [...] realizando actos materiães, que se malograram, por que o tempo não era ainda de dividir-se e desmembrar-se a monarquia portuqueza". Dizia Pereira da Silva que "mudaram-se de todo as scenas" com as invasões de Napoleão na Europa, que acabariam por tornar a antiga colônia em metrópole do império: "da liberdade commercial, que concedeu o principe regente aos portos do Brazil, resultou uma independencia de facto, que o direito necessariamente teria de sancionar". Em sua compreensão, a mudança da

---

<sup>17</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 31.

<sup>18</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. Op. cit., 1843, p. 29.

<sup>19</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 33-34.

<sup>20</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 34.

corte e a instalação de residência da corte no Rio de Janeiro fez com que o Brasil cada vez mais adquirisse "os costumes e a indole monarquica, que, na sua emancipação, conseguiu conservar"; ao fim e ao cabo, afirmava, "com as luzes e a civilização, que se lhe internáram por todos os poros, almejou instituições livres, que realizou na sua independência".<sup>21</sup>

Entretanto, mais do que apenas a realização de fato da emancipação e de seu reconhecimento jurídico formal enquanto país independente, para Pereira da Silva, a transferência do trono para o Brasil instantaneamente catalisou no país um processo de desenvolvimento e progresso civilizatório que antes figurava apenas como latente e paulatino. O século XIX brasileiro teria trazido a liberdade e a independência, mas teria principalmente acelerado em definitivo o avanço de uma marcha progressista autóctone:

Sob novo aspecto resplandece no horizonte o seculo XIX. É para o Brazil a epocha da independencia e da liberdade. Entre as nações tomou lugar, quebrando as cadeias coloniâes que o ligavam á metropole. A velhas usanças e a instituições antigas succederam ideias novas e de progresso. Vê por si, comprehende e julga as cousas. Marcha e avança com suas proprias forças, e sente por todos os poros espriar-se-lhe a civilização, que espontaneamente o exalta e engrandece.<sup>22</sup>

Na compreensão compartilhada por Pereira da Silva, o século XIX seria completamente distinto de todas as épocas que o antecederam, tanto em escala mundial quanto em nível local. Para Pereira da Silva, tratava-se do "seculo da historia, da philosophia, da critica e das sciencias sociâes e economicas: é a epocha do desenvolvimento material e das artes". E o Brasil atuaria com destaque nesse cenário, ou, dito de outro modo, o destino para a civilização do Brasil em grande medida integrava esse contexto, pois, conforme dizia Pereira da Silva, "nascêmos com o seculo XIX, accompanhemo-lo na carreira extraordinaria, que leva e que tanto o distingue dos seus antecessores".<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 41.

<sup>22</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 41-42.

<sup>23</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1858, p. 42.

## 4.2 Crítica e análise históricas de vícios e desvios morais

Com tamanha importância atribuída ao evento da transferência da sede do império e da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, não soa aleatório que a *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro* comece em 1808, terminando sua narrativa com o reconhecimento formal da independência do Brasil em 1825. Segundo Pereira da Silva, sua motivação para a produção desse trabalho teria sido "a falta quasi absoluta, que geralmente se sente, de uma historia minuciosa d'esta epocha", para a qual se teria acesso apenas a "escriptos pequenos e esparsos", além de "traços mal definidos e resumos incompletos" contidos em "uma ou outra historia geral". Explicava Pereira da Silva que, apesar de nutrir amor ao Brasil, de apreciar "os caracteres que figurarão na occasião da independencia" e de admirar "os esforços que forão praticados para se levar ao cabo esta empreza tão vantajosa", manteve-se impassível e sem que "nem uma consideração" o tivesse impressionado "de forma que perdesse a rectidão escrupulosa e imparcial que constitue a primeira qualidade de quem se dedica a escrever a historia".<sup>24</sup>

A história da fundação do império do Brasil, segundo Pereira da Silva, serviria ainda para desfazer mal entendidos, dizia, contra os quais "só a verdade que nos leva a restabelecer o facto tantas vezes repetido e adulterado pela ignorancia". Esse seria o caso da errônea ideia que o Brasil teria sido povoado por degradados de Portugal. Ao contrário disso, argumenta Pereira da Silva que "á proporção que a sociedade colonial foi ganhando vida propria, e adquirindo costumes e crescentes progressos, começou a oppôr-se á recepção de degradados, a reclamar contra a sua remessa, a provar que os não comportava mais o adiantamento dos seus moradores" e que, assim, de nenhum modo teriam sido um contingente de "degradados os primeiros povoadores das capitancias".<sup>25</sup> Nas palavras de Pereira da Silva,

eram os habitantes do Brasil ou Portuguezes que deixavão o solo europeu atrás de melhorarem de sorte e de adquirirem fortunas, na sua quasi totalidade pacificos por habitos e educação, e tementes ás

<sup>24</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia da Fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo I. Rio de Janeiro: Garnier, 1864, p. 4-5.

<sup>25</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 188-190.

autoridades constituídas, sem que os excitassem o espirito politico ou ideias revolucionarias; ou subditos nascidos na propria colonia, dispersos em pequenas fracções pelos campos dilatados e longinquos, mais do que habitantes das cidades e centros populosos, e que, posto desgostados dos naturaes da Europa e zelosos já do seu torrão natal, conhecião que não podião dispôr por si do governo da colonia e nem oppôr-se ao poder da metropole.<sup>26</sup>

A história serviria também para mostrar que, comparativamente, o Brasil já seria mais civilizado que seus vizinhos desde as raízes coloniais, o que, para Pereira da Silva, diz respeito ao fato de o país ter sido colonizado por uma nação em geral "mais humana e caritativa" que a Espanha. A história mostraria tal contraste, pois, dizia, os portugueses não teriam se portado em suas possessões "com a barbaria e crueldade que praticavão os Hespanhoes" em suas colônias na América, "matando, trucidando" e destruindo paulatinamente pelo cativo e pelo trabalho forçado nas minas "aquella raça de homens cujas aptidões podião ser tão aproveitadas em benefício do estado, da civilisação e da humanidade".<sup>27</sup>

Em seus dois tomos, publicados respectivamente em 1864 e em 1865, a *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro* de Pereira da Silva concentra, durante a trajetória de sua narrativa, uma proporção de falas analíticas e de reflexões críticas aparentemente maior em número e em profundidade que aquelas observadas na *Historia Geral do Brazil* publicada com uma década de antecedência por Varnhagen. Está evidente, inclusive, a atribuição à história da função de promover um exame da sociedade, pois, para além da pedagogia no espírito *Magistra Vitae* ciceroniano, a história serviria também para indicar criticamente as mazelas e os entraves de que padeciam o Brasil:

Tive sempre gosto pela historia. Não a quero, porém, para saber datas, estudar vidas de principes e personagens illustres, e aprender o numero das guerras e combates que se pelejirão. Prefiro a que examina a fundo a sociedade inteira, que desce da cupula elevada até o humilde chão do povo miudo, discriminando as escalas e camadas pelas quaes se derrama a nação, e o sentir, o soffrer, o gozar e o aspirar de cada um dos subditos. Agrada-me mais a que desenha os traços da administração publica, no mais largo sentido d'esta palavra, social, politica, civil e economica. Assim comprehende a de face, no

<sup>26</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 223-224.

<sup>27</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 200.

corpo, nalma e no espirito. Afigura-se-me então a historia como o mais moralizado, instructivo, agradável e sublime dos ramos litterarios.<sup>28</sup>

Acerca das análises presentes na obra, observa-se, por exemplo, que o elogio ao papel de herói e mártir emancipador de Tiradentes surge em Pereira da Silva acompanhado de uma avaliação crítica ao governo colonial representante da metrópole portuguesa, que, segundo o qual, sufocava a sociedade brasileira com tributos enquanto que o montante arrecadado era empregado para investir em armas ao invés de aplicá-lo pelo progresso, pela civilização e pelo desenvolvimento do Brasil. Os governos absolutos, analisa Pereira da Silva, para se cercar de força militar, arrancam "braços á agricultura, á industria e á sociedade, que carecem d'elles para progredir e prosperar". Como consequência, os tributos para o sustento do exército são cobrados do povo, "que não podem applicar no desenvolvimento dos meios, que augmentem a riqueza e prosperidade do solo e a civilização dos estados".<sup>29</sup> Com isso, sobram críticas às problemáticas administração e situação fiscal, contra as quais as palavras de Pereira da Silva são diretas e incisivas, sobretudo ao enumerar obstáculos contra o progresso do Brasil criados pela metrópole do sistema colonial:

Não paravão dinheiros nos cofres das capitancias, que andavão exhaustos sempre e na penuria [...]. Quando carecia a metropole de numerario, mandava ordens para que se remetteste o que existisse nos erarios da colonia, promettendo liquidar a conta das despezas mutuas. Apezar por tanto da separação que se pretendêra introduzir como necessidade de fiscalização, tornava-se esta nullificada pelas ordens repetidas do reino que barulhavão e anarchisavão a contabilidade tão necessária, e não deixavão nos cofres das capitancias nem as quantias indispensaveis para a urgencia dos serviços.<sup>30</sup>

Conhecer o tipo de relação que teria se dado entre "a metropole Portugal e a colonia Brasil", observa Pereira da Silva, "parece-nos sufficiente para que se forme uma ideia verdadeira", por meio de uma história que descortine "todos os aspectos interessantes" e prepare seu leitor para "conhecel-as na forma, na essencia, no material, no moral e no intellectual". Esse pré-requisito seria, em

---

<sup>28</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 7.

<sup>29</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 225.

<sup>30</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 274.

sua compreensão, a "introdução á nossa empresa" e o "portico necessario para entrada do edificio", o qual autorizaria seu leitor a apreciar melhor os sucessos de que se ocupam a narrativa da história da fundação do império do Brasil, a partir da qual começaria "a verdadeira historia" do país. Em sua interpretação, o marco inaugural de 1808 registra a transferência da "metropole da monarchia" de Portugal para o Brasil e inicia a independência da colônia. Nesse processo, dizia, "crião-se interesses e direitos que rompem os laços que as ligavão, e nasce uma nova ordem de cousas que importa uma verdadeira revolução", tornando "visível e profunda de facto a emancipação da antiga colonia", já que "rapidos e efficazes efeitos produzio". Assim, apesar de a emancipação jurídica ter acontecido dezessete anos depois, o evento de 1808 teria sido "o primeiro passo", "decisivo e terminante", para a independência definitiva.<sup>31</sup> Além de inaugurar o processo da separação política da antiga metrópole, para Pereira da Silva, tratava-se também de reconhecer na data um marco para o progresso e o desenvolvimento da civilização, incrementado sobretudo graças ao contágio com europeus imigrados:

Já no anno de 1808 se notavão os efeitos naturaes e legitimos das novas relações que se introduzirão no paiz, e que derão vida particular e animação aos portos nacionais. Conhecerão a industria e actividade dos estrangeiros, receberão as suas mercancias, vendêrão-lhes directamente as suas producções, e se foram enriquecendo, illustrando e civilizando com o seu contacto.<sup>32</sup>

Apesar de sua narrativa enaltecer a emancipação de Portugal, Pereira da Silva ainda celebra a casa de Bragança porque avalia que ela, em alguma medida, teria colaborado para que o Brasil não caísse "nas miserias da anarchia", partindo-se "em estados soberanos e independentes" na forma de "republicas pequenas e mesquinhas". Em sua compreensão, a conservação da "unidade do territorio sob as instituições monarchicas" teria ocorrido graças ao príncipe que ligou "a sua causa e sorte á sorte e á causa do Brasil". Assim como para Varnhagen, no entendimento de Pereira da Silva, "foi este um dos maiores beneficios da Providencia divina": por meio do então príncipe regente D. Pedro, o Brasil teria assegurado "o presente, mitigou-lhe os soffrimentos e luctas da

<sup>31</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 274-275.

<sup>32</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia da Fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1865, p. 79.

crise e firmou-lhe o futuro de uma grande nação". Por isso, dizia Pereira da Silva que "devemos á casa de Bragança" os progressos advindos da emancipação e posterior fundação do império. Sua análise reconhece que "houve erros, decepções, contrariedades e perigos, que nos incumbimos de summariar", porém, em sua narrativa, Pereira da Silva compreende que no final das contas "ganhou o Brasil", dado que aos erros sucederam "benefícios reaes, profundos e gloriosos".<sup>33</sup> Ao que tudo indica, é plausível inferir que a história da fundação do império escrita por Pereira da Silva edifica uma narrativa nacional épica em que figuram falas analíticas, nas quais o critério para críticas e elogios se orienta pelos valores do trinômio civilização-progresso-desenvolvimento.

Do primeiro para o segundo tomo da *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, Pereira da Silva sobe o tom da crítica, a qual aparenta soar comparativamente mais profunda e incisiva. Isto é patente, durante a narrativa, ao avaliar o período em que o Brasil esteve sob governança da regência de D. João e de seu ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho:

O ministro, ainda que referendado como personagem progressista que "abundava de viviza, penetração e agudez de espirito" porque "gostava de novidades e melhoramentos" que serviriam "á vida civil, ao desenvolvimento interno do paiz, á expansão das lettras, das sciencias e das artes", é contundentemente criticado sob a acusação de autoritarismo e de falta de traquejo político: "não comprehendia governo supremo que não fosse de um só, illimitado, absoluto, livre de toda a acção ou resistência". Segundo Pereira da Silva, D. Rodrigo de Souza Coutinho "pecava ainda pelo lado de leviandade, precipitação e imprudência", pois não possuiria "a calma reflectida e a paciencia perseverante que constituem os attributos mais proveitosos do homem de estado, para que logre os resultados que imagina, através da marcha intrincada que seguem os negocios publicos, a sociedade e os governos".<sup>34</sup>

Observa-se, no entanto, que o cerne da crítica de Pereira da Silva ao governo de D. Rodrigo de Souza Coutinho e de D. João VI consiste em acusar que a incompetência e a má administração resultariam em impedimentos ao

---

<sup>33</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1864, p. 275-276.

<sup>34</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 30-31.

progresso e ao desenvolvimento do Brasil, com o agravante de ainda por cima ir enraizando vícios no país, como o emparelhamento e o clientelismo de estado:

Ignorava igualmente as forças e os recursos da nação, e emprehendia cousas que mal ou nunca conseguia. Gastava ás vezes na pratica, pela exageração que soía applicar, os pensamentos judiciosos e ajustados, que com tino e moderação serião de realisação proveitosa. Constituia o maior dos seus defeitos o desejo de crear repartições para cada um dos objectos que administrava, e de acolher e accomodar assim a immensa clientella dos seus protegidos, cortando largo nas despezas publicas, na convicção de que erão os cofres inesgotaveis.<sup>35</sup>

Estavão, porém, tanto o principe como os aulicos e predilectos que o cercavão na Europa, e continuavão a servi-lo no Brazil, alheios á moderna ordem de cousas; e partindo todos da idéa de que era transitoria a residencia da côrte no Rio de Janeiro, cuidavão apenas dos meios presentes de vida, e das precisões do momento. As providencias que tomavão, edas quais forão, todavia, proveitosas muitas, devêrão a sua origem a exigencias urgentes da situação mais do que a intenções e projectos reflectidos de dar organização, vida e desenvolvimento a um Estado que se tornasse poderoso e preponderante para a casa de Bragança e para os interesses da monarchia.<sup>36</sup>

O inchaço do funcionalismo de Estado que figurava como entrave à civilização, ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil, de acordo com Pereira da Silva, remontava aos primeiros passos do desembarque no país dos imigrantes emigrados em fuga de Portugal sob Junot, o general de Napoleão: "passou ordem o governo para que em todas as capitanias, em que aportassem, ou para onde se dirigissem, fossem sustentados pelas autoridades, empregados nos cargos que vagassem". Com isso, explica Pereira da Silva, enraizava-se no Brasil um ambiente inóspito ao trabalho para alcançar o progresso, dado que "apoderárão-se os espiritos todos de uma tendencia para os empregos administrativos, que causou, e causa ainda actualmente, graves prejuizos á independencia individual e ao desenvolvimento moral e material do paiz".<sup>37</sup>

Por isso, dizia Pereira da Silva, "não devemos portanto estranhar que erros gravissimos se commettessem na reconstrucção da nova sociedade", pois os "architectos escolhidos para a obra" da edificação do Brasil seriam "reconhecidamente incapazes, pela maior parte, de imaginar e conceber o

<sup>35</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 31.

<sup>36</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 34.

<sup>37</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 46.

progresso regular, e de dirigi-la na carreira dos melhoramentos uteis". Disso resultaria a perpetuação de vícios que faziam o país ficar "vegetando no systema fatal da rotina e das ineptas tradições do governo passado"<sup>38</sup>. Sustenta Pereira da Silva que:

a ambição de viver dentro e debaixo da acção e tutela do governo rouba ao individuo a sua propria liberdade, ao passo que lhe não assegura a fortuna e nem o futuro seu e da sua familia, e arranca aos officios, ás artes, ao commercio, á industria, ás lettras e ás sciencias cidadãos prestimosos e intelligentes, que poderião prestar-lhes serviços e melhoramentos consideraveis. Sobrecarrega-se o thesouro publico com despezas excessivas pelo pessoal empregado, e superior ás necessidades e interesses do serviço. Perde o governo que nunca consegue satisfazer ambições, que se multiplicão na proporção do numero dos cargos. Convertem-se os recusados em inimigos e invejosos, que minão o edificio social, e achão-se promptos ao primeiro grito da desordem e da anarchia.<sup>39</sup>

Pereira da Silva aponta que "parte dos vícios administrativos" repousava em dificuldades de fiscalização impostas pela vasta extensão territorial do Brasil, mas que, porém, uma parte considerável dos "males e desfalques que soffrião os cofres do Estado" se deviam a desvios morais, abusos e "prevaricações"<sup>40</sup>:

Havião passado da antiga metropole para o Brazil as tradições fataes de malversações dos cargos publicos, e de desmoralisação geral no que pertencia ao governo official. [...] Presenciava agora a transferencia da côrte os mais perigosos exemplos. Não se esforcárão de seguir procedimento diverso e nem normas differentes de vida e de costumes os funcçionarios que se mudárão para o Brazil, e que ahi se empregárão nos varios ramos do servico publico.<sup>41</sup>

Nessa perspectiva, os séculos de colonização e a transferência da sede do império, de sua corte e de seu aparelho burocrático e administrativo, além de terem trazido para o Brasil gérmenes do progresso e da civilização, teriam também transferido perigos congênitos de Portugal para o Brasil. Apesar disso, a somatória dos vetores e das linhas de força de mudanças, avanços e atrasos criados na época inaugurada pelo evento de 1808 apontariam para o rumo

<sup>38</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 32.

<sup>39</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 46-47.

<sup>40</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 83.

<sup>41</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 83-84.

inevitável das luzes e da civilização do Brasil, conforme o diagnóstico retrospectivo de Pereira da Silva:

Apresentava a situação do Brazil, pelo correr do anno de 1810, um espectáculo curioso de reconstrução e reorganisação interna que tendia a ligar e reunir todas as capitánias do paiz e a formar um imperio novo. Não marchava com a rapidez necessaria, porque lhe estorvavão o caminho muitas das providencias do governo, que parecia ás vezes preparar-lhe e desenvolver-lhe os elementos do futuro, e recuava igualmente, ou modificava, e transtornava em outras occasiões, e com os proprios actos, os bens que havia praticado, e as aspirações que justamente excitára. Os acontecimentos, porém, do mundo; as luzes e civilisação que se encarreiravão para a America, e que acordavão os seus povos do lethargo em que parecião sepultados; as circumstancias em que se achava a monarchia portugueza; uma nova geração de homens, que se achava criando e educando e que havia de receber e impressionar-se com as idéas modernas; concorria tudo para uma ordem de cousas que nem estava na intenção e espirito dos governantes, e nem os povos podião prever distinctamente.<sup>42</sup>

Dessa maneira, é lícito inferir que a narrativa do Brasil compartilhada por Pereira da Silva conjuga a análise do passado para identificar causas para as questões do presente e compreende que certos problemas administrativos e vícios de comportamento identificados no país teriam sido herdados de Portugal, e os quais representariam, no passado, no presente e para o futuro, impedimentos ao deslanche do progresso e do desenvolvimento no Brasil.

### 4.3 Narrativa do governo nacional e autóctone

Para fazer um "complemento necessario" ao "quadro minucioso dos acontecimentos que prepararam e firmaram a inteira independencia e completa emancipação", o qual, segundo o próprio autor, fora oferecido pela *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, Pereira da Silva passou então a "esboçar uma narrativa historica" que se apresentou na forma do livro intitulado *Segundo Periodo do Reinado de Dom Pedro I no Brazil*, publicado em 1871.<sup>43</sup> De fato, trata-se de uma obra preocupada sobretudo em narrar a trajetória no tempo da organização política e econômica do país entre o retorno da corte portuguesa a

---

<sup>42</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1865, p. 148-149.

<sup>43</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Segundo Periodo do Reinado de Dom Pedro I no Brazil.** Narrativa Historica por J. M. Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro Editor, 1871, p. V.

Portugal em 1821 e a abdicação de Pedro I ao trono em 1831. Nessa obra, as construções textuais analíticas, de exame e diagnóstico, são rarefeitas e presentes em reflexões meramente pontuais, de maneira que os valores, julgamentos e opiniões estão evidentes sobretudo na adjetivação da fala da narrativa. O motivo para isso talvez fosse, conforme assumia Pereira da Silva, porque "existem ainda entre nós actores e testemunhas da época que nos propomos descrever".<sup>44</sup>

Enquanto o eixo de historicização se mantém sobre o estabelecimento da autonomia, a rede causal dessa trama estabelece uma sucessão de acontecimentos que teriam levado o Brasil a transitar entre os "dous periodos historicos" em que constam a regência e o império de D. Pedro I. O primeiro período, de 1821 a 1825, teria sido a época para "criar uma nova nação, fundar-lhe a independencia e garantir-lhe a autonomia, obrigando Portugal e os outros estados soberados da Europa e America a aceita-la como igual e livre". De acordo com Pereira da Silva, uma vez firmada e reconhecida a independência - a qual teria feito o Brasil se concentrar "em uma vida propria" e a espalhar "pelo povo as idéas e aspirações de liberdade publicas e privadas" - , tornou-se explícito os "requisitos" dos quais "carecia o monarcha, diversos dos que o haviam nobilitado durante o primeiro periodo do seu governo". Assim, para Pereira da Silva, o segundo período busca arrolar os acontecimentos do processo de tal adequação do poder, da administração e da política às expectativas de liberdades constitucionais que o país experimentava. O rumo da narrativa que pauta a história desse segundo período orienta-se pela necessidade do Brasil recém independente repelir totalmente tanto "o desinteresse tão manifesto de reconhecer os direitos dos cidadãos e de respeitar-lhes as garantias" quanto "a suspeita não só de pretender o imperador recuperar seu poder absoluto, como desfazer o grande factio já consummado da separação das duas nações Portugueza e Brazileira". Tratava-se de definir marcos para o segundo período e buscar inclusive estabelecer "uma tolerancia de opiniões, uma moderação de procedimento, um desejo franco e leal de executar as theorias consagradas na constituição politica do imperio" que pudessem também e de uma vez por todas "substituir aos impetos, paixões e

---

<sup>44</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1871, p. VII-VIII.

ardores patrióticos contra o estrangeiro um tino político e administrativo peculiar".<sup>45</sup>

Em tal periodização elaborada por Pereira da Silva, a diferenciação entre duas fases históricas não diz respeito apenas a interpretar e catalogar retrospectivamente os acontecimentos que demarcam um ou outro período. Para além da lógica entre continuidade e ruptura, a periodização compõe-se também a partir da imposição de metas e expectativas para o Brasil, as quais definem quando começa e quando termina cada etapa:

É que as idéas, os principios, os costumes, os habitos, e as tendencias e aspirações dos homens; é que as circunstancias, os interesses e as necessidades do paiz; tudo enfim se modificára e transformára, pela revolução material e moral verificada no correr dos tempos. Renovar-se deviam, portanto, as qualidades e habilitações do chefe da nação, e iniciar-se um outro systema político de governo, pois que cumpre aos reis amoldar-se á marcha dos acontecimentos e á tendencia dos animos dos povos, para poderem dirigir a sociedade no meio de suas alternativas continuadas e crescentes dificuldades.<sup>46</sup>

Desse modo, a periodização é estabelecida não apenas pela identificação e agrupamento de mudanças no tempo, por meio da visão retrospectiva de quem narra o passado, mas a periodização se estabelece inclusive pela vontade de mudança de quem avalia o caminho percorrido desde o passado, e que, ao olhar criticamente ao presente e com esperança para o futuro, define as etapas da história que terminam no alcance do ponto de chegada.

Anos depois, em 1878, Pereira da Silva ainda publicou o prosseguimento dessa história. Em *Historia do Brazil de 1831 á 1840*, tratou do que considerou ser o período "incontestavelmente o mais interessante, dramático e instructivo", pois, dizia, as "regências de eleição" que governaram o Império do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II encontravam-se "despidas do necessario prestigio e desherdadas de atribuições que rodeiam o poder de autoridade e força", e, ainda que "mais fracamente organisadas que as presidencias de republicas", as regências do período tiveram que enfrentar sedições contra o governo centralizado no Rio de Janeiro. Para Pereira da Silva, o turbulento Período Regencial teria, no entanto, manifestado "robustos

---

<sup>45</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1871, p. VI-VII.

<sup>46</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1871, p. VI.

talentos, virtudes singulares" e outros "predicados de muitos dos distinctos personagens que participaram dos acontecimentos ocorridos", sobretudo valorosos considerando o "tão oscilante e movediço solo" e as "tão desenfreadas paixões" que teriam fomentado e propagado "a maior confusão de doutrinas e theorias subversivas da moral e da politica". Valendo-se da distância no tempo, "passados quazi trinta e oito annos depois que termináram os governos regenciães durante a menoridade", entende Pereira da Silva que, "na quadra actual em que tudo parece correr mais veloz e rapidamente que outrora", havia "espaço já sufficiente para serem imparcialmente julgados" os fatores que atuaram entre 1831 e 1840: "suas ideas, principios e sentir sumiram-se no turbilhão rapido e devorador do tempo; seus partidos desceram ao sepulcro, com suas tendencias e interesses; a maior parte de seus protagonistas dormem infelizmente seu ultimo somno debaixo da terra". Por isso, Pereira da Silva se dizia autorizado a, "com animo tranquillo e exacção escrupulosa, apurar e descrever os eventos realísados durante a menoridade do actual imperante", bem como a, "com equal imparcialidade, apreciar os vultos notaveis, que então serviram e honraram a patria", mesmo ciente de que "naturalmente excitará esta exhumação historica descontentamentos, contestações, duvidas, contrariedades".<sup>47</sup>

A narrativa de Pereira da Silva sintetiza a interpretação sobre o Período Regencial, em seus próprios termos, da seguinte maneira:

Uma revolução, a de 7 de Abril de 1831, que compellira D. Pedro I á renunciar a corôa Brazileira, e a transferi-la para o Sr. D. Pedro II ainda na infancia. Outra revolução, a de 23 de Julho de 1840, proclamou a maioridade do joven monarcha antes da epocha para ella fixada na Constituição politica do imperio, sem que pelo menos uma lei á respeito houvessem as camaras mais ou menos regularmente votado, dispensando nas instituições que n'ellas se estabelecera. Fora a primeira commerrida por povo e tropa em armas, e na praça publica; a segunda pelas minorias das duas casas do parlamento reunidas sem character official nos paços do senado. Ambas promovidas e executadas pelo partido denominado liberal. Aquella no proposito de desenvolver e realisar a acção democratica e exterminar o governo pessoal; esta de contrapor-lhe a reacção monarchica, e arrancar o paiz ao regimen fraco de regencias eleitas, e á exclusiva

---

<sup>47</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia do Brazil de 1831 á 1840**. Governos Regenciaes durante a Menoridade. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1878, p. I-V.

proponderancia parlamentar, restituindo-o á acção immediata e prestigio do Principe, á quem a Constituição destinára o trono.<sup>48</sup>

Às crises e dificuldades que movimentaram a trama de acontecimentos narrados por Pereira da Silva durante a menoridade de D. Pedro II no Período Regencial inclui-se, além da questão da organização do poder e da administração do Estado, a preocupação com o desenvolvimento do Brasil. Na descrição de um cenário em que "procediam sustos, terrores, duvidas no futuro do paiz, que desacoroçoavam de todo os animos mais fortes e robustos" e que tendia "á desenvolver a anarquia moral dos espiritos", Pereira da Silva centraliza seu enredo na apreensão sobre o progresso e o desenvolvimento do país, à qual inclusive atribui a importância de fator principal para as crises e dificuldades que eclodiram no período:

O commercio definhava a olhos vistos, ao mesmo tempo que a industria e a agricultura. Desapparecia o dinheiro, minguavam às transacções mercantis, descrescia a riqueza publica, diminuia progressivamente a renda das alfandegas e das estações encarregadas de perceber os impostos decretados. Notava-se copiosa emigração de gente e capitaes para fóra do Imperio; retrahira-se o credito individual e o do estado; o cambio baixára... Predios nem preço venal nem aluguel encontravam; a terra perdera o valor que alcançára no periodo antecedente. Toda a sociedade se estorcia em soffrimentos e apprehensões graves do futuro, resultado infallivel da falta de socego, das convulsões anarquicas e dos terrores da situação.<sup>49</sup>

Como se pode notar, a despeito de em 1871 ter advertido ao leitor do *Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brazil* que sua escrita se preocupara em cuidadosamente respeitar os atores e testemunhas remanescentes da época, evitando atritos e polêmicas, a publicação em 1878 da *Historia do Brazil de 1831 á 1840* não se eximiu da crítica. Pereira da Silva admitia que a inspiração para a escrita desta obra, além habitual justificativa de tentar "salvar do olvido um periodo historico da mais alta transcendencia e da licção mais proficua e salutar", era a probabilidade iminente de que aquele seria seu último escrito, nas suas palavras, "porque pressinto já que o outomno vai seccando e dispersando pelo chão as folhas que me animavam a vida; despojada dos

---

<sup>48</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1878, p. 332.

<sup>49</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1878, p. 14-15.

ornamentos que a enfeitavam, como poderá ella resistir ao sopro regelado do inverno que não pode tardar?".<sup>50</sup>

\*\*\*

Evidenciada como denominador comum nos capítulos reunidos na primeira parte, a ideia de civilização manteve-se como fator determinante na história do Brasil de Pereira da Silva, operando como estruturante da historicização e como referência de sincronicidade do Brasil no tempo. A noção de civilização também se mostrou como critério do julgamento de Pereira da Silva ao acusar, por meio da história, os vícios e desvios morais que, em sua perspectiva, se colocavam como obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento do país. Ademais, a concepção da história compartilhada por Pereira da Silva frequentemente flerta com a análise ao compreendê-la como um exame que diagnostica os problemas da sociedade retrospectivamente.

---

<sup>50</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Op. cit., 1878, p. V.

## V

### Problematizações e análises de história do Brasil

*Certa indolencia maldita que se afigura indiferença pelos empenhos mais generosos e excellentes; mas que é antes inercia moral, filha de antigos costumes que ainda não se corrigiram bastante em povo do qual todos maldizem da interventora tutela do governo, e muito poucos, bem raros, ousam adiantar algum consideravel melhoramento publico sem ella, [...] emfim, nem em toda parte esclarecido o conhecimento da transcendencia economia e civilisadora das Exposições, tem sido causas geraes de deficiencia das Exposições Nacionais no Brasil.*

Joaquim Manoel de Macedo<sup>1</sup>

Por meio do estudo de obras de história de Justiniano José da Rocha, de Alexandre José Mello de Moraes e de Joaquim Manoel de Macedo, este capítulo procura mostrar que o discurso historiográfico do período sob exame, além de manter íntima relação com as noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento, apresenta uma concepção de história do Brasil inclinada ao viés da problematização e da análise.

#### 5.1 Crítica à crítica de estrangeiros na historiografia do Brasil, em Justiniano José da Rocha e em Mello de Moraes

Francisco Rodrigues de Paiva, editor de *Acção; Reacção; Transacção*, recomendava que este panfleto de 1855 deveria “ser lido por todos os brasileiros que se interessem pela historia e pela marcha dos negocios públicos do seu paiz”.<sup>2</sup> Seu autor, por sua vez, o jornalista Justiniano José da Rocha, afirmava que “o estudo reflectido da historia nos patentêa uma verdade, igualmente pela razão e pela sciencia”, e compreendia o movimento da

<sup>1</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. **Terceira Exposição Brasileira em 1873. Relatório do Secretario Geral do Jury da Exposição**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1875, p. 12.

<sup>2</sup> ROCHA, Justiniano José da. **Acção; Reacção; Transacção. Duas palavras acerca da actualidade política do Brasil**. 2ª. ed. [1855]. Rio de Janeiro: Francisco Rodrigues de Paiva, 1901, p. 5.

humanidade no tempo enquanto uma “luta eterna da autoridade com a liberdade” em que “ha periodos de transacção em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização”, e, nesse contexto, concluía Rocha que “as constituições modernas mesmas não são senão o trabalho definitivo dos períodos de transacção”.<sup>3</sup>

Desse modo, a concepção de história de Justiniano José da Rocha se traduz em uma trajetória da luta pela liberdade que se revela no processo do espírito humano no tempo e se firma na conquista da civilização. Sob tal fundamento, Rocha compreendia que o tempo presente no qual ele próprio estava inserido seria um período de transição alocado próximo ao final da trajetória, situado aparentemente ao alcance do estágio de progresso e desenvolvimento, conforme se observa na periodização que estabelece para o Brasil:

Diviremos este opusculo em diversos periodos, bem definidos. De 1822 a 1831, período de inexperiencia e de luta dos elementos monarchico e democratico; de 1831 a 1836, triumpho democratico incontestado; de 1836 a 1840, luta de reacção monarchica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, dominio do principio monarchico, reagindo contra a obra social do dominio democratico, que não sabe defender-se senão pela violencia, e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, anxiedade do futuro; período de transacção.<sup>4</sup>

Rocha também concebe o processo e a temporalidade da história como sucessões de etapas dentro de uma trajetória em direção à civilização em outra obra, no seu *Compendio de História Universal*, publicado em 1860. Segundo o próprio autor, a escrita dessa obra buscava responder à necessidade de completar as lacunas presentes no curso de história universal do Colégio Pedro II, cuja bibliografia era até então praticamente toda francesa. Dizia Rocha que “os compendios francezes têm gravissimos defeitos”, pois teriam sido escritos “pelo patriotismo, a bem da exaltação e do engrandecimento da França”, que “não hesitam em apresentar todos os factos historicos como determinados pela influencia francesa”, como se aceitássemos que “todos os povos gravitam ao

---

<sup>3</sup> ROCHA, Justiniano José da. Op. cit., 1901, p. 15.

<sup>4</sup> ROCHA, Justiniano José da. Op. cit., 1901, p. 18. Há reincidências de tal compreensão também em seu folheto *Monarchia-Democracia*. Ver ROCHA, Justiniano José da. **Monarchia-Democracia**. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1860, p. 3-55.

redor da França". Assim, acusava Justiniano José da Rocha que, em tal bibliografia, "os factos que desmentiriam esse systema são ommittidos" ou "são pelo menos acanhados", e que na história francesa seriam admitidos apenas os fatos "que não protestem contra a verdade franceza".<sup>5</sup>

Além do ponto de vista francófono da historiografia, Rocha também apontava que o problema de ter uma bibliografia escrita por franceses e para franceses no curso de história universal do Colégio Pedro II seria a fadiga inevitável da qual sofriam os estudantes brasileiros, causada por uma injustificada leitura obrigatória "com tantos Merovingios e Carlovingios, com crimes e enredos dos Brunegildas e Fredegundas", sem que isto de fato dissesse respeito aos "fundadores da bella e livre monarchia a que pertenceram os seus paes":

A nós filhos de Portuguezes, que já tinham as suas côrtes de Lamego, que já tinham a admiravel legislação das ordenações, apresentam elles [os franceses] a civilização moderna nascendo do triumpho de Luiz XI, de Richelieu, de Luiz XIV sobre a fidalguia, e quando a Inglaterra já tinha tido o seu parlamento, e sua famosa revolução politico-religiosa, a declaração de direitos do seu Guilherme IV e os escriptos do seu Loke, quando a Italia já de ha muito tinha tido as suas republicas commerciaes, quando a Hespanha já de ha muito ostentava os fóros de Aragão, dizem elles do seu Montesquieu...<sup>6</sup>

O principal argumento de Rocha para justificar seu *Compendio*, entretanto, coloca a escrita da própria história não apenas em termos patrióticos mas também em função de valores civilizatórios:

Com os livros francezes, somos obrigados a destacar a historia nacional, fazendo della assumpto de uma cadeira especial; pois nesses livros mal se faz menção das nossas cousas; como se o desenvolvimento do systema colonial não fosse uma das bellas faces da civilização moderna, como se as occurrencias das colonias, sua progressiva opulencia não tivessem exercido grande influencia nos acontecimentos geraes da humanidade!<sup>7</sup>

<sup>5</sup> ROCHA, Justiniano José da. Prefacio. In: \_\_ **Compendio de Historia Universal. Volume I. Historia Antiga**. Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. Ver também ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de Historia Universal. Volume II. Da Idade Média**. Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador de Just. J. da Rocha, 1860.

<sup>6</sup> ROCHA, Justiniano José da. Prefacio. In: \_\_ Op. cit., 1860.

<sup>7</sup> ROCHA, Justiniano José da. Prefacio. In: \_\_ Op. cit., 1860.

Observa-se, assim, que Justiniano José da Rocha estabelece uma relação entre a demanda por uma historiografia nacional sobre a história universal e a necessidade do Brasil mostrar sua própria trajetória no tempo enquanto revelação de sua contribuição à humanidade e à civilização.

A reivindicação pela sistematização de um saber autóctone para a história nacional também é patente em escritos do médico homeopata alagoano Alexandre José Mello de Moraes. Na obra intitulada *Os Portugueses Perante o Mundo*, de 1856, Mello de Moraes compreendia que o Brasil orgulhava-se de descender de Portugal porque o país europeu legou a obra da civilização à sua antiga colônia.<sup>8</sup> Essa empatia por Portugal é sobretudo evidente na *Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Política do Imperio do Brasil*, publicada em 1858, obra em que Mello de Moraes critica a qualificação negativa que o Brasil frequentemente recebia em escritos de "estrangeiros". Contra isto, Mello de Moraes explicava que, para a composição do trabalho, buscou o apoio de fontes em escritos preferencialmente de brasileiros e de portugueses, além de documentos, para fazer uma espécie de justiça "nacional-histórica" ante a estrangeiros que escreveram sobre o Brasil de maneira pejorativa.

Ao leitor do prefácio, Mello de Moraes observava que, "relativamente ao Brasil, poucos forão os escriptores estrangeiros a quem consultámos, e d'entre elles nos servimos da autoridade dos mais conspicuos". Assim explicava as fontes de sua obra: "preferimos em tudo os escriptores portuguezes, e brasileiros, e os valiosos documentos e monografias que possuímos". A justificativa para isso, nas palavras de Mello de Moraes, é que seriam "poucos os estrangeiros que fallão do Brasil e dos Brasileiros conscienciosamente, quando não proferem banalidades, que movem o riso, ou inventão calumnias escultas".<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. **Os Portugueses Perante o Mundo**. Vol. I. Rio de Janeiro: Empreza Typog. (Em Liquidação) Dous de Dezembro, 1856. Ver também MELLO DE MORAES, Alexandre José. **História da Transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont, 1872.

<sup>9</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. **Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Política do Imperio do Brasil**. T.I. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1858, p. IX.

Como Justiniano José da Rocha, Mello de Moraes apontava sua reclamação sobretudo para escritores franceses que, em sua compreensão, acusavam o Brasil de país desorganizado, semibárbaro e sem "riquezas reais". Contra isso, rebate Mello de Moraes argumentando que

a inveja e o despeito não são os melhores conselheiros, e nem os mais aptos juizes, quando vemos, que ha mais de seculo e meio, e com a maior tenacidade, a Franca invida todas as suas forças, não perde muitas vezes a inoportunidade das circunstancias, desconhece os tratados que assignou, para se apoderar de uma parte do nosso territorio!!! E isto porque o Brasil não tem riquezas reais?<sup>10</sup>

Mello de Moraes observa que o "escriptor francez" não reconhece a natureza fecunda e produtiva do "paiz gigante, immenso" que é o Brasil, "circulado dos maiores rios do mundo" e abençoado pelas "mais abundantes minas de metaes preciosos" e pela "vegetação mais corpulenta e prestimosa que se conhece sobre a face da terra". Ao invés, dizia Mello de Moraes que o escritor francês valoriza "as *banhas cheirosas*, os *sabonetes*, as *bijouterias*, e o que mais exporta, como sejam a falsidade, a calúnia, os vícios com capa de civilização, com que se *enriquece* a moral dos outros povos".<sup>11</sup>

Não por acaso, Mello de Moraes afirmava que sua *Corographia Historica* havia sido escrita "para instruímos a esses maldizentes do que seja o Brasil", e ressalva que "esta nossa reprimenda não é geral com os estrangeiros e nem em particular com a nacionalidade portugueza, é sómente applicada a aquelles que fazem do Brasil uma especulação mercantil". Entretanto, apesar da crítica e do repúdio serem dedicados àqueles que teriam vindo ao país "com as mãos vãs, e quando se vêm fartos faltão do paiz que os recebeo com amor", e também a quem teriam conspirado "contra os Brasileiros, que os enriquecerão", a pauta pelo critério da nacionalidade de Mello de Moraes parece não incluir sempre o português no estrangeiro do Brasil. Ao contrário, nas palavras de Mello de Moraes, as "leis a gratidão e do reconhecimento" acolhem o colonizador fraternalmente, como que em estado de graça pela civilização.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1858, p. X.

<sup>11</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1858, p. X. Grifos do original.

<sup>12</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1858, p. X-XI.

É possível verificar que esse tom crítico contra a perspectiva historiográfica estrangeira que critica o Brasil perdura em escritos de Mello de Moraes na década de 1860. Isto pode ser observado em *À Posteridade, O Brasil Histórico e a Corographia Histórica do Imperio do Brasil*, obra publicada em 1867 na qual Mello de Moraes avalia que a história do Brasil escrita pelo inglês Robert Southey se ressentia "não só do espírito de estrangeirismo, como do ridículo aos nossos usos e costumes, e mesmo ás crenças religiosas". A conclusão de Mello de Moraes generaliza que "não é o estrangeiro o mais proprio e competente para escrever a historia de uma nação como a nossa", porque o estrangeiro, argumentava, "não nos poupará no ridículo sempre que a oportunidade se lhe offerecer, como a cada passo vemos nos escriptos que se referem ao Brasil e aos brasileiros".<sup>13</sup>

## **5.2 Constatação dos problemas do Brasil pela historia, em Mello de Moraes**

Contudo, nesse período dos anos 1860, no contexto em que ocorre a guerra do Brasil com o Paraguai entre 1865 e 1870, a crítica de Mello de Moraes deixa de se restringir ao estrangeiro para subir o tom e mirar em questões internas do país e, além disso, sua construção argumentativa de crítica ao Brasil frequentemente se norteia pelos valores da civilização, do progresso e do desenvolvimento. A crítica de Mello de Moraes apontava inclusive para a preocupação com a historiografia nacional: dizia que "todos os povos civilizados, e mesmo os incultos, tem a sua historia, e todos os governos da terra pagão a bom preço a quem as escreva, pondo á disposição do historiador tudo o que lhe possa interessar para a indagação da verdade", no entanto, lamentava que "o unico paiz da terra que não tem uma historia completa e documentada é o Brasil". A crítica interna recaia tanto sobre uma ideia geral e despersonalizada da entidade Brasil quanto especificamente sobre a figura de seu gestor responsável que diz respeito ao governo:

---

<sup>13</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. *À Posteridade. O Brasil Histórico e a Corographia Histórica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1867, p. 6-7.

Admire-se o leitor, que entre nós a indefferença é tanta para as cousas da patria, que antes se quer saber o numero de *espirros* que deu Napoleão III, ou o Rei da Prussia, o numero de riachos e cachimbas, de villas e aldéas da França ou da Prussia, do que saber-se a historia gloriosa do Brasil e a sua geographia; e é por esse desamor, por essa ignorancia, que tantos erros se tem commettido, e tantos males acontecido, e hoje mais que nunca nos acontece, praticamente, com a guerra do Paraguay. Se em outro paiz, que não o Brasil, seu governo soubesse que um individuo era possuidor do mais copioso Archivo de documentos da historia patria, seria esse governo quem procurasse a esse individuo, para os haver; e se elle os divulgasse, seria o proprio governo quem se empenharia, para ve-los no dominio publico: porém veja-se o reverso da medalha e julgue-se do nosso governo, pelo que acontece.<sup>14</sup>

A lógica argumentativa do excerto permite notar também que, ao apontar o que é e o que deveria ser no Brasil, em sua política e administração, o ato de fala recorria às noções de progresso e de desenvolvimento ao apontar para um descompasso local entre o dentro e o fora e para um atraso temporal entre o Brasil e um estrangeiro idealizado como referência em civilização. Acerca disso, o tom da crítica de Mello de Moraes continuava ascendente:

Facto o mais vergonhoso do mundo! o mais inqualificavel nos annaes das miserias administrativas desta terra! [...] porque entre nós quasi tudo está fóra dos seus lugares: todos servem para tudo; e o que mais é, por meio do patronato, se transforma um mentor da mocidade em um politico ou diplomata de improviso. Não quero emittir juizos temerarios, porque temo a Deos; porém o que posso dizer com franqueza, pelo que se observa, é que quem não tem interesses immediatos pela prosperidade de um paiz, que por conveniencias adoptou, não se póde interessar por suas glorias, e por isso não me admirou que se achasse difficuldades onde o amor do bem publico e das glorias da patria facilitaria a comprehensão.<sup>15</sup>

Aparentemente, o contexto específico dessa crítica de Mello de Moraes possuía contornos inclusive pessoais, considerando que ele, autor, reclamava da incompetência e desatenção do governo o qual estaria falhando no incentivo à produção e publicação de história do Brasil, notadamente a dele:

Quando principiei a escrever e publicar a minha obra sobre o Brasil, pensei que a poderia confeccionar e concluir em 7 ou 8 tomos, pois até ahi podia eu só com as despezas della, como pude com os tomos que correm impressos, e com as outras obras que estão no dominio publico; porém vendo depois que iria mais adiante, pela abundancia de

<sup>14</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 7.

<sup>15</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 9.

noticias, e que os cinco tomos impressos [...] não tinham tido a extracção que eu desejava, parei no meio do 6º e do 7º, receiando maiores prejuizos em presença da *verba gratis* muito conhecida no nosso paiz. A presença de uma lei especial e solidaria, transitada pelas chancelarias me animou a confiança, e tratei de satisfazer ao que elle determina. Mas fui illudido, e tenho que pagar de minha bolsa a reimpressão do 1º tomo da Corographia Historica do Imperio do Brasil, que se está concluindo! Eu não pedi que se me pagasse o meu trabalho, e nem que se me comprasse os documentos da historia patria, nem tambem nada pedi adiantado; mas como já vi, sem autorização, dar-se 40:000\$ pelo feitto de um manuscripto, e 100:000\$ pelo feitto de outro; e dar-se, sem que houvesse verba no orçamento, 20:000@ ou 22:000\$ ao Italiano *Pedro de Angelis*, por meia duzia de papeis sem importancia e alguns livros impressos que forão recolhidos á Bibliotheca Publica, por isso me admirou que, em face de uma lei, se falle *em verbas* e em *economias*!

Oh! como é lastimoso dizer-se o que se passa no Brasil em relação aos dinheiros publicos! [...]

Falla-se em *economias* e em *guerras*, e no entanto lá forão seis escudeiros, com suas familias, acompanhando o *cavallo de gesso* que vai figurar na exposição de Paris! Sem fallar na grande despreza que se fez na decoração do edifficio da Exposição Nacional. Havia necessidade de mandar-se seis individuos com suas familias para a França representar o paiz, quando alli temos um corpo diplomatico luxurioso, sem nada fazer, e outros derramados por toda a Europa, e mesmo por onde nunca irá um brasileiro?!<sup>16</sup>

A crítica de Mello de Moraes à administração e ao governo acusava-os de negligência por realizar gastos supérfluos e injustificados, enquanto reclamava de falta de atenção à história do Brasil, sobretudo com aquela que ele próprio escrevera. Mello de Moraes afirmava que "o thesouro nacional, entre nós é a menina dos olhos de quantos espertalhões apparecem nesta bôa terra", e que enquanto os ministros lidam com montantes volumosos e com créditos suplementares, "para a história da Nação nem ha iverntuaes!", e que, desse modo, concluia, "esbanjão-se, sem lei, e sem conveniencia publica, os dinheiros do Estado com os protegidos do poder responsavel".<sup>17</sup> Os apontamentos críticos de Mello de Moraes contra o que considera ser "vícios e crimes" discorriam também sobre outros tópicos, como a política de condecorar proprietários de escravos que os libertam para que engrossem a fila a caminho da guerra no Paraguai: "em que parte do mundo já se vio dar condecorações aos que libertão escravos para a guerra! [...] Pobre Paiz! Infeliz Povo brasileiro!".<sup>18</sup>

<sup>16</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 10-11. Grifos do original.

<sup>17</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 12.

<sup>18</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 16.

O médico alagoano fazia reclamação semelhante também anos depois, quando em 1873 avisou ao leitor do segundo tomo de sua *Historia do Brasil-Reino e Brasil-Imperio* que a obra teve a impressão reduzida porque não achava "consumidor para ella", e que, assim, convidava "aos curiosos das cousas do Brasil" e aos interessados "na historia fiel e documentada do vasto e opulento Imperio Brasileiro, tão mal fadado por seu desgoverno", a ler "a historia dos annos de 1823 a 1873" em seu periódico o *Brasil Historico*. Lamentava Mello de Moraes que "nesta nossa terra" seria "crime dizer-se a verdade", que via "este mundo no reinado da immoralidade, da loucura, da depravação, e do infortunio para o meu paiz", e que ele sentia que "estava a atravessar a existencia no reinado do egoismo, da corrupção e da indiferença, contemplando com desprezo e nojo a extensa confraria [...] política que vai abysmando o Brasil".<sup>19</sup>

A história assume, na fala de Mello de Moraes, a função de iluminar a compreensão dos vícios da política e da administração responsáveis pelo estado dos problemas do Brasil, pois, em sua concepção, o país estaria há anos em uma fase na qual isto era possível. Sua construção lógica, por exemplo, recorria à figura histórica de D. Pedro I para afirmar que o "Principe regente, no 1º de Agosto de 1822, conhecendo o espirito publico e já o adiantamento das sociedades, e as condições em que se achava o Brasil, arrancou do peito estas memoraveis palavras [...]. - *Está acabado o tempo de enganar os homens*". Ou seja, em sua compreensão, o Brasil vivia outra época histórica. Argumentava Mello de Moraes que "antigamente o thesouro publico era do rei, e só o rei podia dispôr d'elle como entendesse", mas que "hoje, ao contrario, o thesouro publico é da Nação, e só a Nação é que lhe deve dá o destino". Em tempos de monarquia constitucional, dizia Mello de Moraes, o Brasil do presente garantia o direito à qualquer cidadão questionar "sempre que o poder ultrapassar as verbas que lhe forão consignadas para as despesas publicas".<sup>20</sup>

Desse modo, Mello de Moraes conclamava ao exame das causas dos problemas do país:

---

<sup>19</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Ao Leitor. In: \_\_\_\_\_. **História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio. Tomo II**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro N. 159, 1873, fl. 461. Ver também MELLO DE MORAES, Alexandre José. **História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio. Tomo I**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro N. 159, 1871.

<sup>20</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 17. Grifos do original.

Senhores, é necessario que o povo se convença que a politica no nosso paiz não é só o desenvolvimento de idéas, ou crenças sociaes, que resultão em proveito do paiz, e sim, para certos individuos, um meio de vida, o caminho seguro para ter-se posição e fazer fortuna á custa dos sacrificios do povo, o que por si só e pelo seu trabalho nunca obterião; porque sem estudos solidos e convenientes, e sem longa pratica, e amadurecida a experiencia administrativa, não se pode ser Estadista, nem Diplomata, e nem Financeiro, e a prova temos entre nós nos pretendidos estadistas, que ainda não fizeram uma só cousa em proveito do paiz, a não serem as reformas, os regulamentos contraditorios, o esbanjamento dos dinheiros publicos, e os immensos disparates, que correm impressos.<sup>21</sup>

Segundo a perspectiva compartilhada por Mello de Moraes, a história franqueava o exame das causas dos problemas do Brasil. Em outras palavras, para Mello de Moraes, o conhecimento da história permitiria perceber a causa dos problemas do Brasil, pois considerava que o próprio movimento da entidade Brasil no tempo permitiria a compreensão definitiva de seus entraves do presente. Afirmava Mello de Moraes que "quem tiver acompanhado a marcha do nosso viver social terá conhecido que o Brasil só tem servido para espertos e especuladores, e se caminha como Nação é pelos seus proprios naturaes recursos, e não pelo impulso que se lhe deveria ter dado". Ai residiria a importância da história: nesse cenário problemático do Brasil, a história poderia iluminar as causas de vícios do passado que insistiam se arrastar presente adentro, ameaçando o futuro do país:

Por isso convém que o povo registre na memoria os fastos de sua existencia politica, e se reveja na propria historia, para que se rasgue esse véo phantastico que tanto nos tem illudido, para saber escolher d'entre os seos optimos cidadãos os mais independentes e patriotas para nos representar nos congressos da Nação; porque sendo d'entre elles que se escolhe ministros, não acontece de subirem ao poder os proletarios da sociedade, a ignorancia, a parvoice, a filaucia sem base, ou por toda outra os ganhadores politicos, que tem commettido tantos desacertos, e compromettido a Nação, endividando o Paiz. Saem do poder nestas condições e são proclamados estadistas!! Ora pelo amor de Deos... [...]

Se não achasse agora inconveniencia, contaria resumidamente a nossa historia politica desde 1821 até hoje, e então se conheceria que o patriotismo com que certos individuos apparecem nas praças com as idéas de progresso e de bem publico, é uma Chimera, porque os pretendidos patriotas da nossa terra não são os fabricios Romanos;

---

<sup>21</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 18.

são as astutas Sereias, que cantão aos inexperientes, para fazerem delles degráos, para galgar posições officiaes, e mais logo o poder.<sup>22</sup>

Assim, observa-se que, em sua compreensão, a história assume a função de instrumento para o diagnóstico de problemas do Brasil.<sup>23</sup>

Em suma, a construção da fala de Mello de Moraes mobiliza critérios de qualificação à administração, ao governo e também à população que, plausivelmente - ou não fariam sentido - , figuravam como elementos circulantes no ambiente cultural da época, participando do jogo da linguagem. Nesse contexto, a concepção de história compartilhada por Mello de Moraes parece tender, de um padrão historiográfico narrativo e edificante de uma ideia de Brasil civilizado, imbuído de confiança no progresso e de ansiedade pelo desenvolvimento do país no futuro, para um padrão mais analítico que busca na história a compreensão dos problemas que produziam no presente uma indignação e que derramam desconfiança sobre o futuro do Brasil.

### 5.3 Narrativa e análise do Brasil nas lições de história de Joaquim Manoel de Macedo

Quem na época talvez tenha respondido melhor à demanda levantada por Justiniano José da Rocha e Alexandre José Mello de Moraes pela sistematização de um saber para a história nacional foi Joaquim Manoel de Macedo com suas *Lições de Historia do Brasil*, obra publicada sob os auspícios do Conselho de Instrução Pública da Corte cujo primeiro e segundo volumes foram lançados respectivamente em 1861 e em 1863.<sup>24</sup> Em 1865, a obra foi publicada em volume único e esta versão foi adotada pelo Colégio Pedro II, ganhando complementos e reedições nos anos seguintes, inclusive após a morte de Macedo em 1882, como é o caso da décima edição publicada no

<sup>22</sup> MELLO DE MORAES, Alexandre José. Op. cit., 1867, p. 20-21.

<sup>23</sup> Ver também MELLO DE MORAES, Alexandre José. **O Brasil Social e Político, ou O Que Fomos e o Que Somos**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro N. 159, 1872.; MELLO DE MORAES, Alexandre José. **A Independência e o Império do Brasil**. [1ª ed. 1877]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

<sup>24</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II - (4o. ano)**. Rio de Janeiro, Typografia Imparcial de J. H. N. Garcia, 1861; MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II - (7o. ano)**. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1863.

período republicano com complementos de Olavo Bilac.<sup>25</sup> Embora não tenha sido o primeiro compêndio e nem o primeiro manual didático de história do Brasil editado durante o Império, as *Lições* de Macedo ganharam popularidade graças ao tom professoral e pedagógico que ampliou seu acesso para além do restrito público leitor habituado à pena especializada dos historiadores. Não por acaso, na época de sua publicação, as *Lições* de Macedo tiveram destaque no *Jornal do Comércio*:

O Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, lente de corografia e história do Imperial Colégio Pedro II, publicou para uso dos seus discípulos uma série de lições sobre a história do Brasil. Num compêndio para uso das aulas o principal é o método, e este parece-nos excelente. A este merecimento reúne a obra a exatidão histórica, até onde ela é possível conseguir-se através da noite dos tempos. De mais o nome do autor, a sua longa prática e profundos estudos sobre a matéria são suficientes recomendações desse trabalho.<sup>26</sup>

No prefácio ao primeiro volume de 1861, afirmava Macedo que "não nos apavora a pretensão de ter escrito coisas novas", mas que, ao invés disso, esteve atento ao "que outros escreveram antes e melhor" para adaptá-los "apenas ao método que empregamos". Além disso, para realizar a tarefa "difícil e espinhosa" de escrever as *Lições*, explicava Macedo que "não hesitamos em pôr em abundante tributo a nosso favor algumas obras antigas e modernas sobre a Historia da Patria", como seria o caso da "Historia Geral do Brasil do senhor Varnhagen, que especialmente em verificação de fatos e de datas é a melhor de quantas até hoje temos estudado".<sup>27</sup>

De fato, a obra de Macedo não tratou de elaborar uma história do Brasil inédita, mas principalmente de difundir e de ensinar a história do país, uma vez as *Lições de Historia do Brasil* se basearam largamente na compreensão da história do país consagrada pela *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen. No prefácio ao segundo volume de 1863, Macedo alerta ao leitor que "repetimos,

<sup>25</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. [1865]. Décima Edição Completada de 1823 a 1905 por Olavo Bilac. 10a. ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.

<sup>26</sup> **Jornal do Comércio**. Edição comemorativa do centenário da Independência. Rio de Janeiro, 1922, p. 356. Apud MATTOS, Selma Rinaldi de. **Brasil em Lições: A História do Ensino de História do Brasil no Império através dos Manuais de Joaquim Manuel de Macedo**. 1993. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993, p. 93-94.

<sup>27</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prefacio. In:\_\_\_\_. Op. cit., 1861.

como no primeiro, o que lemos nos livros dos mestres, e seguimos quasi sempre algumas vezes passo a passo o Sr. Varnhagen na sua a muitos respeitos excellente *Historia Geral do Brasil*".<sup>28</sup> Assim, é possível observar que Macedo estrutura suas *Lições* fundamentado na construção narrativa do Brasil edificada pela *Historia Geral* de Varnhagen e, como resultado, as *Lições* são perpassadas por uma narrativa do Brasil cuja trajetória vai da colônia ao império e cuja trama é o processo do estabelecimento da autonomia política em direção à constituição da administração e do aparelho do Estado monárquico independente.

No compasso da *Historia Geral* de Varnhagen, ademais, o texto das *Lições* de Macedo transita entre a construção narrativa e a construção analítica. A partir do volume único lançado em 1865, cada "lição" se estrutura da seguinte maneira: (a) primeiramente, há uma narrativa de acontecimentos que se deram dentro de determinado recorte de datas ao qual se circunscreve o tema da lição em questão, como "Descobrimto do Brasil, 1500" ou "Primeira Exploração do Brasil, 1501-1526" ou "Systema de Colonisação Empregado no Brasil por D. João III, Primeiros Donatarios de Capitancias Hereditatias no Brasil, 1534"; (b) subsequente a tal narrativa, há "explicações" sobre ações, eventos, nomes de personagens e lugares mencionados pela narrativa; (c) as explicações são seguidas de um "quadro synoptico" que condensa as informações a serem memorizadas e a rede de causas e efeitos presente no enredo narrado no início da lição; (d) por fim, cada lição contém um conjunto de perguntas que remetem o leitor-estudante a uma retomada didática do que foi narrado e explicado.

Os prefácios registram essa preocupação de ir além do contar a história narrativamente ao sabor da crônica para de fato estabelecer uma razão explicativa entre os elementos da história por meio de uma perspectiva problematizante. No prefácio ao primeiro volume de 1861, Macedo esclarecia que tinha "sempre em memoria que escrevemos para estudantes" os quais possuíam "intelligencia já um pouco desenvolvida" e, por isso, ele, autor, "não tinha de contentar-se com uma restrita exposição de fatos e simples recordação de datas".<sup>29</sup> No prefácio ao segundo volume de 1863, Macedo afirma a

---

<sup>28</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prefacio. In:\_\_\_\_. Op. cit., 1863.

<sup>29</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prefacio. In:\_\_\_\_. Op. cit., 1861.

prioridade à razão explicativa e problematizante dizendo que "pertence-nos n'esta obra apenas a apreciação dos factos".<sup>30</sup> Enquanto que, no prefácio à primeira edição do volume único de 1865, Macedo observa que a obra "só se avulta pelas *explicações*, pelos *quadros synopticos* e pelas *perguntas* que seguem ás lições com o fim de facilitá-las e de graval-as na memoria dos discipulos".<sup>31</sup> Observa-se ainda que, no vocabulário de Macedo, o "methodo" de suas *Lições* diz respeito ao estabelecimento de uma linha de raciocínio que problematiza e analisa relações de causas e efeitos dos elementos narrados na história do Brasil:

Em trabalhos d'este genero o methodo é sempre de importancia essencial: ora é exactamente nas *explicações*, nas *perguntas*, e nos *quadros synopticos* annexos ás lições que se encontram as bases principaes do methodo que adoptámos. [...] Um menino que tem decorado uma lição nem por isso sabe a lição; para que a saiba é indispensavel que comprehenda o que exprimem, o que significam as palavras que repetio de cór; por esta razão annexamos no nosso compendio a cada lição algumas *explicações* [...]. Depois de bem comprehendida assim a lição, as *perguntas* destacadas põem em proveitoso tributo a attenção e a reflexão dos meninos, e emfim o *quadro synoptico* que elles devem reproduzir de cór na pedra ou no papel grava na memoria toda a materia estudada.<sup>32</sup>

Dessa maneira, o texto das *Lições de Historia do Brasil* de Macedo mostra-se tanto como uma construção narrativa quanto como uma construção analítica, evidente capítulo por capítulo, na qual a história do Brasil, após narrada, é acessada analiticamente por meio de um viés problematizante.

Essa concepção de história oscilante entre a narrativa e a análise compartilhada por Macedo em suas *Lições*, contudo, possui um denominador comum: a noção de civilização enquanto processo e projeto; como processo, demarca os passos do homem no tempo, como projeto, sua meta encerra valores que operam como critério para julgamentos em sua fala narrativa-analítica.<sup>33</sup> Isto pode ser observado em diversos momentos nas *Lições de*

<sup>30</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prefacio. In:\_\_\_\_. Op. cit., 1863.

<sup>31</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prefacio. In:\_\_\_\_. Op. cit. [1865], 1907. Grifos do original.

<sup>32</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prefacio. In:\_\_\_\_. Op. cit. [1865], 1907. Grifos do original.

<sup>33</sup> A indisfarçavel afinidade das *Lições de Historia do Brasil* de Macedo com valores civilizatórios foi objeto do estudo de Selma Rinaldi de Mattos, a qual afirma existir uma congruência entre as funções do professor e do manual didático, ordem social, poder centralizado na monarquia e um projeto pedagógico de estado civilizador: "Neste Império do Brasil onde o unitarismo, a

*Historia do Brasil*, como no quadro de "explicações" em que Macedo define alguns termos fundamentais de sua obra:

*Civilização* é a instrução de um povo nas artes e sciencias que podem fazer a sua prosperidade moral e material, isto é, que esclarecem o seu espirito e fazem o seu bem estar.

*Nação* é um grande número de familias que habitam o mesmo solo, vivem debaixo das mesmas leis e fallam ordinariamente a mesma lingua. Tambem se diz - nação - para significar um povo de uma mesma origem e fallando a mesma lingua, e como designando-se uma casta ou uma raça.

*Selvagens* chamam-se os povos que ignoram a arte de escrever, que não têm policia, que não têm religião, ou professam religião absurda, e que vivem em plena liberdade da natureza.<sup>34</sup>

Para Macedo, o "Brasil em geral" nos tempos do descobrimento no século XVI possuía as condições naturais que pressagiarão a civilização, mas que, entretanto, era necessário superar o imenso desnível de civilização dos decadentes "bárbaros" nativos em relação aos colonizadores europeus. Dizia Macedo que o Brasil naturalmente tinha opulentos reinos mineral, vegetal e animal, ao ponto de a abundância das terras não ser "excedida pelas mais fecundas de outras regiões", e que, por isso, haveria imenso potencial para o desenvolvimento do Brasil, considerando que "a extensão do paiz offerece uma variedade de climas a que corresponde uma infinita variedade de produções". O lado negativo do Brasil desde seus primórdios, contudo, seria que "no meio porém d'esta natureza opulenta e de proporções colossaes", avaliava Macedo que "o que se apresentou aos olhos dos descobridores e conquistadores do Brasil menos digno de admiração e mais mesquinho foi o gentio que habitava esta vasta região".<sup>35</sup> Apesar de reconhecer nos nativos alguma nobreza, as *Lições* de Macedo descrevem os nativos como um obstáculo à civilização, ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil que deve ser superado:

---

centralização político-administrativa, a transformação da 'boa sociedade' em classe senhorial e a manutenção da ordem escravista eram construções a serem conservadas e consolidadas cotidianamente, mais do que nunca tornava-se necessário ordenar, civilizar e instruir. E nesta tarefa o manual didático e o professor deveriam exercer um papel significativo. Sendo Macedo professor de História do Brasil no Colégio Pedro II, poria avaliar com justeza o papel de um professor na difusão daquele conhecimento" (MATTOS, Selma Rinaldi de. Op. cit., 1993, p. 105).

<sup>34</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 52. Grifos do original.

<sup>35</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 38.

Desconfiado ao primeiro acesso de um desconhecido, logo depois facil e franco, o gentio se uma vez era illudido, não respeitava mais nem ajustes, nem laços, nem consideração alguma. Hospitaleiro [...] até com o proprio inimigo que o procurava, agreste, simples, inculto e barbaro, zeloso mais que tudo da sua independencia, audaz e bravo nos combates, cruelissimo na vingança, astucioso e sagaz, indolente na paz, impavido e heróe em face da morte, o gentio tinha todos os defeitos e vicios do selvagem.<sup>36</sup>

Assim Macedo definia o que compreendia dos nativos: "gentio quer dizer a gente barbara que não tem fé, nem conhece a lei de Deos".<sup>37</sup> Tratar-se-ia de uma gente desordenada, atrasada técnica e socialmente. Dizia Macedo que "o gentio do Brasil quasi que não conhecia relações sociaes", pois esse povo, ao invés de se agrupar e se organizar socialmente, estaria sempre "subdividindo-se em tribus numerosas e estas em hordas ou cabildas compostas de algumas centenas de individuos", vivendo "espalhado, desunido e guerreando-se constantemente".<sup>38</sup> Na compreensão de Macedo, além de tal desorganização social ser um entrave à civilização no Brasil do presente, ela teria sido no passado a causa primeira da incapacidade dos índios de fazerem frente contra a chegada os colonizadores europeus à América: "a desunião do gentio" entregou "para sempre a palma da victoria á civilisação".<sup>39</sup>

Por consequinte, como "estavam sempre occupados em guerrear", segundo Macedo, os índios "deviam estar assim atrazados em civilisação" e, por consequinte, em um atraso técnico e de desenvolvimento. Suas *Lições* ensinavam que "o gentio não conhecia artes, nem sciencias, nem industria", e que quando os índios experimentavam alguma melhoria, esta se dava mais pela imposição da necessidade e não como consequência de uma elaboração racional planejada: "um ou outro recurso, o trabalho, uma ou outra idéa que as artes, as sciencias e a industria poderiam ter ensinado facil e suavemente, elle adevinhára, urgido pela necessidade, e empregava com rudeza". Quase em paráfrase à concepção de Pero de Magalhães de Gandavo<sup>40</sup>, Macedo chegou a

<sup>36</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 41.

<sup>37</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 42.

<sup>38</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 48.

<sup>39</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 116.

<sup>40</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da Provincia de Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil**. [1576]. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1858, p. 44. Ver ALCIDES, Sérgio. F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização. **Revista Escritos**, Ano 3, n.3, pp.

atestar que na língua "pobre e limitada" dos nativos "faltavam as letras F, L e R".<sup>41</sup> Esta lição foi didaticamente reforçada pelo verbete "civilização" em seu "quadro synoptico", o qual afirmava que "grande era o atrazo do gentio em artes e industria. Faltavam á sua lingua as letras *F, L, e R*".<sup>42</sup>

Como em Varnhagen, a crítica aos índios "bárbaros" e "selvagens" em Macedo é acompanhada de um elogio à colonização portuguesa, a qual teria atuado como agente civilizador no Brasil. Para Macedo, Portugal "maravilhou o mundo pelas admiráveis descobertas e conquistas", liderando o processo de descoberta, conquista e colonização que desde o século XVI permitiam civilizar a natureza e o homem nativos do Brasil e que deveria prosseguir século XIX adentro.<sup>43</sup> Contudo, a admiração pelo papel que, na sua visão, os colonizadores teriam em geral representado enquanto missionários da civilização no Brasil não impediu que nas *Lições* de Macedo os colonizadores portugueses também fossem alvo de críticas. O que se observa é que as ocorrências de crítica aos colonizadores nas falas de Macedo frequentemente dizem respeito a enunciados nos quais o critério para julgamento circunscreve as noções de civilização, progresso e desenvolvimento. Desse modo, não apenas o elogio qualifica positivamente o colonizador por ter atuado pela civilização do Brasil, mas também as ocorrências de crítica ao colonizador qualificam-no negativamente porque, conforme as *Lições* de Macedo, algumas de suas ações teriam erguido obstáculos para o deslanche da civilização no Brasil.

Isto é evidente quando Macedo avalia que, entre 1652 e 1685, teriam havido "erros administrativos no Brasil", e compreende que, na época, a má administração do país teria relação com a "independencia" de algumas capitanias, ou seja, segundo Macedo, o Brasil colônia do período sofria com a falta de centralização política.<sup>44</sup> A preocupação com estágio de civilização do Brasil enquanto critério de avaliação também está evidente na "lição" em que

---

39-53, 2009. Disponível em:  
<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB\\_Escritos\\_3\\_3\\_Sergio\\_Alcides.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_3_Sergio_Alcides.pdf)>  
Acesso em 27/03/2012.

<sup>41</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 50.

<sup>42</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 56. Grifos do original.

<sup>43</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1863, p. 3. Cf. MATTOS, Selma Rinaldi de. Op. cit., 1993, p. 121-123.

<sup>44</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1863, p. 146.

Macedo mensura o "desenvolvimento e progresso do Brasil" no período entre os anos 1706 e 1750:

Por morte de seu irmão Affonso Vi, Pedro II que já era príncipe regente, occupára o throno como rei de Portugal a 12 de Setembro de 1683, e soubera aproveitar uma longa paz, provendo o desenvolvimento do commercio, e uteis reformas, e cuidando no bom governo das colonias, entre as quaes lhe deveu o Brasil especiaes cuidados. Começava pois a caminhar mais esperançosa e animada a grande colonia portugueza da America, e já lhe estava aberta a estrada do progresso, quando a 9 de Dezembro de 1706 faleceu D. Pedro II, succedendo-lhe no throno seu filho D. João V, que foi aclamado no dia 5 de Janeiro de 1707. Durante o reinado de D. João V, o Brasil continuou a progredir com o augmento da sua população e da sua industria, com os descobrimentos dos Paulistas e com a colonisação que se estendeu muito para o sul.<sup>45</sup>

Na avaliação de Macedo, o reinado de D. João V teria agraciado o Brasil com um "impulso do progresso" e, como resultado, "o Brasil foi sempre augmentando em prosperidade, vendo crescer a sua população, desenvolver-se a sua industria, e estenderem-se as conquistas da civilisação pelo interior". De acordo com Macedo, "o Brasil continuou a engrandecer-se" sob o governo de D. João V devido, entre outros fatores, notadamente ao fato de "a metropoli" ter contribuído para o desenvolvimento do Brasil graças à adoção de "medidas acertadas que tomou o governo do rei, regulando a administração superior e a judiciaria do Brasil", e também devido aos "descobrimientos das minas auríferas" que teriam feito "surgir povoações e avultar a população no meio de desertos até então desconhecidos", e isto teria resultado, segundo Macedo, no aparecimento de "riqueza onde pouco antes mal se encontravão os vestigios do homem civilisado".<sup>46</sup>

Na concepção de história do Brasil compartilhada nas *Lições de Historia do Brasil*, o episódio da Inconfidência Mineira é interpretado não apenas como um ensaio para a independência do país mas também como uma busca autóctone pela civilização. Didaticamente, questionava Macedo se "ha razoes para se dizer que o brasil tinha progredido muito no seculo decimo oitavo". Uma pergunta retórica. Macedo avaliava que sim, que "o Brasil tinha progredido muito no seculo decimo oitavo", porque a humanidade estaria passando por

---

<sup>45</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 246.

<sup>46</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1863, p. 193-195.

tempos favoráveis ao progresso e graças à sede iluminista de brasileiros por civilização e desenvolvimento, sede a qual teria redundado em atritos com a hierarquia da metrópole e no prenúncio de um movimento pela independência ao país. Acerca disso, explicava Macedo que os jovens brasileiros, "ambiciosos de instrução e de sciencia", recorriam "aos conventos, aos seminarios e ás aulas de humanidades que havia para beber conhecimentos que aspiravam, e muitos d'elles ião cursar a universidade de Coimbra e outras academias da Europa". Como resultado, na sua visão, foram nascendo no Brasil "homens notaveis como estadistas, poetas, oradores, artistas" que, dizia, "davam lustre e gloria á grande colonia, sua bella patria". Além desse fator autóctone, o momento teria sido favorável ao progresso do Brasil inclusive porque, entre 1786 e 1792, "as communicações do novo com o velho mundo tinham-se tornado mais faceis", o que então seria mensurável pela entrada de "livros francezes", os quais, analisava, "penetravam no paiz e se espalhavam por elle idéas novas, civilisadoras e livres". Por isso, concluía Macedo que "não é de admirar que apparecesse no ultimo quartel d'esse seculo a idéa da independencia de seu paiz, no espirito de alguns Brasileiros".<sup>47</sup>

Igualmente, o episódio da "Transmigração da Familia Real de Bragança para o Brasil" teria trazido avanços para a civilização do país. A "lição" de Macedo dizia que o evento da transferência da corte imperial fez o Brasil progredir com o ganho de autonomia e de melhoramentos. Macedo ensinava que "o estabelecimento da séde da monarchia no Rio de Janeiro trouxe a esta cidade e ao Brasil consideraveis melhoramentos e grande progresso", calculando que

do 1º. de Abril a 5 de Novembro de 1808 creáram-se na nova côrte um conselho supremo militar, um archivo militar, o desembargo do paço, a academia da marinha, a casa de supplicação do Brasil a que foi elevada a relação do Rio de Janeiro, a fabrica de polvora, a imprensa regia, a junta do commercio, o banco do Brasil, uma escola medico-cirurgica e outras instituições.<sup>48</sup>

Na avaliação de Macedo, a transferência da corte foi um evento de alcance além do presente imediato pois deixou no solo brasileiro sementes para o futuro

---

<sup>47</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 267-276.

<sup>48</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 279.

do país. Sua análise do episódio da "transmigração" concluía que a "obra de engrandecimento continuou nos annos seguintes" com vários outros empreendimentos edificados em prol do progresso do Brasil, como a fundação do jardim botânico, "da bibliotheca real que se abriu ao publico, da academia das bellas artes, com a criação de muitas villas e comarcas, da nova capitania das Alagôas, da relação do Maranhão e outros melhoramentos". Assim como Varnhagen, Macedo atribuía a responsabilidade pelos feitos à memória do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, que teria sido "o principal inspirador de tão sabias medidas" e que, portanto, "a quem muito bem deveu o Brasil".<sup>49</sup>

No entanto, apesar de celebrar o episódio da transferência da corte como um acontecimento que teria trazido avanços para a civilização do Brasil, Macedo compreendia e ensinava que o evento também plantou problemas no país: "é necessario observar que, com todos esses beneficios, o povo da nova capital da monarchia não deixou de resentir-se de alguns duros vexames". A despeito louvar melhorias, Macedo apontava também que com a corte teria vindo de Portugal para o Brasil uma administração que cometia abusos. Em primeiro lugar, enumerava, teriam desembarcado no país "um grande numero de fidalgos e ainda maior numero criados de ordem inferior tinham acompanhado a familia real", e, para "accommodar essa multidão", lamentava, "effectuou-se o despejo forçado de muitas casas, de que tiveram de mudar-se os proprietarios", o que Macedo julgava como um "cruel abuso". Além disso, em agravante, criticava Macedo que o estado monárquico que se fundava no Brasil se aparelhou compondo seus quadros com uma clientela parasita: "deram-se muitos impregos da administração a pessoas sem habilitações e cujo unico merecimento se limitava a terem acompanhado seus principes e precisarem viver á custa do Estado". Por conseguinte, dizia Macedo, "foi tão espantosa a prodigalidade da côrte que a ucharia por si só consumia seis milhões de

---

<sup>49</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 279.

Na pena de Macedo, o elogio ao D. Rodrigo de Souza Coutinho foi estendido anos depois, em outra obra, quando afirmou que "o Brazil deve honrar a memoria do Conde de Linhares" porque ele, um "grande espirito politico" de "maior influencia no governo", dizia, fora "o sabio inspirador da fundação de instituições, fontes de progresso e de civilização, além daquellas que na justiça, na fazenda, na administração geral, emfim, eram como de obrigado estabelecimento na *capital do novo Imperio*" (MACEDO, Joaquim Manoel de. **Ephemerida Historica do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Globo, 1877, p. 48-49).

cruzados por anno". Com os pesos e medidas norteados pelo trinômio civilização-progresso-desenvolvimento, o resultado da análise de Macedo sobre os avanços e retrocessos advindos com a corte para o Brasil, em suas palavras, é que "ainda bem que os melhoramentos brilhavam no meio d'estes abusos".<sup>50</sup>

#### **5.4 Ideia de civilização como fundante da análise histórica de Macedo sobre o Brasil**

Compartilhada pelas *Lições de Historia do Brasil*, a compreensão analítica da história do país, amparada nas noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento, aparentemente fundamentou conteúdos opinativos e críticos em outras publicações de Macedo. Em favor disso, há uma série de evidências registradas em uma amostragem considerável de seus escritos publicados em seguida ao volume único das *Lições* de 1865:

Apesar de ter procurado despistar a autoria da obra intitulada *Mazellas da Actualidade*, publicada em 1867 sob o pseudônimo *Minimo Severo*, este escrito contém um quadro de "Explicações" análogo ao das *Lições* no qual Macedo afirmava que o livro tem "por fim particular atacar a desmoralisação que vai contaminando a nossa sociedade". Na forma de um "romance de improviso", conforme explicava Macedo na pena de seu pseudônimo, a obra seria uma "satyra dos abuzos, dos costumes pervertidos, das *mazellas da actualidade*". Tratar-se-ia, nas suas palavras, de uma "satyra generosa e nobre" porque não teria direcionamento pessoal e nem escolhia "victima exclusiva", e que seria uma "satyra honesta e util" porque tinha como alvo atacar "de frente o vicio, a prevaricação e o crime". Assim, o objetivo alegado era denunciar a "moralidade publica ultrajada, ferida na corrupção dos costumes, no egoismo e na vilania dos homens politicos", corrompida "nos abuzos e no desvairo do governo e, em uma palavra, no olvido das noções do dever e no desenfreamento de paixões ruins". Como resultado, dizia Macedo que, "em bem fundados receios de completa ruina", a moralidade pública reclamava pelo "socorro da satyra", chamado ao qual a obra procurava responder: "porque, coitada, se não lhe valer a satyra, quem lhe hade valer a ella?". Apontado o problema, Macedo também

---

<sup>50</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit. [1865], 1907, p. 279.

indicava um caminho para a solução: "o seu primeiro e adequado recurso é quem mais incapaz se mostra de acudir-lhe ao soffrimento: o governo para moralisar precisa infelizmente começar por moralisar-se". Nesse cenário, dizia Macedo que, "em taes circumstancias, a satyra, quando não é um remedio, pode ser linitivo e consolação".<sup>51</sup>

Assim como as *Lições de Historia do Brasil*, o relatório à *Terceira Exposição Brasileira em 1873*, na qual Macedo foi secretário geral do júri, fundamenta-se na noção de civilização enquanto critério para enumerar louvores, para realizar análises e também para levantar críticas:

Afirmava Macedo que o evento da exposição era um espetáculo da civilização que fazia vitrine para a tecnologia que espelhava o processo da história. Na história da humanidade, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e chegando à época Moderna, explicava Macedo que "as nações manifestam o gráu e as tendencias de sua civilização" por meio da "eloquente natureza de seus espectaculos grandiosos ou tremendos, de suas festas magnificas ou horriveis". Entre as tais tendências da civilização, dizia, "duas avultam pela mais immediata e vulgarisada influencia social e economica", o "vapor força motriz" e a "electricidade correio: um aproximou distancias, a outra revogou-as". Essas tecnologias são descritas por Macedo como "maravilhas do engenho humano" cujas "intelligencias [...] marcam o condão da nova idade por invenções e descobertas sorprendentes, e algumas até inverosimeis até á vespera da evidencia"<sup>52</sup>:

Nas exposições universaes o apparatus, as galas, os ornamentos deslumbradores são de honra e de fausto devidos á magestade da civilisação e do progresso que se representam no producção geral das nações e dos paizes do mundo; mas em seu preciso e imprescindivel fim ellas inventariam as forças productivas naturaes e industriaes de cada paiz, estudam-as, comparam-as, excitam a sua exploração, e sommando todas offerecem em resultado o inventario universal.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. **Mazellas da Actualidade (Romance de Improviso) por Minimo Severo**. N. 1. Voragem. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1867, p. V-VII. Grifo do original.

<sup>52</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. **Terceira Exposição Brasileira em 1873. Relatório do Secretario Geral do Jury da Exposição**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1875, p. 5-7.

<sup>53</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 8.

Muito além de ser mera vitrine da tecnologia e da civilização, para Macedo, o evento da exposição seria também "uma fonte de novos melhoramentos", e isto, como tal, imporia à cada nação o "dever, de consciencia e gloria", para que "se empenhe em mostrar-se enriquecida com os theouros da natureza e com a opulencia dos fructos do trabalho de seu povo". Assim, dizia, as "Exposições Nacionais" possuíam a dupla vantagem de, "além de produzir particularmente em cada nação as mesmas consequencias economicas e civilisadoras", apresentavam-se "como zelosas preparadoras da representação condigna nas *Exposições Universaes*".<sup>54</sup>

Ou seja, para Macedo, as exposições possuíam utilidade social e técnica as quais "encerram lições que são caminhos abertos para melhoramento e progresso". Tais eventos, dizia, "não tem por fim principal a ostentação de obras primas", ainda que produzam colateralmente esse efeito, pois "forçosamente promove [...] a emulação productora". No entanto, segundo o relatório de Macedo, "o grandioso objectivo" das exposições seria "a exploração das forças vivas e de todas as industrias de cada nação e de todas as nações em proveito e utilidade comum, em proveito e utilidade de todos os homens", inclusive "a maxima parte dos quaes se compõe de pobres, que quereriam, mas não podem comprar nem luxo, nem promores, nem mesmo mediocres suavidades da vida". Dai, de acordo com Macedo, ter cabido ao próprio imperador D. Pedro II, em visita à exposição universal de Viena em 1873, a tarefa de "historiar esse pleito generoso e civilizador".<sup>55</sup>

Não surpreende, portanto, que o relatório de Macedo frequentemente destaque o que, em sua avaliação, são manifestações do nível do progresso e da civilização. Isto é patente em várias de suas falas, como ao dizer que o ferro é "a herculea alavanca da civilisação moderna" e o carvão mineral "fumega progresso e industria, e derrama em ondas de vapor a civilisação"<sup>56</sup>; que alguns dos objetos expostos no setor da "industria dos metaes", embora a concorrência "mesquinha" entre os expositores", teria dado "a doce consolação que provém

---

<sup>54</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 8. Grifo do original. Cf. PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais: espetáculo da modernidade do século XIX**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

<sup>55</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 25-27.

<sup>56</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 14.

do reconhecimento do progresso"<sup>57</sup>; ou ao apontar que "a tinturaria offereceu especimens merecedores de louvor, mas não brilhou por indicação de melhoramento desenvolvido e assinalador do progresso geral", ou que a exposição de velas e sabão que mostravam "productos de nossa industria" que "bastariam para as necessidades e para a decencia de qualquer nação civilisada".<sup>58</sup>

Entretanto, após enumerar os louvores à civilização, ao progresso e ao desenvolvimento verificados na exposição, o relatório de Macedo passa a um tom mais reflexivo ao analisar o direito à propriedade de invenções, o fim do tráfico de escravos e o próprio evento da exposição ao qual o relatório se refere, para concluir que a raiz dos problemas verificados é a indolência e a inércia moral no Brasil:

A respeito do "direito constitucional de propriedade das invenções e producção", Macedo descreve um cenário geral no qual "o inventor expõe e desde que expõe, os imitadores copiam, concorrem e vendem", e questiona: "onde está em tal caso o privilegio da invenção?", e, por isso, sustenta que ou se respeita "em todas as producções" os códigos do "direito de propriedade sobre invenções e obras da intelligencia ou da imaginação do homem", ou esse código deve ser banido "em proveito da humanidade e da civilisação", pois "o privilegio e o monopolio são inimigos do progresso".<sup>59</sup> Quanto à aprovação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, Macedo compreendia que a lavoura sustentada com a mão-de-obra escrava impunha uma rotina "pesada e anti-economica que amesquinhava sua producção por qualidade inferior" e que "a terminação absoluta do barbaro trafico de escravos d'Africa" havia iniciado no Brasil "a éra dos melhoramentos agricolas pela introducção de instrumentos agrarios, de machinas e de processos, que têm modificado muito o trabalho nos campos e nas fabricas", e, como resultado, "o progresso estendeu-se e vai-se dilatando" pelas fazendas.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 16.

<sup>58</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 21.

<sup>59</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 17.

<sup>60</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 18.

A perspectiva analítica e problematizante alimenta a crítica de Macedo que mira no próprio evento da exposição. Dizia Macedo que "dous caminhos abrem agora diante de nós: um fácil, suave, mas dissimuladamente tortuoso, o da lisonja que sorri a quasi todos; o outro escabroso e difficil, mas recto, o da verdade que desagrada a muitos". Após louvar a exposição enquanto vitrine da civilização, Macedo afirma que no país realmente "ainda não houve Exposição Nacional", considerando que, a despeito de "o empenho patriotico do governo" já por três vezes ter solicitado a "dedicação de espiritos esclarecidos e de civicos paladinos do florescimento e da gloria da patria" para reunir expositores, "apenas e ainda incompletamente algumas provincias do imperio" haviam se dignado a contribuir, e, por isso, lamentava, nas exposições universais "em Londres, em Pariz e em Vienna, o Brasil mostrou-se muito abaixo da sua inexcedivel opulencia natural e no desenvolvimento de sua industria". Além de acusar a baixa adesão das províncias a um evento tido como importante e que deveria ser de alcance nacional, Macedo expõe também a própria desorganização da exposição, a qual dizia constrangê-lo, na posição de secretário geral do júri, a "levantar pobre edificio sem fundamentos", já que sua atribuição exigia o imprevisto de "escrever um relatorio geral sem informações especiaes e competentes da nossa terceira Exposição Nacional", e por isso acusava: "recebei-o sem ordem, sem nexo, sem respeito ao proprio systema distributivo dos jurys ou das secções da Exposição".<sup>61</sup>

Macedo analisava se trata de um problema de raízes profundas, cujos sintomas manifestam-se não apenas pontualmente no evento da exposição mas que atingiam o Brasil por inteiro. Seria, em sua concepção, uma questão de vício moral: "certa indolencia maldita que se afigura indifferença pelos empenhos mais generosos e excellentes; mas que é antes inercia moral, filha de antigos costumes que ainda não se corrigiram". Para Macedo, as "causas geraes de deficiencia das Exposições Nacionais no Brasil" dizem respeito tanto a características gerais do Brasil, entre as quais "territorio do imperio vastissimo, provincias longuinhas, população relativamente diminuta e disseminada no interior por centros muito distanciados, e, emfim, nem em toda parte esclarecido o conhecimento da transcendencia economia e civilisadora

---

<sup>61</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 12-14.

das Exposições", quanto dizem respeito especificamente à população do Brasil, descrita como um "povo do qual todos maldizem da interventora tutela do governo, e muito poucos, bem raros, ousam adiantar algum consideravel melhoramento publico sem ella".<sup>62</sup>

Além disso, na avaliação de Macedo, o Brasil é incompetente com o cumprimento da obrigação do trabalho:

A falta de braços para o trabalho é explicação que serve a todas as incurias.

Houve no Brasil um estadista, cidadão benemerito a quem accusavam de mania de paradoxos: era o Visconde de Albuquerque, o dizedor de verdades terriveis: no meio de serias dificuldades financeiras do Estado, elle exclamou mais de uma vez no parlamento: <<dinheiro temos nós, o que nos falta é juizo.>>

A imital-o diremos também: braços temos nós, o que nos falta é o cumprimento do dever do trabalho.

Eis o que é verdade: em cada municipio de cada provincia ha centenas de homens robustos; mas ociosos que vivem dos recursos facilimos e naturaes deste paiz prodigoso e da exploração abusiva ou criminosa do trabalho dos visinhos.<sup>63</sup>

No Brasil, criticava Macedo, há homens "onerosos que se contam por alguns mil em cada provincia populosa e por muitos mil no imperio" que representariam "promptos elementos de desordem" e "forças vivas inuteis". O país, assim, estaria refém de um sistema de "tolerancia de sua ociosidade" que persistia amparado "pela beneficencia que o character brasileiro exagera".<sup>64</sup>

Por tudo isso, parece apropriado observar que, na compreensão compartilhada por Macedo, a ideia de civilização é o fator comum entre a enumeração de destaques da exposição enquanto espetáculo do progresso e a afirmação que o evento poderia trazer contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Sob o mesmo fundamento, a perspectiva analítica de Macedo identifica problemas, atribui-lhes adjetivação, frequentemente crítica, e os relacionam a raízes profundas do Brasil de ordem política, econômica e moral. Essa centralidade da noção de civilização como critério de análise e julgamento é compartilhada também no livro *Noções de Corographia do Brasil*, obra que, segundo Macedo, "pertence de direito á digna <<Comissão Superior da

<sup>62</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 12.

<sup>63</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 23.

<sup>64</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1875, p. 23.

*Exposição Nacional de 1873*>> que a encomendou e pagou", com o objetivo de levá-la à Exposição Universal de Viena para "divulgarem-se na Europa verdadeiros e precisos conhecimentos do Brazil, considerando politica, moral, economica e physicamente". A primeira parte da *Corographia* estuda "o Brazil em Geral" dissecando-o por tópicos, tais como: "Produções naturaes do Brazil"; "Industria, Agricultura, Commercio e Progresso material do paiz"; "Civilisação e População"; e "Colonisação e Catechese".<sup>65</sup>

Antes, no entanto, Macedo oferece ao leitor um "Esboço Historico do Brazil", o qual se trata menos de uma trajetória narrativa e mais de um passeio por assuntos cronologicamente ordenados sobre os quais tece juízos de valor, notadamente fundamentados na ideia de civilização. Isto é evidente quando a *Corographia* explica que, "quando se operou em 1640 a revolução regeneradora de Portugal" contra a ocupação holandesa no Brasil,

para o interesse portuguez no Brasil muito peor que o poder militar hollandez tornara-se o quadro eloquente da sabedoria politica e administrativa e dos consequentes melhoramentos materiaes, das fontes de civilisação e de progresso que começava á observar-se nas capitancias conquistadas, graças ao governo habil e providente do principe Mauricio de Nassau, que era o chefe do Brazil hollandez.<sup>66</sup>

Isto é evidente também quando avalia que, "de 1750 á 1777, correo notavel periodo de desenvolvimento economico de progresso e de prosperidade do Brazil", período que "comprehende elle todo o reinado de D. José I, no qual se fez sentir o genio politico e administrativo do marquez de Pombal".<sup>67</sup> Até mesmo a observação sobre a hidrografia do Brasil leva em consideração, em seu vocabulário, o potencial para a civilização, o progresso e o desenvolvimento:

O rio *S. Francisco* deve ser mais do que magestoso rio, deve e hade ser o genio, o elemento, o laço da fraternidade e da união commercial, industrial, civilisadora e politica do interior do Sul e do Norte do Imperio.

---

<sup>65</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Prologo. In: \_\_\_\_\_. **Noções de Corographia do Brasil. Primeira Parte: O Brazil em Geral**. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873a, p. I. Grifos do original. Enquanto a primeira parte faz uma análise do Brasil em geral, a segunda percorre tópicos análogos para analisar cada província, uma por capítulo. Cf. MACEDO, Joaquim Manoel de. **Noções de Corographia do Brasil. Segunda Parte: Provincias e Municipio da Corte do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873b.

<sup>66</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 11.

<sup>67</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 15.

Os homens forçosamente o hão de fazer assim; porque Deos o fez para que elle fosse assim.

O rio de S. *Francisco* foi creado e correo obedecendo em seu curso á impulso providencial para, cumprindo seu destino, ser mediterraneo opulento e opulentador do centro do Brazil.<sup>68</sup>

Além disso, o "esboço historico" caracteriza o tráfico de escravos como prática econômica incivilizada e entrave ao progresso. Dizia Macedo que "a cessação do trafico barbaro de escravos", ocorrida em 1850, "levou a especulação á procurar legitima e honrosa outros horizontes animadores do emprego do capital", e tal redirecionamento de investimentos teria fomentado o desenvolvimento do Brasil. "O primeiro e altamente benefico resultado do exterminio do crime nefando o progresso material", afirmava Macedo, "começou logo á sorrir ao paiz e á felicitá-lo: as estradas de ferro e o telegrapho electrico estenderão e estendem seus trilhos e seus fios civilisadores dos emporios do litoral para os corações e as amplidões fertilissimas do interior". Nesse cenário de crise de mão-de-obra graças ao fim do tráfico de escravos, conforme entendia Macedo, o sucesso do Brasil seria determinado por "duas questões de cuja solução depende notavelmente o desenvolvimento, a riqueza e o futuro do paiz": pela "emigração europea", para substituir a mão-de-obra na lavoura, e pela "descentralisação administrativa das provincias". Para ambas questões, confiava Macedo que, no foro político, "adianta-se tanto o accordo de todas as intelligencias esclarecidas que bem cedo a acção legislativa satisfará com reformas prudentes e com adequadas leis essas transcendentis necessidades publicas", o que, na sua visão, viria a assegurar "aos emigrantes seus direitos de Deos, de patria e de familia, e ás provincias seus direitos de administração, de economia e de actividade peculiar".<sup>69</sup>

O capítulo "Produções naturaes do Brazil" observa o potencial dos recursos do país comparando as fases de antes e de depois da colonização: "Quem pudesse imaginar que o Brazil, com toda a sua opulencia nos tres reinos da natureza, revelando-se completamente nos dias de seo descobrimento e conquista pelos portuguezes", dizia Macedo - reiterando uma de suas *Lições de Historia do Brasil*, "sem duvida admirado lamentaria o descomedido contraste

<sup>68</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 121. Grifos do original.

<sup>69</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 25-26.

que apresentava a condição mesquinha, a miseria cega do homem, do gentio selvagem", que viveria junto à "immensidade das riquezas e dos thesouros de proporções grandiosas que elle olhava e não via, tocava e não sentia na vastidão da região que dominava".<sup>70</sup> Os recursos naturais no território do Brasil representariam um potencial para o estabelecimento da colonização e para o progresso e o desenvolvimento civilizatórios, potencial que teria começado a ser explorado apenas após o Descobrimento em 1500:

Pois bem: tres seculos e mais setenta e dous annos já passarão: ha meio seculo que a colonia portugueza se tornou imperio independente; desde muito antes o indio selvagem cedeu a terra de suas ordas e de suas tabas ás sociedades e ás povoações, ás villas e ás cidades do homem civilisado.<sup>71</sup>

Esse processo teria se dado porque, no passado, "atrevidos aventureiros devassarão os dezertos" e porque "sabios viajantes e exploradores europeos e brasileiros tem multiplicado dilatadas excursões" graças a "consideraves estudos, comissões do governo desde as mais antigas até recentes datas". Além da participação do governo, Macedo dá destaque também a iniciativas privadas que teriam desempenhado um papel importante na exploração dos recursos naturais, como "companhias industriaes impellidas por calculos de vantagens que, alem de ser legitimos são patrioticos, tem com igual ardor e solicito empenho" realizado a navegação e a exploração de rios, "subido, transposto serras e montanhas, descido aos valles do interior, invadido os seios profundos das florestas, perlustrado planicies e campos de extensão em que os olhos se perdem". Todavia, dizia Macedo que "o homem, embora civilisado e pela civilisação engrandecido, ainda hoje é pequeno e humilde perante a magestade da natureza brasileira, e ainda hoje está longe de sua completa revelação toda a opulencia natural do Brazil".<sup>72</sup>

O capítulo "Industria, Agricultura, Commercio e Progresso material do paiz", nas palavras de Macedo, é um "estudo sufficiente do progresso material á que tem chegado o Brazil"<sup>73</sup>, no qual trata dos potenciais e entraves para o

---

<sup>70</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 133.

<sup>71</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 133.

<sup>72</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 133-134.

<sup>73</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 172.

progresso do país. Macedo admitia que "por ora a uberidade do solo concentra a maxima parte dos braços na agricultura que prodigamente recompensa o trabalho, e em cujos seios se alimenta com brilhante florescimento o commercio", e que, assim, "o Brazil ainda não é paiz propriamente fabril", mas presumia que o país "hade porém sel-o e em grandissima escala", explicava, "porque alem de ser nelle garantida pela *constituição* a liberdade plena de todas as industrias, encontrão-se nas producções naturaes do paiz as materias primas de quantas industrias se explorão no mundo civilizado, e todos os agentes que a chimica pode offerecer".<sup>74</sup> Além disso, Macedo refletia sobre a questão da imigração de europeus, cuja vinda para o Brasil seria uma contribuição para o progresso, pois sua mão-de-obra seria mais produtiva e "inteligente" que a dos cativos da África:

A emigração europea para o Brazil é infallivel: porque as leis naturaes a obrigão: onde ha, como no Brazil, abastança indefectivel, riqueza facil, opulencia provavel com o trabalho e economia sem privações, o emigrante é certo; porque o homem procura a terra que lhe garante o maior bem. A emigração europea é pois infallivel, e ella dará ao Brazil agricola a energia intelligente do homem livre em troca da inercia e do trabalho brutal do escravo.<sup>75</sup>

Segundo Macedo, outro fator que fomentaria a vinda de imigrantes europeus para o Brasil seria a segurança jurídica que o país oferecia, fundamentada nos mesmos princípios firmados nas nações civilizadas da Europa, como seria o caso do direito comercial, dizia, que "no Brazil acha-se estatuido em codigo respectivo e especial e em leis que o completão ou desenvolvem e firmão nos principios que são os observados nas nações mais adiantadas em civilisação".<sup>76</sup>

No capítulo "Civilização e População", Macedo observa que, "quando em 1808 a familia real portugueza chegou ao Brazil, já a civilisação começava á mostrar-se nelle projetando seos raios e até brilhando com o reflexo das luzes dimanantes da illustração e do genio de muitos dos filhos deste paiz".<sup>77</sup> Esse processo de civilização, a partir de 1808 semeado na então capital, Rio de

---

<sup>74</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 155. Grifo do original.

<sup>75</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 159.

<sup>76</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 164. Cf. ODÁLIA, N. O Ideal de Branqueamento da Raça na Historiografia Brasileira. **Contexto**. N. 3, jul. , p. 127-136, 1977.

<sup>77</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 199.

Janeiro, por contágio teria passado a adentrar o interior do Brazil, e isto testemunharia em favor de um grau de civilização já alcançado pelo país, cujos feitos Macedo assim enumera:

A criação das escolas scientificas e academia superiores do imperio, o incremento relativamente consideravel que recebeo e cada dia vae recebendo a instrucção primaria publica e particular, o desenvolvimento da imprensa diaria e periodica em todas as provincias, e o facto incontestavel de não haver sciencia ou arte, nem especialidade de sciencia ou de arte que não tenha seos cultores dedicados, e seos escriptores ou de obras de mais longo folego, ou de memorias e trabalhos mais limitados, as sociedades scientificas e litterarias, industriaes que se mantém e que se organização, a animação que começa á pronunciar-se na capital, nas cidades e no interior em fundar cursos nocturnos de instrucção primaria para menores e adultos, e bibliothecas populares, o incremento do gosto pela leitura, a facilidade de communicacões cada vez mais adiantada, e, para emfim acabar, a tolerancia religiosa da constituição e do animo do povo, a amplissima liberdade da imprensa, que livremente discute, ensina e propala todas as opinões e todos os principios ainda mesmo contrarios ao systema de governo adoptado, e, o que é ainda de transcendente consideração, a maior segurança e effectividade, do que d'antes se observava, na acção da autoridade para reprimir os crimes nas dilatadas distancias do interior, e o suave e risonho quadro da tranquillidade interna em perto de um quarto de seculo, em que não tem havido uma só revolta ou pronunciamento armado, estão dizendo e proclamando o gráo de civilisação á que já attingio o Brazil.<sup>78</sup>

Entretanto, de acordo com Macedo, "não quer isto indicar pretensão de competencia com a Allemanha, a França, a Inglaterra, a União Norte-americana, e alguns outros Estados dos mais antigos e florescentes". O nível de civilização já alcançado pelo Brasil de então, dizia, não era suficiente e, por isso, o país tinha o dever de continuar insistindo no avanço do progresso e do desenvolvimento. Admirando e almejando o "gráo de civilisação" de países da Europa e da América do Norte, dizia Macedo que "a vaidade fôra de máo conselho para o Brazil" e que ao "governo e população cumpre cuidar muito mais em haver e conquistar os elementos e fontes de progresso e de civilisação que ainda não tem, do que jactar-se do pouco ou relativamente muito que para seo arrojado engrandecimento já possue". Desse modo, conclamava: "a cada passo ou vôo no progresso, á cada brilhar de nova luz ou de conquista de civilisação, o grito victoria e alto! - seria um erro; o brado - ainda é pouco; avante! é um dever". Macedo analisava que o nível de civilização alcançado

<sup>78</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 203.

pelo Brasil, em um ambiente que mescla características locais e características importadas da Europa, permitia traçar um contraste entre costumes patriarcais e europeus e entre capitais de províncias civilizadas e as cidades do interior em processo de civilização<sup>79</sup>:

Costumes patriarchaes, embora o sejam e independentes da progressiva e rapida civilisação de todo o Brazil, é doce e lisongeiro marcar o espirito, ou o sentimento, ou a pratica da benevolencia e da hospitalidade que todos encontram no seio deste paiz, e na generosa grandeza do caracter como ingenito do seu povo.

Os costumes europeos, os hoteis, os commodos e recursos faceis nas capitaes e nas ricas cidades das provincias, dispersão e tem ahi em descuido uma das primeiras marcas desse caracter que bem se chama patriarchal.<sup>80</sup>

Assim como tal distinção de costumes, a análise de Macedo acerca da população fundamenta-se também na noção de civilização. Talvez compartilhando concepções manifestadas por Martius e por Varnhagen<sup>81</sup>, Macedo compreende que "a população do Brazil oferece typos ou variedades distinctas", todas as quais identificadas do seguinte modo:

o *indio* natural, ou *gentio* de côr cobreada, o *europeo* ou branco e seus descendentes; o *mameluco*, proveniente da geração mixta do branco com o indio; o *negro* africano introduzido no paiz desde o estabelecimento das capitancias hereditarias de 1534 em diante; e o *mulato* ou *pardo* provindo da geração mixta do branco e do negro, e dos descendentes desta que se apurão progressivamente.<sup>82</sup>

Escreve Macedo também que essas "variedades da raça humana" que compõem a população brasileira são "iguaes perante a lei, iguaes pela razão, pela philosophia", pois, dizia, "nesta justa e constitucional igualdade satisfaz-se no Brazil o sagrado principio do direito de todos". Com sua *Corographia*, Macedo aparentemente procurava levar para a Europa uma imagem do Brasil segundo a qual o país tinha consolidado "a harmonia geral e a paz publica pela segurança" e "de que não ha na população classes privilegiadas e de que o

<sup>79</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 203-204.

<sup>80</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 204.

<sup>81</sup> Cf. Capítulos Primeiro e Segundo desta obra.

<sup>82</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 207. Grifos do original.

horizonte social, o horizonte civil e político de uns é o horizonte de todos".<sup>83</sup> Apesar disso, no entanto, Macedo diferenciava os grupos étnicos constituintes da população do Brasil medindo o papel de cada um para o país em acordo com uma hierarquia de valores fundamentada na noção de civilização:

O *gentio* é como dantes refractario da civilização; os *negros* d'Africa que ainda existem também o são; mas os *creoulos*, filhos destes, já apresentam notavel intelligencia, e os *mestiços* igualão o europeu e sua descendencia em capacidade, força e extensão das faculdades intellectuais.<sup>84</sup>

Ao tratar da população do Brasil, a compreensão de Macedo revela que até mesmo o papel da mulher na sociedade é mensurado pela sua capacidade de portar e transmitir a civilização: "a mulher que na condição de mãe exerce tão consideravel influencia na civilização e no futuro das nações".<sup>85</sup>

O capítulo "Colonização e Catechese" mapeia a prosperidade das colônias "recentes" de imigrantes europeus, como Blumenau, Rio Novo e Cananeia. Voltando à questão da imigração europeia mencionada nos capítulos do "Esboço Historico" e da "Industria, Agricultura, Commercio e Progresso material do paiz", Macedo defende que é imperativo trazer europeus para que se instalem no Brasil, pois eles seriam agentes à altura de contribuir para o progresso e o desenvolvimento do país. Segundo a concepção de Macedo, "a necessidade de emigração europeia para o Brazil é intuitiva" porque "os faceis e immediatos beneficios, a abastança certissima, a riqueza muito provavel que o Brazil offerece aos immigrantes europeos são incontestaveis", e que, uma vez desembarcados em porto brasileiro, dizia Macedo, os europeus imigrados terão evidências da prosperidade do Brasil à medida que conhecerem o país, que souberem "de suas leis, de sua civilização e dos exemplos felizmente muito numerosos do bem estar e de grandes fortunas que gozam immigrantes já estabelecidos e em poucos annos proprietarios mais ou menos consideraveis".<sup>86</sup>

Em obra escrita para explicar o Brasil na Exposição Universal de Viena, parece fazer sentido que a *Corographia* se empenhasse em deixar uma boa

<sup>83</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 207-208.

<sup>84</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 207. Grifos do original.

<sup>85</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 208.

<sup>86</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 213.

impressão do país na Europa, sobretudo diante da insistente argumentação em favor da imigração de mão-de-obra europeia como um meio de, ao substituir os escravos, contribuir para o avanço da civilização:

É lícito por tanto esperar das immensas vantagens que o Brazil assegura, das luzes espalhadas na Europa sobre este paiz, do direito sagrado e das consequencias do direito que estabeleceo a lei de 28 de Setembro de 1871 libertadora dos ventres das escravas, da paz, da tranquillidade publica, do favor pronunciado do governo, e do espirito da população o immediato, progressivo e em breve prazo acelerado movimento de emigração europea para o imperio americano.<sup>87</sup>

Assim, Macedo acreditava que a imigração de europeus "deve e ha de ser fonte de extraordinario progresso e de incalculavel opulencia do Brazil". Entretanto, admitia haver uma outra possibilidade para a "aquisição de braços uteis", embora "fracamente esperançoso para alguns e mais que duvidoso para muitos", que seria "o recurso á catechese e á civilisação dos selvagens", para transformá-los em "trabalhadores que poderão ser energicos e mais que os estrangeiros naturalmente adequados á terra e aos climas do paiz". Atento à possibilidade de os índios amenizarem a crise de mão-de-obra pela qual passava o império desde o fim do tráfico de escravos em 1850, Macedo comparava a incorporação dos nativos à domesticação de animais, ao dizer que "o homem consegue governar imperioso os animais de maior ferocidade e fazer-se impôr aos leões e aos tigres curvos á seos pés", e a perguntar-se: "porque então seria incapaz de amansar e de civilisar o proprio homem da selvaticueza?".<sup>88</sup>

\*\*\*

Desse modo, em suma, as concepções de história do Brasil compartilhadas em escritos de Justiniano José da Rocha, Alexandre José Mello de Moraes e Joaquim Manoel de Macedo, além de orbitarem as noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento, apresentaram-se sujeitas à tendência em direção a um raciocínio predominantemente analítico, o qual

---

<sup>87</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 219.

<sup>88</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op. cit., 1873a, p. 220-221.

estabelece a história por meio de um viés problematizante para estruturar a construção argumentativa de suas críticas.

## VI

**Ideal civilizatório e concepção analítica da história  
na crítica de Tavares Bastos ao Brasil**

*A historia do progresso humano não é mais, com effeito, que a das phases do desinvolvimento ou compressão desse divino attributo da creatura, a que se dá geralmente o nome de liberdade [...]. Essa grande missão de liberdade e progresso não se circunscribe á perseverança no aperfeiçoamento da legislação, á implacavel enercia em moralisar o governo; comprehende tambem a tarefa de acelerar a obra da civilisação. Caminhos de ferro, navegação, telegraphos, agentes physicos do progresso moral, são meios infalliveis de fortalecer ou de consolidar a união das provincias, afrouxando os odiosos laços da centralisação.*

*Aureliano Candido Tavares Bastos*<sup>1</sup>

A tendência até aqui observada, de trânsito entre uma lógica histórica majoritariamente narrativa para uma lógica histórica predominantemente analítica, sendo ambas em grande parte fundadas pelo conceito de civilização, possui um registro emblemático na obra de Aureliano Cândido Tavares Bastos, notadamente em seu panfleto intitulado *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (Estudos Brasileiros)*<sup>2</sup>, publicado em 1861 com dedicatória a José Bonifácio e sob o pseudônimo *Um Excentrico*, também nos textos de sua *Memoria Sobre Immigração*<sup>3</sup>, de 1867, e da *Reforma Eleitoral e Parlamentar e*

---

<sup>1</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **A Provincia. Estudo Sobre a Descentralização no Brasil**. 2ª. ed. [1870]. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937, p.19; p.366.

<sup>2</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (Estudos Brasileiros)**. [1861]. - Prefácio de Cassiano Tavares Bastos. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. O original encontra-se na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (I, 28-9-10), *Collecção Tavares Bastos*.

<sup>3</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 55-127.

*Constituição da Magistratura*<sup>4</sup>, datado de 1873, e notadamente em seu livro *A Província, Estudo sobre a Descentralização no Brasil*<sup>5</sup>, escrito publicado em 1870 e que foi influente entre o lançamento do Manifesto Republicano, no mesmo ano, e a Proclamação da República em 1889.<sup>6</sup> A partir do estudo de tais obras, este capítulo examina a concepção de história do Brasil e os fundamentos de sua construção lógica compartilhados por Tavares Bastos.

### 6.1 Os males do presente e as esperanças do futuro determinados pelo passado

Em *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, Tavares Bastos conclama seu leitor a analisar os problemas do Brasil por meio da história. "Ao despertar hoje", dizia Tavares Bastos, "suffocado de novo o entusiasmo latente, a consciencia impelle-nos a indagar por que motivo, mesmo quando assistimos a scenas tão brilhantes, não é duradoura a impressão que produzem". A eterna promessa de progresso para o país que nunca se realiza, afirmava, faz com que percebamos "a necessidade de analysar os vicios do presente, como o caminho mais directo para descobrir os horizontes do futuro". Nas palavras de Tavares Bastos, tal "tarefa é muito difficil" e exige um "exame das causas que, segundo se propala, lhe têm rasgado as feridas e gerado os cancrios". Enxergando um país doente, Tavares Bastos defendia nesse e em outros escritos vindouros que o "remedio verdadeiro para males que se afiguram tão graves" é a proposta de descentralização do poder do Estado. Liberal convicto, Tavares Bastos afirmava que seu escrito "não exclue a imparcialidade

---

<sup>4</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 167-336.

<sup>5</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937.

<sup>6</sup> Cf. BRANDAO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, June 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200001&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 August 2013.; CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, June 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 August 2013.; FERREIRA, Gabriela Nunes. Tavares Bastos por Evaristo de Moraes Filho. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 279-283, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452002000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15/08/2013.

da narrativa, a verdade da censura, nem a probabilidade das predições" e que, avisava, "o genio inflexivel da historia iluminará o pamphleto".<sup>7</sup>

Atento ao passado, Tavares Bastos descreve uma sensação generalizada de pessimismo sobre a realidade do presente. Dizia que "ninguem ha neste paiz que desconheça a profunda afflicção de muitos, o desespero de alguns e o incomodo geral de todos os homens de bem", e tal percepção seria compartilhada "desde o humilde lavrador até o estadista, desde o eleitor até o deputado, desde o menor funcionario até o ministro da corôa". Para entender tal sensação generalizada de pessimismo, a investigação de Tavares Bastos, "estudando-se com imparcialidade o meio social em que vivemos", compreende que se trata de uma somatória de características negativas do Brasil - país em que, observava, "encontram-se tanta vez a corrupção e o crime sem pudor, a rotina e o fanatismo, a imbecilidade e a ignorancia, o scepticismo no coração e a desordem nas idéas" - a qual provocaria o questionamento "acerca do resultado de uma situação tão ameaçadora e tão sombria, e sobre as causas que accumularam essas nuvens negras no horizonte". Tavares Bastos explica que, contrariando o que ele afirmava ser a compreensão ordinária de sua época, "a origem dos nossos males não está só nos recentes erros de hontem" e que, desse modo, "para descobril-a é preciso remontar ao curso de mais de um século" e "procural-a nesse longinquo tempo em que se encerrou a epopéa da idade-média e começou o drama terrivel da historia moderna".<sup>8</sup>

Para Tavares Bastos, grande parte do problema do Brasil seria um reflexo dos problemas advindos de Portugal. Leitor do "historiador consciencioso" Alexandre Herculano, Tavares Bastos lista quais seriam os defeitos portugueses desde antes e durante a colonização do Brasil:

decadencia moral; absorção pelo poder das forças vivas da sociedade; definhamento das municipalidades e das côrtes; annullação da nobreza cavalheirosa, substituida pela nobreza rapace e indolente; simonia, ignorancia e brutalidade do clero; rei beato e corrupto; a classe industriosa, ou a raça hebraica, perseguida em vez de protegida; a inquisição firmada; tudo, até á dependencia, em que estava, do maior fóco da peste moral nesse tempo, a côrte de Roma, tudo, emfim, conspirava para a ruina desse desgraçado paiz.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 26.

<sup>8</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 27.

<sup>9</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 28.

A justificativa para buscar o passado distante de Portugal, para Tavares Bastos, é que, em seu raciocínio, "a historia interna da metropole aclara a physionomia da colonia".<sup>10</sup>

Para que o quadro dos problemas e defeitos do Brasil pintado com cores da colonização portuguesa não fosse mascarado pela miopia do amor patriótico, conclamava Tavares Bastos: "esquecei, por um momento, que se trata da terra da patria, e deixae falar a historia". Segundo sua análise, quando Portugal despertou seu interesse para colonizar o Brasil, a situação que se via na metrópole era "o espetaculo [...] de um desfallecimento silencioso", e sobre tal decadência, dizia, "resulta qual devêra ser o espirito dos emigrantes". Nesse contexto, o Brasil se apresentaria aos colonizadores como lugar de vida fácil, uma "terra prodiga" que "saciava-lhes a sêde de ouro", e, como resultado, na colônia teria se aglomerado "uma sociedade formada por individuos, não só de infima classe, em grande parte condemnados, como de ambiciosos de dinheiro ganho sem o sentificado suor do trabalho". Essa sociedade que se constituía viciada no Brasil, descreve Tavares Bastos, "considera a indolencia felicidade, a rapacidade industria, a moeda riqueza, a ignorancia virtude, o fanatismo religião, o servilismo respeito, a liberdade de espirito um peccado que se expia na fogueira e a independencia pessoal um crime se lesa-majestade". No entanto, em sua compreensão, a escravatura seria o "elemento mais triste" que teria entrado "na envenenada composição dessa sociedade", não apenas "a escravatura dos indigenas, como depois a dos africanos importados". Dizia Tavares Bastos que "quem correr os olhos pelas memorias que desse tempo [...] verá muitas vezes o sangue innocente nodoar as sombras da longa e silenciosa noite do nosso passado". Na sua concepção, da introdução da escravatura pelos portugueses no Brasil resultou a "alteração completa da ordem natural do trabalho e maior corrupção dos costumes".<sup>11</sup>

A rede de causas e efeitos compartilhada pela interpretação da história do Brasil de Tavares Bastos estabelece que, diante desse cenário de contágio de Portugal para o Brasil, a vida política da sociedade espelha o seu

---

<sup>10</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 29.

<sup>11</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 30.

desenvolvimento para bem ou para mal, e daí resultaria um atraso do Brasil. Tavares Bastos analisava, em suas palavras, que

se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e barbara aspereza de seus costumes, e, portanto, a ausencia do que se chama espirito publico e actividade emprehendedora, é de certo o systema colonial. Não recáe sobre Portugal sómente esse crime de ignorancia e egoismo; mas, é innegavel que, em parte alguma, foi o regimen observado com mais severidade e mais solícita avareza do que na metropole.<sup>12</sup>

Seriam consequências do sistema colonial a "lavoura minguada", as "artes uteis nenhuma ou patriarchaes" e o "commercio apenas o exclusivo para a metropole e com a metropole". Com o Brasil colônia em situação de franca dependência, com os portos fechados "aos navegantes do mundo, isolados", explicava o alagoano, "recebiamos o ar vivificante da Europa atravez de Portugal empestado". Na rede de causas e efeitos da história, portanto, os vícios do Brasil tinham raízes em Portugal. Entretanto, Tavares Bastos aponta que os maus costumes teriam se mantido no Brasil mesmo depois do país ter se tornado independente de Portugal: "na ausencia de uma opinião esclarecida e convenientemente moralisada, os máos costumes da colonia tornaram a seguir o seu curso, devastando o fóro, o commercio, a politica e até o templo".<sup>13</sup>

Como consequência, segundo a perspectiva de Tavares Bastos, o Brasil independente teria se estabelecido como um estado político e social de homens corrompidos, no qual reinava o patronato, com privilégios e proteções a homens frequentemente corruptos, um problema tão arraigado no país que afetaria até mesmo o poder legislativo:

Vêde como se dissolvem gabinetes se combinam e se organisam novos gabinetes.  
Vêde, na verificação dos poderes, alguns deputados, esquecendo a altura de seu mandato, fazerem-se cúmplices do poder criminoso e arrostar a opinião publica justamente irritada. Para elles a justiça valeu menos que o favor. Combinae, ponde em paralelo esses patronatos, esses protectores, esses protegidos, essas corrupções... E é ali, no seio do parlamento! Ah desgraçado paiz! [...]

---

<sup>12</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 31.

<sup>13</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 31-32.

E, por que é viciosa a composição da camara electiva? Porque o regimen eleitoral é pessimo, o da guarda nacional insupportavel, o da policia defeituoso, e o do poder judiciario inconstitucional.<sup>14</sup>

Conforme apontava Tavares Bastos, "essa confusão politico-social explica a indignação dos poucos fieis á lei do propheta, gera o desanimo dos espiritos sérios e protege a versatilidade dos fracos", e, além disso, criaria uma situação na qual "todos os homens de bem" se sentem mal porque "só os corrompidos exploram os meios de aproveitar a quadra". Nessa perspectiva, o problema do Brasil não se revelaria meramente na incidência de um número de vícios pontuais e isolados, mas se traduziria em uma condição sistêmica e generalizada que afetava o país em todos os níveis, afinal, conforme entende Tavares Bastos, "o estado politico-social revela-se em tudo e estende-se a tudo".<sup>15</sup>

Esses problemas da política estariam em paralelo aos problemas da administração do Brasil, ou, nas palavras do próprio Tavares Bastos, "aos vícios politicos accrescem os administrativos" - no espectro das lutas políticas de então, Tavares Bastos à época levantava a bandeira liberal, daí sua resposta à agenda das questões do Brasil de então ter sido a defesa da descentralização do poder do estado: "tudo accusa um grande vicio administrativo e tudo ergue a voz contra o regimen centralizador".<sup>16</sup> Em uma análise cujo diagnóstico revela a preocupação com a civilização, o progresso e o desenvolvimento, as heranças perniciosas do passado colonial enraizadas no Brasil independente reúnem um conjunto extenso de sintomas de males do presente apresentados em série:

A educação publica, mão do progresso. Pois bem! temos observado nisso o systema peor. A nulidade da instrucção elementar; o ensino do pernicioso latim como de um instrumento de civilisação; a falta de diffusão das sciencias naturaes e conhecimentos uteis; a existencia de professores, ou totalmente inhabeis, ou principiantes ainda; a ausencia de rigor nos exames dos cursos superiores; a consequente abundancia de medicos e bachareis, outros tantos solicitadores de emprego, outros tantos braços perdidos para o trabalho livre e para a empresa individual, eis, sem duvida, uma cadeia de causas bastante fortes para comprometter sériamente o futuro de um paiz qualquer. [...]

---

<sup>14</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 36.

<sup>15</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 36.

<sup>16</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 38.

A agricultura impeçada pela rotina e pela disseminação dos centros povoados, anda mais do que pela falta de braços;

A emigração, suspendendo o seu curso por causas em que tem grande parte a indesculpavel tolerancia e criminosa indiferença do governo para com certos abusos dos contractos de parceria;

O trafico horrivel da escravatura, dissimulado por tanto tempo, e supprimido de uma vez, á força, sem que os lavradores pudessem prevenir os meios de substituir um recurso com que contavam;

O commercio, compromettido pelo decrescimento da producção e assustado pelo espirito regulamentador e preventivo, que tem dominado nas leis e nos actos do governo;

As rendas, decrescendo na razão da louca elevação das despesas, e despesas com vencimentos de secretarias, com uma marinha nominal e um exercito transformado em força de policia; [...]

As dividas internas e externas, elevadas á enorme cifra de cêrca de 200 mil contos;

As leis do orçamento, o mais importante exercício do poder legislativo, annulladas por creditos supplementares, em que até se decreta o augmento de verbas como "gratificações diversas" e "despesas extraordinarias";

E, por ultimo, a prespectiva sombria de um *deficit*, cujas exactas proporções o governo tem até receio de definir precisamente, mas que é, talvez, igual a uma quarta parte da receita futura, *deficit* accumulado, desde 1858, pela maior imprevidencia...

Emfim, tudo no mundo politico e no mundo industrial, no fundo dos espiritos e no intimo das familias inquietadas pela escassez e carestia dos objectos de primeira necessidade, tudo parece accumular-se á espera do derradeiro de nossos infortunios, o pallido fantasma da bancarrota!<sup>17</sup>

Diante dessa "longa série dos males do presente", Tavares Bastos questionava: "Devemos, por isso, perder a fé no futuro e abandonar a esperança de remédio? Devemos ver este gigantesco Imperio desaparecer por um terremoto politico, como se o engulisse uma invasão do Atlântico irritado?". Admitindo porém que, ante os entraves do Brasil, "os olhos fecham-se de involuntario pavor", Tavares Bastos defende que a "decadencia moral" deve ser combatida com a solução liberal, com a descentralização.<sup>18</sup>

Em face aos problemas brasileiros, Tavares Bastos observa que "os descontentes da actualidade" discordam "quanto á extensão dos vicios della" e "acerca das causas que os têm gerado, fomentado e reproduzido".<sup>19</sup> Na sua perspectiva, a visão imediatista e incapaz de estabelecer uma rede complexa de

<sup>17</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 39-40. Grifos do original.

<sup>18</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 40.

<sup>19</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 41.

causas e efeitos dificultaria a compreensão geral de todo o problema. Acerca disso, escreve Tavares Bastos que

geralmente, indicam-se causas isoladas, que só se referem aos acontecimentos politicos. Ha tal grupo de pessoas que vê a maior chaga do paiz no *governo pessoal* e consequente annullação dos ministros; ha outros, muitos mais, que arremessam as suas settas contra o castello feudal da *olygarchia* e consequente annullação do governo representativo; algumas ha, finalmente, que exprobam a grande numero de cidadãos idéas subversivas e tendencias para a *anarchia*.<sup>20</sup>

Afirma ainda que "poucos, talvez, observam o presente das alturas do longinquo passado". Contudo, para Tavares Bastos, é justamente a análise histórica que de fato explica, "de uma maneira completa, o quadro medonho offerecido á contemplação dos nossos dias", isto é, é nas "alturas do longinquo passado" que, em sua compreensão, se deve procurar "o fio dessa cadeia de elementos" que de fato explica os problemas do Brasil.<sup>21</sup>

Rechaçando o governo pessoal, a oligarquia e, principalmente, a anarquia, sugere Tavares Bastos que, idealmente, o Brasil deveria evitar abalos ao equilíbrio constitucional dos poderes do Estado por meio do "desenvolvimento gradual do espirito publico", da "independencia de cada um dos homens politicos", da "pratica do *self-government*", da "liberdade das Camaras" e da "força propria dos ministerios". No plano da organização da política e do poder, considerando passado, presente e futuro, a possibilidade de solução para o Brasil estaria invariavelmente entre a monarquia e a república. Assim, afirmava Tavares Bastos que exclusivamente "monarchia e democracia, ordem e liberdade, constituição e paz, são as primeiras inscrições de todas as bandeiras", e que já era o bastante o Brasil estar padecendo sob o estado de anarquia em que o país se encontrava, não a anarquia enquanto sistema político de Estado, dizia, mas "é a anarchia das idéas e dos factos, a anarchia moral que ameaça o Brasil". Contra "alguns pessimistas" que, nesse cenário de incertezas, advogariam que "só uma revolução póde regenerar o Brasil", Tavares Bastos afirmava que "a nossa revolução social e politica já está feita" e que outra revolução, "que por fatalidade sobrevenha ha de ser" não seria "o

<sup>20</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 41. Grifos do original.

<sup>21</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 41.

desenvolvimento pacífico de um espírito diretamente democrata, mas o efeito dessa democracia". Na compreensão de Tavares Bastos, "a história da primeira [revolução] já está escrita" e ela diz respeito ao estabelecimento da "monarquia extremamente livre" desde a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831. Nas palavras de Tavares Bastos, "1831 é tanto uma lição como um triunfo, pois, desde então, "todos os germens da maior liberdade prática, administrativa e política, confiados então ao seio do país ainda palpitante de entusiasmo" também "se converteram em elementos de revoltas parciais e de uma desordem geral". Quanto à experiência democrática do Período Regencial, "o espectáculo da fabulosa prosperidade dos Estados Unidos", dizia Tavares Bastos, "enchia a imaginação dos reformadores", mas eles, porém, "não viram as diferenças profundas que distinguem e distinguem os dois países", isto é, não se ativeram à específica e única "physionomia dessa sociedade especial" que é o Brasil.<sup>22</sup>

Se a primeira revolução social e política teria se dado em 1831 com a experiência democrática da Regência, a revolução do estabelecimento da democracia definitiva ainda estava por fazer. Mas não serviria qualquer democracia. Para Tavares Bastos, o Brasil deveria fugir do círculo vicioso que reinava entre as repúblicas da América Latina, no qual "a revolução leva à anarquia, a anarquia ao despotismo, e o despotismo à revolução". Em sua visão, "ainda não se ergueu o verdadeiro sol da liberdade" sobre a cabeça dos "povos da raça latina", os quais, no século XIX, "parecem condenados" a esse "eterno círculo vicioso". Buscando uma solução liberal para o Brasil, considerando suas peculiaridades, qualidades e defeitos, Tavares Bastos compreende que, "na época de renovação e transição" pela qual estariam "passando os povos civilizados, a melhor garantia e o bem mais apetecido é o de um governo forte, porém democrata".<sup>23</sup>

O governo liberal idealizado por Tavares Bastos desejava um futuro de progresso e desenvolvimento para o Brasil. Esse governo almejado, "proseguindo nas idéias do tempo da independência, reatando o fio dos projectos do venerável José Bonifácio e de todos os corações generosos", dizia

---

<sup>22</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 44-45.

<sup>23</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 47-48.

Tavares Bastos, "estudaria os meios praticos de emancipar-se lentamente a escravatura, reconstituindo-se sobre bases naturaes a organisação do trabalho". No futuro do subjuntivo, Tavares Bastos anuncia que "esse governo" promoveria uma série de medidas que fariam o país avançar em prosperidade e em prestígio no concerto das nações civilizadas: "esse governo" firmaria "nosso credito em Londres", criaria "a nossa reputação entre as grandes nações" e extinguiria "os motivos para motejos de que somos victimas na Europa". Alcançadas tais metas de uma vez por todas, pregava Tavares Bastos que esse governo "radicar-se-ia na opinião publica do mundo civilisado e na opinião publica do Brasil, despertando, alfim, aos hynnos da prosperidade, entoados do Amazonas ao Prata, do Atlantico aos Andes!". Contudo, apesar do tom propositivo aparentemente otimista, há a admissão de que "tudo isso é, sem duvida, mais bello de ouvir-se do que facil de ver-se". Tavares Bastos reconhecia que "tudo, porém, demonstra que ainda está longe o dia em que deva um governo sabio assentar-se nas alturas do poder para dar corpo e formas ás idéas de futuro e progresso do nosso programma". Ainda assim, o programa contra os males do presente, em sua concepção, seria "certamente a aspiração dos corações generosos", tal qual teria sido o de José Bonifácio, pois os "corações generosos", assevera Tavares Bastos, "volvem-se para essa cadeia de verdades, como para as suas derradeiras esperanças". Ademais, dizia: "cada idéa tem o seu dia, e a resignação lenta e pertinaz é o mais seguro caminho para a victoria". Portanto, no projeto liberal de Tavares Bastos, a despeito das dificuldades e de ser vagaroso o processo para a solução dos problemas, o percurso para o Brasil do futuro, civilizado e próspero exigiria "esperança, pois, e confiança". Assim conclamava Tavares Bastos, ao final de seu panfleto: "não nos abandonemos ao scepticismo dos corruptos, nem á exaggeração fanatica dos pessimistas".<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 51-52.

## 6.2 Imigração como atalho para a civilização

Civilização, progresso e desenvolvimento constituem uma preocupação fundamental também no texto da *Memoria Sobre Immigração*, que em 1867 fora apresentada à "Sociedade Internacional de Immigração", na qual Tavares Bastos participava como membro da diretoria, e publicada no *Jornal do Commercio* em 22 de março do mesmo ano.

O ponto central da *Memoria* é a defesa da imigração como instrumento de civilização.<sup>25</sup> Explicava Tavares Bastos que a "livre exploração da terra por todos os seus habitantes vae sendo agora uma das mais energicas manifestações do espirito moderno", e, como tal, "a emigração deixou de ser, como o exodo dos Hebreus, o exilio forçado para se tornar o mais efficaz instrumento da civilisação do globo". Segundo Tavares Bastos, a imigração seria "um facto providencial" tanto quanto "a multiplicação da especie humana" e, portanto, na sua concepção, "promovê-la, facilitá-la, protegê-la é servir aos designios da Providencia, que multiplica os filhos de Abrahão como as arêas do mar e as estrellas do céu". Em seu raciocínio, a implicação é que a imigração deve ser aplicada e protegida pelo estado, porque se trataria, de fato, de um "dever sagrado" ao qual "os governos christãos bem comprehendem", e de uma "obrigação" para a qual "o governo do Brasil tem sido dos mais sollicitos em corresponder".<sup>26</sup>

Apesar dos pesares, o Brasil seria um país definitivamente propício à imigração. A expressão dessa opinião, de acordo com Tavares Bastos, seria também "o ponto de vista do programma" da "Sociedade Internacional de Immigração". Dissecando os potenciais e entraves do Brasil, a *Memoria* afirma que a abundância é uma estímulo para a imigração ao país, o qual é descrito, em seus termos, como um lugar "dotado de vastos recursos naturaes", com "excellente clima", "grandes rios, extensas costas e optimos portos a pouca distancia da Europa". No entanto, dizia, o que faltam "para que se estabeleça

---

<sup>25</sup> Cf. PEREIRA, L.. Tavares Bastos, a imigração europeia e o lugar das ideias liberais no Brasil oitocentista. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 1085-1110, set.-dez./2012. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=697>. Acesso em: 15 Ago. 2013.

<sup>26</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 57.

aqui uma poderosa corrente de imigração espontânea, que aliás se promove desde o começo do século, desde o regimen da metropole" seriam "certas vantagens materiaes e condições moraes do mais elevado alcance". De acordo com Tavares Bastos, o Brasil contava com um código de leis que estava à altura e em sintonia com as exigências da civilização, mas que sua realidade adversa reunia dificuldades que se impunham como obstáculo à imigração em razão da distância entre a lei escrita e sua aplicação prática. Em suas palavras, dizia Tavares Bastos que "a nossa lei fundamental é um dos mais respeitaves monumentos da sabedoria humana", porque "as leis do Brasil consagram em principio todas essas grandes conquistas da civilização", mas que, entretanto, "do principio ao facto, da lei á pratica, ha uma distancia consideravel".<sup>27</sup>

Grande parte do problema seria uma consequência direta dos costumes baixos e condenáveis da população, pois, observava Tavares Bastos que "não raras vezes a lei é bôa, mas os costumes do povo máos".<sup>28</sup> Outra parte importante dos impedimentos à imigração ao Brasil - e por conseguinte de sua civilização - residiria em uma miríade de fatores que, segundo Tavares Bastos, dizem respeito à desorganização social e administrativa do país:

Supponha-se, por um momento, a nossa organização social transformada: a escravidão abolida, a administração local desembaraçada da dupla centralisação provincial e geral, a justiça bem remunerada e confiada a mãos habéis, muitas vias de comunicação, completa discriminação do dominio publico, subdivisão da grande propriedade, igualdade dos cultos, governo activo e prestigioso, confiança do paíz nos seus destinos; supponha-se isso possivel, e não se duvidará crer que desde então faria o Brasil concorrência aos focos actuaes de imigração no mundo.<sup>29</sup>

Essa suposição, além de indicar qual a direção e o sentido das soluções para transformar o país, revela o que, na compreensão de Tavares Bastos, estaria errado com o Brasil e projeta como o país deveria idealmente ser.

Além disso, apesar de confiar que "o crescimento da riqueza em um paiz dotado de tantos recursos naturaes attrahirá os emigrantes espontaneos",

---

<sup>27</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Memória Sobre Imigração [1867]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 59.

<sup>28</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Memória Sobre Imigração [1867]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 59.

<sup>29</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 59-60.

Tavares Bastos reconhecia que o sucesso da imigração para o Brasil dependia sobretudo da propaganda sobre o país no exterior, e esta propagando, por sua vez, dependeria de "sua revelação pela estatística e por uma publicidade larga e constante que irá acordar as ambições, ferir a imaginação e desviar para o Brasil uma parte da corrente que se encaminha para os Estados Unidos e para a Austrália". Entretanto, aí havia um problema: "nós não temos uma estatística". Dizia Tavares Bastos que "este é o documento de um povo civilizado" e que "nós, entretanto, o havemos dispensado", sobretudo porque "a vaidade nacional contenta-se com os palavrões e prefere-os às realidades". Teriam havido duas tentativas prévias para uma estatística nacional que, contudo fracassaram: uma "fez-se em 1851" pelo "marquez de Monte Alegre", mas "a ignorância fez-l abortar"; e a outra em 1862 com "o Sr. Sinimbú", porém, lamentava, "a nossa instabilidade administrativa impede o desenvolvimento destes projectos". Sob pena de o Brasil permanecer preso às amarras do passado sem deslanchar seu potencial, dizia Tavares Bastos que "isto não póde continuar", que "esta ausencia dos primeiros documentos da civilização de um povo é deploravel".<sup>30</sup>

Assim, a proposição imediata de Tavares Bastos era que o Brasil adotasse medidas de curto prazo para que o país se beneficiasse do momento propício à imigração no cenário internacional, buscando auferir "legítimo proveito", dizia, da "guerra e das excitações políticas dos Estados Unidos". Para isso, sua estratégia calculava que o Brasil deveria dar "abrigo a homens industriais", pois esses imigrantes contribuiriam com o avanço do país, porque eles, dizia, "communicarão ao nosso povo as suas artes, a sua pericia e a sua actividade".<sup>31</sup>

A *Memoria* reivindicava, desse modo, "á solicitude do governo uma medida de immediato proveito para os immigrants e a immigração".<sup>32</sup> Parece então plausível inferir que a compreensão compartilhada por Tavares Bastos enxerga a imigração como um meio de trazer para o Brasil, junto ao imigrante, seus costumes e seu grau de instrução que à época eram considerados ideais e

---

<sup>30</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.* [1861], 1939, p. 124.

<sup>31</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.* [1861], 1939, p. 70.

<sup>32</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.* [1861], 1939, p. 74.

que, conforme Tavares Bastos acreditava, faltavam à população local, ou seja, a imigração seria um atalho no caminho para a civilização. Dai a *Memoria* de Tavares Bastos defender, com todas as letras, que "a immigração para o Brasil é, como a instrucção do povo, um serviço commum ás administrações geral e provincias".<sup>33</sup>

Quanto ao funcionamento de uma almejada política de imigração, Tavares Bastos sugere que a sua implementação fosse essencialmente deixada "á iniciativa dos particulares", mas com o Estado exercendo o papel de regulatório e fiscalizador, "regulando-se os contractos para que não se transformem em um novo modo de escravidão, e fiscalizando-se os navios importadores para que o transporte não violente a humanidade com as scenas do trafico de negros". De acordo com a proposta de Tavares Bastos, "quanto aos seus esforços directos e auxilios pecuniarios", a "missão do governo", prescrevia, "reserva-se para a formação de uma corrente de emigrados dos povos civilizados".<sup>34</sup> Por conseguinte, o raciocínio compartilhado por Tavares Bastos é uma equação na qual a riqueza do país de destino é diretamente proporcional à corrente migratória, desde que proveniente de povos civilizados. Essa lógica é a base que sustenta a defesa da importância da imigração para o Brasil.

### **6.3 Exclusividade do voto aos agentes do progresso e da civilização**

Assim como na *Memoria Sobre Immigração*, Tavares Bastos também apresentou uma proposta de *Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura* que aparenta ter como pano de fundo os conceitos do trinômio civilização-progresso-desenvolvimento. Tavares Bastos compreendia que, "no estado embryonario de nossa sociedade ha, é certo, altos problemas moraes e sociaes que interessam igualmente, ou muito mais, á sorte do povo: a instrucção, o trabalho livre, a liberdade dos cultos, por exemplo", mas que todos esses assuntos "dependem da solução dada á fôrma de governo", o que seria a

---

<sup>33</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 77.

<sup>34</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Memória Sobre Immigração* [1867]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 106.

"questão prévia que domina as outras", e, por isso, conclamava para que "afrontemol-a" com "resolução e coragem". O que Tavares Bastos propõe, entre outras coisas, é a adequação dos critérios de acesso ao voto, reforma que deveria ir na direção da emancipação do sufrágio sem, contudo, chegar ao ponto de franqueá-lo tão livremente a "indigentes" e "vagabundos". Para isso, Tavares Bastos dizia-se ciente de que "o problema politico dos nossos dias não reside em uma questão unica, no processo eleitoral mais ou menos aperfeiçoado" e que sua realidade "envolve a transformação ou progresso de nossas instituições no sentido democratico", mas, ainda assim, propunha os seguintes "pontos capitaes da reforma eleitoral e parlamentar"<sup>35</sup>:

emancipemos o suffragio, e demos ao corpo eleitoral a permanencia de que absolutamente carece. Tornemos o parlamento a expressão, não da maioria sómente, ou da minoria que é o governo, não dos ministros e presidentes, mas expressão nacional de todas as opiniões e crenças, e de todas as classes do povo; um parlamento veneravel, sem o peccado original da violencia e da fraude, inaccessible ao nepotismo, invulneravel para a corrupção. [...] Alarguemos a representação nacional, equilibremos as duas camaras, supprimamos o mandato vitalicio, e, assim como respeitamos a diversidade das cranças politicas, elevemos até á igualdade constitucional as minorias religiosas.<sup>36</sup>

Todas essas medidas tinham como objetivo, nas palavras de Tavares Bastos, levar o Brasil a reprimir "os habituaes excessos do poder", a renunciar "às praticas" e a renunciar às "leis que estragam os costumes e atrazaram nossa civilização", para, com isso, inaugurar "outras praticas" e promulgar "outras leis que tenham nos costumes a mais salutar influencia".<sup>37</sup>

Desse modo, tal reivindicação pela ampliação da participação no processo eleitoral parte da observação do sintoma no presente e de um diagnóstico da sua causa no passado. Este diagnóstico incide sobre a base legal da "incapacidade civil ou politica" em vigor até então pela "Constituição

---

<sup>35</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 176-177.

<sup>36</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 177.

<sup>37</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 177.

(art. 92 §§ 1º. a 4º.)" outorgada por D. Pedro I em 1824.<sup>38</sup> Em sua argumentação, Tavares Bastos convidava seu leitor a retroceder analiticamente "á época em que a assembléa constituinte elaborava seu projecto, base da carta outorgada por Pedro I" para respirar "a atmosfera das generosas idéas do tempo":

Estavamos bem perto de 1789, e, para os discipulos que a grande revolução semeou por toda a parte e que iniciaram aqui o movimento de insurreição e liberdade, o povo não era sómente o burguez rico, o mercador feliz, o alto funcionario; o povo era a nação inteira, todos quantos mantêm o Estado, contribuindo com o imposto e o sangue. Si a lei franceza de 1817, obra de uma reacção insensata e orienta elevára extravagantemente o censo, loucura que custou caro a duas dymnastias, não teve essa lei influencia alguma na redacção do projecto da constituinte, nem na da carta de Pedro I, que são, ninguem duvida, reflexos das constituições da revolução franceza e da hespanhola de 1812.

Evidentemente foi o pensamento da Constituição não restringir o direito de voto a *poucos*, como de certo não foi estendel-o a *todos*. [...] Tal é a base constitucional de que não podemos afastar-nos.<sup>39</sup>

Entretanto, acusava Tavares Bastos que "alguns dos eminentes oradores do senado, tomando outro rumo, proclamaram a necessidade da eleição directa, mas com censo elevado". Felizmente, dizia Tavares Bastos, tal situação não seria "incompativel com uma séria reforma que regularise nossas eleições e rehabilite nosso parlamento".<sup>40</sup>

Tavares Bastos via dois problemas com o modelo de voto censitário então vigente:

Em sua compreensão, o primeiro problema é que "não é do censo alto, de eleitores capitalistas e proprietários, que depende nossa salvação", pois, dizia, "os ricos por si sós não representam no Brasil nem a intelligencia, nem a illustração, nem o patriotismo, nem até a independencia". Para Tavares Bastos, os "proprietarios e capitalistas fazem timbre neste paiz da indifferença em materia política", argumentava que, e quando estes participavam da política, os abastados atuariam no papel das "creaturas mais submissas e mais

<sup>38</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 179.

<sup>39</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 181-182. Grifos do original.

<sup>40</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 183.

dependentes do poder", que de modo corrupto são agraciados pelo poder com a oferta de "cargos de policia, patentes da guarda nacional, fitas e honras com que se apascentam estultas vaidades ou perversas ambições de mando, contractos e empresas com que se dobram e tresdobram fortunas".<sup>41</sup>

Na sua concepção, o segundo problema é que nas eleições brasileiras votariam tanto "o vagabundo sem officio ou meio de vida, o indigente notorio, os proprios criados de servir transfigurados em camaradas e outras entidades de sombrias denominações", quanto "as classes mais rudes da população, essas hordas barbarisadas que se desvitem no vicio e no crime, e que a falta de estradas e de escólas abandonou inertes ao embrutecedor fanatismo dos bonzos errantes". O argumento de Tavares Bastos é que "esse direito de voto", o qual deveria erguer "as classes mais rudes" e "barbarisadas" e "chamal-as á civilização", afirmava, "mantem-nas no ocio e na dependencia dos ricos ou poderosos, sujeita-as a toda a sorte de vexações phisicas e moraes; degrada-as, em summa, á condição de escravo pelo influxo do dinheiro ou pela acção do terror". Quanto a isto, inclusive, partindo do princípio que a população em grande parte não estaria à altura para participar do processo eletivo, Tavares Bastos reconhece que teria sido apropriado o estabelecimento do voto censitário sob o qual ainda então vivia o Brasil de sua época, admitindo que, "si tem defeitos a Carta de Pedro I, e gravissimos os tem, não podemos exprobar-lhe" do acerto os "redactores da carta", os quais seriam "verdadeiros deputados da nação, que a conheciam e bem sabiam" que o povo brasileiro "está distante" do "bello ideal das antigas democracias, para que tendem as modernas", porque "a nossa patria", dizia, é "onde a ignorancia e o fanatismo por toda a parte disputam o terreno á civilização".<sup>42</sup>

"Felizes aquelles que um dia puderem consagrar a igualdade politica de todos os brasileiros pelo suffragio universal!", proclamava Tavares Bastos, reconhecendo que apenas em um futuro distante seria possível realizar completamente os anseios que a realidade do presente interditava ao Brasil.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 183.

<sup>42</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 179.

<sup>43</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 181.

Resignava-se observando que, "em summa, como quer que seja, não temos liberdade de escolha: devemos moldar nossa lei á Constituição, que tanto repelle o suffragio universal".<sup>44</sup>

Na proposta de *Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura*, qual seria, então, a solução entre o voto censitário elevado e o sufrágio completamente universal? Tavares Bastos buscava um meio termo para estabelecer quem seriam os autorizados a participar do processo eleitoral no Brasil. Segundo sua proposta, deveria se "formar o alistamento dos eleitores" de acordo com um novo critério, acerca do qual, dizia Tavares Bastos, que "sabemos, por um lado, que nelle não pódem entrar os indigentes, os vagabundos, as varias especies de dependentes ou criados de servir", e que sobre o qual, igualmente, "sabemos, por outro lado, que elle não comprehenderá sómente os maiores contribuintes, os altos funcionarios e os grandes proprietarios". Ao refletir sobre um meio termo entre o voto censitário elevado e o sufrágio completamente universal, esse novo critério elaborado por Tavares Bastos instituiria uma nova categoria para o eleitor que, em suas palavras, seria "o typo constitucional do *cidadão activo*".<sup>45</sup>

Observa-se que, na proposta de Tavares Bastos, o ideal de civilização é contemplado nos critérios que definem quem seriam os escolhidos para participar do processo eleitoral, isto é, quem pertenceria à categoria de eleitor votante autorizado:

O votante constitucional, ou o nosso eleitor directo, é todo o cidadão que exerce effectivamente uma profissão. Pezem-se as phrases da lei fundamental: renda liquida de 100\$000 *por bens de raiz, industria, commercio ou emprego*. Os obreiros do progresso, da riqueza, da civilisação da patria, em qualquer esphera que se achem, na mais alta como na mais humilde, os homens que trabalham e vivem do seu trabalho, eis os eleitores, eis o povo soberano.<sup>46</sup>

Dessa maneira, deveria pertencer à categoria de "cidadão activo", portanto com direito ao voto, aquele estivesse capacitado a participar como agente da

<sup>44</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura* [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 183.

<sup>45</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura* [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 184. Grifo do original.

<sup>46</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura* [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 184. Grifos do original.

civilização, do progresso e do desenvolvimento do Brasil. Além disso, explicava Tavares Bastos que "a qualidade de eleitor ficará ligada a um facto, dependente e susceptível de prova provada, para servir-nos desta energica expressão juridica", cuja comprovação se daria com "o documento de exercicio de uma profissão, o titulo de propriedade ou pósito, o grau scientifico ou litterario e o pagamento de qualquer imposto directo, etc.". Em defesa de sua proposta, dizia Tavares Bastos que "não ha, queremos crel-o, base mais nobre para as instituições politicas de um povo"; do contrário, argumentava, "não haveria maior injustiça que privar da legitima e necessaria intervenção nos publicos negocios os que mais soffrem os inconvenientes das más leis e dos maus governos", justamente aqueles que seriam os "menos felizes da sociedade, a multidão, em summa, que paga o imposto e contribue com sangue". Tratar-se-ia, em sua compreensão, de amplicar o acesso ao voto, porém, mantendo-o circunscrito aos indivíduos capacitados para realização do projeto idealizado de civilização, progresso e desenvolvimento para o Brasil.<sup>47</sup>

#### **6.4 Aprender com a história para acelerar a obra da civilização**

Talvez a maior bandeira liberal de Tavares Bastos foi erguida com a publicação de *A Provincia, Estudo sobre a Descentralização no Brazil*, em 1870, obra que apresentou sua defesa mais completa contra a centralização unitária do império. Em linhas gerais, seu argumento é que a descentralização do poder é necessária para o aprimoramento da administração do Brasil, em nome do progresso e da civilização do país. O fundamento de sua fala é que a liberdade seria a lição maior da história da humanidade, e que a história, por sua vez, seria o registro do acúmulo do progresso e o desenvolvimento humano no tempo. Assim, para Tavares Bastos, a defesa da descentralização corresponderia aos anseios da liberdade e ao caminho natural do homem no tempo, o qual tenderia a se aprimorar com o passar dos séculos, desde que o homem tivesse liberdade para decidir o próprio destino. A respeito disso, dizia Tavares Bastos que "o que caracteriza o homem é o livre arbitrio e o sentimento

---

<sup>47</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. [1861], 1939, p. 184-185.

da responsabilidade que lhe corresponde", e que se "a responsabilidade" do homem for impedida, "a historia do mundo perde todo o interesse que aviventa a tragedia humana".<sup>48</sup>

No raciocínio de Tavares Bastos, a justificativa de seu argumento é que apenas a liberdade pode tornar possível a aprendizagem com a história, o que, em seu entendimento, significa tornar possível a compreensão das relações de causa e efeito acerca do que foi o passado e de que como tal rede de causalidade transformou o passado no presente. Em suas palavras, sem liberdade não há aprendizagem com a história, de modo que "não se poderiam mais distinguir" entre "os heróis e os tyrannos, a virtude e a perversidade, as nações que nos transmittiram o sagrado deposito da civilização e os povos que apodreceram no vicio das trevas", e "confundir-se-iam todos no sinistro dominio da fatalidade".<sup>49</sup>

A defesa contra a centralização do poder e em favor da descentralização, pelo aprimoramento da administração e em nome do progresso e da civilização do Brasil, conforme a justifica Tavares Bastos, nada mais seria do que um empenho pela adequação do governo e do sistema político brasileiros à lógica da história. De acordo com a concepção compartilhada por Tavares Bastos, "a historia do progresso humano não é mais, com effeito, que a das phases do desinvolvimento ou compressão desse divino attributo da creatura, a que se dá geralmente o nome de liberdade", e que, portanto, afirmava, "a grande massa do bem, isto é, do progresso realizado em um seculo, <<é a somma accumulada de productos da actividade dos individuos, das nações e dos nucleos que compõem as nações, nesse seculo>>. É uma trivialidade repetil-o".<sup>50</sup> Entretanto, embora anunciada como trivial, enfatizava Tavares Bastos que "não se deve perder de vista essa noção evidente, quando se trata de julgar os systemas de governo", afinal, questionava:

---

<sup>48</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 18.

<sup>49</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 18-19.

<sup>50</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 19. As aspas reproduzidas do original e que indicam provável citação não constam, contudo, acompanhadas de uma referência autoral, o que alerta sobre a possibilidade de que talvez se tratasse de uma expressão largamente conhecida, um lugar-comum entre os pares do tempo de Tavares Bastos.

Em verdade, si o progresso social está na razão da expansão das forças individuais, de que essencialmente depende, como se não ha de condemnar o systema de governo que antepõe ao individuo o governo, a um ente real um ente imaginario, á energia fecunda do dever, do interesse, da responsabilidade pessoal, a influencia estranha da autoridade acolhida sem entusiasmo ou soportada por temor?<sup>51</sup>

Ou seja, em Tavares Bastos, a condenação contra a centralização unitária do império e a defesa em favor de sua descentralização se fundamentam na concepção de história segundo a qual a história é o progresso e o desenvolvimento civilizatórios do homem no tempo. Dentro dessa linha de raciocínio, o argumento de Tavares Bastos é que a liberdade seria o catalizador natural desse processo da história enquanto trajetória do homem em direção à civilização, ao progresso e ao desenvolvimento.

A despeito de ter apontado que a população brasileira era infectada por vícios morais arraigados desde o período colonial, os quais, em sua concepção, impunham entraves ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil, no entanto, afirmava Tavares Bastos que, devido ao princípio do progresso inexorável do homem no tempo, "estamos bem longe, portanto, de <<declarar um povo para sempre incapaz em razão de uma enfermidade organica e incuravel>>", e que, do contrário, seria "negar o progresso ou afirmar a imutabilidade dos destinos", que seria "esquecer a grande data da iniciação da liberdade e da igualdade, em 1789".<sup>52</sup>

Em sua compreensão, a data da Revolução Francesa representa um marco para seu projeto de descentralização, pois, dizia, "desde então, em politica, como em tantas cousas, já não ha impossiveis", e, sendo assim, Tavares Bastos sustentava que "povo e governo que o preside devem de ter, sob o ponto de vista moral, o mesmo valor". Seu argumento é que seria um "absurdo" esperar que "as condições moraes do povo" melhorassem sob "um systema de governo que não as favoreça ou que as corrompa". Segundo as palavras de Tavares Bastos, "para que um povo se aperfeiçõe e augmente em virtudes é mister que seja livre", porque, dizia, "é a liberdade que excita o sentimento da responsabilidade, o culto do dever, o patriotismo, a paixão do

---

<sup>51</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 19.

<sup>52</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 42. Conforme apontado em nota anterior, aspas reproduzidas do original sem referência autoral.

progresso". Tavares Bastos observava, inclusive, que a "liberdade" reivindicada em seu apelo pela descentralização era condição *sine qua non* para que o Brasil viesse a alcançar o nível de civilização:

Mas um povo, a quem se impuzeram os encargos da civilização sem as liberdades correspondentes, é um paralytico: tem escusa para tudo. Exigem que as nossas provincias progridam, e lhes tohem as mãos; que deixem de repouzar na iniciativa do governo central, e não lhes concedem a iniciativa precisa. Por que é que ainda as mais ricas limitam-se a algumas despezas e serviços ordinarios, e nada empreendem que requeira ousadia, que economise o tempo, que acelere o futuro? Matou-as (...) lentamente a politica centralisadora.<sup>53</sup>

Na lógica de Tavares Bastos, essa "politica centralisadora" e a consequente "ausencia do espirito provincial", ambas alvo em sua crítica, também atingiam destrutivamente "a instrucção, a immigração, a emancipação", bem como "os melhoramentos que mais ferem a vista", como "as estradas, os canaes, os vapores". Como resultado, argumentava, "negam ao paiz aptidão para governar-se por si e o condemnam por isso á tutela do governo". Tratar-se-ia, portanto, de um absurdo "pretender que adquiramos as qualidades e virtudes civicas, que certamente nos faltam, sob a acção estragadora de um regimen de educação política que justamente géra e perpetúa os vicios oppostos". Tavares Bastos acusava ainda que, da mesma maneira, "os defensores da escravidão, que avilta e desmoralisa suas victimas, apregoam-na como o meio efficaz de educar raças inferiores", mas que "o termo deste barbaro tirocinio é sempre procrastinado pela supposta insufficiencia do periodo de provação, ainda que tres vezes secular".<sup>54</sup>

Para Tavares Bastos, em suma, o governo central do Brasil deveria dividir a responsabilidade de administrar o país, pois a descentralização, defendia, seria um recurso essencial para remediar as imperfeições da sociedade brasileira e prosperar, alcançando os objetivos da liberdade e do progresso. Em seus próprios termos, afirmava que, "por si só, mal póde o governo central acudir a este ou aquelle mais ardente reclamo; e por cada um que satisfaz ou illude, vê recrescer a impaciente exigencia de todos os outros", e, como resultado, "não lhe resta, portanto, mais que uma solução: dividir a sua

<sup>53</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 42.

<sup>54</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 42-43.

formidável responsabilidade, invocar o auxílio do município e da província para a obra commum da prosperidade nacional; em uma palavra, descentralisar". Argumentava Tavares Bastos que "não é isto abdicar; é, pelo contrario, fortificar-se, e habilitar-se, alliviado de um onus excessivo para o pleno desempenho da grande missão que ao Estado compete em nossa imperfeita sociedade".<sup>55</sup>

Em última instância, o objetivo da reivindicação de Tavares Bastos seria não apenas conseguir uma moralização do governo e da administração, mas seria também acelerar a obra da civilização no Brasil, no que tange inclusive ao seu sistema político e à sua população. "Essa grande missão de liberdade e progresso, dizia Tavares Bastos, "não se circunscreve á perseverança no aperfeiçoamento da legislação, á implacavel enercia em moralisar o governo", mas sobretudo "compreende tambem a tarefa de acelerar a obra da civilização". Desse modo, conforme sua compreensão, todos os recursos simbólicos da civilização e do progresso, como "caminhos de ferro, navegação, telegraphos", seriam, em verdade, "agentes phisicos do progresso moral" que operariam como "meios infalliveis de fortalecer ou de consolidar a união das provincias, afrouxando os odiosos laços da centralisação".<sup>56</sup>

### **6.5 Concepções compartilhadas da história e de questões do Brasil**

As questões emblemáticas sobre as quais Tavares Bastos se debruçou em sua trajetória intelectual foram à época alvo da reflexão de outros nomes, cuja argumentação, ainda que não houvesse convergência nos posicionamentos, frequentemente também se mostrou estruturada em associação a valores caros à noção de civilização:

Assim como para Tavares Bastos, o sistema político e seu processo eleitoral foram uma questão também para José de Alencar, conforme se observa na obra *O Systema Representativo*, publicada em 1868. A despeito de Alencar ter um posicionamento ser consideravelmente divergente de Tavares Bastos, sua argumentação em grande medida também se fundamenta na ideia

---

<sup>55</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 366.

<sup>56</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. Op. cit. [1870], 1937, p. 366.

de civilização e nas noções de progresso e de desenvolvimento. Alencar compreendia que "duas são as faces da humanidade, o individuo e o povo", as quais diriam respeito às "maximas questões do direito: a questão civil, a questão política", e que "nenhuma della foi já resolvida pela sciencia", e observava que, "a despeito do prodigioso desenvolvimento da civilisação moderna, o problema da independencia individual, como o da igualdade democratica, está ainda bem longe da solução".<sup>57</sup>

A posição sustentada por Alencar é que a história do homem, que em sua concepção seria o caminhar da civilização e do progresso, forneceria ensinamentos que mostram que o sistema político deve ser conduzido por uma minoria capacitada, e que o acesso direto ao voto não deve ser facultado à maioria despreparada da população. Em suas palavras, dizia, segundo "a historia resumida do actual systema politico" sob o qual vivia o Brasil de sua época, o sistema político brasileiro havia sido "calcado sobre o principio do governo da maioria, no tempo em que semelhante principio resumia a ultima palavra de civilisação a respeito da democracia". No entanto, para Alencar, tal mecanismo político havia se tornado ultrapassado e em desacordo com as demandas de sua época: "mas o mundo caminhou; o progresso abriu novas esferas á sciencia". Assim, sentenciava que, "no mundo actual da politica, nada é mais falso e absurdo do que o pretendido dogma do governo da maioria".<sup>58</sup>

Mais do que acusar de absurdo, a ideia do "principio da universalidade do voto" era rechaçada por Alencar como um "terror". Sua compreensão é que "a maioria do Estado é sempre formada pelas classes pobres", e que essa maioria pobre é "a parte mais ignorante da população, a menos apta para a nobre funcção do governo". Por isso, se os pobre ignorantes governassem "a classe illustrada e intelligente", em sua perspectiva, "o Estado seria invertido sobre suas bazes, á semelhança de uma pyramide que pretendessem assentar sobre o vertice". Na concepção de Alencar, desse modo, justifica-se o sistema político da minoria pois ele nada mais seria do que um fiel reflexo da organização natural da sociedade e, por isso, sustentava Alencar que

---

<sup>57</sup> ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Rio de Janeiro: Garnier, 1868, p. 11.

<sup>58</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 18.

"presentemente devemos acceitar a sociedade como está organizada, para sobre essa base assentar qualquer reforma eleitoral". Tratar-se-ia de uma adequação à ordem natural do momento, uma adequação ao nível de civilização em que estava o Brasil de então. Em suas palavras, "a legitima democracia reclama da sciencia e mais tarde da lei a consagração dessa legitima representação dos direitos políticos inactivos", porém, se a condição do Brasil não permitia sua definitiva realização no presente em que o país se encontrava, confiava Alencar no futuro, que "a civilisação um dia a concederá".<sup>59</sup>

Além disso, argumentava Alencar que "a história revela uma verdade já observada", que "nenhuma das grandes revoluções conhecidas foi concebida e realisada pela plebe, mas pela aristocracia e a monarchia, uma contra a outra", e que, portanto, "o povo", o qual seria "mais terrivel quanto mais bruto o conservão", concluia, "serve apenas de instrumento".<sup>60</sup> Esse seria o estado "natural" da sociedade sobre o qual deveria repousar a organização do sistema político: "o povo é o coração da nação cheio de paixões, a classe illustrada é o pensamento, a razão".<sup>61</sup> Dizia Alencar ainda que "a multidão é mais facil de engodar do que um corpo illustrado", afirmando que "ás vezes apóz uma isca barata corre o cardume do povo, enquanto que individuos de certa posição discutem friamente o mercado", e, assim, compreende que "o suborno que se atreve á incitar a plebe não ousa muitas vezes affrontar a dignidade de pessoal do eleitor".<sup>62</sup> Sob tais argumentos, Alencar defendia que "a representação das minorias é uma verdade legal e mathematica, um facto certo, infallivel, que não procede das fórmias eleitoraes, mas sim da essencia do direito politico, da soberania", e analisava que "as fórmias eleitoraes ao contrario derivão delle, como o effeito deriva da causa e a conclusão das premissas", portanto, afirmava, "nenhuma opinião dissidente precisará da liberdade do murro e da garantia da cerveja para se fazer representar".<sup>63</sup>

Em suma, a lógica compartilhada por Alencar é que o voto indireto por meio do sistema representativo é necessário no Brasil porque, na sua visão, "o

---

<sup>59</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 82-83.

<sup>60</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 87.

<sup>61</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 88.

<sup>62</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 110.

<sup>63</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 107.

povo é sem duvida a respeito do governo um incapaz, tem o direito, mas não o exercicio", e que "dessa incapacidade, actualmente não contestada, resulta a legitimidade do systema representativo, o que sem ella importaria uma grave usurpação da soberania". Nesse contexto, dizia Alencar que "os legisladores, assim como todos os membros dos poderes independentes, são os representantes desse incapaz, os paes e tutores desse menor, o qual por certo não os póde revogar á seu arbitrio da mesma fórma que no direito civil".<sup>64</sup> Para José de Alencar, o Brasil e a maioria dos brasileiros estavam longe de alcançar o nível de civilização, de progresso e de desenvolvimento que tornasse viável um sistema político em que vigorasse a participação direta via voto, por isso, para conter o impacto do atraso do país e de sua população na gestão e no governo, defendia que a participação política fosse indireta, por meio do sistema representativo.<sup>65</sup>

Quanto ao assunto da escravidão - que para Tavares Bastos foi uma herança que envenenou a "composição" da sociedade brasileira" no passado colonial e também no presente do Brasil independente, fomentando no país uma "alteração completa da ordem natural do trabalho e maior corrupção dos costumes"<sup>66</sup> - , houve à época outras reflexões publicadas sobre escravidão, mão-de-obra e imigração nas quais se observa a preocupação com a questão da civilização, do progresso e do desenvolvimento do Brasil.

Isto pode ser observado em publicação de Adolpho Bezerra de Menezes, datada de 1869, na qual, além de condenar moralmente a escravidão, defendeu a liberdade do ventre antes da Lei Rio Branco, de 1871, e também a educação dos nasciturnos para que estes libertos pudessem estar mais bem preparados para as demandas da sociedade e da política. Em sua perspectiva, para que o contingente populacional livre se convertesse em recurso e não em entrave à civilização do país, o Estado tinha duas opções: ou preparar os nasciturnos livres para a liberdade ou retringir-lhes completamente os direitos políticos. Na compreensão compartilhada por Menezes, a civilização é a razão

---

<sup>64</sup> ALENCAR, José de. Op. cit., 1868, p. 114.

<sup>65</sup> Cf. BORGES, Valdeci Rezende. Cultura, natureza e história na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 89-114 – 2006.

<sup>66</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Op. cit. [1861], 1939, p. 30.

moral pela qual os escravos deveriam ser libertados, mas, concomitantemente, a civilização é também o centro da preocupação acerca de qual seria o impacto dos libertos para o progresso e desenvolvimento do Brasil.<sup>67</sup>

No emblemático ano de 1870, considerando a conjuntura da transição da monarquia para a república, publicou-se também o opúsculo de Polycarpo Lopes de Leão, que fora desembargador e presidente da província do Rio de Janeiro nos anos 1863 e 1864, que trazia a lume projetos de lei para a abolição da escravatura no Brasil alternativos ao do ventre livre. Tais projetos propunham, entre outras medidas, a libertação dos escravos urbanos dentro de 6 anos, a libertação em 10 anos dos cativos contrabandeados após a vigência da convenção firmada entre Brasil e Inglaterra, desde, portanto, 1830, e a alforria de todos os demais escravos em 20 anos. Em seu escrito, Leão argumentava que a população brasileira, embora congenitamente despreparada, possuía potencial para assimilar a civilização:

Recordando uma visita "às Colonias da Hollanda", Leão dizia-se impressionado com o fato de tais colônias não terem sido "instituidas com o fim principal de multiplicar a força humana, nem a população do paiz", mas que haviam sido estabelecidas "especialmente para crear o gosto do trabalho nos homens á elle adversos e tornar em cidadãos uteis aqueles que á sociedade só serviam de peso e de opprobrio". Além disso, afirmava Leão que os empreendimentos coloniais holandeses "excitaram mais" a sua "admiração, considerando os magnificos resultados que alli se alcançaram com individuos", os quais, dizia, "em principio affastados dos dogmas da civilisação, se vão successivamente amoldando á virtude que, primeira, constitue a independencia do homem - o trabalho".<sup>68</sup>

Leão justifica seu entusiasmo em relação ao empreendimento colonial holandês com um testemunho. Relatava que, em viagem pela Europa em companhia do "digno e illustrado amigo o Sr. Conselheiro Cansansão de Sinimbú",

---

<sup>67</sup> MENEZES, Adolpho Bezerra. **A Escravidão no Brasil e as Medidas que Convem Tomar para Extinguil-a Sem Damno para a Nação**. Rio de Janeiro: Typographia Progresso, 1869.

<sup>68</sup> LEÃO, Polycarpo Lopes de. **Como pensa sobre o elemento servil o Dr. Polycarpo Lopes de Leão**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1870, p. 5.

vimos terrenos enxarcados, terrenos cobertos de turba transformarem-se em campos mais productivos, creando a mão do homem, com immenso labor, o que a natureza alli lhe não déra, ou corrigindo essa mesma natureza. Vimos desenvolver-se no mendigo indolente o amor da propriedade; no bandido o amor á lei. Vimos o homem pervertido, que é ainda peor que o selvagem, aceitar, buscar os preceitos da civilisação, filiar-se aos seus dogmas, respeitá-los, e successivamente ir propagando a sua excelencia.<sup>69</sup>

Essa experiência colonial holandesa de fazer do trabalho da lavoura um instrumento civilizador, na visão de Leão, teria potencial para ser aplicada no Brasil para buscar os mesmos resultados. Novamente colocando-se na posição de testemunha, afirma que

dominado pelo pensamento da maior facilidade de implantar entre nós a substituição do braço escravo pelo trabalho livre, voluntario, compensador do obreiro na proporção de sua actividade e do seu desenvolvimento moral, e, portanto, animador, creador dessa actividade e desse desenvolvimento moral como meios de garantir o seu futuro, e dos seus; por occasião das viagens, que pelas provincias do norte fiz até o Maranhão, e ultimamente durante a minha estada na Bahia, minha provincia natal, que muito conheço, conversei com os seus habitantes, e especialmente com os lavradores, e com prazer observei, que elles não se oppõem á abolição da escravatura; mas unicamente receiam o perigo de uma substituição rapida, que occasiona a morte ou, pelo menos, a paralysação da lavoura pela interrupção dos braços para ella indispensaveis.<sup>70</sup>

Leão explicava que as viagens que fez "por quasi todas as provincias do litoral do Imperio" levaram-no "á consideração de quanto mais facil seria desenvolver aquelle systema de *civilisação* entre nós", dado que o Brasil seria um lugar privilegiado, dizia, "aonde a uberdade do solo garante ao obreiro a propriedade que todo o homem naturalmente almeja; aonde o homem, como o nosso, apenas mais primitivo, é mais educavel do que o pervertido da velha Europa".<sup>71</sup> Desse modo, a compreensão compartilhada por Leão afirma que a população brasileira, apesar dos pesares, a despeito de seu atraso, detinha um potencial para se tornar civilizada, notadamente por meio do trabalho - posto que, dois anos após a publicação do opúsculo, em 1872, Leão viesse a assinar um

<sup>69</sup> LEÃO, Polycarpo Lopes de. Op. cit., 1870, p. 5-6.

<sup>70</sup> LEÃO, Polycarpo Lopes de. Op. cit., 1870, p. 6.

<sup>71</sup> LEÃO, Polycarpo Lopes de. Op. cit., 1870, p. 6. Grifo do original.

contrato com o governo imperial para empresariar o transporte de imigrantes europeus para o Brasil.

Ainda em 1870, o debate em torno do fim escravidão recebeu a contribuição do ex-deputado geral Félix Peixoto de Brito e Melo, que, exilado em Portugal desde 1849, depois de ter sido um dos líderes da Insurreição Praieira de Pernambuco, publicou sua obra intitulada *Considerações Geraes sobre a Emancipação dos Escravos no Imperio do Brasil e Indicação dos Meios Proprios para Realisal-a*, por meio da qual se posicionou contra a abolição imediata, em favor da libertação indenizada do ventre cativo e que ficasse à custa do Estado também a tutoria dos nasciturnos.

Peixoto de Brito - nome com o qual assinara sua obra - defendia que "convém extinguir a escravidão porque a humanidade a reprova, a religião a condemna, a civilização a vê com horror e os propios brasileiros não a querem".<sup>72</sup> Entretanto, as mudanças que determinariam o fim do trabalho escravo, na sua compreensão, deveriam ser lentas e gradativas, pois, apesar do rompimento com tal amarra ao passado ser um imperativo urgente, tratava-se de uma estrutura arraigada do Brasil. Na primeira parte de sua obra, explicava que "a emancipação dos escravos não é a simples mudança ou reforma de uma parte da politica ou da administração civil, judiciaria e militar, é mais importante, mais difficil, e muito mais perigosa", porque, em seu entendimento, tratava-se de "uma completa transformação do edificio social, que partindo desde a sua base fundamental, que é a organização da familia, terá de percorrer todas as escalas da vida até chegar á riqueza nacional, que é a cupula do edificio". Analisando o Brasil pelo outro lado do Atlântico, Peixoto de Brito identificava que "o escravo no Brasil occupa um lugar muito importante em todas as condições da existencia do paiz", considerando que "elle representa o trabalho, origem de toda a riqueza, representa o capital, pelo seu valor e pelos seus productos, representa a pequena industria, porque além do trabalho agricola e domestico, emprega-se em todas as artes liberaes", e, desse modo, concluia que "o

---

<sup>72</sup> BRITO e MELO, Félix Peixoto de. **Considerações Geraes sobre a Emancipação dos Escravos no Imperio do Brasil e Indicação dos Meios Proprios para Realisal-a**. Lisboa: Typographia Portugueza, 1870, p. 14.

escravo é uma parte integrante da sociedade brasileira, cuja organização tem assim atravessando o longo espaço de mais de tres seculos".<sup>73</sup>

Assim como em várias passagens de Tavares Bastos, a fala de Peixoto de Brito em defesa da extinção da escravidão frequentemente orbita a ideia de civilização e as noções de progresso e desenvolvimento. Em suas palavras, a escravidão deveria ser abolida porque era "um resto do barbarismo, que dominando o universo por muitos seculos, creou profundas raizes que as nações mais civilizadas da Europa ainda hoje lutam tenazmente para destruir seus ultimos vestigios", e, por conseguinte, dizia, "não pode o Brasil de um só golpe extinguil-a; são necessarios tempo e prudencia". O exame da construção do argumento de Peixoto de Brito revela que se tratava de buscar superar o descompasso do Brasil para remediar o atraso do país, adequando-o à sincronia do seu tempo, cuja referência para acertar os ponteiros seria o nível de civilização da Europa ocidental. A respeito disso, dizia Peixoto de Brito que "toda a instituição deve pertencer á epocha em que existe", e que "a escravidão não pode mais pertencer a esta epocha", sendo, portanto, necessário "extinguil-a", mas gradativamente, para não "condemnar a sociedade Brasileira a um terrivel cataclisma". Tratava-se, enfim, ao procurar avançar o Brasil à ordem de seu tempo, de fazer o país respeitar a "lei eterna da natureza" que, afirmava Peixoto de Brito, é transformação, concebida como uma "condição necessaria de todas as cousas criadas" a qual "não pode ser operada senão pelo immenso poder dos tempos, pelos novos costumes, pela educação, pela civilisação e illustração". A concepção compartilhada por Peixoto de Brito é que a ilustração e a civilização, "congregadas, devem operar a transformação, tornando quasi insensivel a transição entre a decahida e a nova instituição, reparando sempre e nunca destruindo totalmente".<sup>74</sup>

\*\*\*

Conforme demonstram seus escritos, a lógica argumentativa nas críticas e propostas para o Brasil compartilhadas por Tavares Bastos apresenta-se fundamentada em uma concepção analítica da história do país. Nessa

---

<sup>73</sup> BRITO e MELO, Félix Peixoto de. Op. cit., 1870, p. 3.

<sup>74</sup> BRITO e MELO, Félix Peixoto de. Op. cit., 1870, p. 14.

concepção, a história é o meio pelo qual se realiza o exame do passado para determinar os males do presente e as esperanças do futuro, diagnosticando retrospectivamente os problemas do Brasil. Observa-se, ainda, que as críticas e as propostas de Tavares Bastos para o país estruturam-se por uma linha de raciocínio relacionada aos conceitos de civilização, de progresso e de desenvolvimento, os quais operam como determinantes para julgamentos de valor que imputam qualificações positivas ou negativas na interpretação da história e de questões do Brasil. Emblemáticas nos escritos de Tavares Bastos, tais concepções revelam-se evidentes também na obra de outros nomes que à época refletiram sobre o país, atentos à sua história e à suas questões.

## CONCLUSÃO:

### **O elo entre a *narrativa histórica oitocentista* e o *pensamento social brasileiro***

*Não temos unidade de raça.  
Não a teremos, talvez, nunca.  
Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica  
em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida  
nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a  
ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica  
reclama a garantia da evolução social.  
Estamos condenados à civilização.  
Ou progredimos, ou desaparecemos.  
A afirmativa é segura.*

*Euclides da Cunha<sup>1</sup>*

O capítulo primeiro procurou mapear a ideia de Brasil construída por meio de escritos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e buscou descrever, nos enunciados dos discursos relativos ao projeto historiográfico para o Brasil elaborado na instituição, a recorrência das noções de civilização, progresso e desenvolvimento. Com isso, observou-se que, na Revista do IHGB, a construção historiográfica do Brasil se deu por meio de uma narrativa fundamentada em uma concepção de temporalidade na qual o processo de mudança foi concebido como uma transição de fases de civilização, dentro da qual o Brasil foi compreendido como entidade decorrente do progresso inevitável da humanidade. Nesse contexto, o conceito de civilização foi um parâmetro para mensurar o ritmo e o compasso da passagem do tempo, orientando o pensamento histórico que interpreta o Brasil em suas fases, personagens e valores. O conceito de civilização foi também uma meta, um ponto de chegada ou uma promessa para um projeto de atualização ou sincronização do Brasil em relação a um idealizado nível de progresso e de desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. [1902]. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 60.

No capítulo segundo, ao proceder o mesmo exame sobre a *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen, observou-se que a obra edifica o sentido da nação por meio de uma construção narrativa estruturada como uma espécie de epopéia heróica e crônica de feitos políticos, administrativos, econômicos, etc., a qual explica o processo de constituição do país e de sua autonomia e o interpreta dentro do enredo de uma trajetória cuja direção e sentido é o progresso, o desenvolvimento e a civilização. O exame da obra de Varnhagen revelou também que, a despeito de sua estrutura ser predominantemente narrativa, há momentos pontuais de construção textual analítica, os quais em geral estabelecem julgamentos de valor vinculados aos ideais de civilização, progresso e desenvolvimento. Isto é, em Varnhagen, as noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento são determinantes para a direção e o sentido para a narrativa, e também, nas construções analíticas, tais noções operam como critério para julgamentos de valor, estabelecimento protagonistas e antagonistas, elogios e críticas.

O capítulo terceiro verificou evidências disto também em uma série de outras amostras do discurso historiográfico, nas quais a concepção de história do Brasil estruturou-se similarmente em uma narrativa fundada em valores caros às noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento. Estes conceitos, por sua vez, operaram como uma referência nas ocorrências de composição textual analítica, funcionando como critério para avaliar a sincronicidade ou a pontualidade do Brasil em relação ao seu tempo e para fazer justiça com personagens históricas entendidas como agentes da civilização, isto é, responsáveis por fazer avançar o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Já os capítulos da segunda parte revelaram a tendência da concepção de história do Brasil de transitar de uma estrutura predominantemente narrativa para uma estrutura predominantemente analítica, em um processo difuso mas gradativo, entre cerca de 1840 e cerca de 1870.

Assim, observou-se, no capítulo quarto, que a concepção de história do Brasil compartilhada por Pereira da Silva possuía uma lógica analítica, apresentando a história como um exame para o diagnóstico retrospectivo das enfermidades do país. Observou-se ainda que a ideia de civilização foi determinante na composição da história do Brasil de Pereira da Silva, pois ela operou como estruturante da historicização, como referência de sincronicidade

do Brasil no tempo, e, também, como critério do julgamento para a história acusar os vícios e desvios morais que, em sua compreensão, eram entraves ao progresso e ao desenvolvimento do país.

O capítulo quinto procurou mostrar que o caráter analítico marcou também os escritos de Justiniano José da Rocha, de Alexandre José Mello de Moraes e de Joaquim Manoel de Macedo, nos quais foi possível verificar que suas concepções de história, além de orbitarem as noções de civilização, de progresso e de desenvolvimento, foram concebidas por meio de um viés analítico e problematizante.

Entretanto, o ideal civilizatório e a concepção analítica da história mostraram-se emblemáticas sobretudo na obra de Tavares Bastos de crítica ao Brasil, assunto abordado pelo capítulo sexto. A compreensão compartilhada por Tavares Bastos é que a história é o meio para examinar o passado e diagnosticar os problemas do país. O raciocínio que estrutura suas críticas e propostas para o Brasil compreende os conceitos de civilização, de progresso e de desenvolvimento como determinantes para a interpretação da história e das questões do país.

Em um exercício comparativo inevitavelmente subjetivo, as concepções de história do Brasil que esta obra percorreu, desde cerca de 1840 à cerca de 1870, parecem mostrar o elo da transição do discurso historiográfico entre a *narrativa histórica oitocentista* e o *pensamento social brasileiro*. Dito de outro modo, entre 1840 e 1870, a historiografia sobre o Brasil se distanciou do padrão discursivo da *narrativa histórica oitocentista* e se aproximou do viés problematizante e analítico caro ao padrão discursivo do *pensamento social brasileiro*. Entretanto, nesse processo complexo e irregular, a escrita da história do Brasil se manteve consistente em função dos conceitos de civilização, progresso e desenvolvimento, seja enquanto história narrativa, seja enquanto história analítica.

## FONTES

Actas das Sessões em 1889. 18<sup>a</sup>. Sessão Ordinaria em 11 de Outubro de 1889, Honrada com a Presença de S. M. o Imperador, Presidencia do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 52, v. 79, I-IX, 1889.

Actas das Sessões em 1889. 21<sup>a</sup>. Sessão Ordinaria, Celebrada em 29 de Novembro de 1889, Presidencia do Sr. Commendador Joaquim Norberto de Souza Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 52, v. 79, I-IX, 1889.

ACTAS das sessões em 1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 52, v. 79, i-ix, 1889; PEIXOTO, José Maria Pinto. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independencia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 56(88):5-33, 1893.

ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.

ATAÍDE, Joaquim José de. Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, celebrando a mesma o seu anniversario em memoria do Sr. Rei D. Jozé I, o restaurador das letras em Portugal, a 6 de Junho de 1787. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(64):69-76, 1882.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Declaração da Maioridade do Imperador em 1840. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 42(58):5-37, 1879.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 28(31):169-224, 1865.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:9-18, 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Primeira Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 1, p. 253-255, 1839; 2.ed., p. 265-267.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1840, tomo 2 (supplemento): 582-603.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 4, p. 4-27, 1842. Suplemento.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório lido no acto de solemnizar-se o 5º Anniversario do Instituto Historico e Gepgraphico Brasileiro, no dia 10 de Dezembro de 1843. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 5:4-30, 1843.

BASTOS, Aureliano Cândido. Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura [1873]. In: \_\_\_\_\_. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (Estudos Brasileiros)**. [1861]. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

BRITO e MELO, Félix Peixoto de. **Considerações Geraes sobre a Emancipação dos Escravos no Imperio do Brasil e Indicação dos Meios Proprios para Realisal-a**. Lisboa: Typographia Portugueza, 1870.

CASTILHO, José Feliciano de. Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 11:259-266, 1848; 2.ed. 259-266.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Discurso d'abertura recitado pelo Vice-Presidente o Exm. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, no dia 27 de Novembro de 1840. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1840, tomo 2 (supplemento): 574-582.

DIAS, Gonçalves. Brasil e Oceania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 30(35):5-192,257-396, 1867.

DIAS, Gonçalves. Brasil e Oceania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 30(35):5-192,257-396, 1867.

Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil. Estudo Preliminar. In: **Nitheroy, Revista Brasileira. Sciencias, Letras, e Artes**. Tomo I. N. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836.

Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 9: 265-293, 1847.

EXTRACTO das actas das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro nos mezes de Dezembro de 1838, e Janeiro, Fevereiro e Março de 1839. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:45-53, 1839.

EXTRACTO das actas das sessões dos mezes de Abril, Maio e Junho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:111-117, 1839.

EXTRACTO das actas das sessões dos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:277-295, 1839.

FILGUEIRAS, Caetano. Breves reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brazil em Geral e sobre a instituição das capitanias em particular. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 19:398-424, 1856.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da Provincia de Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil**. [1576]. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**Jornal do Comércio**. Edição comemorativa do centenário da Independência. Rio de Janeiro, 1922.

LEÃO, Polycarpo Lopes de. **Como pensa sobre o elemento servil o Dr. Polycarpo Lopes de Leão**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1870.

LIMA, José Inácio de Abreu e. **Compendio da Historia do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de Ataíde. Juizo sobre a obra intitulada "Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil", par Horace Say. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:308-315, 1839; 3.ed. 250-255.

LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de Ataíde. Parecer sobre o 1º e o 2º volume da obra intitulada Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'em 1831 inclusivement, par J. B. Debret. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:95-99, 1841.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Ephemerida Historica do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Globo, 1877.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II - (4o. ano)**. Rio de Janeiro, Typografia Imparcial de J. H. N. Garcia, 1861.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II - (7o. ano)**. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1863.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. [1865]. Décima Edição Completada de 1823 a 1905 por Olavo Bilac. 10a. ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Mazellas da Actualidade (Romance de Improviso) por Minimo Severo**. N. 1. Voragem. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1867.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Noções de Corographia do Brasil. Primeira Parte: O Brazil em Geral.** Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873a.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Noções de Corographia do Brasil. Segunda Parte: Provincias e Municipio da Corte do Imperio do Brazil.** Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873b.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatorio do primeiro secretario. Sessão pública aniversária... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 17:563-600, Supl.1853.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatorio do primeiro secretario. SESSÃO pública aniversária do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no dia 15 de dezembro de 1854. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 17:3-51, Supl.1854.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Terceira Exposição Brasileira em 1873. Relatório do Secretario Geral do Jury da Exposição.** Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1875.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 23:3-66, 1860.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de anthropologia. Região e raças selvagens. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 36(47):359-516,1873.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social.** Parte 2ª. (Índios). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social.** Parte 1ª. (Jurídica). Direito sobre os Escravos e Libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social.** Parte 3ª. (Africanos). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Discurso proferido na Sessão da Camara Temporaria de 12 de Julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do estado servil.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C, 1871.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Indice Chronologico dos Factos Mais Notaveis da Historia do Brasil desde seu Descobrimto em 1500 até 1849.** Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1850.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 6:381-403, 1844; 2.ed.389-411.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 26(26-27):121-143, 1863.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **A Independência e o Império do Brasil**. [1ª ed. 1877]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **Á Posteridade. O Brasil Histórico e a Corographia Historica do Imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1867.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Politica do Imperio do Brasil**. T.I. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1858.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **Historia da Transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont, 1872.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio. Tomo II**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro N. 159, 1873.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio. Tomo I**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro N. 159, 1871.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **O Brasil Social e Político, ou O Que Fomos e o Que Somos**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro N. 159, 1872.

MELLO DE MORAES, Alexandre José. **Os Portugueses Perante o Mundo**. Vol. I. Rio de Janeiro: Empreza Typog. (Em Liquidação) Dous de Dezembro, 1856.

MENEZES, Adolpho Bezerra. **A Escravidão no Brasil e as Medidas que Convem Tomar para Extinguil-a Sem Damno para a Nação**. Rio de Janeiro: Typographia Progresso, 1869.

MOURA, Caetano Lopes de. **Epitome Chronologico da Historia do Brasil, para o uso da Mocidade Brasileira**. Paris: Aillaud, Monlon, 1860.

PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguilar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juizo sobre a obra intitulada "Compendio das eras da provincia do Pará" por Antonio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:235-251, 1840; 3.ed. 242-258.

PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguilár; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre os "Annaes da provincia de São Pedro" publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:315-322, 1839; 3.ed. 255-260.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Estudos Sobre Litteratura. **Nitheroy, Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras, e Artes**. Tomo I. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia da Fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo I. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia da Fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Historia do Brazil de 1831 á 1840**. Governos Regenciaes durante a Menoridade. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1878.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Os Varões Illustres do Brazil durante os Tempos Coloniães**. T.I. Paris: Livraria de A. Franck; Livraria de Guillaumin et C., 1858.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Parnaso Brasileiro**. ou Seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Parnaso Brasileiro**. ou Seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1848.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Segundo Periodo do Reinado de Dom Pedro I no Brazil**. Narrativa Historica por J. M. Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro Editor, 1871.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 19:379-397, 1856.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. O Brasil Hollandezz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 23:67-111, 1860.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso do presidente na quarta sessão pública aniversária do IHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 4, p. 1-4, 1842. Suplemento.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso do presidente o exmo. sr. Visconde de São Leopoldo [na terceira sessão pública aniversária]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 3, 2.ed., p. 517-521.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. T. 1, p. 65-85, 1839; 2.ed., p. 77-97; 3.ed., p. 61-76.

PINHEIRO, José Pedro Xavier. **Epitome da Historia do Brasil**. [1a. ed. 1854]. 3a. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.

PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:149-157, 1841; 2.ed.149-57; 3.ed.121-7.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:547-557, 1841; supl. 33-43; 2.ed. 547-557; 3.ed. 451-458.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Discurso official do orador do Instituto o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. Sessão pública no dia 6 de abril de 1848 para inauguração dos bustos do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 11:215-288, 1848.

Premios Propostos pelo Instituto na Segunda Sessão Publica Anniversaria. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1840, tomo 2 (supplemento): p. 642.

REBELO, José Silvestre. Discurso sobre a palavra Brasil – para servir de supplemento á Memoria lida na primeira sessão publica anniversaria pelo sócio effetivo José Silvestre Rebelo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:66-71, 1840. Supl.; 3.ed. 636-641, p. 640-641.

REBELO, José Silvestre. Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(65):327-340, 1882.

REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juizo sobre a obra intitulada "Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau continent" par Alexandre Humboldt, membro honorario do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:105-108, 1840; 2.ed. 105-108; 3.ed. 105-108.

REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juizo sobre a obra intitulada "Noticia descritiva da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul" por Nicolau Dreys. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2:99-105, 1840; 2.ed. 99-105; 3.ed. 99-105.

ROCHA, Justiniano José da. **Acção; Reacção; Transacção. Duas palavras acerca da actualidade política do Brasil**. 2ª. ed. [1855]. Rio de Janeiro: Francisco Rodrigues de Paiva, 1901.

ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de Historia Universal. Volume I. Historia Antiga.** Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador de Just. J. da Rocha, 1860.

ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de Historia Universal. Volume II. Da Idade Média.** Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador de Just. J. da Rocha, 1860.

ROCHA, Justiniano José da. **Monarchia-Democracia.** Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1860.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. Dissertação historica, ethnographica e politica sobre as tribos aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ao tempo em que o Brazil foi conquistado; ... sobre as suas matas, madeiras e animais que a povoavam, etc. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 12:143-257, 1849.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Bosquejo da Historia da Poesia Brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Modulações Poéticas.** Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1841.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. **Brasileiras Celebres.** Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. **Historia da Conjuração Mineira. Estudos sobre as Primeiras Tentativas para a Independencia Nacional.** Rio de Janeiro: Garnier, 1873.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. **O Martyrio do Tiradentes, ou Frei José do Desterro: Lenda Brasileira.** Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

SOUZA e SILVA, Joaquim Norberto de. O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo. Resposta a um injusto reparo dos criticos da historia da Conjuração mineira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 44(62):131-186, 1881.

SOUZA, Antonio Gonsalves Teixeira de. **A Independencia do Brasil.** Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1847.

SOUZA, Antonio Gonsalves Teixeira de. **A Independencia do Brasil.** Tomo II. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1855.

TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. **A Provincia. Estudo Sobre a Descentralização no Brasil.** 2ª. ed. [1870]. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Memória Sobre Imigração [1867]. In: \_\_\_\_\_. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (Estudos Brasileiros).** [1861]. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (Estudos Brasileiros).** [1861]. - Prefácio de Cassiano

Tavares Bastos. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

VARNHAGEN, F. A. de. **Florilégio da poesia brasileira**. [1850]. 3 vols. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil**. 1847.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Ethnographia indigena. Linguas, Emigrações e Archeologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 12:366-376, 1849; 2.ed. 366-376; 21:431-441, 1858.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3:53-63, 1841; 2.ed. 353-63, 1841; 3.ed. 42-50.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. O Caramuru perante a Historia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 10:129-152, 1848.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Primeiro juizo...acerca do "Compendio da Historia do Brazil" pelo Sr. Jose de Abreu e Lima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 6:60-83, 1844; 2.ed.60-83.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil, antes da sua separação e independencia de Portugal**. 2ª. ed. [1854]. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado**. 1ª. ed. Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado**. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juizo sobre a "Historia do Brazil" publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1:91-6, 1839; 3.ed. 81-85.

WALLENSTEIN, Henrique Júlio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 45(64):159-160, 1882.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e estudos**, 1.<sup>a</sup> série. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. Discurso científico, poder e verdade. **Revista Aulas**. Dossiê Foucault. Depto. De História/UNICAMP, Campinas, N. 3, dezembro 2006 / março 2007.

ALCIDES, Sérgio. F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização. **Revista Escritos**, Ano 3, n.3, pp. 39-53, 2009. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB\\_Escritos\\_3\\_3\\_Sergio\\_Alcides.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_3_Sergio_Alcides.pdf)> Acesso em 27/03/2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALLARDYCE, G. The Rise and Fall of the Western Civilization Course. **The American Historical Review**, Vol. 87, No. 3 (Jun., 1982), pp. 695-725.

ALMEIDA, Heloísa de. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Divisão do Nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos** (caminhos da historiografia). Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 28-54.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Editora Hucitec; Aderaldo & Rothschild, 2008.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906** / André Nunes de Azevedo; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. - Rio de Janeiro: Departamento de História, 2003.

BAL, M. (ed.). **Narrative Theory: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies**. Vol. I: Major Issues in Narrative Theory. London; New York: Routledge: 2004.

- BALOCCO, Anna Elizabeth. Quando a ficção invade a prosa: práticas discursivas não-canônicas do discurso acadêmico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - Universidade do Sul de Santa Catarina, v. 5, n. 2, p. 249-266, jan./jun. 2005.
- BANFIELD, A. Where Epistemology, Style, and Grammar Meet Literary History: The Development of Represented Speech and Thought. **New Literary History**, Vol. 9, No. 3, Rhetoric I: Rhetorical Analyses (Spring, 1978), pp. 415-454.
- BANN, Stephen. As Invenções da História. **Ensaio sobre a representação do passado**. / Stephen Bann; tradução de Flávia Villas-Boas. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- BARTHES, R.; DUISIT, L. An Introduction to the Structural Analysis of Narrative. **New Literary History**, Vol. 6, No. 2, On Narrative and Narratives (Winter, 1975), pp. 237-272.
- BERTHOLD-BOND, Daniel. Hegel's Eschatological Vision: Does History Have a future? **History and Theory**, v. 27, n. 1, 1988, 14-29.
- BETHELL, L. (org.) **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, volume 3, 2001.
- BORGES, Valdeci Rezende. Cultura, natureza e história na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 89-114 – 2006.
- BOSI, A.. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, A.. **História concisa da literatura brasileira**. 2ª ed - São Paulo: Cultrix, 1980.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). **Um Enigma Chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOTTMANN, Denise Guimarães. **Padrões explicativos da historiografia brasileira**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa América, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: O que falar quer dizer. - Pierre Bourdieu; prefácio Sérgio Miceli. - São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. – 6 ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.
- BOWDEN, B. (ed.). **Civilization - critical concepts in political science**. New York, NY; London, UK: Routledge, 2009a.

BOWDEN, B. **The empire of civilization: the evolution of an imperial idea.** Chicago; London: The Chicago University Press, 2009b.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização / Carlos da Fonseca Brandão.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRANDAO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 2, p. 231-269, June 2005 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200001&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 August 2013.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade.** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

BRITO, Matheus de. Stimmungen or "In the Mood for Differentiability". **Materialities of Literature**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 185-189, nov. 2014, p. 187. ISSN 2182-8830. Disponível em: <<http://iduc.uc.pt/index.php/matlit/article/view/1791>>. Acesso em: 26 Jan. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.14195/2182-8830>.

BURGUIÈRE, André. Processo de Civilização e Processo Nacional em Norbert Elias. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: a política e a história.** – São Paulo: Perspectiva, 2001.

BURGUIÈRE, André. Le concept d'autocontrainte et son usage historique. In: CHEVALIER, Sophie et PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'anthropologie** : <<Nous sommes tous si étranges...>>. Paris, CNRS Editions, 2004.

BURNS, E. B. Ideology in Nineteenth-Century Latin American Historiography. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 58, No. 3 (Aug., 1978), pp. 409-431. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2513957> Acesso em: 25/03/2009 17:34.

CALLINICOS, Alex. **Theories and Narratives: Reflections on the Philosophy of History.** Durham: North Carolina; Polity Press: Cambridge, UK, 1995.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil – II – Espírito da sociedade imperial** – 2 ed. – São Paulo, 1940.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: (momentos decisivos).** Belo Horizonte: Itatiaia, 2000a.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000b.

CARMAGNANI, Marcello (org.). **Federalismos Latinoamericanos:** México/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARROLL, N. Narrative Closure. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, Vol. 135, No. 1, Proceedings of

the Thirty-Seventh Oberlin Colloquium in Philosophy: Aesthetics (Aug., 2007), pp. 1-15.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia**., Belo Horizonte , v. 27, n. 45, p. 141-157, June 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 August 2013.

CARVALHO, José Murilo de; BETHELL, Leslie. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, L. (org.) **História da América Latina: da independência até 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, volume 3, 2001.

CARVALHO, José Murilo. Federalismo y centralismo en El Imperio Brasileño: historia e argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (org.). **Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

CASSIRER, Ernest. “A conquista do mundo histórico” In: CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Unicamp. 1993.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. RJ: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. In the name of the father, not in the patriarchs essay on the limits of impartiality in the Varnhagens works. **História**, 2005, vol.24, no.2, p.207-240. ISSN 0101-9074.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. **Diálogos** (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 38-53, jul. 1999.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHATMAN, S. Towards a Theory of Narrative. **New Literary History**, Vol. 6, No. 2, On Narrative and Narratives (Winter, 1975), pp. 295-318.

CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das Luzes**. Trad. Manuel João Gomes. Lisboa, Stampa, 1985. v. 2.

CHEVALIER, Sophie ; PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'anthropologie** : "Nous sommes tous si étranges...". Paris : CNRS Editions, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica. **Boletín Del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**. Tercera série, n. 15, 1º. Semestre de 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

CIVILIZAÇÃO. **Houaiss da Língua Portuguesa**. Dicionário Eletrônico. Editora Objetiva Ltda. Versão 2.0a - Abril de 2007.

COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a Corte do senhor imperador? In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

CÔRTEZ, N. Do Brasil, S.O.S. ao Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VI, n. 66, Novembro, 2006. Disponível em <  
[http://www.espacoacademico.com.br/066/66res\\_cortes.htm](http://www.espacoacademico.com.br/066/66res_cortes.htm)> Acesso em 25/06/2008.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000, p.217-231.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. (O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

COURY, Guillaume. Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (org.). **Norbert Elias: a política e a história**. – São Paulo: Perspectiva, 2001.

COUSIN, Victor. De la philosophie de l'histoire. In: GAUCHET, Marcel(org.). **Philosophie des sciences historiques**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1988.

CROCE, Benedetto. **A história pensamento e ação**. Trad. Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco**: Southey, historiador do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1974.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DIEHL, A. A. **A Cultura Historiográfica Brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

DIEHL, A. A. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: UPF Editora, 1998.

DIEHL, Astor A. (org.). **Experiências e Ensaio de História**: cultura, historiografia e gênero. – Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**. Memória, identidade e representação. Passo Fundo: Ediupf, 2002.

DUINDAM, Jeoren. Norbert Elias et la cour : l'observateur attentif face au grand théoricien. In: CHEVALIER, Sophie et PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'anthropologie** : <<Nous sommes tous si étranges...>>. Paris, CNRS Editions, 2004.

DUNNING, Eric. Civilização, Formação do Estado e Primeiro Desenvolvimento do Esporte Moderno. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias**: a política e a história. – São Paulo: Perspectiva, 2001.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura – uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EBEL, Ernest. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. Trad. Joaquim de S. Leão F. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – 1763-1808**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador. Formação do Estado e da Civilização** (vol.2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes (vol.1). – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a,

ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de maio de 1985) / Norbert Elias; tradução de Manuel Loureiro; revisão literária e técnica de Rafael Gomes Filipe. – Lisboa: Difel, 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte / Norbert Elias; tradução, Pedro Sússekind; prefácio, Roger Chartier. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos** / Norbert Elias ; organizado por Michel Schöter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia** / Norbert Elias; tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. – Lisboa, Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX / Norbert Elias; editado por Michael Schröter; tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Andrea Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade / Norbert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do pós-fácio à edição alemã, Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação** / Norbert Elias. Tradução Maria Manuela Almeida e Silva. – Lisboa: DIFEL, 1992.

FAORO, Raymundo. (ed.). **O debate político no processo de independência**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. – 2. Ed. - Porto Alegre: Globo, 1975.

FAZENDA, José Vieira. Instituto Historico e Geographico Brasileiro, subsídios para sua História (1838-1911), pelo Dr. José Vieira Fazenda (Bibliothecario do Instituto). **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. T. 74, v. 124, p. 277-439, 1911.

FERNANDES, Florestan. “Questões Preliminares de importância interpretativa”, In: \_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Gabriela Nunes. “Estado e Sociedade”, In: \_\_\_\_\_. **Centralização e Descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Tavares Bastos por Evaristo de Moraes Filho. **Lua Nova**, São Paulo , n. 55-56, p. 279-283, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-)

64452002000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16/05/ 2012.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452002000100013>.

FERREIRA, Lúcio M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 2, p. 271-292, abr.-jun, 2006.

FERREIRA, Tânia Bessone da C.; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Livreiros Franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823”. **História Hoje: Balanços e Perspectivas**. (IV Encontro Regional da ANPUH-RJ). – Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 1990.

FINLEY, M. "Progress" in Historiography. **Daedalus**, Vol. 106, No. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, Volume I (Summer, 1977), pp. 125-142.

FLUTHY, H. Colonization and the Making of Mankind. **The Journal of Economic History**, Vol. 21, No. 4 (Dec., 1961), p. 483-495.

FONTANA i LAZARO, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRANÇA, J. M. C. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

FRANCIS, J. Michael (org.). **Iberia and the Americans: Culture, Politics, and History**, Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2006.

FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo A. Com os olhos na Europa e os pés na América: a pesquisa científica no Brasil do século XIX. **História, Ciência, Saúde- Manguinhos**, v. 7, n. 3, Rio de Janeiro, nov. 2000 / fev. 2001. ISSN 0104-5970

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (org.). **Norbert Elias: a política e a história**. – São Paulo: Perspectiva, 2001.

GASPAROV, B.; BUDGEN, D. E. The Narrative Text as an Act of Communication. **New Literary History**, Vol. 9, No. 2, Soviet Semiotics and Criticism: An Anthology (Winter, 1978), pp. 245-261.

GEYER, Michel; BRIGHT, Charles. World History in a Global Age. *The American Historical Review*, v. 100, n. 4, 1995, p. 1034-1060.

GODZICH, W. The Construction of Meaning. **New Literary History**, Vol. 9, No. 2, Soviet Semiotics and Criticism: An Anthology (Winter, 1978), pp. 389-397.

GOMES, Á. C.; VECHI, C. A. **Introdução ao estudo da literatura**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

GOMES, Â. de C. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

GONÇALVES, Sérgio Campos . Da premissa metafísica à história do sentido: a Verdade em questão e sua concepção como objeto em Nietzsche. **Revista de Teoria da História**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 122-138, Mar. 2011. ISSN 2175 - 5892. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/teoria/article/view/28980>> Acesso em: 07 Jun. 2015.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O intelectual cortesão e a civilização: um perfil dos fundadores do IHGB e de sua Revista. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes de; OLIVEIRA, Maria da Glória de (Orgs.). **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

GONÇALVES, Sérgio Campos . O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-História**. Campinas/SP: NEE-UNICAMP, 4 de fevereiro, p. 1-21, 2009a. ISSN 1807-1783. Disponível em <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=158>> Acesso em 15/02/2011.

GONÇALVES, Sérgio Campos . O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. **Revista Fazendo História - CCHLA / UFRN (Natal)**, v. 1, p. 128-147, 2008. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/fazendohistoria/edicoesanteriores.php>> Acesso em: 25/01/2009.

GONÇALVES, Sérgio Campos . **Pensamento Civilizador e Escrita da História: Origens da Historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2009b, 200f.

GONÇALVES, Sérgio Campos . Poder e civilização no Brasil Imperial: a Monarquia na perspectiva da História das Ideias. **Diálogos Latinoamericanos** (Latin American Center, University of Aarhus), v. 20, p. 48-71, 2013.

GONÇALVES, Sérgio Campos . Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma Teoria Interpretativa através da Sociologia, da História e da Psicologia. **Opsis**, v. 13, p. 200-221, 2013.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 37-69, apr. 2013. ISSN 2245-4373. Available at: <<http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/7885>>. Date accessed: 07 May. 2015.

GOUDSBLOM, Johan. Les processus de civilisation et l'historique humaine. In: CHEVALIER, Sophie et PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'Anthropologie: <<Nous sommes tous si étranges...>>**. Paris, CNRS Editions, 2004.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, R. Construindo uma nação do Brasil no século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

GRAYLING, Anthony Clifford. Epistemology. In: BUNNIN, E; JAMES, E. et. al. (orgs.). **The Blackwell Companion to Philosophy**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. ; RENGSTORF, M. The Cognitive Dimension of Narrative Discourse. **New Literary History**, Vol. 7, No. 3, Thinking in the Arts, Sciences, and Literature (Spring, 1976), pp. 433-447.

GREIMAS, A. J.; PERRON, P.; COLLINS, F. On Meaning. **New Literary History**, Vol. 20, No. 3, Greimassian Semiotics (Spring, 1989), pp. 539-550.

GREIMAS, A. J.; PERRON, P.; COLLINS, F. The Veridiction Contract. **New Literary History**, Vol. 20, No. 3, Greimassian Semiotics (Spring, 1989), pp. 651-660.

GREIMAS, A. J.; RICOUER, P.; PERRON, P.; COLLINS, F. On Narrativity. **New Literary History**, Vol. 20, No. 3, Greimassian Semiotics (Spring, 1989), pp. 551-562.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "O tribunal da posteridade". In: PRADO, Emilia Prado. (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838-1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 156(388), jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos** (caminhos da historiografia). Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH, 2005.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, pp. 184-200, dezembro 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosphere, Mood, Stimmung: On a Hidden Potential of Literature**. Stanford: Stanford University Press, 2012. Kindle App, Documento/Localização 84.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Making Sense in Life and Literature**. (Theory and History of Literature, Volume 79). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship**. Urbana, Chicago and Springfield: University of Illinois Press, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTMAN, G. H. History-Writing as Answerable Style. **New Literary History**, Vol. 2, No. 1, A Symposium on Literary History (Autumn, 1970), pp. 73-83.

HECKER, Alexandre. A ciência isenta e a mão no leme da História. **Revista de História Regional**. 4 (2): 125-137, Inverno, 1999.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias** / Nathalie Heinich ; tradução Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. “Certezas Solapadas: as Ciências”, “Razão e Sociedade” In: HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História** / Eric Hobsbawm ; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. “Ciências, Religião e Ideologia” In: **A Era do Capital 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. T. II. Declínio e queda do Império. São Paulo, Difel, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial: administração, economia e sociedade. – 4ª. ed. – Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. A herança colonial. Sua desagregação. t. II, vol. I, 6 ed. São Paulo: DIFEL: 1985.

IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **12**(2): 55-74, novembro de 2000.

IGGERS, G. The Idea of Progress: A Critical Reassessment. **The American Historical Review**, Vol. 71, No. 1 (Oct., 1965), pp. 1-17.

IGLÉSIAS, F. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

JANCSÓ, Istiván; PIMENTA, João Paulo. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

JAUSS, H. R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KANTOR, Iris. A Academia Brasílica dos Renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um Programma histórico. **Revista de História Regional**. 10(2): 47-70, Inverno, 2005.

KASCHUBA, Wolfgang. La civilisation comme dynamique autoréflexive. In: CHEVALIER, Sophie et PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'anthropologie** : <<Nous sommes tous si étranges...>>. Paris, CNRS Editions, 2004.

KING, A. Structure, Habitus, Discourse. In: \_\_\_\_\_. **The Structure of Social Theory**. London: Routledge, 2004.

KOSELLECK, R. Historia Magistra Vitae. Sobre la disolución del topos en el horizonte de la agitada historia moderna. In: \_\_\_\_\_. **Futuro Pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

LaCAPRA, Dominick. **History and criticism**. New York: Ithaca, 1985.

LACOMBE, Américo Jacobina. As idéias políticas de Varnhagen. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. V. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967, p. 143.

LÄMMERT, Eberhard. "Historia é um esboço": a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance. **Estudos Avançados**, 9 (23), 1995.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. Ed - Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LE GOFF, J. Memória. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi**, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1969.

LEWIN, Linda. **Surprise heirs, vol. 2: illegitimacy, inheritance rights, and public power in the formation of imperial Brazil, 1822-1889** / Linda Lewin. California: Stanford University Press, 2003.

LIGHTFOOT, David. How long was the Nineteenth Century?. **D. E. L. T. A.**, vol. 16, n. Especial, (81-98), 2000.

LIMA, L. C. **A leitura e o leitor – textos de estética da recepção**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora paz e terra, 2002.

LIMA, Luiz Costa. **O Controle do Imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

LIMA, N. T. Euclides da Cunha e o Pensamento Social Brasileiro. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, v. 62, p. 108-134, 2010.

LIMA, Oliveira. **O movimento da Independência, 1821-1822**. São Paulo, 1922.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. – São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 1997.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira** / Isabel Lustosa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1997, v. 40, n. 2, p. 189.

MALERBA, J. **A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MALERBA, J. Heranças brasileiras: construção e desconstrução do Brasil (séculos XIX e XX). In: Passador, C.; Passador, J. (orgs.). **Gestão Pública e Desenvolvimento no Século XXI**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 79-106.

MALERBA, J. **Os Brancos da Lei**: Liberalismo e escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. - Maringá: EDUEM, 1994.

MALERBA, J. Sobre Norbert Elias. In: \_\_\_\_ (org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia / organizador Jurandir Malerba. – São Paulo: Contexto, 2006.

MALERBA, Jurandir Malerba(org.). **Lições de história: Da história científica à razão metódica no limiar do século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS; FGV EDITORA, 2013.

MALERBA, Jurandir Malerba(org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro / Porto Alegre: Editora FGV; EdiPucrs, 2010.

MALERBA, Jurandir. (org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. Independence II – Brazil. In: FRANCIS, J. Michael (org.). **Iberia and the Americans**: Culture, Politics, and History, Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2006, p. 565-568. Entry 380.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil imperial (1808-1889)**: panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

MALERBA, Jurandir. Sobre o tamanho da comitiva. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 21, p. 47-62, 2008.

MALERBA, Jurandir. The constitution of the elites in the rise of the Brazilian Imperial State. **Diálogos Latinoamericanos**, Universidade de Arhus, v. 4, p. 1-20, 2001.

MALERBA, Jurandir. Une "société de cour" sous les tropiques. In: CHEVALIER, Sophie ; PRIVAT, Jean-Marie (éd.). **Norbert Elias et l'anthropologie** : "Nous sommes tous si étranges...". Paris : CNRS Editions, 2004.

MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica** / Organizadores Jurandir Malerba e Carlos Aguirre Rojas. – Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MANDALIOS, John. Civilizational complexes and processes: Elias, Nelson and Eisenstald. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (ed.). **Handbook of Historical Sociology**. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2003, p. 65-79.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Trad. Emílio Willems. – Porto Alegre: Globo: 1950.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. (Vols. I, II e III) - São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MASUR, G. Distinctive Traits of Western Civilization: Through the Eyes of Western Historians. **The American Historical Review**, Vol. 67, No. 3 (Apr., 1962), pp. 591-608. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1844103> Acesso em: 30/11/2009 11:39.

MATOS, Ilmar Rohloff de (org.). **História do ensino da história no Brasil / Ilmar Rohloff de Matos.** – Rio de Janeiro: Acess, 1998.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **Brasil em Lições: A História do Ensino de História do Brasil no Império através dos Manuais de Joaquim Manuel de Macedo.** 1993. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

MATTOS, Selma Rinaldi de. Ordenar, civilizar e instruir. In: \_\_\_\_; MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Brasil em lições: a história como disciplina escolar.** Rio de Janeiro: Access, 2000.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000).** Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MAYR, E. The Idea of Teleology. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 53, No. 1 (Jan. - Mar., 1992), pp. 117-135.

MAZLISH, B. **Civilization and its Contents.** Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.

MELO, Carlos Augusto de. As histórias literárias pioneiras no Brasil oitocentista. In: BAREL, Ana B. D.; GONÇALVES, Sérgio C. **Revista História e Cultura**, Dossiê História e Literatura no Século XIX, Franca-SP, v.3, n.1, p.49-69, 2014. ISSN: 2238-6270. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1185> Acesso em: 25/06/2014.

MENESES, Djacir (ed.). **O Brasil no Pensamento Brasileiro.** Brasília: Senado Federal, 1998.

MENEZES, Marco Antônio de. A Dessacralização da Vida e da Arte no Século XIX. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 39, p. 221-253, 2003.

MENNELL, Stephen. O Reverso da Moeda: os processos de descivilização. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: a política e a história.** – São Paulo: Perspectiva, 2001.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MICELI, S.. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. Norbert Elias e a questão da determinação. In: WAIZBORT, Leopoldo. **Dossiê Norbert Elias** / Federico Neiburg... [et al.]; Leopoldo Waizbort (org.). – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MINK, L. O. History and Fiction as Modes of Comprehension. **New Literary History**, Vol. 1, No. 3, History and Fiction (Spring, 1970), pp. 541-558.

MINK, L. O. Interpretation and Narrative Understanding. **The Journal of Philosophy**, Vol. 69, No. 20, Sixty-Ninth Annual Meeting of the American Philosophical Association Eastern Division (Nov. 9, 1972), pp. 735-737.

MINK, L. O. Philosophical Analysis and Historical Understanding. **The Review of Metaphysics**, Vol. 21, No. 4 (Jun., 1968), pp. 667-698.

MINK, L. O. The Autonomy of Historical Understanding. **History and Theory**, Vol. 5, No. 1 (1966), pp. 24-47.

MONTEIRO, Regina Maria. Civilização e cultura: Paradigmas da nacionalidade. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 51, novembro/2000.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 4ª ed. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

MOTA, L. D. (org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete nos trópicos. 2ª ed. – São Paulo: Editora SENAC, 1999.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**: idéias e práticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999.

NAXARA, M. R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UnB, 2004.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro – 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1997.

NAXARA, M. R. C. Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.

NEIBURG, Federico. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. / Federico Neiburg... [et al.]; Leopoldo Waizbort (org.). – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NEVES, Lúcia Maria P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria

Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999.

NICOLAZZI, Fernando. História, nação e identidade: alguns comentários. **Diálogos** (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 67-76, 2004.

NISBET, Robert. **História da idéia de progresso.** Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Ed. UNB, 1985.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Desventuras do Liberalismo** – Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo.** Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

ODÁLIA, Nilo. O Ideal de Branqueamento da Raça na Historiografia Brasileira. **Contexto.** N. 3, jul., p. 127-136, 1977.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os Índios Bravos e o Sr. Visconde:** os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000.

PAULUS, Jean. **A função simbólica e a linguagem** - tradução de Glória Maria Fialho Pondé, revisão técnica de Lígia Vassallo. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca; - São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

PENA, E. S. **Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871.** Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.

PEREIRA, L.. Tavares Bastos, a imigração europeia e o lugar das ideias liberais no Brasil oitocentista. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 1085-1110, set.-dez./2012. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=697>. Acesso em: 15 Ago. 2013.

PEREIRA, Miriam Halpern et al. (orgs.). **O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX.** Lisboa: Sá da Costa, 1982.

PERRONE, C. A. "Que se danem ou não": Interrogations of Luso-Brazilian Civilization/Culture and Interrelations of Literature. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 40, No. 2, Special Issue: Luso-Brazilian Studies in the New Millennium (Winter, 2003), pp. 89-110. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3514079> Acesso em: 25/03/2009 17:53.

PESAVENTO, Sandra Jataly. **Exposições Universais: espetáculo da modernidade do século XIX.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo:** todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 4ª ed. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PONTES, Heloísa. Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, Leopoldo. **Dossiê Norbert Elias** / Federico Neiburg... [et al.]; Leopoldo Waizbort (org.). – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- PRINCE, G. Narrative Analysis and Narratology. **New Literary History**, Vol. 13, No. 2, Narrative Analysis and Interpretation (Winter, 1982), pp. 179-188.
- PUNTONI, Pedro. A confederação dos tamoyos de Gonçalves de Magalhães. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, vol. 45, p. 119-130, jul., 1996. ISSN 0101-3300.
- QUIGLEY, A. E. Wittgenstein's Philosophizing and Literary Theorizing. **New Literary History**, Vol. 19, No. 2, Wittgenstein and Literary Theory (Winter, 1988), pp. 209-237.
- RANGER, Terence; HOBBSAWM, Eric (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- REIS, Arthur César Ferreira. A província do Rio de Janeiro e o município neutro. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- REIS, J. C. **As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REIS, J. C. **As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- REIS, J. C. **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REIS, José Carlos. **A história entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- RÉMOND, René. **Por uma história política** / [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REZENDE, Maria José de. Ausência de projetos civilizacionais nos primeiros estudos sociais brasileiros. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 46, Número 1, p. 83-108, Abril de 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**, I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RICOUER, Paul. **História e Verdade**. - tradução F. A. Ribeiro; Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1955.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

RODRIGUES, Jaime. Os traficantes de africanos e seu “infame comércio” (1827-1860), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 15, n. 29, p. 139-155, 1995.

RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RODRIGUES, José Honório. **História combatente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. A historiografia nacional. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen. O Primeiro Mestre da historiografia brasileira (1816-1878). **Revista de História da América**. No. 88 (Jul. - Dec., 1979), pp. 93-122.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1970.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. A historiografia nacional. Vol.2. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1970.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Historiografia e ideologia. Vol.3. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1970.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Vol.1. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1979.

RORTY, Richard. **Verdade e Progresso**. [1998]. Barueri, SP: Manole, 2005.

RUSE, M. The philosophy of evolutionary theory. In: TUCKER, A. (ed.). **A Companion to the Philosophy of History and Historiography**. West Sussex: Blackwell Publications, 2009, p. 307-317.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica** : teoria da história : fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX / Edney Christian Thomé Sanchez. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**. Entre a Monarquia e a República. Goiânia: Editora da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANDES, Noé Freire. A nação redimida: o abolicionismo de Joaquim Nabuco. **Estudos de História** (Faculdade de História, Direito e Serviço Social) Franca, vol. 10, n. 1, p. 131-140, 2003. ISSN-1413-1587

SCHEUER, Jann. Habitus as the principle for social practice: A proposal for critical discourse analysis. **Language in Society**, Volume 32, Issue 02, April 2003, Cambridge University Press, pp 143-175. URL: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=143001&fulltextType=RA&fileId=S0047404503322018>> Acesso em: 17/01/09.

SCHIFFRIN, D. Narrative as Self-Portrait: Sociolinguistic Constructions of Identity. **Language in Society**, Vol. 25, No. 2 (Jun., 1996), pp. 167-203.

SCHROEDER, Mark, "Value Theory", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/value-theory/>> Acess in: 14/01/2013.;

SCHULTZ, Kirsten. **Perfeita civilização**: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. **Tempo**. 2008, vol.12, n.24, pp. 5-27. ISSN 1413-7704.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993,

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. Francisco Adolfo de Varnhagen: Diplomat, Patriot, Historian. **The Hispanic American Historical Review**. Vol. 47, No. 2 (May, 1967), pp. 185-202.

SHWEDER, R. A. On the Return of the 'Civilizing Project'. **Daedalus**, Vol. 131, No. 3, On Education (Summer, 2002), p.117-121.

SILVA, A. da C. e. .Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, C. G. (org.). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. José Bonifácio: pensamento e ação de um estadista no processo de construção da nação. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SILVA, César Agenor Fernandes da. **O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. Franca, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.

SILVA, Henrique M. Fronteira e identidade nacional na historiografia americana. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus, 1996, pp. 37-49.

SILVA, Maurício. O "Grande Mundo": mundanismo e sociabilidade na literatura academicista brasileira durante o Pré-Modernismo. In: BAREL, Ana B. D.; GONÇALVES, Sérgio C. **Revista História e Cultura, Dossiê História e Literatura no Século XIX**, Franca-SP, v.3, n.1, p.204-216, 2014. ISSN: 2238-6270. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1194> Acesso em: 25/06/2014.

SILVA, R. F. da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOARES, L. E. Political correctness, political cultures, and the civilizing process. **Journal of Latin American Anthropology**, v. 4 no. 2/V5 part no1 (1999/2000) p. 290-319.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Jessé. Elias, Weber e a singularidade cultural brasileira. In: WAIZBORT, Leopoldo. **Dossiê Norbert Elias** / Federico Neiburg... [et al.]; Leopoldo Waizbort (org.). – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SOUZA, Mériti. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista.** Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-67, dez. 2002.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

SPRINGER, R. **Sociologia do conhecimento, pragmatismo e pensamento evolutivo.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STEARNS, P. N. **Western civilization in world history.** New York, NY; London, UK: Routledge, 2003.

STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past & Present** – Oxford University Press / Oxford, UK, v. 4, n. 85, p. 3-24, nov. 1979.

STURGESS, P. J. M. A Logic of Narrativity. **New Literary History**, Vol. 20, No. 3, Greimassian Semiotics (Spring, 1989), pp. 763-783.

SUNY, Ronald Grigor. Constructing Primordialism: Old histories for new nations. **The Journal of Modern History.** Chicago: Dec 2001. Vol. 73, Iss. 4; pg. 862, 35 pgs.

TASCA, Michelle Fernanda. História e imaginação histórica: a “Crônica do Descobrimento do Brasil” de Varnhagen e as narrativas de Alexandre Herculano. In: BAREL, Ana B. D.; GONÇALVES, Sérgio C. **História e Cultura, Dossiê História e Literatura no Século XIX**, Franca-SP, v.3, n.1, p.217-231, 2014. ISSN: 2238-6270. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1195>> Acesso em: 25/06/2014.

TRIMPI, W. The Definition and Practice of Literary Studies. **New Literary History**, Vol. 2, No. 1, A Symposium on Literary History (Autumn, 1970), pp. 187-192.

TUCKER, A. (ed.). **A companion to the philosophy of history and historiography.** West Sussex: Blackwell Publications, 2009.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX.** Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de Coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 52, novembro, 2000.

VENTURA, R. Um Brasil mestiço: Raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: M, C. G. (org). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

VERÓN, Eliseo. **A Produção de Sentido**. – trad. de Alceu Dias Lima ... [et al.]. – São Paulo: Cultrix : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, A. G. Do Conceito de Estrutura Narrativa à sua Crítica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, 2001.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT, Leopoldo. **Dossiê Norbert Elias** / Federico Neiburg... [et al.]; Leopoldo Waizbort (org.). – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WASSERMAN, Claudia. A historiografia latino-americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica** / Organizadores Jurandir Malerba e Carlos Aguirre Rojas. – Bauru, SP: EDUSC, 2007.

WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Game Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. V. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.

WEHLING, Arno. As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ano 161, n. 407, p. 9-24, abr./jun. 2000.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, p. 147 a 169.

WERTSCH, J. V. The Narrative Organization of Collective Memory. **ETHOS**, Vol. 36, Issue 1, pp. 120–135, 2008.

WHITE, H. **El contenido de la forma**: narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Paidós, 1992.

WHITE, H. Foucault Decoded: Notes from Underground. **History and Theory**, Vol. 12, No. 1 (1973), pp. 23-54.

WHITE, H. Historical Pluralism. **Critical Inquiry**, Vol. 12, No. 3 (Spring, 1986), pp. 480-493.

WHITE, H. Interpretation in History. **New Literary History**, Vol. 4, No. 2, On Interpretation: II (Winter, 1973), pp. 281-314.

WHITE, H. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos / CPDOC**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.

WHITE, H. The Burden of History. **History and Theory**, Vol. 5, No. 2 (1966), pp. 111-134.

WHITE, H. The Narrativization of Real Events. **Critical Inquiry**, Vol. 7, No. 4 (Summer, 1981), pp. 793-798.

WHITE, H. The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-sublimation. **Critical Inquiry**, Vol. 9, No. 1, The Politics of Interpretation (Sep., 1982), pp. 113-137.

WHITE, H. The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory. **History and Theory**, Vol. 23, No. 1 (Feb., 1984), pp. 1-33.

WHITE, H. The Rhetoric of Interpretation. **Poetics Today**, Vol. 9, No. 2, The Rhetoric of Interpretation and the Interpretation of Rhetoric (1988), pp. 253-274.

WHITE, H. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. **Critical Inquiry**, Vol. 7, No. 1, On Narrative (Autumn, 1980), pp. 5-27.

WHITE, H. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultural. Trad. Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

ZIMMERMAN, Tânia. Modelos de civilização para o Brasil do século XIX. **Dimensões** – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Estadual do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 14, 2002, p. 503-517.

